

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS

VICTOR AUGUSTO MENDONÇA GUAISTI

**ENTRE RISOS E RUGAS: O CONFLITO POLÍTICO-TEATRAL  
ENTRE PADRE MARCELINO E CÔNEGO JANUÁRIO (1831-1836)**

VITÓRIA

2023

VICTOR AUGUSTO MENDONÇA GUAISTI

**ENTRE RISOS E RUGAS: O CONFLITO POLÍTICO-TEATRAL  
ENTRE PADRE MARCELINO E CÔNEGO JANUÁRIO (1831-1836)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Pereira Campos

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>: Dr<sup>a</sup> Katia Sausen da Motta.

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

G917e Guasti, Victor Augusto Mendonça, 1993-  
Entre risos e rusgas: o conflito político-teatral entre padre Marcelino e cônego Januário (1831-1836) / Victor Augusto Mendonça Guasti. - 2023.  
229 f. : il.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.  
Coorientadora: Kátia Sausen da Motta.  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História do teatro no Brasil. 2. História do Brasil Império. 3. Revoltas Regenciais. 4. Pré-Romantismo no Brasil. 5. Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. 6. Cônego Januário da Cunha Barbosa. I. Campos, Adriana Pereira. II. Motta, Kátia Sausen da. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

---

**VICTOR AUGUSTO MENDONÇA GUASTI**

**ENTRE RISOS E RUGAS: O CONFLITO POLÍTICO-TEATRAL ENTRE PADRE  
MARCELINO E CÔNEGO JANUÁRIO (1831-1836)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Aprovada em 23 de março de 2023.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Adriana Pereira Campos**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientadora**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kátia Sausen da Motta**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Coorientadora**

---

**Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi**  
**Universidade Federal do Maranhão**  
**Membro Externo**

---

**Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile**  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Membro Externo**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Karulliny Silverol Siqueira**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Membro Interno**

*Rendeis agradecimentos e ação de graças ao Todo-Poderoso, por haver mantido no solo brasileiro, apesar dos contratempos e ciladas dos inimigos de nossa prosperidade e nossa glória, o sistema constitucional que proclamamos e juramos defender a todo custo.*

**– Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte.**

*Brasileiros, a nossa causa é justa, o nosso fim é grande. [...] Há quem sonhe com divisões prejudiciais a boa causa da nossa Constituição. [...] Unidos triunfaremos e divididos voltaremos ao nada.* – **Cônego Januário da Cunha Barbosa.**

## AGRADECIMENTOS

*Que poderei oferecer ao meu Deus, pelos imensos benefícios que me fez?*

– Salmo 115, 12.

Creio que ser grato é uma dádiva que precisamos exercitar ao longo da vida. Por isso, escrever este breve texto não foi por mim tratado como mais um protocolo para alcançar um título, mas sim, como uma profunda e grata reflexão da minha caminhada trilhada até aqui. Logo, consciente de que não será possível traduzir em palavras tudo o que eu senti, tento aqui ilustrar o que brota do meu coração.

No rigoroso e solitário trabalho de se produzir uma dissertação, creio que este espaço seja reservado para que a humanidade deste autor não passe despercebida pelas páginas seguintes. Assim, não se poderia depositar este texto sem lembrar das diversas pessoas que direta e indiretamente contribuíram para que a solidão dos livros e das telas se tornasse menos sofrida, culminando neste texto.

Ao Pai das luzes, Senhor que me concedeu os dons da Sabedoria e do Discernimento, agradeço por me permitir chegar até aqui. Como bem diz certa oração da Igreja, “ainda que nossos louvores não vos sejam necessários, vós nos concedeis o dom de vos louvar. Eles nada acrescentam ao que sois, mas nos aproximam de Vós”.

Quebrando os protocolos típicos deste texto, gostaria agradecer ao Padre Marcelino e ao Cônego Januário. Homens de seu tempo que não se acovardaram diante das mudanças políticas em que viviam e lutaram pelos seus ideais, buscando construir um país melhor. A eles, minha gratidão por terem deixado registrado, para a posteridade, seus pensamentos e conflitos, permitindo que este indigno pesquisador pudesse saborear de tanta inteligência, sátira e ironia.

Após, não posso deixar de agradecer às minhas orientadoras Prof<sup>a</sup> Adriana Pereira Campos e Prof<sup>a</sup> Kátia Sausen da Motta pela parceria ao logo destes 24 meses. Obrigado por terem aceitado embarcar nesta jornada comigo e por terem me auxiliado, com tanta maestria, guiar o leme desta pesquisa. Espero que as senhoras se orgulhem deste trabalho assim como eu me orgulho pela oportunidade de ter sido orientado por vocês.

Estendo aqui meu agradecimento à Universidade Federal do Espírito Santo e à Capes, que me possibilitaram todo o aporte necessário para desenvolver este trabalho, e aos professores Ítalo Domingos Santirocchi, Marcello Otávio Neri de Campos Basile e Karulliny Silverol Siqueira

que avaliaram este trabalho com um olhar ímpar, me ajudando a construir uma pesquisa alicerçada no rigor acadêmico que marca as trajetórias de cada um. Cada conselho e apontamento foram salutares para que chegasse até aqui.

Agradeço aqui aos meus amigos de curso e de vida, que neste 2023 alcançam a marca de uma década de companheirismo. O grupo tão plural, sabiamente batizado de *Los Bêbados*, foi um esteio de motivações, escutas e parcerias nos momentos bons e nas dificuldades ao longo do percurso. 10 anos depois, nem a distância do Atlântico, nem a distância das nuvens separaram nosso grupo. Felipe (in memoriam), Rebeca, Renan, Franciely, Ulisses, Haydee, Jefferson e Leticia e aos que por estes se agregaram ao caminho, minha gratidão por serem um oásis nos turbulentos dias e inspiração na alegria partilhada e contagiante. Um brinde a nossas vidas, conquistas e amizade.

Não poderia de deixar de agradecer à minha família. Meus pais, Joaquim e Geraldina, por terem me proporcionado uma educação de qualidade e sempre terem apoiado as minhas escolhas pessoais e profissionais; à minha irmã Gabrielly e meu sobrinho (muito aguardado) Antônio. Minha gratidão aos meus avós, João e Júlia, que sempre me aconselharam a seguir estudando, e à minha vó Antonina (in memoriam), que nos deixou fisicamente durante o tempo do mestrado, mas que vive dentro do meu coração. Essa conquista é nossa. Estendo minha gratidão à família da minha esposa, que também é minha, pela acolhida e apoio na jornada. Campelo, Nilma, Lucas, Suely, Rachel, Marcus, Júlia e Laís, obrigado por tudo.

Enfim, não há palavras para agradecer à minha companheira de vida, Isabel. Estando comigo desde o final da graduação, foi apoio incondicional em todos os momentos e circunstâncias ao longo destes 24 meses. Primeiro, peço desculpas pelos dias mal-humorados, em que emaranhado nas teias do Império, brigando com os padres, não fui o esposo que você merecia. Reverencio sua compreensão em aceitar e renunciar a muitas coisas por causa desta dissertação. Por fim, agradeço do fundo da alma por cada auxílio, correção, troca de ideias, apontamentos que você fez neste trabalho. Ele é nosso. A você, com todo meu amor, dedico esta dissertação.

Haja o que houver.

## RESUMO

Entre 1831 e 1836, anos iniciais do Período Regencial Brasileiro, ocorreram diversas revoltas e sedições na corte, frutos das diversas insatisfações políticas e econômicas que a população nutria. Entre esses conflitos, ocorreu a Sedição de Praia Grande (1834), sob a liderança do padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte (1788-1860). Uma vez preso, Marcelino foi atacado pelo cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), que escreveu uma sátira teatral caçoando do sacerdote. Uma vez absolvido e livre, Marcelino respondeu ao cônego, escrevendo uma farsa teatral. Este estudo objetiva-se em compreender, reconstituir e apresentar a batalha política-jornalística-teatral travada entre os sacerdotes, bem como a repercussão que ela teve na Imprensa do período. Pretende-se, neste sentido, identificar as ideias políticas defendidas por cada um dos clérigos pesquisados, e como estas contribuíram para a ocorrência da querela. Esta investigação tem as peças teatrais e a imprensa como principal *corpus documental*, tendo em vista que os jornais eram espaços privilegiados do debate político do período e de divulgação e discussão da vida teatral do Rio de Janeiro. Para a análise da documentação, esta pesquisa se utiliza do estudo das *linguagens políticas*, propondo a identificação dos vocábulos mais utilizados nas peças e nos jornais redigidos pelos sacerdotes, bem como a análise da composição de uma nova linguagem, composta por ressignificações fruto da dinâmica política do novo momento inaugurado pela abdicação de Dom Pedro I (1831). Além do estudo das linguagens, este estudo lança mão do conceito de *cultura política*, visando identificar novos valores e símbolos que se inserem na sociedade imperial durante a vacância do trono. Tendo como base as premissas teórico-metodológicas citadas, sustenta-se a hipótese de que as desavenças entre padre Marcelino e cônego Januário refletiam as disputas políticas entre o grupo que defendia a centralização do Império e a facção que advogava pela federalização da monarquia, cujo ápice ocorreu no mesmo período do conflito entre os sacerdotes.

**Palavras-chave:** Revoltas no Período Regencial, Padre Marcelino, Cônego Januário, Teatro no Brasil, Pré-Romantismo.



## ABSTRACT

Between 1831 and 1836, the initial years of the Brazilian Regency Period, there were several revolts and seditions in the court, as a result of the various political and economic dissatisfactions that the population harbored. Among these conflicts occurred the Sedition of Praia Grande (1834) under the leadership of Father Marcelino Pinto Ribeiro Duarte (1788-1860). Once arrested, Marcelino was attacked by Canon Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), who wrote a theatrical satire mocking the priest. Once acquitted and free, Marcellin responded to the Canon by writing a theatrical farce. This study aims to understand, reconstitute and present the political-journalistic-theatrical battle waged between the priests, as well as the repercussions it had in the press of the period. It is intended, in this sense, to identify the political ideas defended by each of the researched clerics, and how these contributed to the occurrence of the quarrel. This investigation has theatrical plays and the press as its main documentary corpus, considering that newspapers were privileged spaces for the political debate of the period and for the dissemination and discussion of theatrical life in Rio de Janeiro. For the analysis of the documentation, this research uses the study of political languages, proposing the identification of the most used words in the plays and newspapers written by the priests, as well as the analysis of the composition of a new language, composed of resignifications resulting from the political dynamics of the new moment inaugurated by the abdication of Dom Pedro I (1831). In addition to the study of languages, this study uses the concept of political culture, aiming to identify new values and symbols that are inserted in imperial society during the vacancy of the throne. Based on the cited theoretical-methodological premises, the hypothesis is supported that the disagreements between Father Marcelino and Canon Januário reflected the political disputes between the group that defended the centralization of the Empire and the faction that advocated the federalization of the monarchy, whose apex occurred in the same period as the conflict between the priests.

**Keywords:** Revolts in the Regency Period, Priest Marcelino, Canon Januário, Theater in Brazil, Pre-Romanticism.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> árvore genealógica da família Pinto Ribeiro no Brasil.....	56
<b>Figura 2:</b> Convite para a missa de sétimo dia em sufrágio da alma do padre Marcelino.....	76
<b>Figura 3:</b> Litografia de Januário da Cunha Barbosa.....	77
<b>Figura 4:</b> Matéria jornalística relatando a Rusga da Praia Grande.....	90
<b>Figura 5:</b> primeira página da peça Rusga da Praia Grande. ....	120
<b>Figura 6:</b> Capa da primeira edição da peça Conego Ignez.....	142
<b>Figura 7:</b> Elogio fúnebre ao cônego Januário da Cunha Barbosa. ....	202
<b>Figura 8:</b> Elogio fúnebre ao padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte.....	205

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1: Lista de jornais em que houve participação de Januário da Cunha.....</b>	<b>78</b>
<b>Quadro 2: Principais peças encenadas no Teatro Constitucional em 1831. ....</b>	<b>112</b>
<b>Quadro 3: Lista de personagens da peça Rusga da Praia Grande .....</b>	<b>123</b>
<b>Quadro 4: Personagens da peça Conego Ignez .....</b>	<b>145</b>
<b>Quadro 5: Exemplos de jornais moderados e exaltados e quantidades de aparições do termo rusga. ....</b>	<b>169</b>

## SUMÁRIO

<b>ABREM-SE AS CORTINAS.....</b>	<b>14</b>
<b>ATO 1. BATINAS EM CENA: OS SACERDOTES NO BRASIL IMPERIAL.....</b>	<b>25</b>
1.1. A FORMAÇÃO DO CLERO.....	27
1.2. O SACERDOTE COMO FUNCIONÁRIO PÚBLICO .....	31
1.3. O SACERDOTE COMO POLÍTICO .....	35
1.4. A ATUAÇÃO DOS SACERDOTES NO PERÍODO REGENCIAL .....	44
<b>ATO 2. NO PALCO DA POLÍTICA, BATINAS E TRAJETÓRIAS SE CRUZAM. ....</b>	<b>54</b>
2.1. O EXALTADO <i>VIRGÍLIO CAPICHABA</i> .....	55
2.2. O PADRE-MUTUCA E SECRETÁRIO PERPÉTUO .....	76
2.3. A REVOLTA FRACASSADA DOS CABANOS DE PRAIA GRANDE. ....	84
<b>ATO 3. ABRAM AS CORTINAS E APRESENTEM-SE OS RUSGUENTOS. ....</b>	<b>97</b>
3.1. UM NOVO MOMENTO POLÍTICO POSSIBILITA UMA NOVA ESCRITA: O PRÉ- ROMANTISMO NO BRASIL.....	98
3.2. PRÉ-ROMANTICOS SOBEM AO PALCO: O TEATRO NO PERÍODO REGENCIAL .....	107
3.3. UM QUIXOTISMO À BRASILEIRA: A RUSGA DE JANUÁRIO DA CUNHA ...	119
3.4.: A FARSA DE UM CÔNEGO: A RESPOSTA DE PADRE MARCELINO.....	142
3.5. NOVAS RUGAS DRAMATURGAS: A RECEPÇÃO E AS CRÍTICAS ÀS PEÇAS. .....	160
<b>ATO 4. O TEXTO COMO CENÁRIO: A LINGUAGEM POLÍTICA DISCUTIDA E ENCENADA. ....</b>	<b>163</b>
4.1. CONCEITOS POLÍTICOS ENCENADOS: A LINGUAGEM POLÍTICA PRESENTE NA RUSGA DA PRAIA GRANDE E NA CONEGO IGNEZ.....	166

4.2. PROGRESSO NA ORDEM OU REVOLUÇÃO PARA FEDERALIZAÇÃO? DISCUSSÕES ENTRE <i>AURORA FLUMINENSE</i> , <i>MUTUCA PICANTE</i> E O <i>EXALTADO</i> . .....	178
<b>4.2.1. O conceito de Federação.....</b>	<b>179</b>
<b>4.2.2. O Federalismo nas páginas do <i>Aurora Fluminense</i>, <i>Mutuca Picante</i> e no <i>Exaltado</i>. .....</b>	<b>182</b>
4.3. ÚLTIMOS APLAUSOS: ODES NO CREPÚSCULO DAS PÁGINAS DA VIDA DOS PADRES DRAMATURGOS.....	197
<b>FECHEM-SE AS CORTINAS .....</b>	<b>208</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>211</b>

## ABREM-SE AS CORTINAS...

Em fevereiro de 1834, desbaratou-se um motim na Vila de Praia Grande, atual município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro. A frustrada revolta seria mais uma rebelião dentre as várias no período das Regências Trinas, caso não houvesse se desdobrado em um conflito teatral. Ainda em 1834, o cônego Januário da Cunha Barbosa publicou *A Rusga da Praia Grande, ou Quixotismo Geral das Massas*. Os personagens principais da peça eram antigos desafetos e líderes da sedição, com especial ênfase ao padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte e ao General José Inácio de Abreu e Lima. Padre Marcelino não deixou o adversário sem resposta. No início de 1835, o sacerdote publicou a peça cômica *O Cinco de Dezembro de 1833 ou Conego Ignez*.

Desse conflito de penas entre o cônego liberal moderado e o padre liberal exaltado, emergiu a inspiração desta pesquisa em apresentar a disputa política, jornalística e literária entre os dois clérigos. Elegeu-se como objetivo da investigação os conceitos políticos, em especial, os que se referem à monarquia centralizada e governo federalista, inseridos nas peças teatrais.

Especificamente, buscou-se levantar as trajetórias do padre Marcelino, até a criação do jornal *Exaltado*, e do cônego Januário, até a criação do jornal *Mutuca Picante*. Realizou-se o exame das versões do evento conhecido como Rusga da Praia Grande nos periódicos da época; como também da natureza política da provocação do cônego Januário ao padre Marcelino e a resposta deste último ao primeiro a partir da comédia *Cônego Ignez*. Discutiu-se, assim, o lugar das comédias na política no primeiro quarto do século XIX, com enfoque no estilo das obras de Marcelino e Januário, bem como a recepção das comédias nos jornais cariocas da época e o vocabulário político utilizado nas obras. E, finalmente, analisaram-se comparativamente os conceitos de monarquia e federação por meio da comparação desses conteúdos nas comédias e nos periódicos *Aurora Fluminense* e *Exaltado*, entre 1831 e 1836.

O recorte em que se encontra a pesquisa foi realizado com base a trajetória de padre Marcelino na corte durante o período regencial. Portanto, o recorte inicia-se em 1831, com o lançamento do jornal *O Exaltado* - de propriedade do padre Marcelino-, e termina em 1836, quando ele responde ao último processo como tipógrafo / jornalista.

O conjunto documental analisado é composto pelas duas peças teatrais já citadas e por diversos jornais do período, que integram a Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), já digitalizados e disponíveis para consulta. Dentre os jornais, têm destaque *O Exaltado*, *Correio Oficial*, *Aurora Fluminense* e *Mutuca Picante*. Também auxiliaram na

pesquisa o *Diário do Rio de Janeiro*, *O Sete d’Abril*, *Astro de Minas*, *A verdade: Jornal Miscellanico*, *Diário de Pernambuco*, *O Publicola*, *O Caramuru*, *Império do Brasil e Jornal do Commercio*.

Para melhor desenvolvimento e fluência do texto, e respeitando a escrita dos próprios autores, optou-se por subtrair as iniciais A ou O dos títulos dos jornais. Nas citações diretas, optamos por manter a grafia original, com intuito de possibilitar ao leitor o contato com os léxicos e termos utilizados no período.

Diante do fato de não existir literatura especializada em conflitos políticos entre clérigos através de peças teatrais e jornais no Período Regencial, a opção teórico-metodológica consistiu na reconstrução da trajetória política e jornalística dos sacerdotes em diálogo com as bibliografias já existentes sobre o período, em especial, sobre a formação do Estado Brasileiro, o Período Regencial, a atuação da Imprensa e dos sacerdotes na política. O procedimento tornou possível observar o comportamento dos padres nos eventos escolhidos para esta investigação.

Do ponto de vista teórico, a investigação baseou-se na literatura sobre a construção político-institucional do Estado Brasileiro. Em primeiro, tomou-se como referência a clássica tese de José Murilo de Carvalho<sup>1</sup> sobre certa homogeneidade da elite política imperial proporcionada pela formação universitária em Coimbra. Adotou-se a perspectiva de autonomia da política em vista da economia, sem desconsiderar a relação, muitas vezes contraditória, entre os dois campos da sociedade.

De igual maneira, nesta dissertação, adota-se parcialmente a tese de Ilmar de Matos<sup>2</sup>, segundo a qual o Estado é fruto do conflito de diversos projetos políticos formulados no seio da sociedade oitocentista, quando se formou a classe senhorial e se garantiu a hegemonia do projeto regressista. As Regências ocorridas no Brasil, após a abdicação de Pedro I, são observadas como momento de grandes conflitos que serviram como “laboratório” de ideias de nação<sup>3</sup>.

E, ao tratarmos de uma revolta que ocorre durante o Período Regencial, utilizamos o arcabouço teórico de Marcello Basile<sup>4</sup>, que afirma ter ocorrido três “ciclos de revoltas” distintos no

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>2</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

<sup>3</sup> BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>4</sup> BASILE, *O laboratório da nação*, 2010, op. cit.

período. O primeiro ciclo é o das regências trinas, marcado por movimentos revoltosos de pouca duração e fraca organização; o segundo tem início com a promulgação do ato adicional de 1834, que outorgou mais poderes às províncias e levou o país a sofrer com inúmeras revoltas de grandes proporções; e o terceiro caracteriza-se pelas revoltas escravas.

Ao tratarmos da atuação de clérigos na política durante as Regências, utilizamos a tese de Françoise Souza<sup>5</sup>, A autora discute a ausência de unidade política dos padres, que ela atribui à formação heterogênea do clero. A maior parcela dos sacerdotes eleitos provinha de famílias de médios proprietários (militares, fazendeiros e comerciantes) e de famílias ricas de proprietários rurais. Por meio de apadrinhamentos, filhos de famílias humildes também conseguiam ingressar na carreira eclesial e, por consequência, na política. Ao chegarem ao Parlamento, padres de diferentes formações e estamentos sociais acabavam por seguir ideais e projetos distintos, o que impossibilitava o surgimento de uma frente religiosa. A hipótese de Françoise Souza é fundamental para compreendermos o conflito político que ocorreu entre Marcelino – proveniente do baixo clero – e Januário – que pertencia ao alto clero da corte.

Dado o fato de que os jornais do período nos servem como fontes auxiliares na pesquisa, faz-se necessário discutir sobre a imprensa nos anos de 1830. Para Nelson Werneck Sodré<sup>6</sup>, a imprensa funcionava como extensão da tribuna e principal instrumento de luta política, sendo ideológica, militante e panfletária. Escrito com parcialidade, os impressos buscavam mobilizar os leitores para as causas que defendiam. Os jornalistas eram publicistas e agitadores. Para Marcos Morel<sup>7</sup>, a Regência foi um tempo de grande circulação de ideias, com a criação de diversas associações, cujo objetivo era pensar a política e a expansão da imprensa. Marcello Basile<sup>8</sup> complementa que a imprensa transformou em local de representação de identidades e projetos políticos; linguagens e conceitos políticos; técnicas discursivas e estratégias de argumentação retórica; opinião pública e espaços de sociabilidade; biografias e trajetórias de redatores, tipógrafos e livreiros. No período, ocorreu uma explosão da palavra pública, expansão da imprensa e aumento da circulação de ideias políticas.

---

<sup>5</sup> SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do altar à tribuna: os Padres Políticos na formação do Estado nacional brasileiro (1823-1841)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

<sup>6</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, ed. 4, 1999, p. 83.

<sup>7</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2010

<sup>8</sup> BASILE, Marcello. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *Almanack*, n.20, Guarulhos Sept./Dec. 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-46332018000300001](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332018000300001)> Acesso em 22 de maio de 2020.



Ao tratarmos de conflitos jornalísticos que ocorreram entre sacerdotes, utilizamos da argumentação de Estevão de Melo Marcondes Luz<sup>9</sup>. O autor aponta que, nos conflitos jornalísticos ocorridos entre clérigos, os debates davam-se num “[...] intrincado jogo de vaidades, de verdades e mentiras, de insultos e declarações apaixonadas, de disputas pela atenção da opinião pública e de manipulação da mesma, e muitos foram os termos, as expressões e os conceitos utilizados”. Marcondes Luz mostra que não havia fronteiras bem delimitadas entre o que era religioso e o que era político, ocorrendo ingerências do governo civil dentro da Igreja e expectativas de posicionamentos políticos claros por parte dos clérigos e religiosos<sup>10</sup>.

Como esta dissertação trata de peças teatrais, ela exige o diálogo entre História e Literatura. Assim, buscou-se delimitar a temporalidade do objeto ao período do Pré-romantismo brasileiro ou período de transição romântica (1808-1836). Consoante Afrânio Coutinho, o Pré-Romantismo corresponde ao período em que houve a transição entre o arcadismo e o romantismo e constitui-se de “[...] um corpo de tendências, temas, ideias, sem construir doutrina literária homogênea, com remanescentes clássicas e arcádicas, e elementos novos”<sup>11</sup>. Antonio Candido<sup>12</sup> afirma que o movimento Romântico brasileiro manteve profundas e cordiais relações com as estruturas arcádicas, mesmo que tratando de novos temas. Ademais, o período pré-romântico, na literatura, vincula-se à formação da ideia de Estado Nacional Brasileiro, bem como à busca da construção de uma literatura genuinamente nacional<sup>13</sup>.

A estrutura do teatro brasileiro no século XIX, enquanto empresa cultural, pode ser aquilatado na obra de Sheila Lopes Leal Gonçalves<sup>14</sup>, em que se discute a circulação de diversas peças teatrais, nos anos iniciais da Regência, apenas na forma escrita. Outras peças foram encenadas nas casas de teatro oficiais e algumas nos palcos itinerantes. A autora demonstra que o teatro se inseria num ambiente em que práticas de fala e oratória constituíam-se instrumentos decisivos para a divulgação da política e dos costumes sociais. Complementa a discussão o

---

<sup>9</sup> LUZ, Estevão de Melo Marcondes. *Incendiárias folhas: ação política e periodismo na trajetória do Padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829 1849)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista. Franca, 2016, p. 32.

<sup>10</sup> LUZ, op. cit. p. 55.

<sup>11</sup> COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Vol. I a VI, 6ª ed. São Paulo: Global, 2003, p. 24.

<sup>12</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, p. 182-183.

<sup>13</sup> COUTINHO, op. cit., p. 21.

<sup>14</sup> GONÇALVES, Sheila Lopes Leal. *O teatro e o político: práticas sociais no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1830-1850)*. 2017. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

trabalho de Renato Aurélio Mainente<sup>15</sup>, que discute como a atividade teatral do século XIX no Brasil era pautada por dois princípios distintos: reformar os costumes da sociedade e servir ao entretenimento do público. O autor mostra o importante debate sobre os rumos do teatro nacional e a cobertura sobre os espetáculos da corte, com comentários e críticas sobre as peças. A sátira consistiu num gênero usual no período da Regência, tanto literária quanto dramaturgicamente. O conceito de sátira é muito difícil de se definir, tendo em vista que ela se manifesta em muitos gêneros literários e em praticamente todos os tipos de comunicação humana<sup>16</sup>. João Adolfo Hansen<sup>17</sup> afirma que “o preceito de sátira é o de que o receptor reconheça o apelo racional da caricatura, pois essa é uma convenção”. Dado ao fato de que trabalhamos com peças teatrais, utilizamos a definição cunhada por Guillermo Hernández<sup>18</sup>, que aproxima a sátira da comédia. O autor afirma que o “[...] ataque satírico tem o propósito primário de ridicularizar e invalidar as interpretações e os princípios normativos das vítimas, que são tratadas [na peça teatral] com desprezo”.

Sobre os dois sacerdotes, personagens principais da pesquisa, pode-se afirmar que Januário era um típico padre da corte, sócio fundador do IHGB, cuja produção intelectual deu-se no campo da construção da memória nacional. O cônego recebeu inúmeras biografias. A primeira é a *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, escrita por Sébastien Auguste Sisson, em 1858<sup>19</sup>. Produzida 12 anos após o falecimento do cônego, verifica-se breve relato de sua vida, apontando os seus principais feitos. Já Feijó Bittencourt<sup>20</sup>, em biografia publicada em 1937, apresenta uma lista dos escritos de Januário, alguns conflitos político-jornalísticos e discute seus posicionamentos e interesses políticos. A dissertação *Memória Biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial pelas páginas da Revista do IHGB (1821-1846)*, escrita por Juscelino Pereira Neto<sup>21</sup>, em 2014, é uma construção da memória do padre secular fluminense Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), com variadas narrativas biográficas publicadas na Revista do IHGB.

---

<sup>15</sup> MAINENTE, Renato Aurélio. *Reformar os costumes ou servir o público: visões sobre o teatro no Rio de Janeiro oitocentista*. 2016. 274f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2016.

<sup>16</sup> HERNÁNDEZ, Guillermo E., *La satira chicana*. México: Siglo Veintiuno, 1993, p. 16.

<sup>17</sup> HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho*: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 33.

<sup>18</sup> HERNÁNDEZ, op. cit., p. 21 (tradução nossa).

<sup>19</sup> SISSON, Sebastião. Augusto. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

<sup>20</sup> BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

<sup>21</sup> NETO, Juscelino Pereira. *A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial (1821-1846)*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

Por fim, outra recente obra que muito contribuiu para a pesquisa é a dissertação de Yaísa De Arruda Martins<sup>22</sup>, escrita em 2014. Sob o título de *Biografia e História Nos Escritos De Januário Da Cunha Barbosa (1780-1846)*, a autora analisa biografias elaboradas por Januário da Cunha Barbosa dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no período de 1839 a 1846. Por mais que este não seja o foco de nossa pesquisa, a autora se propõe a traçar uma memória sobre a vida do cônego, especialmente como um homem de letras, cuja luta se deu em vários *fronts* - no púlpito, na imprensa nascente, no parlamento e na própria revista do IHGB.

De outra parte, não há muita literatura disponível sobre o padre Marcelino. A primeira menção a Marcelino encontra-se na coletânea de José Marcelino Pereira de Vasconcelos<sup>23</sup>, *Jardim poético* (1856), com rápida citação biográfica de Marcelino – ainda vivo – e apresenta alguns de seus poemas.

Em 1912, Afonso Cláudio<sup>24</sup> lança seu livro *História da Literatura Espírito-Santense*, em que resgata a biografia e os poemas do Padre Marcelino, mas recorrendo a uma linguagem bem intimista, que mais enaltece a figura do poeta do que discute a sua obra. Isso se dá, em partes, pelo fato de o padre ter sido avô da esposa de Afonso Cláudio, D. Maria Espíndola de Freitas Rosa. É o relato biográfico mais completo que possuímos do sacerdote. Outros críticos literários também escreveram sobre Marcelino, mas sempre na ótica de Afonso Cláudio, como Oscar Gama Filho<sup>25</sup>. Sacramento Blake, em seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, cita no verbete sobre padre Marcelino:

Filho de Marcelino Pinto Ribeiro Pereira e nascido na vila da Serra, província do Espírito Santo, faleceu a 7 de junho de 1860 em avançada idade, na cidade de Niterói, sendo presbítero secular, vigário colado da freguesia de S. Lourenço desta cidade, e cavaleiro da ordem da Rosa e da de Cristo. Foi deputado por sua província na quarta legislatura geral e em várias legislaturas provinciais e exerceu o magistério como lente de latim da vila da Vitória, hoje capital do Espírito Santo, por nomeação de 9 de dezembro de 1815. Cultivou também a poesia [...]<sup>26</sup>.

<sup>22</sup> MARTINS, Yaísa de Arruda. *Biografia e história nos escritos de Januário da Cunha Barbosa (1780- 1846)*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>23</sup> VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. *Jardim poético ou coleção de poesias antigas e modernas, compostas por naturais da província do Espírito Santo*. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras, 2008.

<sup>24</sup> CLAUDIO, Affonso. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Oficinas de “Commercio do Porto”, 1912.

<sup>25</sup> GAMA FILHO, Oscar. *Razão do Brasil em uma sociopsicanálise da literatura capixaba*. Rio de Janeiro / Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991, p. 57-70.

<sup>26</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, vol. 6, 1970, p. 215-216.

Em 2018, Adriana Campos, juntamente a Fernanda Pandolfi e Marcello Basile<sup>27</sup>, trouxe nova luz à biografia de Marcelino a partir do artigo *Percursos de um homem de letras nos oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte*. O artigo aborda a trajetória política do padre e suas posições políticas ao longo de sua vida. De forma especial, trata de sua participação na Rusga de Praia Grande e faz uma profícua análise do jornal *O Exaltado*, editado pelo sacerdote.

Sobre o conflito entre Marcelino e Januário, há somente algumas citações nas obras já tratadas acima. A maioria dos trabalhos sobre a obra *Rusga de Praia Grande* a associa com o General Abreu e Lima, omitindo as partes do discurso que se referem ao padre Marcelino. Em especial, destacamos os escritos de Varmireh Chacon<sup>28</sup> e a monografia de Tatiane Maria Barbosa de Oliveira<sup>29</sup>. A *Razão do Brasil*<sup>30</sup>, uma das poucas que fazem referência a Marcelino, aponta que a motivação de Januário em escrever a peça dizia respeito às alianças políticas, visto que Marcelino havia participado dos levantes que levaram D. Pedro I a abdicar.

Com o propósito de trabalhar a dimensão literária da crítica política, adotou-se como referência a obra *Tempo e Narrativa*, de Paul Ricoeur<sup>31</sup>, em especial, o conceito de *entrecruzamento* da literatura e história a partir da noção de *refiguração* do tempo, em que uma toma empréstimos da outra e faz uso de seus efeitos de modo recíproco. Quando estamos diante de uma obra, podemos lê-la de diferentes maneiras, ficando reservado ao historiador desnudar as nuances históricas diante da ficção.

Como o cerne da pesquisa é o embate político entre os personagens, a base estrutural para análise do problema se dá a partir das noções da Nova História Política. Servindo-nos do conceito de *cultura política* apresentado por Maria Helena Rolim Capelato<sup>32</sup>, buscamos entender as motivações dos padres políticos para redigir suas obras, tendo como referências o sistema de valores, normas e crenças, as suas leituras do passado, as aspirações para o futuro, as representações da sociedade utilizadas e as suas alegorias de felicidade.

---

<sup>27</sup> CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, p. 10-37, dez 2018.

<sup>28</sup> CHACON, Varmireh. *Abreu e Lima: o general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa de. *Abreu e Lima: um herói entre a História e a ficção*. Monografia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

<sup>30</sup> GAMA FILHO, op. cit., p. 61.

<sup>31</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997. p. 359.

<sup>32</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História política*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p. 164-165.

Esta dissertação tem como hipótese que a disputa entre os sacerdotes Marcelino e Januário se relaciona ao debate sobre a centralização do Império e a federalização da monarquia, cujo ápice ocorreu nas Regências. Tal período é caracterizado por forte instabilidade política e por diversas revoltas, que podem, segundo Arno e Maria José Wheling<sup>33</sup>, ser interpretadas como fruto de um vazio monárquico e do silêncio das intuições. Os autores ainda justificam os anos conturbados da Regência pelo fato de que o Estado Brasileiro foi incapaz de se fazer reconhecer ou de impor sua estrutura através das instituições políticas constituídas. O vazio e a volatilidade do processo favoreceram o aparecimento do *homem político*<sup>34</sup>, portador do *capital político heroico*<sup>35</sup>, isto é, do carisma, como o de Padre Marcelino.

No que diz respeito à imprensa, aqui compreendida como espaço dos conflitos políticos, usamos como referencial teórico o conceito de *esfera pública* formulado por Jürgen Habermas e adaptada por Marco Morel<sup>36</sup>. Morel usou os principais conceitos do filósofo-sociólogo alemão para analisar a imprensa, os atores políticos e as sociabilidades no Rio de Janeiro entre 1820 e 1840, construindo uma estrutura teórica com três entendimentos distintos para a expressão *espaço público*. O primeiro entendimento trata da esfera pública, onde interagem diferentes atores e que não se confunde com Estado. No segundo entendimento, temos a esfera literária e cultural, que não é isolada do restante da sociedade e resulta da expressão letrada ou oral de agentes históricos. Por terceiro, detemos a análise dos espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas e esferas<sup>37</sup>. Desta forma, ao propor analisar o discurso contido nas obras de Marcelino e Januário, nos atentamos à *expressão letrada* que ambos utilizam em seus escritos, o ambiente em que elas foram escritas e a interação que as obras tiveram com os diferentes atores políticos e sociais da esfera pública.

---

<sup>33</sup> WHELING, Arno e WHELING, Maria José. “Justiça Ordinária e Justiça Administrativa no Antigo Regime – o caso brasileiro”. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 172 (452), jul./set. 2011, p. 183.

<sup>34</sup> Conforme aponta Pierre Bourdieu, “[...] o homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos. Ver: BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1986. p. 188.

<sup>35</sup> Nas palavras de Pierre Bourdieu capital político heroico, na verdade uma subespécie do capital convertido: mas, se este capital pessoal de notável é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, o capital pessoal a que se pode chamar heroico e profético e no qual pensa Max Weber quando fala de ‘carisma’ é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise. Ver: BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 191.

<sup>36</sup> HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Apud MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 18.

<sup>37</sup> HABERMAS, *Mudança estrutural da Esfera Pública*, 1984, op. cit., p. 18-19.

Segundo Valdeci Rezende Borges<sup>38</sup>, a análise de um texto literário – aqui compreendemos teatro como literatura – exige que o historiador se atente a questões que ultrapassam o limite da escrita em si. Para alcançar maior aprofundamento científico e histórico sobre a fonte, buscou-se identificar as características perceptíveis das obras literárias por meio da contextualização do texto sobre o qual se realiza o estudo, do levantamento de onde e quando foi produzida a obra, e a identificação do ambiente social e político do autor ao criar tal narrativa, assim como do aparato mental e simbólico que expresso na obra. Valdeci Borges<sup>39</sup> propõe que a arte age sobre o meio histórico e é produzida por determinado sujeito inserido num contexto histórico. Ao usar a literatura como fonte, o pesquisador deve analisar os tipos de relações e fatos estruturais ligados à vida de quem compôs a obra, investigando as influências exercidas pelos fatores socioculturais.

A partir dessas premissas, adotamos o método de análise de conteúdo proposto Laurence Bardin<sup>40</sup> à pesquisa em História. Em sua obra *Análise de conteúdo*, Bardin define essa metodologia como um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não é um instrumento, mas um leque de apetrechos que, com grande disparidade de formas, é adaptável a um vasto campo de aplicação.

À vista disso, propõe-se, nesta dissertação, realizar a análise de conteúdo literário das peças teatrais a partir de quatro etapas interdependentes: organização do *corpus* documental (acesso e transcrição das duas peças teatrais); desconstrução textual em unidades de análise ou de registro (esmiuçar as obras a partir dos fundamentos teóricos da investigação e das hipóteses levantadas pelo embate entre os personagens); categorização dos elementos constitutivos do texto (referências históricas, as críticas explícitas e veladas, as matérias dos periódicos da época e os desdobramentos do conflito); construção de um meta-texto (formulação do processo de exposição, interpretação para realização de inferências nos elementos do texto, sintetizando as descobertas e os novos conhecimentos relativos às condições de produção do discurso e de sua intencionalidade).

Em paralelo ao método de análise de conteúdo, consideramos necessária a aplicação dos princípios da linguística para a compreensão das obras literárias. Tal como Jhon Pocock<sup>41</sup>,

---

<sup>38</sup> BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: Algumas Considerações*. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, 2010, p.98. Disponível em: < [http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO\\_\\_BORGES.pdf](http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BORGES.pdf)>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

<sup>39</sup> op. cit.

<sup>40</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016. p. 36.

<sup>41</sup> POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da USP, 2003.

entendemos que os indivíduos circunscritos em uma determinada sociedade manifestam-se por intermédio de locuções que, ao se juntarem a outras sentenças, formam um campo comum de significados, um contexto de expressões, uma tradição de termos, ou seja, uma linguagem<sup>42</sup>. Em vista disso, a análise dos conflitos entre os clérigos busca deslocar-se da análise ou da descrição factual para uma escrita que se apoia em uma construção teórica voltada para o discurso e seu desdobramento no espaço social.

Por outro lado, ao tratar do contexto político no qual estavam inseridos os padres pesquisados, adotamos o método conceitual de político cunhado por Pierre Rosanvallon. Semelhante ao método de reconstrução conceitual e linguística de Pocock, o autor francês busca analisar as práticas, representações e estratégias dos autores, visando a reconstrução do contexto histórico da produção dos textos. É buscar “[...] compreender a formação e a evolução das racionalidades políticas, isto é, dos sistemas de representações que comandam a maneira como uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro [...]”<sup>43</sup>.

Logo, seu método busca delimitar seu objeto, isto é, “identificar os ‘nós históricos’ em torno dos quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações do político modificam-se em relação às transformações nas instituições, nas técnicas de gestão e nas formas do relacionamento social”<sup>44</sup>. Compreender o conceito do político em Marcelino e Januário é refazer velhas perguntas, explorar os não-ditos, iluminar o significado das crenças, observar as decepções e as não realizações.

E, ao analisarmos os conceitos políticos empregados pelos sacerdotes em suas peças teatrais, utilizamos o método proposto por Reinhart Koselleck<sup>45</sup>. Assim, nos empenhamos em diferenciar as palavras dos conceitos, compreender o indicativo do significado que se situa para além da língua (realidade concreta), e realizar a seleção “[...] crítica de fontes que antena para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político”<sup>46</sup>.

Para discussão do tema proposto, esta dissertação foi construída com quatro capítulos para responder ao problema proposto nesta dissertação. Tomando a linguagem típica do teatro para

---

<sup>42</sup> POCOCK, *Linguagens do ideário político*. op. cit., p. 24.

<sup>43</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *História* (Universidade Estadual Paulista), São Paulo, vol. 15, p. 27-39, 1996, p. 33.

<sup>44</sup> op. cit., p. 34.

<sup>45</sup> Diversas obras do autor são utilizadas ao longo da pesquisa: KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020; \_\_\_\_\_. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006; \_\_\_\_\_. *Estratos del tiempo*. Barcelona: Paidós, 2003; \_\_\_\_\_. *Aceleración, prognosis y secularización*. Valencia: Pré-textos, 2003; \_\_\_\_\_. *História y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997.

<sup>46</sup> KOSELLECK. *Futuro Passado*. op. cit., p. 103.

a peça, denominamos os capítulos como *Atos*. No primeiro ato, os políticos sobem ao palco, ou seja, discute-se a relação entre Igreja e Estado Imperial, assim como a presença de clérigos na política e na administração pública. No segundo ato, lançamos luz sobre as trajetórias de Marcelino e Januário, e apresentamos a rebelião organizada em Praia Grande nos primeiros meses de 1834. No terceiro ato, discutimos sobre o movimento pré-romântico no Brasil, descrevemos as peças teatrais *Rusga da Praia Grande* e *Cônego Iñez*, e discutimos sobre a recepção que as peças tiveram pela imprensa e pelo público.

No quarto ato, analisou-se a linguagem política das peças teatrais e os principais conceitos utilizados pelos sacerdotes nas suas confecções. A partir das disputas que ocorriam pelos jornais, confrontaram-se os jornais *Exaltado* – editado por Marcelino, *Mutuca Picante* – redigido por Januário, e *Aurora Fluminense* – principal jornal liberal moderado, dando especial destaque aos conceitos de monarquia centralizada e governo federativo. Acrescentou-se, a partir do estudo dos necrológicos dedicados a cada religioso na ocasião de seu falecimento, o processo de construção de uma memória coletiva oficial sobre estes sacerdotes.



## ATO 1. BATINAS EM CENA: OS SACERDOTES NO BRASIL IMPERIAL

A presença do clero no Brasil remonta os primórdios da colonização portuguesa. O primeiro registro de um clérigo na América lusitana é de Frei Henrique de Coimbra, frade franciscano responsável por rezar a primeira missa no Brasil. Em 1549, na armada do primeiro Governador do Brasil - Tomé de Souza -, padre Manuel da Nóbrega lideraria o primeiro grupo dos jesuítas, que teriam grande atuação na colônia até a expulsão da ordem, em 1759. Dada a importância da Igreja no processo de colonização, em 1551, o papa Júlio II, por meio da Bula *Super specula militantis Ecclesiae*, criou a Diocese de São Salvador da Bahia.

A herança de ser colonizado sob o princípio de unidade religiosa, herdado de Portugal, fez com que a construção do Estado e da nacionalidade brasileira fosse marcada por forte presença dos valores e crenças católicos, que não delimitava claramente os limites de poder entre Estado e Igreja. E a consequência da proximidade e da cooperação entre o poder religioso e o secular acabou por gerar diversos conflitos de autoridade entre as duas instituições<sup>47</sup>.

Na posição de religião oficial praticada pela maioria da população, o catolicismo possuía extensa capilaridade entre os diversos grupos étnicos e sociais no Brasil desde os tempos coloniais. A união entre Igreja e Estado garantia a manutenção da ordem estabelecida e a homogeneização dos padrões de comportamento da população<sup>48</sup>. A liturgia da Igreja servia ao governo como um mecanismo para a celebração da Nação, constituindo-a como uma comunidade de fiéis sacralizada e subjugada pelos ritos católicos<sup>49</sup>.

Consoante Valentino Altoé<sup>50</sup>, as práticas da religiosidade católica eram a expressão de vida social, política e cultural da população, tendo em vista que as inúmeras festas cívico-religiosas e as infindáveis celebrações religiosas eram os principais momentos de socialização da sociedade. Batizados, casamentos, enterros, os atos políticos eram celebrações civis-religiosas. “[...] Tradições lusas, cultos indígenas e manifestações religiosas africanas, tudo fazia parte de uma religiosidade que até causava perplexidade ao viajante europeu”<sup>51</sup>.

<sup>47</sup> SILVA, Joelma Santos da. *Por mercê de Deus: Igreja e Política na trajetória de Dom Marcos Antonio de Sousa (1820-1842)*. 194f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2012. p. 20-24.

<sup>48</sup> ALTOÉ, Valentino. *O Altar e o Trono: um mapeamento das idéias políticas e dos conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil. (1840-1889)*. 1993. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993, p. 111.

<sup>49</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831). *Revista Brasileira de História*, vol. 32, n. 63, p. 119-142, 2012. p. 120.

<sup>50</sup> ALTOÉ, 1993, op. cit., p. 146-147.

<sup>51</sup> ALTOÉ. *O Altar e o Trono*. 1993, op. cit., p. 147.

E, como boa parte da construção dos espaços urbanos do Brasil estava vinculada à construção de capelas, pois era ao redor dos templos que se formavam os arraiais, a vida pública era ligada às práticas religiosas<sup>52</sup>. Desta forma, as irmandades, as confrarias, os eventos e as celebrações religiosas eram os “[...] raros momentos em que as pessoas conviviam com outras de fora de suas famílias, tornando-se alvo de diferentes apropriações e formas de sociabilidade”<sup>53</sup>.

O tamanho do território brasileiro e a presença da Igreja nos mais diversos locais fizeram dos clérigos um recurso administrativo barato e com grande poder sobre a população, os braços do poder político nas localidades mais distantes do Império, sob direção do Estado. A grosso modo, pode se afirmar que a falta de homens letrados para ocupar as funções requeridas pela monarquia levou os sacerdotes a exercerem tais funções<sup>54</sup>. Assim, competia à Igreja, por meio do clero, assegurar os registros de batismo, casamento e óbito, realizar o recenseamento populacional, manter a ordem, dentre outras funções.

A relação entre o clero e o Estado, porém, caracterizava-se por grande ambiguidade. Por muitas vezes, os interesses do Império e dos clérigos coincidiam. Contudo, por terem uma instrução acima da média<sup>55</sup>, além de estarem próximos da população pobre e excluída dos círculos de poder, muitos padres acabaram por se tornarem líderes rebeldes. Tantos foram aqueles que, atuando nos sertões do Brasil, não se submeteram facilmente às novas normas provindas do poder central. Longe dos centros de poder eclesial e temporal, os clérigos tornaram-se referências para a resolução dos mais diversos tipos de problemas locais. Formados sob a égide do Antigo Regime, esses padres resistiram às transformações políticas e sociais, mantendo-se no centro do poder com a ajuda das suas redes clientelares, códigos de conduta e referenciais de poder coercivo<sup>56</sup>.

Também foram muitos os que decidiram pegar em armas para conquistar os seus objetivos. Consoante José Murilo de Carvalho<sup>57</sup>, em praticamente todos os movimentos revolucionários entre 1789 e 1842 houve a presença e a liderança de sacerdotes. Isso se deu pela influência das

---

<sup>52</sup> MATA, Sergio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wiss.Verl, 2002.

<sup>53</sup> SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do altar à tribuna: os Padres Políticos na formação do Estado nacional brasileiro (1823-1841)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. p. 44.

<sup>54</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 183 e 187.

<sup>55</sup> Consoante José Murilo de Carvalho, a maior parcela do clero brasileiro possuía uma formação precária, não frequentando seminários e possuindo costumes distantes dos esperados de uma autoridade eclesiástica. ver: CARVALHO, 2008, op. cit., p. 182.

<sup>56</sup> SILVA. *Padres políticos e suas redes de solidariedade*, 2012, op. cit., p. 122, 125 e 127.

<sup>57</sup> CARVALHO, 2008, op. cit., p. 183.

ideias provenientes das revoluções francesa e americana, que convidavam à luta contra o absolutismo, a favor da democracia e das liberdades individuais. Ítalo Santirocchi<sup>58</sup> também aponta como motivação para a presença de clérigos em revoltas os diversos conflitos que ocorriam entre a Igreja e o Estado, além da imposição de uma dupla lealdade aos clérigos, que deviam obediência e prestavam serviços às duas instâncias.

Para melhor compreender a práxis dos sacerdotes em meio à sociedade brasileira do século XIX, é necessário o aprofundamento na formação que os clérigos recebiam, atentando-se para as matrizes intelectuais utilizadas no Brasil. Também é importante diferenciar a formação que existia entre os padres que haviam estudado em Coimbra, os que se formaram nos seminários brasileiros e os que receberam a preparação para a ordenação fora dos ambientes religiosos.

### 1.1. A FORMAÇÃO DO CLERO

Dentre os assuntos discutidos no Concílio de Trento<sup>59</sup> (1545-1563), a formação sacerdotal ocupou uma posição de destaque. Na busca por formar clérigos intelectual, espiritual e moralmente preparados para as funções religiosas, os conciliares conceberam a construção de seminários episcopais. Nestas instituições, o candidato ao sacerdócio receberia uma formação condizente com os valores propostos pela Igreja, longe das tentações do mundo. Assim, um novo clero, composto de homens de fé íntegra, obedientes ao papado e prontos para defender a Igreja em qualquer circunstância, seria concebido<sup>60</sup>.

Todavia, a reforma proposta pelo concílio não recebeu o beneplácito total em Portugal e em seus territórios ultramarinos. As limitações impostas pelo Padroado Régio<sup>61</sup> e o contexto socioeconômico em que se encontrava a colônia não possibilitaram que as diretrizes tridentinas fossem plenamente implementadas. O principal problema se deu pela exclusividade dos Jesuítas na educação, tanto a secular quanto a religiosa. Com a expulsão da ordem em 1789, os

<sup>58</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O dilema da participação política do clero durante o Período Imperial. In: *Anais dos Simpósios da ABHR*, v. 12, 2011, p. 1-2.

<sup>59</sup> O Concílio de Trento (1545-1563), foi convocado pelo Papa Paulo III. Sendo o 19º concílio ecumênico da Igreja, tinha como principal objetivo defender o catolicismo diante das reformas protestantes no século XVI. Suas principais diretrizes se basearam em reafirmar dogmas e regras, reafirmar a autoridade apostólica e papal e criar meios para uniformizar a práxis da Igreja em todo o mundo. Ver: SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro*. *Revista Almanack Brasiliense*, Brasília, n. 8, 2008, p. 127-137.

<sup>60</sup> ZAGHENI, Guido. *A idade contemporânea*. Curso de História da Igreja IV. São Paulo: Paulus, 1999.

<sup>61</sup> Santirocchi aponta que o Padroado, significava uma troca de obrigações e direitos entre a Igreja e um indivíduo, ou instituição – aqui o rei e o reino de Portugal –, que assumia assim a condição de seu padroeiro. Ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)*. (Tese de Doutorado). Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 2010. p. 13.

poucos seminários que permaneceram abertos<sup>62</sup> funcionavam de forma precária e, para sobreviver, eram abertos aos filhos das elites locais, funcionando como uma escola<sup>63</sup>.

Utilizando o Seminário São José do Rio de Janeiro como exemplo, os discentes tinham como estudos regulares: Latim, Estudo de Cerimônias Litúrgicas, Canto Gregoriano, Estudo dos Livros Sagrados, Dogmática, Oratória Sacra, Apologética, Teologia Moral e Teologia Dogmática. As disciplinas eram estruturadas a partir do modelo da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino. O currículo, diante das exigências da época e da Igreja, passou por centenas de mudanças e adaptações<sup>64</sup>.

Além disso, a formação oferecida ao clero no Brasil colonial era engendrada nas estruturas do “Regalismo católico pombalino”<sup>65</sup>, fazendo com que os sacerdotes acabassem por se preocupar mais com as atividades burocráticas do que com o serviço clerical. O clero era instruído, em nome do Estado e da Igreja, para “[...] moldar o comportamento individual a serviço dos objetivos institucionais”<sup>66</sup>. No entanto, a formação eclesiástica luso-brasileira recebeu grande influência do iluminismo de matriz francesa, o que inspirou diversos padres a tomarem parte em vários movimentos contestatórios e até buscarem a criação de uma Igreja independente de Roma, em um movimento que teve seu apogeu nos anos finais do Primeiro Reinado e na Regência<sup>67</sup>. A consequência disso foi a atuação ambígua, fragmentada e pragmática que, ao mesmo tempo em que se envolvia em revoltas, atuava como aliada e prestadora de serviço ao Estado.

Os seminaristas provindos de famílias abastadas, ou que conseguiam padrinhos dispostos a financiar os seus estudos, iam terminar a formação clerical na metrópole, licenciando-se em

---

<sup>62</sup> Eram cinco seminários em funcionamento quando feita a independência do Brasil: seminário São José (Rio de Janeiro), seminário Nossa Senhora da Boa Morte (Mariana), seminário de Nossa Senhora das Graças (Olinda), seminário São Dâmaso (Salvador) e seminário de São Alexandre (Belém). Ver: ALMEIDA, Cônego Luis Castanho de. Notas para a História dos Seminários. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis: Vozes, v. 9, mar. 1949.

<sup>63</sup> SOUZA. *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 73.

<sup>64</sup> STECKEL, Edvino Alexandre. O 1º Seminário Tridentino do Brasil é o do Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_; LIMA, Luís Corrêa; VENEU, Marcos Guedes (orgs). *Rio 456 anos: a Igreja na História da cidade*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2021, p. 89-111.

<sup>65</sup> Santirocchi apresenta o Regalismo como um “[...] sistema pelo qual as concessões recebidas pelos reis para a manutenção da fé foram, muitas vezes, ampliadas e modificadas arbitrariamente pelo Estado [...] no intuito de dominar e manipular a Igreja de acordo com os interesses do Trono”. No caso do Regalismo português, as reformas realizadas por Sebastião José de Carvalho e Melo - Marquês de Pombal (1699-1782) tinham por objetivo fomentar a autonomia da Igreja e do clero português em relação ao controle e interferência da Santa Sé. Tal reforma partia da ideia de reconhecer o rei como a maior e principal autoridade soberana portuguesa, redefinindo as relações entre o Império Português e o papado. Ver: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Os ultramontanos no Brasil*. 2010, op. cit., p. 13.

<sup>66</sup> SERBIN, Kenneth. P. *Padres, Celibato e Conflito Social*. Uma História da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 29.

<sup>67</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial. In: Simpósio Nacional de História, 27, 2013, Natal: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013.

Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra. Contudo, ir estudar na metrópole só era possível mediante autorização da administração colonial, que concedia um passaporte ao estudante. Isso se dava porque a pureza de sangue era requisito para o ingresso na universidade, dado o fato de que a Coroa portuguesa buscava possuir funcionários que não fossem contaminados pelo sangue de “[...] moro, mulato, judeu ou outra raça infecta”<sup>68</sup>. Logo, os sacerdotes formados na instituição eram os escolhidos para ocupar os cargos do alto clero<sup>69</sup>.

Nos rincões interioranos, onde não existiam seminários, os candidatos ao sacerdócio eram formados por padres-mestres, dos quais recebiam as instruções em latim e liturgia, recebendo as ordens sacras em meio às visitas pastorais, nas quais os bispos lhe examinavam – de acordo com um regulamento proposto nas Constituições do Arcebispo da Bahia<sup>70</sup> – e lhe ordenavam para o serviço ao altar. A falta de critérios para a seleção dos candidatos e a facilidade com que alguns bispos conferiam as ordens sacras a estes homens foram motivos de diversos protestos por parte de algumas autoridades diocesanas e até de Núncios Apostólicos<sup>71</sup>.

A maior parte dos sacerdotes brasileiros do período foi educada por meio deste modelo deficitário, informal e sem unidade com a diocese ou com a Santa Sé. Consoante José Murilo de Carvalho<sup>72</sup>, a consequência dessa formação sem nenhum tipo de estrutura foi a construção de um clero que era reconhecidamente malformado e de costumes contrários com a disciplina eclesiástica. Esses padres acabavam mais ligados a questões seculares, como a política e os negócios, e viviam em concubinato. Apesar disso, essa educação deficitária ainda era acima da média, fazendo do sacerdote um homem de prestígio e poder local.

A formação, quer fosse em seminários ou em aulas administradas por padres-mestres, não estabeleceu grandes diferenças na atuação política dos sacerdotes. “[...] Ao contrário, em ambos os grupos, foi visível a pouca preocupação para com a rígida estrutura hierárquica da Igreja”.

---

<sup>68</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus juízes: 1609 – 1751*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. p. 58-62

<sup>69</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 182.

<sup>70</sup> O título LIII das Constituições, nos nº. 224 e 225 traz uma série de perguntas que o pároco da freguesia onde residia o candidato às ordens sacras deveria ler em uma missa de domingo ou dia santo. Nelas, os fiéis, sob o risco de excomunhão, respondiam se conheciam o candidato e se ele era batizado; se não tinha parentesco com hereges, judeus, mouros, infiéis ou sentenciados pelo Santo Ofício; se não era escravo; se possuía a idade mínima para ordenar; se não possuía nenhum tipo de enfermidade ou deficiência, em especial cegueira do olho esquerdo; se era ou já foi assombrado por demônios; se já havia cometido algum crime ou possuía pendências com a justiça; se era concubinário ou casado; se estava se ordenando obrigado ou por medo; e se era assíduo com os sacramentos da penitência e da comunhão. Ver: VIDE, Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853. p. 92-95.

<sup>71</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 73-74.

<sup>72</sup> CARVALHO. *A Construção da Ordem*. 2008, op. cit., p. 182.

Desta forma, nos dois grupos surgiram vozes e projetos que “[...] questionaram as diretrizes romanas e, mesmo, a liderança religiosa da Santa Sé, chegando mesmo a defender a adequação da disciplina eclesiástica às necessidades do Brasil, a despeito da aceitação por parte da Cúria Romana”<sup>73</sup>.

Enfim, por mais que as regras para admissão de um sacerdote fossem claras, não permitindo mestiços ou de “sangue impuro”, os registros históricos apontam para um corpo clerical bem diverso e até democrático<sup>74</sup>. Mesmo após a Independência, ser padre no Brasil era uma das poucas possibilidades de ascensão social<sup>75</sup>. Desta forma, o clero brasileiro era composto por membros provenientes das famílias ricas, que podiam receber formação em Portugal e que, por consequência, ocupariam os principais cargos na hierarquia eclesiástica; por filhos de pequenos proprietários de terras e profissionais liberais; e pelos os pobres apadrinhados por mecenas<sup>76</sup>.

Logo, os clérigos no Brasil, desde os tempos de colônia, caracterizam-se pela pluralidade e pela pouca formação religiosa. A mescla de funções de homem público e sacerdote aproximou muito os sacerdotes da população, indo na contramão da reforma tridentina proposta por Roma três séculos antes. Desse modo, era comum, àquela população, conviver com padres que viviam respeitosamente com mulher e filhos. Conforme aponta Kenneth P. Serbin<sup>77</sup>, “[...] A preocupação principal do povo não era o celibato, mas ter padres que desempenhassem adequadamente outros deveres sacramentais e religiosos”.

No século XIX, além do concubinato, a falta de ortodoxia do catolicismo brasileiro permitia encontrar padres que “[...] praticavam a simonia, dedicavam-se a atividades economicamente rentáveis e eram relapsos nos serviços religiosos não lucrativos”<sup>78</sup>. Françoise Souza<sup>79</sup>, ao analisar os padres eleitos entre 1823 e 1840, aponta que estes sacerdotes, em seu dia a dia, viviam como os seus fiéis, sendo comum vê-los sem batina, constituindo família e participando de festas profanas. A autora ainda aponta para o fato de que essa proximidade com a população acabava por influenciar os sacerdotes, que passavam a compartilhar das mesmas demandas e problemas. Isso contribuía para que o sacerdote se tornasse um porta-voz do povo, ocupando posições de liderança. Contudo, mesmo com a formação sacerdotal deficitária, o fato de estarem

---

<sup>73</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 76

<sup>74</sup> CARVALHO, 2008, op. cit., p. 183

<sup>75</sup> op. cit.

<sup>76</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 80.

<sup>77</sup> SERBIN, *Padres, Celibato e Conflito Social*. 2008, op. cit., p. 62.

<sup>78</sup> PAIVA, Gilberto. Meados do século XIX: a Igreja no Brasil toma novos rumos. *Fragments de Cultura*, Goiânia, v. 9, n. 3, maio-jun, 1999. p. 534.

<sup>79</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 46.

presentes em praticamente todo o território nacional e de transitarem pelos mais variados círculos de associativos fazia do clero brasileiro importante componente de conexão entre o centro e a periferia do Império<sup>80</sup>.

Assim, diante do exposto, é notório que a carreira clerical atraía muitos indivíduos sem interesses na vida religiosa propriamente dita. Parte dos sacerdotes, mais dotada das coisas seculares do que das questões eclesiais, logo após receber a ordenação, buscava conquistar uma função em paróquias de freguesias bem localizadas. Quanto mais distante a paróquia dos centros de poder, menor as cômmodas, menor número de fiéis e maiores as dificuldades para uma escalada política. Quanto mais próximo dos centros de poder político, maiores as benesses e as chances de sucesso na carreira política. Os clérigos com melhores condições financeiras, uma vez ordenados, costumavam migrar para a capital do império em busca de maior proximidade com os círculos de poder, que garantiriam influentes cargos religiosos e políticos<sup>81</sup>. Portanto, para entender a atuação dos clérigos em sua busca por melhores cargos e prestígio, é importante refletir sobre o sacerdote enquanto funcionário público do Estado Imperial.

## 1.2. O SACERDOTE COMO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Mesmo com dificuldades, a Igreja era a instituição presente na maior parte do território brasileiro. Logo, no momento de formação do Estado Nacional, o governo imperial não pode desprezar a mão-de-obra proveniente do clero. Ao contrário: “[...] houve uma dependência em relação à Igreja, no tocante ao seu sistema de documentação e controle de informação sobre a população local, bem como de sua infraestrutura de pessoal e edifícios”<sup>82</sup>. Consoante José Miguel Sardica<sup>83</sup>, nos sertões do Brasil, o Estado “[...] só se revelava nas vidas individuais mediado pela homilia do cura, pelo ensinamento do frade ou pela pastoral do bispo”.

Logo, as missas tinham uma importância que ultrapassava o campo espiritual. O padre, por meio de sermões, fazia o elo entre o mundo iletrado e o mundo político, técnico e culto. Tal capital simbólico permitiu aos sacerdotes a apropriação das homilias, “[...] adequando-as às suas conveniências e aspirações”<sup>84</sup>. Conforme aponta Ítalo Santirocch<sup>85</sup>, a dupla fidelidade dos

<sup>80</sup> op. cit., p. 408.

<sup>81</sup> op. cit., p. 115-116.

<sup>82</sup> op. cit., p. 47.

<sup>83</sup> SARDICA, José Miguel. O Vintismo perante a Igreja e o catolicismo. *Penélope* – Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa, n. 27, 2002, p. 130.

<sup>84</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. p. 45.

<sup>85</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. O dilema da participação política do clero durante o Período Imperial. In: *Anais dos Simpósios da ABHR*, v. 12, 2011, p. 1-2.

clérigos brasileiros “[...] acontecia, não porque recebessem cômguas do Tesouro, mas sim pelas funções civis que eram obrigados a realizar a mando do Governo e por determinação das leis aprovadas sem nenhuma negociação com a Santa Sé”.

Como se discutiu antes, a ideia do sacerdote como um funcionário público era uma das heranças do Padroado e do Regalismo português. Dessa forma, a práxis do clero brasileiro se dividia em ações religiosas e seculares. A primeira função burocrática confiada aos padres era a administração dos bens e dos registros sacramentais de sua paróquia. Eram eles que cuidavam dos templos, cemitérios, livros de batismo, casamento e óbito locais<sup>86</sup>. O Estado, como não contava com burocracia própria, dependia do sistema de documentação da Igreja para obter informações sobre a população local<sup>87</sup>.

No entanto, a principal arena de atuação do clero, enquanto funcionário público, se dava nas eleições paroquiais. O Decreto de 26 de março de 1824, que regulamentava as eleições no Império, incumbia ao sacerdote local listar e divulgar nas portas das igrejas o número de fogos de sua freguesia, realizar as cerimônias religiosas que antecediam a eleição – que também ocorria nas dependências da Igreja – e tomar assento junto à mesa eleitoral<sup>88</sup>.

Sendo a Igreja, em muitos lugares, a guardiã dos documentos que forneciam as informações sobre a população, o sacerdote configurava-se membro importante nas juntas responsáveis por elaborar as listas de votantes das paróquias. Contudo, como não havia normativa para especificar quais documentos poderiam comprovar se o eleitor estava apto ou não a votar, a decisão final sobre quem teria direito de participar da eleição seria da mesa eleitoral e, conseqüentemente, do pároco local<sup>89</sup>. Se a ideia de confiar ao padre essa função era justificada por sua idoneidade, imparcialidade e busca pela concórdia e entendimento entre as partes, o que as fontes apontam é uma atitude totalmente avessa<sup>90</sup>. A mesa eleitoral, sob a presidência do padre, era, na verdade, o local ideal para a ocorrência de fraudes e manipulações, que culminavam, por diversas vezes, em violência<sup>91</sup>.

---

<sup>86</sup> CARVALHO, A *Construção da Ordem*. 2008, op. cit., p. 154.

<sup>87</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 47.

<sup>88</sup> SOUZA, Francisco Belisário de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979. p. 54.

<sup>89</sup> BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *Católicos e Cidadãos*. A Igreja e a Legislação Eleitoral no Império. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 1997. p. 19.

<sup>90</sup> LAZZARINI, Júlia Lopes Viana. Na “cadeira da verdade”: a ação política dos padres por meio dos púlpitos em Minas Gerais Regencial. *Ágora*, Vitória, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2020. p. 2-3.

<sup>91</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Globo, 1996. p. 367.



De acordo com as instruções eleitorais de 1824, no dia da eleição, o pároco, ou sacerdote designado, deveria rezar uma missa em intenção das eleições<sup>92</sup>. Nessa missa, sua pregação deveria falar sobre as eleições e, por consequência, ajudar os paroquianos-eleitores a fazerem bem a sua escolha no momento das eleições<sup>93</sup>. No entanto, os sacerdotes aproveitavam-se do púlpito para proferir sermões que tinham o objetivo de influenciar a população a escolher os candidatos condizentes com seu grupo, no qual muitas vezes também constava seu próprio nome na lista. Consequentemente, a neutralidade que justificava o *Te Deum* e a presença do padre na mesa eleitoral, contrastava com as denúncias de cabalas por parte dos opositores desfavorecidos<sup>94</sup>.

Para Lazzarini<sup>95</sup>, os padres desempenhavam papel importante na legitimação política do grupo que estava no poder. Seja com os sermões que afirmavam ter “Deus escolhido aquele grupo”, seja com os discursos velados de que determinado grupo “representava a verdadeira vontade de Deus”, os discursos e sermões dos padres nos eventos religiosos e cívicos buscavam colocar as “ovelhas” no caminho que o sacerdote julgava correto.

Por essa razão, conforme aponta Ítalo Santirocchi<sup>96</sup>, a presidência da mesa ser vinculada à figura do pároco contribuiu para politizar ainda mais a figura do sacerdote dentro da sociedade imperial. O cargo passou a ser alvo de disputa política e, o padre, ao fazer parte efetiva da burocracia civil, passou a ser parte integrante do interesse do Estado.

O Decreto de 1824 ainda determinava que:

§2º Terminada a cerimônia religiosa, posta uma mesa no corpo da Igreja, tomará o Presidente assento à cabeceira dela, ficando a seu lado o Pároco, ou o Sacerdote, que suas vezes fizer, em cadeiras de espaldar. Todos os mais assistentes terão assentos sem precedência, e estarão sem armas e a portas abertas. O Presidente fará em voz alta e inteligível a leitura deste capítulo e do antecedente.

§ 3º O Presidente de acordo com o pároco, proporá à assembleia eleitoral dois cidadãos para Secretários e dois para Escrutinadores, que sejam pessoas de confiança pública, as quais sendo aprovadas ou rejeitadas por aclamação do povo, tomarão lugar de um e outro lado. O Presidente, o Pároco, os Secretários e os Escrutinadores formam a mesa da assembleia paroquial<sup>97</sup>.

<sup>92</sup> BRASIL. Decreto de 26 de março de 1824. *Manda proceder à eleição dos Deputados e Senadores da Assembléa Geral Legislativa e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias*. Disponível em <<http://www.ibrade.org/wp-content/uploads/2018/03/Decreto-de-26-de-mar%C3%A7o-de-1824.compressed.pdf>> Acesso em 15 de agosto de 2021.

<sup>93</sup> BASTOS, *Católicos e Cidadãos*. 1997, op. cit., p. 49.

<sup>94</sup> LAZZARINI, Na “cadeira da verdade”, 2020, op. cit., p. 3-5.

<sup>95</sup> op. cit., p. 9-12.

<sup>96</sup> SANTIROCCHI, *O dilema da participação política do clero*, 2011, op. cit., p. 5.

<sup>97</sup> BRASIL. Decreto de 26 de março de 1824. op. cit.

Consoante Ana Marta Bastos<sup>98</sup>, a ocorrência das eleições no ambiente das igrejas paroquiais se dava pela falta de estrutura do Estado, que se servia do tamanho e da localização das Igrejas. O fato de os ritos católicos fazerem parte das cerimônias eleitorais, ritos esses que já contavam com ampla aderência da população, ajudavam a congregar e organizar a população. Logo, a utilização do prestígio e do espaço da Igreja para a realização do pleito mostrava que o Estado dependia e reconhecia a força que a Igreja possuía junto aos eleitores.

Tamanho domínio dos párocos sobre as eleições diminuiu consideravelmente a partir da Lei de 01º de outubro de 1828, que transferia o poder de confeccionar a lista dos votantes e de presidir a mesa eleitoral para os Juízes de Paz. Contudo, nas localidades em que não houvesse o Juiz de Paz, a função ainda seria exercida pelo pároco<sup>99</sup>. O Decreto nº 157, de 4 de maio de 1842, que instituiu um processo de alistamento eleitoral, garantia a presidência da mesa ao Juiz de Paz, mas mantinha o pároco como partícipe da Junta Paroquial responsável pela elaboração da “lista dos cidadãos cativos”<sup>100</sup>.

Já a lei nº 387 de 19 de agosto de 1846, que unificara todas as instruções sobre os procedimentos de todas as eleições, sejam elas nacional, provincial ou paroquial, manteve a liturgia eleitoral, com ênfase na execução do *Te-Deum* solene e na reza da Missa do Espírito Santo. Também garantiu a possibilidade de a reunião eleitoral ocorrer na matriz, caso a sala do consistório não possuísse a estrutura necessária, e algumas prerrogativas ao pároco, como assistir ao trabalho das juntas, participar da formação da lista e reconhecer a identidade dos votantes<sup>101</sup>. Somente com a lei da reforma eleitoral, nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, conhecida como Lei Saraiva, que impôs o voto direto, encerrou com todo o cerimonial sagrado que antecedia as eleições e permitiu que não católicos pudessem ser eleitos – desde que fossem alfabetizados e

---

<sup>98</sup> BASTOS, *Católicos e Cidadãos*. 1997, op. cit., p. 113-114.

<sup>99</sup> BRASIL. Lei de 1 de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. art. 4º. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz.&text=Art.,sete%2C%20e%20de%20um%20Secretario.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz.&text=Art.,sete%2C%20e%20de%20um%20Secretario.)>. Acesso em 19 dez. 2022.

<sup>100</sup> BRASIL. Decreto nº 157, de 4 de maio de 1842. Dá Instruções sobre a maneira de se proceder ás Eleições Geraes, e Provinciais. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/386137/publicacao/15633544>>. Acesso em 19 de dez. 2022.

<sup>101</sup> BRASIL. Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846. Regula a maneira de proceder ás Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Provinciales, Juizes de Paz, e Camaras Municipaes. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.html>>. Acesso em 28 de março de 2023.

comprovassem a renda mínima –, que a participação dos sacerdotes da eleição foi praticamente anulada<sup>102</sup>.

Assim sendo, consoante Kátia Sausen da Motta<sup>103</sup>, pode-se afirmar que os sacerdotes mantiveram certa influência nas eleições até 1881, pois os cidadãos habilitados para participar das assembleias primárias precisavam pertencer à paróquia, mesmo que o documento fosse exclusivamente eleitoral. É importante salientar que a retirada de prerrogativas do pároco e sua entrega ao Juiz de Paz é fruto do que ocorria no período denominado “Década Liberal (1827-1837)”. Neste momento, foram realizadas diversas reformas legislativas, pelas quais o juizado de paz passou a ocupar um papel proeminente na garantia da justiça social e na organização do governo<sup>104</sup>.

### 1.3. O SACERDOTE COMO POLÍTICO

Todo este domínio sobre o sistema eleitoral contribuiu para que muitos clérigos ocupassem cargos eletivos durante o Primeiro Reinado e parte da Regência. Diversos padres integravam as câmaras municipais nas vilas em que residiam, ocuparam cargos na administração provincial e chegaram aos quadros públicos em âmbito nacional. Françoise Souza<sup>105</sup>, ao analisar o parlamento brasileiro nas magistraturas que ocorreram entre 1826 a 1842, período que engloba o recorte por nós estudado, aponta que, entre os 410 deputados gerais eleitos, 87 eram sacerdotes, ou seja, 21,2% do total geral de membros da casa legislativa, número menor somente que os magistrados<sup>106</sup>. Entre os senadores, 7 sacerdotes foram eleitos no primeiro reinado, 6 nas regências e 4 no segundo reinado<sup>107</sup>.

A autora justifica essa posição de agente político de grande importância que o clero ocupou durante este período afirmando que os sacerdotes se destacavam como lideranças intelectuais, espirituais e políticas. Isto, somado ao turbilhão de mudanças que ocorreram na transição do Reino Unido para o Estado Independente, levou os sacerdotes a serem um dos três principais

---

<sup>102</sup> BRASIL. Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881. Reforma a legislação eleitoral. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>>. Acesso em 28 de março de 2023.

<sup>103</sup> MOTTA, Kátia Sausen. *Eleições no Brasil do oitocentos: entre a inclusão e a exclusão da patuleia na cidadela política (1822-1881)*. 235f. Tese (Doutorado em História), Centro de Ciências Humanas e Naturais – Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, 2018. p. 97-98.

<sup>104</sup> FLORY, Thomaz. *El juez de paz y El jurado en El Brasil imperial (1808-1871)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986; CAMPOS, Adriana Pereira; SLEMIAN, Andrea; MOTTA, Kátia Sausen. *Juízes de Paz: um projeto de justiça cidadã nos primórdios do Brasil Império*. Curitiba: Jurúa, 2017.

<sup>105</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 17.

<sup>106</sup> CARVALHO, *A Construção da Ordem*. 2008, op. cit., p. 108.

<sup>107</sup> SOUZA *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 18.

grupos eleitos nos primeiros pleitos brasileiros, junto aos magistrados e aos proprietários de terras<sup>108</sup>.

O período de maior domínio do clero na política foi na terceira legislatura (1834-1837), em que se somou 25 deputados e 13 senadores de batina, tendo o padre Diogo Antonio Feijó (1784-1843) como regente eleito<sup>109</sup>. Isso comprova a cultura política fortemente marcada por valores religiosos e a dependência do Estado para com os clérigos<sup>110</sup>. Françoise Souza<sup>111</sup> explica que, apesar da elevada presença de padres no âmbito legislativo, sua participação foi marcada por certa fluidez de ideais e posicionamentos, não formalizando, por isso, uma “frente parlamentar clerical”.

Concordamos com Joelma Santos da Silva<sup>112</sup> que, mesmo reconhecendo existir outras correntes político-religiosas no Brasil, os principais embates se davam a partir do projeto defendido por Feijó e o projeto defendido pelos bispos Dom Marcos Antonio de Sousa (1771-1842) e Dom Romualdo Antonio Seixas (1787-1860). Ao se tratar da aliança entre Estado e Igreja, a questão principal discutida entre os sacerdotes eleitos deputados concentrava-se nas relações políticas estabelecidas entre o Império e a Santa Sé.

O Estado Imperial brasileiro nasceu a partir das bases político-administrativas lusitanas alicerçadas em forte visão religiosa do mundo<sup>113</sup>. Isso ficou patente na Constituição de 1824, outorgada sob a invocação da Santíssima Trindade, que definia a Religião Católica Apostólica Romana como a religião do Império<sup>114</sup>. Logo, a Carta Magna Imperial não conseguia determinar os limites entre as esferas temporais e espirituais.

Essa dificuldade de definição das fronteiras entre o Estado e a Igreja eram heranças do constitucionalismo ibérico. Tal qual ocorreu em Cádiz (1812), grande parcela dos constituintes eram provenientes do clero, o qual, mesmo sem uma unidade de atuação, contribuiu para a disciplinar o caráter confessional do Estado Espanhol, sob a ideia de que “[...] a Constituição

---

<sup>108</sup> op. cit., p. 131

<sup>109</sup> BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *O Clero no Parlamento Brasileiro*. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Vol. 2. 1978-1980.

<sup>110</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 23.

<sup>111</sup> op. cit., p. 167.

<sup>112</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 98.

<sup>113</sup> SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Padres políticos e suas redes de solidariedade*, 2012, op. cit., p. 17-18.

<sup>114</sup> BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824.

ordena um Estado de Católicos”<sup>115</sup>. Mesmo abolindo a Inquisição, a Carta, e seu artigo 12, proibia qualquer culto que não fosse o católico<sup>116</sup>.

A Constituição Portuguesa de 1822, mesmo que muito influenciada pelas resoluções de Cádiz, além de abolir a Inquisição, em seu artigo 25, garantia o direito a estrangeiros ao culto doméstico de outras religiosidades não católicas. Porém, ao manter o Estado Confessional, fazia com que a religião estivesse presente nos diversos atos da vida civil e da atividade política, inclusive com os que eram obrigação para todos os cidadãos, inclusive os não católicos. Como exemplo, temos os juramentos realizados em meio a atos políticos e as consequentes celebrações<sup>117</sup>.

Logo, a Constituição do Império do Brasil, tal qual a de Cádiz e a de Portugal, acabou por ter sua elaboração permeada por um recorrente ideário moral-religioso, em que direitos individuais contrastavam com a moral religiosa e o Estado Confessional. E, sendo o catolicismo a religião oficial, o clero era tratado como funcionário do Estado, diminuindo ainda mais as fronteiras que separavam o Estado e a Igreja<sup>118</sup>.

No que tangia as relações entre Igreja e Estado, a Constituição de 1824 absorvia muito do padroado e do Regalismo português. O inciso II do artigo 102 definia como se efetivariam as relações entre o Chefe do Poder Executivo e a Igreja, garantindo ao Imperador o direito de “nomear Bispos, e prover os benefícios eclesiásticos”. No entanto, o texto não definia como seriam tratadas as determinações vindas de Roma, nem como se daria a ingerência do Estado na Igreja. À vista disso, um dos temas que mais foram discutidos pelos deputados gerais eleitos em 1826 foi o das relações entre a Igreja e o Estado<sup>119</sup>.

Por mais que a Constituição garantisse uma continuidade do catolicismo e a manutenção da estrutura eclesiástica, o rompimento com Portugal invalidava os documentos que garantiam o padroado ao Chefe de Estado. Por essa razão foi necessário realizar um acordo com a Santa Sé que permitisse ao Imperador continuar com as práticas herdadas de Portugal, em especial nomear os ocupantes dos cargos eclesiásticos e cobrar os dízimos. Se não houvesse uma

---

<sup>115</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil. In: \_\_\_\_\_; CARVALHO, José Murilo de. *Repensando o Brasil dos oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 196.

<sup>116</sup> HACHA, José Domingues. Las relaciones Iglesia Estado en el ámbito occidental y el contexto de la Constitución de Cádiz de 1812. *Revista de Humanidades*, n. 15, 2008, p. 139-169. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2766508>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

<sup>117</sup> HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004. p. 90 e 335.

<sup>118</sup> HACHA, op. cit.; HESPANHA, op. cit.

<sup>119</sup> SILVA, Joelma Santos da. *Por mercê de Deus*. 2012, op. cit., p. 85.

concordata com Roma, a interferência estatal na Igreja poderia acarretar uma crise diplomática com a Santa Sé<sup>120</sup>.

Não que os políticos brasileiros tivessem preocupados com uma confirmação por parte do papado sobre os benefícios do padroado. A negociação era muito mais uma estratégia política. Se o papado não reconhecesse a Independência do Brasil e, por consequência, começasse a fazer oposição ao novo regime, provavelmente acarretaria dificuldades para o reconhecimento do Império do Brasil por parte de outras nações<sup>121</sup>.

E, para além do reconhecimento internacional, Dom Pedro buscava consolidar o seu poder, recorrendo a uma certa sacralização de sua função e de sua pessoa. Para isso, o reconhecimento papal e a garantia de sua interferência na autoridade eclesiástica fortaleceriam o seu poder nas Províncias. “[...] Ele procurava ligar a si outra fonte de autoridade além da “aclamação popular” que lhe transferiu a soberania e o coroou. Ou seja, queria uma autoridade sacra”<sup>122</sup>.

O domínio imperial sobre o poder eclesiástico era importante pois, juntamente com o regime escravista, a Igreja era um dos grandes sustentáculos da estrutura político-social da sociedade brasileira. E, na sociedade onde o catolicismo era parte importante da vida de toda a população, garantir a união entre o Estado e a Igreja era um fator determinante para a legitimidade do regime monárquico, pois fortalecia a figura do rei, que justificava o seu poder e o seu domínio atrelando à sua imagem a própria Igreja<sup>123</sup>.

Por essa razão, em 1824, Dom Pedro I enviou o Monsenhor Francisco Correa Vidigal a Roma para conseguir do Pontífice o reconhecimento da Independência do Brasil e a instalação de uma nunciatura<sup>124</sup> no Rio de Janeiro. Também faziam parte das negociações a elevação das Prelazias de Goiás e Mato Grosso à condição de dioceses e uma concordata que garantisse ao Imperador e seus sucessores a posse e o direito de uso do padroado, nos moldes que ocorria em Portugal<sup>125</sup>.

Após o tratado de reconhecimento da emancipação do Brasil por Portugal, a Santa Sé – que aguardara essa resolução para tomar uma posição, pois não queria maiores desgastes com os reinos europeus – também reconheceu o Estado Brasileiro. O primeiro sinal deste

<sup>120</sup> NEVES. *A religião do Império e a igreja*. 2009, op. cit., p. 396-397.

<sup>121</sup> OLIVEIRA, Gustavo de Souza. “Eu sou católico romano, mas não sou ultramontano, nem papista”. Pe. Diogo Antônio Feijó e o catolicismo como religião civil. *Caminhos da História*, Montes Claros, v.24, n.2, jul./dez.2019, p. 111.

<sup>122</sup> SANTIROCCHI. *Os ultramontanos no Brasil*. 2010, op. cit., p. 73.

<sup>123</sup> CASTRO, Zília Osório de. *Antecedentes do regalismo pombalino: o padre José Clemente*. In: RAMOS, Luis A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia. (Coord.). *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, v. 1, p. 323.

<sup>124</sup> Nunciatura Apostólica é o termo pelo qual uma embaixada da Santa Sé é reconhecida.

<sup>125</sup> SANTIROCCHI. *Os ultramontanos no Brasil*. 2010, op. cit., p. 72.

reconhecimento veio com a Bula papal *Solicita Catholicae Gregis*, assinada em 15 de julho de 1826, que criava as dioceses de Goiás e Mato Grosso com seus respectivos cabidos e seminários. Em 30 de maio de 1827, através da Bula *Praeclara Portugaliae*, a Santa Sé confirmava ao imperador e seus descendentes o direito ao padroado e o grão-mestrado da Ordem de Cristo no território brasileiro. Assim, Dom Pedro I gozaria dos mesmos direitos e deveres que gozava a coroa portuguesa<sup>126</sup>.

O que aparentava ser uma conquista do governo brasileiro acabou por ser tornar um problema diante das discussões que ocorreram na Assembleia Geral. Se a busca de legitimidade do imperador junto ao papa para deliberar sobre questões no interior do seu território já era uma polêmica entre os deputados, a possibilidade de interferência de um poder estrangeiro na organização do Estado – compreendendo as dioceses como parte da administração imperial – acabou por criar uma crise no parlamento, cujo pano de fundo foi a discussão sobre a soberania brasileira no cenário internacional<sup>127</sup>.

Ambas as bulas, em conformidade com o inciso XIV artigo 102 da Constituição de 1824<sup>128</sup>, foram enviadas pelo poder Executivo à Assembleia Legislativa para que esta concedesse o beneplácito sobre o texto. A negação do beneplácito por parte das comissões e as discussões que se seguiram inauguraram o embate sobre dois diferentes projetos a respeito das relações entre Igreja e Estado.

Para os deputados, as bulas não tinham valor, pois o direito do padroado – no qual estava incluso erigir dioceses – já tinha sido concedido ao Imperador por meio de sua aclamação e pela Constituição. Logo, era desnecessário que um poder externo ao Brasil chancelasse uma decisão que já havia sido aprovada internamente<sup>129</sup>. Santirocchi<sup>130</sup> afirma que outras motivações estavam por trás da negativa, em especial “[...] o conflito entre a Assembleia e o Imperador e as diferentes opiniões sobre a fonte e limites da soberania da Coroa”.

Consoante Françoise Souza<sup>131</sup>, a discussão sobre as relações entre Império e Cúria Romana levou, grosso modo, à divisão do clero em dois grupos que, embora não organizados

---

<sup>126</sup> NEVES. *A religião do Império e a igreja*. 2009, op. cit., p. 397.

<sup>127</sup> SILVA, *Por mercê de Deus*. 2012, op. cit., p. 96.

<sup>128</sup> Art. 102: XIV. Conceder, ou negar o Beneplácito aos Decretos dos Concílios, e Letras Apostólicas, e quaisquer outras Constituições Eclesiásticas que se não opuserem à Constituição; e precedendo aprovação da Assembleia, se contiverem disposição geral.

<sup>129</sup> SILVA, *Por mercê de Deus*. 2012, op. cit., p. 96.102.

<sup>130</sup> SANTIROCCHI. *Os ultramontanos no Brasil*. 2010, op. cit., p. 74.

<sup>131</sup> SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. “Religião e Política no Primeiro Reinado e Regência: a atuação dos padres políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. In: *Revista Almanack Brasiliense*. Brasília: n. 8, p. 127-137, 2008. p. 130.

formalmente, se associavam pela proximidade de seus posicionamentos político-religiosos. Em concordância com a autora, sem querer colocar os padres políticos dentro de esquemas fechados, optamos por chamá-los de “católicos liberais” e de “católicos conservadores”. Os liberais, de influência regalista, eram representados pelo padre Diogo Antonio Feijó. Os conservadores, com influência ultramontana, eram representados por Dom Marcos Antonio de Sousa e Dom Romualdo Antonio Seixas<sup>132</sup>.

É importante salientar que, conforme explicado pela autora supracitada, não se deve confundir orientação católica liberal regalista, com o liberalismo político:

Muito embora tenha havido uma forte tendência dos políticos liberais a se alinharem com o pensamento religioso liberal, esta associação não se deu de maneira automática. O mesmo pode ser dito sobre os católicos de orientação religiosa conservadora. Se foi, sobretudo, dentre os políticos detentores de um liberalismo conservador que saíram os principais defensores da maior aproximação com Roma, ainda assim, nem todo padre católico conservador foi, necessariamente, um político conservador<sup>133</sup>.

Ambos os grupos defendiam que o clero brasileiro precisava de reformas. Contudo, enquanto o grupo liderado pelos bispos buscava moralizar e romanizar<sup>134</sup> o clero, como era pedido pela doutrina tridentina, o grupo liderado por Feijó queria organizar uma Igreja à brasileira, na qual diversas questões referentes à disciplina seriam revistas e modificadas.

O ideal liberal católico presente no projeto político de Feijó “[...] revelava-se como uma adaptação da religião católica ao paradigma liberal moderno”<sup>135</sup>. Na interpretação dos católicos liberais, a religião era sinônimo de liberdade, tendo em vista que ela possibilitou a humanidade chegar ao nível de desenvolvimento material e intelectual que agiu na libertação do jugo romano e propiciou a formação das nações<sup>136</sup>. Logo, esses padres se colocavam a favor do primado da lei, dos limites da representação nacional e do papel da Assembleia Nacional como

<sup>132</sup> SILVA, *Por mercê de Deus*. 2012, op. cit., p. 96.

<sup>133</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 325.

<sup>134</sup> Cunhado por Rui Barbosa (1843-1929), termo *romanização* busca designar o movimento de controle do papado sobre a Igreja Católica no Brasil durante o século XIX. O conceito refere-se à busca por uma reorganização institucional da Igreja baseada nas determinações da Cúria Romana e na total obediência ao Papa. É um desdobramento da orientação política ultramontana, que se desenvolveu como reação ao mundo moderno. Pode ser caracterizado como um esforço e uma reação da Santa Sé aos novos desafios advindos com a ascensão dos ideais iluministas, contidos no liberalismo, no racionalismo e no socialismo os quais questionavam e combatiam sua influência ideológica em várias esferas sociais. Duas principais características do movimento foi o de reforçar a doutrina tradicional católica e decretar a infalibilidade papal. Ver: AQUINO, Maurício de. O conceito de *romanização* do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1485-1505, out./dez. 2013.

<sup>135</sup> RAMIRO JÚNIOR, Luiz Carlos. *Entre o Syllabus e a Constituição moderna: debates políticos em torno da Questão Religiosa (1872-1875) no Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. p. 65.

<sup>136</sup> op. cit., p. 66.



depositária da soberania e do pacto social<sup>137</sup>. Contudo, conforme aponta Souza<sup>138</sup>, os discursos de tais padres na vida pública apontam para certa mescla de avanços políticos e conservadorismo social, pois, ao mesmo tempo em que eles criticaram o absolutismo e defenderam a liberdade de pensamento, de imprensa e de expressão, eles também advogavam pela manutenção do trabalho escravo, da limitação do exercício da cidadania e a conservação da propriedade.

A adesão de Feijó ao ideal liberal estava muito atrelada à sua origem e à sua formação. Era um padre que pertencia ao baixo clero, foi formado por outros padres e possuía com estreito contato com a população. Sua condição não o permitiu frequentar seminários ou completar os estudos em Coimbra. Não estava vinculado a nenhuma ordem religiosa, pois não tinha comprovação familiar que permitisse o seu ingresso. Dado a isso, sua formação foi precária e suas chances de ascensão na hierarquia da Igreja eram quase nulas<sup>139</sup>.

O padre, que nasceu pobre e foi maculado pelo abandono dos pais, sofreu duras penas para chegar à elite política nacional e experimentou ser excluído e marginalizado pelas leis que o deviam proteger, buscou em toda sua carreira política acabar com os privilégios. Logo, sua luta por reformas na Igreja buscava criar uma igreja nacional, moralizada e sem subserviência a um poder estrangeiro<sup>140</sup>.

A principal bandeira defendida por Feijó e seu grupo foi a da diferenciação entre dogma e disciplina. Para eles, a disciplina da Igreja poderia ser adaptada de acordo com as necessidades do tempo e do lugar. Assim, eles acreditavam que a organização da Igreja no Brasil deveria ser realizada a partir das características do Império. Por isso, defendiam que o poder civil tinha legitimidade para examinar e aprovar as bulas papais e para realizar as reformas que fossem necessárias<sup>141</sup>. Aos olhos de Feijó, “[...] se a nação brasileira não tem a força e o poder necessário para promover sua prosperidade sem o consentimento da Cúria Romana, então não é independente, não é nação”<sup>142</sup>. Seu projeto também abarcava a ideia de que a Igreja deveria ser presidida pelo imperador e governada por um concílio nacional<sup>143</sup>, sem a necessidade do

---

<sup>137</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 168.

<sup>138</sup> op. cit., p. 209.

<sup>139</sup> SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Vol. 5. Brasília: Senado Federal, 2018. p. 15-27; CALDEIRA, Jorge (Org. e Intr.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 22-23.

<sup>140</sup> SOUZA, 2018, op. cit., p. 90-121; CALDEIRA, 1999, op. cit., p. 27.

<sup>141</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 325; SOUZA, *História dos Fundadores*, 2018, op. cit., p. 90-121.

<sup>142</sup> RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antonio Feijó (1784-1843). Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.360.

<sup>143</sup> SEVERO DE SOUZA, Maurício. *Secularização e Anticlericalismo no Pensamento de André Rebouças*. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. p. 45.

celibato obrigatório aos padres<sup>144</sup>. Em carta publicada no jornal *Diario Fluminense*, Feijó deixou clara a sua visão sobre as necessidades de reforma do clero. A seu ver, o fim do celibato e a reestruturação da obediência do clero, que não deveria ser servo do absolutismo romano, eram os pilares fundamentais do processo. Em razão disso, ele afirmou:

[...] Eu sou católico romano, mas não sou ultramontano, nem papista. Creio no dogma e na moral cristã, mas muitos artigos de sua disciplina necessitam de alteração e reforma [...] se não foram estes obstáculos não se teria perpetuado na Igreja a lei do celibato clerical, que tantos males tem causado<sup>145</sup>.

Em oposição aos liberais, encontravam-se os clérigos conservadores, denominados *ultramontanos*. Ítalo Santirocchi<sup>146</sup> aponta que o termo ultramontano tem sua origem no latim *ultra montes*, e possuiu diversos significados ao longo do tempo. Em um primeiro momento, era uma denominação eclesiástica medieval para se referir aos papas que não eram italianos. David Gueiros Vieira<sup>147</sup> aponta que o termo já era utilizando no século XI como uma referência aos cristãos europeus que buscavam a liderança do papa, que residia em Roma, isto é, depois dos alpes italianos. No avançar do tempo, o termo ainda foi utilizado para caracterizar falta de apego à própria nação. Junto a isso, o movimento passou a significar a condenação de uma série de coisas consideradas perigosas pela Igreja, tais como o jansenismo, o liberalismo, o protestantismo, o racionalismo e a maçonaria.

A partir do século XVII, o ultramontanismo começou a ser relacionado com os defensores da inefabilidade e da supremacia religiosa e temporal do Papa sobre os reis e Concílios. Os jesuítas foram o grupo mais identificado com esse significado, tendo em vista que a sua atuação estava ligada a este movimento conservador, em que o papado buscava restituir a influência que a Igreja havia perdido nos campos religioso, cultural e ideológico. Além disso, a obediência total que a Companhia de Jesus devotava à Santa Sé os tornava soldados na luta da expansão do catolicismo pelo mundo<sup>148</sup>.

Depois da Reforma Protestante, os Estados do norte Europeu, que aderiram à formação de Igrejas nacionais, passaram a “[...]considerar o papado como uma potência estrangeira, de modo especial quando o papa interferia nas questões temporais. O termo ultramontanismo também

<sup>144</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 406.

<sup>145</sup> SOUZA, Octavio Tarquínio. *Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. p. 86.

<sup>146</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2010, p. 24-33.

<sup>147</sup> VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 33.

<sup>148</sup> MICELI, Sergio. *A Elite Eclesiástica Brasileira. 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

foi utilizado na França para identificar os defensores da autoridade pontifícia em contraposição às liberdades galicanas”. A partir do século XIX, o termo ganha novos sentidos, sendo caracterizado “[...] por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao Regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e a secularização da sociedade moderna”<sup>149</sup>.

É difícil estabelecer com exatidão a data em que o ultramontanismo entrou no Brasil. Contudo, é possível perceber traços deste pensamento no grupo liderado pelo arcebispo da Bahia, Dom Romualdo, e pelo bispo do Maranhão, Dom Marcos. Estes padres, mais adeptos ao espírito tridentino e, neste trabalho, denominados conservadores, como é possível perceber nas falas de Dom Marcos na Câmara dos Deputados<sup>150</sup>, ainda não questionavam o padroado e o regalismo, mas defendiam que a Igreja do Brasil devia manter total comunhão com Roma e obediência ao papa. Também buscavam a diminuição da interferência do Estado nos assuntos exclusivos da Igreja.

No campo da formação dos sacerdotes, os ultramontanos lutavam pela criação de novos seminários no Brasil, alinhados com as diretrizes romanas. Estes novos centros teriam o nível educacional elevado, visando corrigir as distorções que existiam nas práticas religiosas nacionais, a fim de forjar uma maior ortodoxia no clero<sup>151</sup>. Para o sucesso de seus objetivos, também defendiam o aumento da presença de ordens religiosas no Império, pois estas eram consideradas guardiãs da sã doutrina e dos valores ortodoxos católicos. As reformas religiosas, somadas à expansão do clero regular, possibilitariam combater os inimigos da Igreja “[...] tais como os protestantes, os deístas, os maçons, os cientistas e os liberais; ou seja, todos aqueles que depositaram sua fé na razão individual”<sup>152</sup>.

De fato, foram os religiosos, em especial os Lazaristas, que impulsionaram o ultramontanismo brasileiro, em especial a partir de 1840, realizando diversas missões populares e assumindo as aulas nos seminários<sup>153</sup>. E a reforma foi a resposta que o clero conservador buscou dar ao avanço

---

<sup>149</sup> SANTIROCCHI, *Uma questão de revisão de conceitos.*, 2010, op. cit., p. 24.

<sup>150</sup> O debate que ocorria sobre o beneplácito às bulas papais, contendo os discursos de Dom Marcos com seu posicionamento contra o liberalismo clerical, a favor da obediência ao papa e aprovação de suas bulas, juntamente com a defesa da continuidade do padroado estão disponíveis nos Anais da Câmara que abarca a primeira legislatura (1826-1829). Ver: BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados.* 1826-1829. Brasília: Câmara dos Deputados.

<sup>151</sup> SOUZA, *Religião e Política no Primeiro Reinado e Regência.*, 2008, op. cit., p. 132-133.

<sup>152</sup> op. cit., p. 133.

<sup>153</sup> A Congregação da Missão, conhecida como lazaristas, é uma sociedade de vida apostólica masculina, fundada na França em 1625 por São Vicente de Paulo (1581–1660). Com uma formação que buscava frear os ideais da Revolução Francesa, sua chegada no Brasil se deu com o objetivo de promover a expansão das missões populares e reestruturar a educação e a formação em colégios e seminários no Brasil. Ver: MARTINS, Karla Denise;

do liberalismo entre as batinas, a laicização do Estado e a associação de padres com grupos tidos como perigosos para a Igreja Católica. Nesta luta empreendida pelos ultramontanos, tem destaque o combate ao “[...] galicanismo, o jansenismo, todos os tipos de liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo, o socialismo e certas medidas liberais propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a liberdade de imprensa e outras mais”<sup>154</sup>.

A atuação político-partidária de clérigos só começa a perder espaço justamente a partir das reformas ultramontanas e do regresso conservador. Depois do *liberalismo eclesiástico*, liderado por Diogo Feijó – que culminou na Revolução Liberal de 1842 –, e a grande participação de sacerdotes em sedições e revoltas, o governo imperial iniciou uma reforma político-legislativa que enfraqueceu o poder dos párocos, em especial no processo eleitoral. Com isso, conseguiu a diminuição da influência dos sacerdotes sobre a população e, conseqüentemente, a limitação de seu poder político<sup>155</sup>.

No entanto, antes do regresso conservador, a continuidade das discussões sobre as relações entre o Império e a Santa Sé, tal qual os projetos de formação de uma Igreja Nacional, serão parte integrante da participação política dos padres durante o Período Regencial, em especial dos sacerdotes liberais. Isso posto, é importante que compreendamos como se deu as ações e as associações políticas dos clérigos durante os anos que sucederam a Abdicação de Dom Pedro I até o golpe da maioria.

#### 1.4. A ATUAÇÃO DOS SACERDOTES NO PERÍODO REGENCIAL

A Regência marca o apogeu e o início do declínio da presença de batinas na política. Nesse período, encontra-se o recorte do objeto de estudo desta dissertação. Assim, faz-se necessário analisar a atuação dos padres nas principais facções políticas que surgiram no período e as conseqüências que isto acarretou para eles e para a Igreja.

A Revolução do 07 de abril de 1831 e a conseqüente abdicação de Dom Pedro I inauguraram um novo momento na História do Brasil. A falta de idade do infante Pedro II fez com que o mecanismo garantido nos artigos 122, 123 e 124 do Capítulo V do 5º Título da Constituição

---

OLIVEIRA, Luciano Conrado. O ultramontanismo em Minas Gerais e em outras regiões do Brasil. In: *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 11, n. 2, 2011, p. 259-269.

<sup>154</sup> VIEIRA, *O protestantismo a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. op. cit., 1980. p. 33.

<sup>155</sup> SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Afastemos o Padre da Política! A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império. *MNEME*, vol. 12, n. 29, p. 187-207, 2011.

Imperial fosse acionado. Desta forma, era inaugurado o Período Regencial. Este novo tempo teve por características a forte instabilidade política e as diversas revoltas, que podem ser interpretadas como uma resposta ao vazio (ou o silêncio) do Estado. Este ambiente possibilitou que os diversos grupos que não participaram ativamente do processo de independência buscassem, de várias maneiras, ocupar o espaço público-político e lutar por seus ideais. Três grupos destacavam-se neste novo cenário político: os *Caramurus*; os *Liberais Exaltados* e os *Liberais Moderados*.

Marco Morel<sup>156</sup> nos chama a atenção para o cuidado que devemos ter ao tentar resumir a atividade política do período em apenas três grupos políticos. Em primeiro, ele aponta para o fato de que, durante o período regencial, não existiam partidos políticos da forma clássica iniciada no século XIX, mas, sim, agrupamentos – ou facções – que se reuniam em torno de um líder, de um projeto ou de palavras de ordem. Em segundo, ele nos recorda que o termo partido, no período analisado, continha um significado pejorativo, tendo em vista que, naquele momento em que se pregava a unidade nacional, qualquer divisão era interpretada como contrária ao interesse nacional.

Entretanto, no Brasil, assim como nas nações europeias, as principais discussões políticas do período e, por consequência, os agrupamentos, se davam sob três correntes de soberania: a soberania do rei, a soberania do povo e a soberania da nação. E as três principais facções do período defendiam um desses modelos como projeto de nação para o império pós Dom Pedro I<sup>157</sup>. Isso fica evidente no fato de os três grupos não negarem que o 7 de abril foi um movimento revolucionário, possuindo, no entanto, interpretações distintas para as motivações e as consequências do movimento.

Os próprios atores do período enxergavam uma diversidade de grupos e correntes políticas lutando por seus ideais e objetivos. Evaristo da Veiga, no jornal *Aurora Fluminense*<sup>158</sup>, aponta que existiam 4 grupos lutando pelo poder: “[...] o *anárquico* – epíteto pelo qual eram tratados os exaltados; o *caramuru* – que repelia as reformas; o *restaurador* – que desejava a volta de D. Pedro; e o *moderado* – indicado como aquele que atenderia aos interesses da opinião pública, mas na forma da lei”<sup>159</sup>.

---

<sup>156</sup> MOREL, Marco. *O período das Regências* (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.32-33.

<sup>157</sup> MOREL, *O período das Regências*, 2003, op. cit., p. 33.

<sup>158</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n.538, p.2273,30 set. 1831.

<sup>159</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de; SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). *Almanack*. Guarulhos, n.04, p.130-148, 2º sem. de 2012. p. 136.

Padre Marcelino, no primeiro número do *Exaltado*<sup>160</sup>, também alertava para a presença de quatro grupos políticos: os *puritanos* – que defendiam o governo monárquico, representativo, vitalício e unitário; os *moderados* - amigos da antiga administração de D. Pedro I, que tinham um governo pautado pelos interesses e vantagens pessoais; os *republicanos* – que pregavam a necessidade de uma monarquia eletiva; e os *federalistas* – que militavam pelo direito de cada província ter a autonomia e os direitos necessários e indispensáveis, que fossem tratadas pelo poder central de forma igualitária e estivessem ligadas a partir de um centro comum.<sup>161</sup>

Os exemplos acima comprovam que, na efervescência política dos anos 1830, muitos eram os projetos, as possibilidades e as interpretações que se apresentaram para a Nação Brasileira. Contudo, as três facções analisadas - Liberais Moderados, Liberais Exaltados e Caramurus -, diante de toda a pluralidade existente, “[...] foram capazes de aglutinar alguns projetos, forjando para si uma identidade comum, ainda que marcada pela provisoriedade”<sup>162</sup>.

O grupo dos caramurus era composto essencialmente por burocratas, militares de alta patente e comerciantes portugueses, e sustentavam que a melhor forma de governo para o Brasil era o previsto na Constituição de 1824, tendo em vista que já era suficientemente liberal<sup>163</sup>. Portanto, eles defendiam a preservação da monarquia constitucional fortemente centralizada, do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do Senado de mandato vitalício. Isso não significava que eles eram absolutistas, mas, sim, que almejavam a manutenção de um modelo liberal-conservador, herdeiro de Edmund Burke<sup>164</sup>, assentado nos postulados clássicos do Liberalismo, sem renunciar a um Estado forte. Assim, desejavam “[...] um governo regido por uma Constituição, representativo, com divisão de poderes, fundamentado no pacto social e que assegurava certos direitos civis e políticos de cidadania”<sup>165</sup>.

Por mais que criticassem o movimento de 7 de abril e elogiassem Dom Pedro I, a maioria dos caramurus não era de restauradores, embora todos os restauradores fossem caramurus<sup>166</sup>. Na verdade, é possível perceber três correntes distintas dentro do grupo. A maioria dos jornais caramurus rechaçava a ideia de uma restauração, acusando aqueles que o apontavam como tal

<sup>160</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, p.2, n.1, 04 ago. 1831.

<sup>161</sup> ANDRADE; SILVA, Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca., 2012, op. cit., p. 136.

<sup>162</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 264.

<sup>163</sup> BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. 2004. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. p. 343.

<sup>164</sup> Edmund Burke (1729-1797) foi um político e filósofo britânico nascido na Irlanda, considerado o pai do conservadorismo. Pregava a liberdade ordenada e o crescimento orgânico das sociedades, ao invés das reformas violentas.

<sup>165</sup> BASILE, *O Império em construção*, 2004, op. cit., p. 365.

<sup>166</sup> op. cit. p. 350.

de mentirosos e caluniadores<sup>167</sup>. Uma minoria defendia a restauração do governo de Pedro I e, diante da radicalização dos conflitos políticos, outro pequeno grupo defendia o retorno de Dom Pedro I na figura de regente e tutor de seu filho, o infante Pedro II<sup>168</sup>.

Os elogios devotados ao ex-imperador e as fortes críticas ao movimento do 7 de abril, na verdade, buscavam apresentar e validar o projeto político e social deste grupo, que era a manutenção do sistema em voga no primeiro reinado. Para eles, a abdicação foi uma quebra do contrato social firmado através da Constituição de 1824 e da aclamação de Pedro I como imperador<sup>169</sup>. Por isso, a continuidade da estabilidade nacional só seria possível com a manutenção do pacto que fora quebrado, o que só podia ser garantido através da continuidade do sistema de governo em voga desde a independência, defendendo a soberania monárquica das noções de soberania nacional ou popular<sup>170</sup>.

Os sacerdotes classificados como caramurus, como os padres Inácio Joaquim da Costa, José Ribeiro Soares da Rocha, Antônio Pinto de Mendonça e o arcebispo do Brasil, D. Romualdo Antônio de Seixas, tiveram forte e significativa atuação no Parlamento, em especial, defendendo os interesses da Igreja, a plena comunhão com Roma e o tradicionalismo tridentino, embora este não fosse uma bandeira exclusiva deles. Os sacerdotes indicados por Dom Pedro I ao senado mantiveram-se firmes na defesa da manutenção do modelo político do primeiro reinado<sup>171</sup>.

Do lado oposto do espectro político, encontravam-se os Liberais Exaltados. A maior parte do grupo era formada de homens jovens, oriundos de diversas partes do Império, muitos deles dotados de nível superior, de formação plural, cursada em instituições brasileiras. Eram funcionários públicos e profissionais liberais, pertencentes às camadas médias urbanas que não integravam a elite política imperial<sup>172</sup>. Era um grupo de posições extremadas, que não tinham medo ou vergonha de assumir o seu radicalismo político<sup>173</sup>.

Influenciados pelas ideias de Jean-Jacques Rousseau, os exaltados defendiam um liberalismo radical, aos moldes jacobinos, que buscava conjugar os princípios liberais clássicos, os ideais democráticos e as práticas autoritárias. Defendiam o jusnaturalismo de matriz aristotélico-tomista, afirmando que a organização da sociedade advinha do tempo em que homem ainda

---

<sup>167</sup> op. cit., p. 347.

<sup>168</sup> op. cit., p. 350.

<sup>169</sup> op. cit., p. 347.

<sup>170</sup> MOREL, *O período das Regências*, 2003, op. cit., p. 36.

<sup>171</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 266-267.

<sup>172</sup> BASILE, *O Império em construção*, 2004, op. cit., p. 152.

<sup>173</sup> op. cit., p. 153.

vivia no estado de autorregulamentação da natureza, logo, eram diretos imutáveis e eternos. “[...] Neste sentido, como nas repúblicas clássicas, a liberdade privada (do indivíduo) estaria subordinada, acima de tudo, à liberdade pública (da nação), do mesmo modo que a participação ampla e direta fundamentalmente se sobrepunha à restritiva e mediada pela representação”<sup>174</sup>. Por isso, defendiam que a soberania residia no povo – aqui compreendido como a totalidade de membros adultos e livres da sociedade civil - e não no monarca ou no parlamento<sup>175</sup>.

A maior parte do grupo defendia como projeto de organização do Império a adoção do sistema federalista. As províncias e os municípios deveriam ter autonomia administrativa, a fim de que, unidos ao poder central, pudessem buscar a sua prosperidade da forma como julgassem melhor<sup>176</sup>. E, somente garantindo autonomia das províncias, seria possível evitar a fragmentação do Império, tal qual ocorreu na América Hispânica. Um grande número dos exaltados também defendia a república como melhor opção de governo, mas também houve aqueles que defendiam uma monarquia parlamentar, ou mesmo uma monarquia vitalícia, mas não hereditária<sup>177</sup>.

Marcello Basile<sup>178</sup> também aponta que os exaltados eram um grupo antilusitano, defendiam a igualdade jurídica e social para todos os cidadãos livres, admitindo as mulheres ao direito de voto e de eleição. Eles também militavam pela integração dos negros à sociedade, criticando e combatendo o preconceito racial. Eram contra a escravidão, mas não defendiam a abolição imediata.

Os exaltados eram o grupo com menor representação no Parlamento, porém, foi um grupo muito atuante na imprensa e nas sedições que ocorreram durante o Período Regencial. Dentre os sacerdotes que pertenceram a este grupo, cinco foram eleitos para a Câmara: João Barbosa Cordeiro, Inácio de Almeida Fortuna, Antônio Fernandes da Silveira, José Rodrigues Barbosa e Marcelino Pinto Ribeiro Duarte<sup>179</sup>. Houve a presença de outros sacerdotes alinhados ao pensamento exaltado na imprensa e nas revoltas que ocorreram no período, no entanto, cumpre frisar a localização política de nosso personagem, Padre Marcelino, na ala dos exaltados.

---

<sup>174</sup> op. cit., p. 153.

<sup>175</sup> op. cit., p. 152-154.

<sup>176</sup> COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil – 1823-1866*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro, Editora da UFMG/Iuperj, 2008. p. 43.

<sup>177</sup> op. cit., p. 201.

<sup>178</sup> BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *Projetos de Brasil e Constituição Nacional na Imprensa Fluminense*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira da. et al. (orgs.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPEMIG, 2006. p. 68-74.

<sup>179</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 267.



Posicionados ao centro do campo político imperial, e com maior domínio e representatividade política, encontravam-se os Liberais Moderados. Sendo o grupo com maior número de adeptos, por consequência, possuía grande diversidade de projetos e de interesses políticos em seu interior<sup>180</sup>. Influenciados pelo princípio aristotélico de *justo meio*, pelo constitucionalismo inglês e pelo liberalismo restaurador francês, este grupo defendia a prudência e o equilíbrio racional diante dos excessos passionais<sup>181</sup>. Por essa razão, a participação na política deveria ser reservada a um grupo restrito, sendo garantidos à plebe os direitos civis, mas não os políticos<sup>182</sup>.

Sua atuação estava baseada no jusracionalismo de matriz lockeana, pelo qual defendiam que “[...] os direitos naturais universais dos indivíduos encontravam seus limites na instituição da sociedade organizada mediante o pacto social”<sup>183</sup>. Assim, a forma de governo que defendiam era a monarquia constitucional representativa, tida como a única forma de governo capaz de garantir a integridade do Império, o equilíbrio entre a ordem e as liberdades individuais e preservar os direitos constitucionais dos cidadãos<sup>184</sup>. Quanto à organização do governo no Império, os moderados defendiam a concessão de certa autonomia às províncias, sem perder a concentração de poder no governo central<sup>185</sup>.

A maior parcela dos padres eleitos para a Câmara durante o tempo das regências pertenceu a este grupo e foi, a partir dele, que os clérigos conseguiram alcançar os principais cargos de poder na Regência. Mesmo diante da diversidade de ideias e de projetos políticos que este grupo possuía, em nome da manutenção do grupo no poder, acordos, concessões e alianças eram criadas. O principal exemplo foi a aliança que ocorreu entre os padres Diogo Antônio Feijó, José Bento Leite Ferreira de Melo, José Custódio Dias e José Martiniano de Alencar, que os levaram a ocupar posições de destaque e importância na direção do grupo moderado. Este grupo de sacerdotes, junto ao caramuru Dom Romualdo Seixas, foi um dos principais representantes do clero na política brasileira<sup>186</sup>.

---

<sup>180</sup> op. cit., p. 268.

<sup>181</sup> BASILE, *O Império em construção*, 2004, op. cit., p. 42.

<sup>182</sup> Ilmar de Mattos apresenta a população do Brasil dividida em dois grupos: a *boa sociedade*, que eram os homens possuidores de educação, distinção entre ordem e liberdade e propriedades; a plebe, que era a população pobre, dominada, ignorante e desordeira. Este segundo grupo, pelo bem da nação, não deveria participar da política, mas deveriam ter garantidos e resguardados os seus direitos civis. Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 125 e 259.

<sup>183</sup> BASILE, *O Império em construção*, 2004, op. cit., p. 42-43.

<sup>184</sup> SILVA, Wlamir, “*Liberais e Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hunitec, 2009. p. 216-219.

<sup>185</sup> SOUZA, 2010, op. cit., p. 269.

<sup>186</sup> op. cit., p. 269-271.

Este grupo de padres moderados começaram a atuar na política antes da independência e atingiram o ápice do poder durante a Regência. Além de furar a bolha da Câmara e alcançar o Senado, eles também conseguiram eleger um dos seus, Feijó, como Regente uno do Império, cargo máximo de poder do período. Contudo, a atuação deste grupo entra em declínio após o Golpe da Maioridade (1840) e passa a ser combatido após a Revolução Liberal (1842), a qual também marcou o fim do domínio clerical sobre a política imperial.

O cônego Januário também foi um importante aliado nas fileiras moderadas. Próximo às grandes lideranças do grupo, por seu talento e dinamismo com as letras, tornou-se um porta-voz moderado, como presidente da Tipografia Nacional e como deputado eleito por Minas Gerais. Atuando fortemente na imprensa, utilizou sua desenvoltura e talento com a escrita, seja auxiliando na edição de diversos jornais, seja em seu próprio jornal *Mutuca Picante*, para defender os moderados e atacar os adversários.

É importante salientar que muitos outros sacerdotes, pelas suas funções e poderes, valiam-se do seu poder simbólico e exerceram seu “ser político” das mais variadas formas e nas diferentes esferas, dando destaque especial à imprensa<sup>187</sup>. Durante o Período Regencial, tempo em que a imprensa imperial vivera uma grande expansão, a presença de sacerdotes jornalistas foi intensa e constante. Muitos participavam da redação de jornais ou possuíam o seu próprio periódico. Segundo Isabel Lustosa<sup>188</sup>, as tipografias eram um misto de repartição pública e de claustro, sendo os padres responsáveis por levar boa parte dos periódicos às regiões mais distantes do país<sup>189</sup>. A atuação clerical foi fundamental para fomentar a opinião pública, pela escrita ou pelas leituras coletivas, pois estes possuíam a “[...] preocupação de atingir um público mais amplo e visto como despossuído e, por isso, carente de Luzes”<sup>190</sup>.

Nesse momento histórico, a imprensa não é vista como uma empresa, mas como ambiente de circulação de ideias e um trampolim político para aqueles que desejavam subir na carreira pública imperial. Mesmo que a edição de um pequeno jornal demandasse recursos, tendo em vista a escassez de anúncios, não era necessário ser muito rico para fazer circular um impresso. Da mesma forma que, como a notícia não era vista como uma mercadoria, não era preciso demandar muito dinheiro para a compra de um folheto<sup>191</sup>.

---

<sup>187</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 17.

<sup>188</sup> LUTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 71.

<sup>189</sup> SOUZA, 2010, op. cit., p. 59.

<sup>190</sup> MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 30.

<sup>191</sup> op. cit., p. 36.

Portanto, é possível afirmar que a relação entre as batinas e as letras foi intensa e profícua no processo de independência e nos primeiros anos do Brasil enquanto Nação. Entre os 87 clérigos que foram eleitos como deputados gerais entre 1823-1841, 14 possuíam algum vínculo com a imprensa, seja escrevendo para algum jornal, seja possuindo o seu próprio impresso, e 36 realizaram alguma publicação não periódica, como livros e brochuras<sup>192</sup>. E foi pela imprensa que muitos padres conquistaram reconhecimento e visibilidade que ultrapassaram os limites das suas províncias e alcançaram o cenário nacional.

Sendo vigorosos gladiadores na arena das penas, a presença do clero se deu em todas as correntes políticas e se utilizou das mais variadas formas de escrita<sup>193</sup>. Tal constatação confirma a falta de coesão do clero sobre um projeto político para o império e a utilização das letras para dizer aquilo que não poderia ser declarado nos sermões, bem como para atacar seus adversários políticos ou para se defender do assédio de opositores.

Logo, ao influenciar a opinião pública com seus escritos, os sacerdotes buscavam legitimar a sua posição enquanto um representante de Deus e do seu povo, para, assim, consolidar o apoio necessário para granjear seus projetos políticos. Portanto, mesmo que não fosse o padre o detentor de cargo eletivo, ele era capaz de influenciar a decisão do eleitorado sobre a escolha que iriam realizar ou qual projeto de nação deveriam defender.

Muitos foram os padres regulares, ou seja, os que pertenciam a alguma ordem religiosa (e, por esta razão, não podiam participar das eleições<sup>194</sup>), que recorriam aos impressos para influenciar a opinião pública a partir do seu ponto de vista ou do projeto político para a Nação. Por exemplo, o editor do jornal *Carapuço*, o padre beneditino Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama, buscava, por meio da sátira, realizar críticas ao comportamento moral da sociedade brasileira e discussões sobre política. O próprio autor afirmou que sua intenção, ao editar o jornal, era moralizante e civilizadora, com o objetivo de combater os vícios<sup>195</sup>.

Uma característica dos padres jornalistas era o uso da retórica como um mecanismo de convencimento da população para apoiar e legitimar os seus projetos e o de seus pares. Para

---

<sup>192</sup> op. cit., p. 59 e 63.

<sup>193</sup> FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças*. Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. p. 55.

<sup>194</sup> A legislação eleitoral imperial não permitia que padres de clausura participassem da eleição. Ver: LUZ, Estevão de Melo Marcondes. *Incendiárias folhas: ação política e periodismo na trajetória do Padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829 1849)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista. Franca, 2016. p. 69.

<sup>195</sup> SILVEIRA, Elza Maria Gonçalves da. *O Carapuço: um periódico satírico na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 10.

isso, eles empregavam frases apaixonadas em seus escritos, sem preocupações de serem omissos ou tendenciosos, recorrendo, inclusive, a mentiras, dissimulações ou fatos imaginários, com o objetivo de defender os interesses de seus pares<sup>196</sup>. À vista disso, a guerra do clero pelas penas estabeleceu-se dentro de um complexo jogo de vaidades, com muitos insultos e declarações acaloradas, que visavam manipular e conquistar a atenção a opinião pública<sup>197</sup>.

A afirmação acima vai ao encontro da constatação de José Murilo de Carvalho<sup>198</sup> que, ao analisar a retórica dos jornais, pasquins e panfletos publicados no Brasil no início do século XIX, mostra como a escrita era estruturada na violência da linguagem, no ataque pessoal e no argumento *ad personam*. Por mais que os jornalistas e panfletários prometessem adotar uma linguagem equilibrada, a promessa era quase sempre descumprida. Sendo os jornalistas quase todos políticos, sua retórica sustentava-se no *argumentum ad personam*, que envolvia a desqualificação do opositor.

Estevão Luz<sup>199</sup>, ao analisar o conflito jornalístico que ocorreu entre o padre José Bhering e o bispo de Mariana, Dom Frei José da Santíssima Trindade, durante os anos de 1829 a 1835, destaca que, junto às características acima apresentadas, o texto jornalístico dos padres políticos era caracterizado pela soma de retórica de argumentação afiada e textos apaixonados, dramáticos e combativos. Era uma escrita metafórica e irônica, com demasiado uso de figuras de linguagens, que visavam promover comoções e difamações, ou servir de munição na artilharia de combate aos desafetos e adversários.

À experiência jornalística somava-se o exercício do magistério. Era comum que os sacerdotes dividissem o seu tempo entre administrar uma paróquia e lecionar. Cerca de 29% dos clérigos do Império também foram professores. Tal realidade estava alicerçada sobre as estruturas do Antigo Regime - que via a educação como transcendental -, na ideia de que um bom padre também devia ser um bom professor, e no fato de o salário de professor ser, na maioria das vezes, maior do que o de pároco<sup>200</sup>. A soma dos salários garantia a renda básica para a participação no cenário eleitoral – seja como eleitor ou como candidato – e a experiência na docência favorecia a desenvoltura com as letras para a atividade jornalística.

---

<sup>196</sup> LUZ, *Incendiárias folhas*, 2016, op. cit., p. 56.

<sup>197</sup> op. cit., p. 32.

<sup>198</sup> CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p.123-152, dez. 2000, p. 139-141.

<sup>199</sup> op. cit., p. 57.

<sup>200</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 55.

Os padres aqui pesquisados souberam transitar por todos estes ambientes durante suas trajetórias políticas, exercendo as funções de vigários, pregadores, professores e jornalistas. Por meio de suas atuações nestes espaços, galgaram reconhecimento, apoiadores e desafetos, possibilitando o impulsionamento de seus nomes da esfera pública nacional. Defensores de ideais políticos opostos que habitavam em ambientes próximos, não demorou para que houvesse um choque entre ambos. Para melhor compreender as querelas de Januário e Marcelino, fa-sez necessário conhecer suas vidas, origens e posicionamentos políticos.

## ATO 2. NO PALCO DA POLÍTICA, BATINAS E TRAJETÓRIAS SE CRUZAM.

Dentro de um universo em que diversos homens de batina se apresentavam no teatro político brasileiro do século XIX, é o conflito ocorrido entre um cônego carioca e um padre capixaba que objetiva este trabalho. E, para que consigamos compreender como homens pertencentes ao mesmo grupo social acabaram por ser tornarem desafetos, é fundamental reconstituir a trajetória de ambos.

Utilizando-se dos argumentos de Alexandre de Oliveira Karsburg<sup>201</sup>, a escolha do método de reconstituição de trajetória à biografia se dá pelo fato de que a construção de uma biografia exige do pesquisador contemplar a totalidade da vida do indivíduo, problematizando os mais diversos momentos da existência do biografado. E isso exigiria um período de pesquisa que ultrapassaria os dois anos do mestrado. É importante salientar que:

Independentemente de se fazer biografia ou trajetória – toda ou parte da vida do sujeito – certos procedimentos devem se repetir: o principal deles é a reconstrução detalhada dos passos do biografado, com o máximo possível de fontes (de preferência fontes de natureza diferente), que devem ser sistematicamente confrontadas. Dessa análise nada simples das fontes, devem emergir os diferentes contextos em que o indivíduo está inserido<sup>202</sup>.

Contudo, diferente da biografia clássica, que têm por objetivo reconstituir a totalidade da vida do indivíduo, seguindo os seus passos desde o nascimento até sua morte, o trabalho com trajetórias busca analisar um determinado período da vida do ente pesquisado. A traçagem de uma trajetória busca problematizar a vida e as ações do sujeito em um período específico de sua vida, inserindo a sua história pessoal nos mais diferentes contextos, situações e temporalidades em que ele conviveu no recorte estudado. Em função disso, o estudo de certa trajetória é, necessariamente, uma atividade interdisciplinar, com o uso de conceitos da antropologia, da sociologia e das ciências políticas, entre outras disciplinas e áreas do conhecimento<sup>203</sup>.

As trajetórias dos sacerdotes objetos desta pesquisa mostram como ambos se empenharam em defender seus projetos políticos e seus grupos, mesmo localizados em lados opostos na arena política e diante do vácuo de poder que surgiu após a renúncia de Pedro I. Empregando as armas que lhes eram oferecidas no campo de combate que se tornou o início da Regência, suas

---

<sup>201</sup> KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: \_\_\_\_\_; VENDRAME, Maíra Ines; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 32-52.

<sup>202</sup> op. cit., p. 34

<sup>203</sup> KARSBURG, A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias, 2015, op. cit., p. 34.

atuações políticas e jornalísticas possibilitaram abranger a ação dos centralizadores e dos federalistas. Logo, os nomes dos sacerdotes são os fios condutores que compõem “[...] uma espécie de malha fina, [que] dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que estes indivíduos estavam inseridos”<sup>204</sup>.

## 2.1. O EXALTADO *VIRGÍLIO CAPIXABA*<sup>205</sup>

Dono de múltiplas faces, o trabalho de definir a personalidade do padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte consiste em uma tarefa árdua e complexa<sup>206</sup>. Patrono da cadeira número um da Academia Espírito-Santense de Letras, considerado o primeiro e maior poeta nascido no território capixaba, político irrequieto e de diversas posições ao longo da vida. Nas palavras de Affonso Claudio, é tão importante para o cenário literário, jornalístico e político do Brasil, como o Padre Diogo Feijó ou José Bonifácio; contudo, o nascimento em uma das menores províncias do Brasil e a escolha política de seguir o caminho oposicionista enredaram Marcelino à bruma do esquecimento<sup>207</sup>.

Não há imagens que nos mostrem a fisionomia de Marcelino, nem fontes que apontem informações sobre o seu nascimento ou sua infância. Apenas sabe-se que ele nasceu no atual município de Serra – ES, em 17 de junho 1788. Não temos informações sobre sua mãe, o que nos leva a crer que ela era uma escrava<sup>208</sup>. O seu pai, o também padre Marcelino Pinto Ribeiro (1765-1827), legitimou a criança sob a alegação de ser fruto de relacionamento anterior à ordenação sacerdotal<sup>209</sup>.

A família paterna de Marcelino, os Pinto Ribeiro, é natural da cidade de Porto, em Portugal. Donos de muitas posses, já são listados como uma das famílias mais dominantes e influentes de sua região ainda em 1580. Consoante Antônio Pedro Brito<sup>210</sup>:

<sup>204</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1989. p. 175.

<sup>205</sup> Affonso Cláudio o chama de Virgílio Capixaba, com o objetivo de enaltecer sua obra e enfatizar a sua importância para a cultura letrada capixaba. Ver: CLAUDIO, Affonso. *Elogio histórico do padre Marcellino Pinto Ribeiro Duarte*. Pelo desembargador Afonso Cláudio, na sessão de sua recepção na AEL. Vitória: Tipografia Coelho, 1924. p. 6.

<sup>206</sup> CLAUDIO, Affonso. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Oficinas de “Commercio do Porto”, 1912. p. 54.

<sup>207</sup> op. cit., p. 26-27.

<sup>208</sup> As fontes apontam para o fato de Marcelino ser pardo. Sua pertença a Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário dos Pardos de Niterói corroboram nossa hipótese. Ver: *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 184, p. 3, 4 jul. 1860.

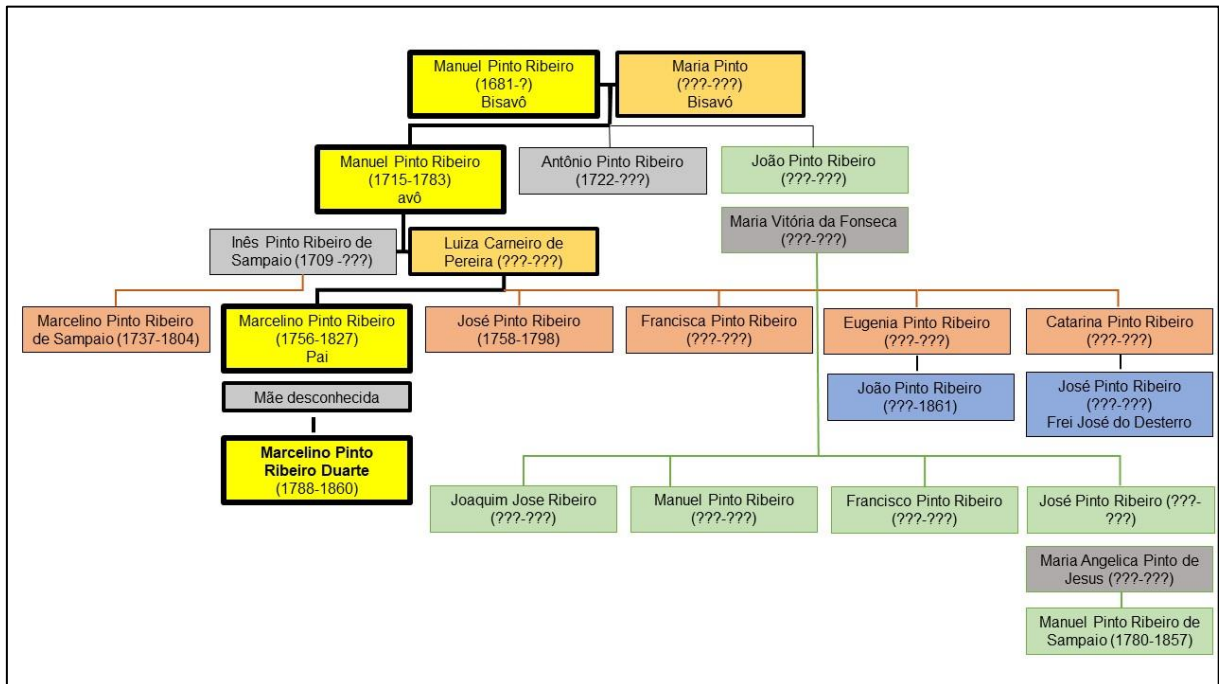
<sup>209</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, n. 124 (avulso), p. 2, 1826.

<sup>210</sup> BRITO, Antônio Pedro da Costa Mesquita. *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992. p. 21.

“[...] os Ribeiro parecem ter origem nobre e antiga, e de fato Inês Vasques Ribeiro casou-se em segundas núpcias com Gonçalo de Sá, filho de João Rodrigues de Sá, o das galés, o que indica bons antecedentes, pois os Sá não se casavam com qualquer família. Inês Vasques instituiu em 16 de dezembro de 1458 uma capela em S. Domingos. Por não ter descendentes diretos, deixou a administração da mesma ao filho de seu irmão Álvaro Fernandes Ribeiro, João Fernandes Ribeiro. Casou-se este com Brites Pinto, filha de Aires Pinto, de Real, e Branca Gil de Almada”.

Diante da repetição de nomes que se referem a pessoas distintas, optamos por compilar os dados pesquisados e apresentar, por meio de ilustração, a linhagem familiar do padre por meio de uma árvore genealógica dos Pinto Ribeiro.

**Figura 1:** árvore genealógica da família Pinto Ribeiro no Brasil.



**Fonte:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Arquivo da Casa dos Mouras; Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

De acordo com a pesquisa realizada no Arquivo da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Municipal do Porto, nas árvores genealógicas disponíveis no Colégio Brasileiro de Genealogia (CBG) e em outros trabalhos acadêmicos, foi possível reconstituir parte da árvore genealógica de Marcelino Duarte. Seu bisavô chamava-se Manuel Pinto Ribeiro (1681-???) que, em 1750, tornou-se Familiar do Santo Ofício<sup>211</sup>. Do seu casamento com Maria Pinto (???-???), nasceu o avô do sacerdote, o também Manuel Pinto Ribeiro (1715-1783) que, tendo imigrado para o Brasil, tornou-se rico proprietário de terras e de escravos, bem como Capitão-mor na Capitania

<sup>211</sup> CARDOSO. Vilma Joana Correia Paiva de Freitas. *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistêmico*. Dissertação (Mestrado em Arquivologia) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2013. p. 5 e 32.



do Espírito Santo, provedor da Fazenda Real e possuidor de negócios mercantis<sup>212</sup>. Não sabemos ao certo o tamanho e a localização da propriedade dos Pinto Ribeiro, mas processos judiciais movidos por descendentes da família nos levam a crer que a fazenda em questão começava na região em que se encontra o atual aeroporto de Vitória e terminava na região em que se encontra o atual bairro da Praia de Manguinhos, no município de Serra<sup>213</sup>.

Manuel tinha dois irmãos: Antônio Pinto Ribeiro (1722-???), o qual foi homem de negócios na Capitania do Espírito Santo, e João Pinto Ribeiro (???-???), listado como capitão de tropa de Linha. Do casamento de João com Maria Vitória da Fonseca, nasceram Joaquim Jose Ribeiro (???-???); Manuel Pinto Ribeiro (???-???), registrado como vigário colado na Vila Velha do Espírito Santo, sem outro ofício<sup>214</sup>; Francisco Pinto Ribeiro (???-???), que serviu como capelão da tropa de Linha e da Igreja do Colégio dos Jesuítas<sup>215</sup>; e José Pinto Ribeiro (???-???), capitão de tropa de Linha<sup>216</sup>.

José Pinto Ribeiro casou-se com Maria Angelica Pinto de Jesus (???-???), filha de Antonio Pinto Homem de Azevedo; daí nasceu Manuel Pinto Ribeiro de Sampaio (1780-1857), bacharel pela Universidade de Coimbra. Atuou na Casa de Supliciação de Lisboa, como juiz de fora do Reino de Angola, em 1811. Após a Independência, chegou aos quadros do Supremo Tribunal de Justiça, nomeado ministro em 1842. Foi o único capixaba a presidir Supremo Tribunal (1856-1857) e ser conselheiro do Império<sup>217</sup>.

Manuel Pinto Ribeiro, avô do padre Marcelino, casou-se com Inês Pinto Ribeiro de Sampaio (1709 -???), aos 16 de fevereiro de 1733, na Matriz de Nossa Senhora da Vitória, Capitania do Espírito Santo<sup>218</sup>. Deste matrimônio, nasceu Marcelino Pinto Ribeiro de Sampaio (1737-1804), que foi sacerdote, familiar da inquisição e professor da Faculdade de Cânones da Universidade

<sup>212</sup> GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Tomo XXV. Braga: Tip. Augusto Costa & C<sup>a</sup> Ltda, 1940, p. 78-114; MORAES, Paulo Stuck. Tópicos de Genalogia Capixaba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, nº 66, 2011. p. 219.

<sup>213</sup> BRASIL. Directoria Geral de Estatística. FERNANDES, Vilmar. Todos querem a terra de um bilhão. *A Gazeta*, p. 4, 25 de junho de 2012.

<sup>214</sup> COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória, ES: Estação Capixaba e Cultural, 2002. p. 110-111.

<sup>215</sup> op. cit.

<sup>216</sup> op. cit.

<sup>217</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Arquivos privados. Família Soares Sampaio. ACP 90, lata 819, pastas 4, 6 a 9 e 26.

<sup>218</sup> ARQUIVO DA CURIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. Resumo dos processos de casamentos do Bispado do Rio de Janeiro (Séculos XVII a XX). Vol. 1, 1990.

de Coimbra<sup>219</sup>. Uma vez viúvo, Manuel contraiu segundas núpcias com Luiza Carneiro de Pereira (???-???), com quem teve mais 5 filhos, sendo três mulheres e dois homens.

As mulheres Pinto Ribeiro – do segundo casamento de Manoel –, Catarina Pinto Ribeiro (???-???); Eugenia Pinto Ribeiro (???-???); Francisca Pinto Ribeiro (???-???), casaram e tiveram descendência. Tem destaque neste ramo familiar Jose Pinto Ribeiro (???-???), filho de Catarina, que foi carmelita, conhecido como Frei Jose do Desterro, acusado de viver amasiado com a prima Ana Custódia (???-???)<sup>220</sup>. Também podemos destacar João Pinto Ribeiro (???-1861), filho de Eugenia, que migrou para a região da Zona da Mata Mineira, sendo proprietário nas margens do rio Muriaé e das fazendas da Barra Seca de cima, Santa Luzia do Porto da Madeira e Camutungo, ocupando cargos na vereança em Juiz de Fora e recebendo o hábito da Ordem de Cristo em 1828<sup>221</sup>.

Dentre os homens, José Pinto Ribeiro (1758-1798) foi capitão-mor de Vila Velha<sup>222</sup>, ouvidor da capitania, juiz de fora em Campos de Goitacazes e desembargador da Relação da Bahia<sup>223</sup>. Também possuía negócios vinculados ao comércio de cabotagem, que movimentava valores próximos a 20 contos de réis<sup>224</sup>. O outro filho, Marcelino Pinto Ribeiro (1756-1827), pai do nosso padre, foi sacerdote, político e mestre de Gramática Latina em Vitória<sup>225</sup>.

O número expressivo da parentela dos Pinto Ribeiros ocupando cargos na magistratura ou buscando o sacerdócio vincula-se à economia política de privilégios que regia a governabilidade do Império Ultramarino Português. A expansão da dominação portuguesa pelo globo levou a Coroa a conceder privilégios a determinados indivíduos. Somou-se a isso a transferência de uma série de mecanismos jurídicos e administrativos da metrópole para as regiões mais distantes. Sendo o padreado, os poderes concelhios, os governadores, os ouvidores e os capitães hereditários os principais institutos acionados pela Coroa portuguesa no processo de

---

<sup>219</sup> COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX*: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819. Vitória, ES: Estação Capixaba e Cultural, 2002. p. 111.

<sup>220</sup> ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Diligência de habilitação para a Ordem de Cristo de José Pinto Ribeiro. COM., Cx 70, doc. 0009. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7745459>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

<sup>221</sup> CAMPOS DOS GOITACAZES (RJ). Cartório de Registro Civil do 1º Subdistrito do 1º Distrito de Campos dos Goitacazes. Testamento de Luiza Rosa Xavier de Mello. Registro em 24 de julho de 1857. Livro de Offícios 1858, doc. n. 428.

<sup>222</sup> COUTINHO, *O Espírito Santo em princípios do século XIX*, op. cit., 2012, p. 110.

<sup>223</sup> BRASIL. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Bibliotheca, [1915] 1918. vol. XXXVII, p. 214.

<sup>224</sup> CARVALHO, Enaile Flauzina. *Redes mercantis*: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790 a 1821). 1ª ed. Vitória: Secult, 2010.

<sup>225</sup> DAEMON, Bazílio. *Província do Espírito Santo*: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. Vitória: Apees, 2010. p. 234.

organização de seu governo ultramar, aqueles que quisessem participar da burocracia estatal e, desta forma reforçar os laços de sujeição e o sentimento de pertença à estrutura política mais ampla do império, deveriam buscar ocupar os cargos nas colônias, para alcançar prestígio junto a corte<sup>226</sup>.

Dessa forma, a nomeação nas magistraturas e do clero era uma das formas mais seguras de ascensão nos quadros da monarquia. No século XVIII, a coroa tornou-se mais ciosa e centralizadora na administração da monarquia, e verificou-se o “[...] progressivo aumento da intervenção da Coroa nos processos de nomeação e, sobretudo, no resultado dessa ação, ou seja, na maior elitização na seleção dos titulares dos postos [...]”<sup>227</sup>. No caso dos Pinto Ribeiros, a presença de um desembargador na Relação, de um juiz de fora em Angola e de um lente em Coimbra demonstram a estratégia de ascensão social engendrada pela família junto à burocracia portuguesa em distribuir ramificações de poder em três espaços de domínio no atlântico português<sup>228</sup>.

Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, por ser um filho natural de um sacerdote, possivelmente não possuía posição de prestígio junto à sua família<sup>229</sup>. Ainda assim, o reconhecimento paterno garantiu-lhe provento e educação. O pai providenciou que o filho seguisse o sacerdócio, carreira para a qual confessou não ter vocação. Também lhe fez herdeiro de terras e bens, o que lhe garantiria condições de viver com algum conforto<sup>230</sup>.

Obrigado a seguir carreira clerical em província desprovida de seminários, Marcelino Duarte recebeu as primeiras instruções de seu próprio pai<sup>231</sup> e terminou os estudos no seminário São José – pertencente à então diocese do Rio de Janeiro. Não se sabe a data de ingresso, mas que foi ordenado sacerdote em 1810<sup>232</sup>. Feito padre, ele recebeu a titularidade da cadeira de

<sup>226</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 285-315.

<sup>227</sup> CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. Governadores e capitães do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. [p. 191-252] p. 239.

<sup>228</sup> CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, dez 2018. p. 12.

<sup>229</sup> O próprio sacerdote relata existir “antagonias e rivalidades” entre ele, seus tios e primos. Ver: *Astréa*, Rio de Janeiro, n. 124 (avulso), p. 3, 1826.

<sup>230</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, n. 124 (avulso), p. 2, 1826.

<sup>231</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, n. 124 (avulso), p. 2, 1826.

<sup>232</sup> SOUZA, *Do altar à tribuna*, 2010, op. cit., p. 456.

Gramática Latina de Vitória em consequência do jubramento do pai, em 1815<sup>233</sup>. O jovem Padre Marcelino era, em 1815, a um só tempo, titular do magistério público e sacerdote na capital da província capixaba.

Nos tempos em que ainda se preparava para receber as ordens sacras, Marcelino Duarte soube lançar mão da composição de sonetos sentimentais sobre amores proibidos para registrar seus protestos contra o celibato forçado. Alguns dos poemas foram resgatados por José Marcelino Pereira de Vasconcellos<sup>234</sup> e por Affonso Cláudio Freitas Rosa<sup>235</sup>, memorialistas capixabas do século XIX. Dentre os poemas escritos na juventude, *Aos meus primeiros amores*, provavelmente escrito em 1805, traduz o misto de sentimentos que pairava em seus pensamentos devido ao sacerdócio forçado:

Quanto amôr coube em meo peito  
 Todo era de Francina;  
 A mais formosa e gentil  
 A mais florida menina.  
 Pretendi a posse della  
 Com intenso, extremo amôr;  
 Não eram bens qu'eu buscava  
 Era de su'alma o frescor.  
 Porém, um pae impiedoso...  
 Oh! não, a tyranna sorte,  
 Revesou castos projectos,  
 A dois corações deo a morte.  
 A um, tormentos sem fim  
 Toda a sorte de amargura;  
 A outro, peor sentença:  
 —Viver carpindo a desventura.  
 Na distancia de cem léguas  
 A noite, na solidão...  
 Os olhos soem chorar  
 O chôro corta a expressão.  
 Só a Deos sublime e justo  
 É dado amôr decifrar;  
 Segredos do coração  
 Quem é que pode contar?<sup>236</sup>

Logo, os sonetos sentimentais amadureceram para textos políticos refertos de retórica e eloquência, o que fadou o sacerdote ao envolvimento em diversos conflitos políticos e intelectuais. O primeiro conflito político de maior proporção em que se envolveu o padre-mestre foi contra o Regente da província capixaba, Francisco da Costa Rubim.

<sup>233</sup> DAEMON, Bazílio. *Província do Espírito Santo*, 2010, op. cit., p. 283.

<sup>234</sup> VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. *Jardim poético ou coleção de poesias antiga e modernas compostas por naturaes da província do Espírito Santo*. Vitória/ES: Typographia de Pedro Antonio D'Azeredo, 1860.

<sup>235</sup> CLAUDIO, *Historia da Litteratura Espirito-Santense*, 1912, op. cit.

<sup>236</sup> op. cit., p. 55-56.

Nas celebrações cívico-religiosas, festividades relativas ao coroamento de Dom João VI,<sup>237</sup> seguindo a tradição dramatúrgica com origem nas peças teatrais escritas pelo padre José de Anchieta<sup>238</sup>, o padre organizou encenação de dramas e cavalhadas com seus alunos em palco provisório montado na praça do Palácio<sup>239</sup>, em que buscava celebrar o momento e divertir notória multidão. Denominada *Drama*, a peça escrita pelo padre Marcelino criticava de forma debochada o governo da capitania em plena praça pública de frente ao palácio governamental. A atitude foi entendida pelo governador da capitania<sup>240</sup> como afronta ao seu governo.

Segundo o memorialista Affonso Cláudio, o padre Marcelino passou a ser perseguido pelo governador Francisco Alberto Rubim, o que o levou a fugir da capitania em direção à corte com objetivo de denunciar o dirigente ao Príncipe Regente. Contudo, não há fontes que confirmem a informação de Affonso Cláudio. É fato que houvera malquerenças entre o sacerdote e o governante, o que é comprovado na carta que Francisco Rubim endereçou a Thomas Antonio de Vilanova Portugal, em que define o sacerdote como “inoportuno” e “desagradável”<sup>241</sup>. A carta mostra que Rubim interferiu na habilitação de Marcelino Duarte na Ordem de Cristo, recusada em 1817. Logo, o motivo mais aceitável para a partida do sacerdote para a corte foi a tentativa de recorrer da decisão para receber a distinção.

Para os homens que buscavam ascensão política, os títulos de nobreza eram muito importantes pois, enobrecidos, eles poderiam assumir posições nos quadros administrativos da monarquia<sup>242</sup>. O Hábito da Ordem de Cristo poderia conferir a Marcelino dignidade e distinção de pertencer à nobreza lusa, habilitando-o a influenciar em nível local a política e usufruir de privilégios jurídicos e fiscais<sup>243</sup>.

Outra explicação possível para a saga de Marcelino Duarte à Corte é a apresentada por Maria Stella de Novaes<sup>244</sup>. A historiadora aponta que a ocorrência da Revolução de Pernambuco, em

---

<sup>237</sup> Os dados que nos permitem afirmar que as celebrações tinham esse objetivo é o relato escrito por Francisco Alves Rubim, em carta endereçada a Thomas de Antonio de Vilanova Portugal, datada de 13 de abril de 1818. Ver: ARQUIVO NACIONAL. Fundo Interior. Negócios de Província e Estado. IJJ9 356, doc. 38.

<sup>238</sup> NOVAES, Maria Stella de. O Teatro no Espírito Santo. O teatro jesuítico. O teatro popular. Propulsores do teatro no Espírito Santo. O "Melpômene" e o "Carlos Gomes". *Revista de História*, ano XI, vol. XX, n. 42, São Paulo, p. 461-470, 1960.

<sup>239</sup> Atual praça João Clímaco.

<sup>240</sup> CLAUDIO, 1912, op. cit., p. 56.

<sup>241</sup> ARQUIVO NACIONAL. Fundo Interior. Negócios de Província e Estado. IJJ9 356, doc. 38.

<sup>242</sup> FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: \_\_\_\_\_; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 33-120.

<sup>243</sup> CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, *Percursos de um homem de letras nos Oitocentos*, 2018, op. cit., p. 13.

<sup>244</sup> NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, 1984, p. 124.

1817, não passou despercebida na capitania do Espírito Santo, tendo em vista a participação e a execução de Domingos Martins, o *Bem-Bem*, nascido nestas terras. As agitações de Pernambuco acenderam o alerta do governo capixaba em relação ao espírito patriótico exaltado do padre Marcelino. Por essa razão, o governo decidiu por afastar o padre da capitania, enviando-o para corte.

Do imbróglgio, o padre Marcelino eternizou sua viagem no poema *Derrota de uma viagem feita para o Rio de Janeiro no ano de 1817*, considerada por muitos a sua *Magnum opus*<sup>245</sup>. O poema possui 50 versos escritos em oitavas rimadas e narra, a partir do ponto de vista do sacerdote, como se deu o conflito com o “monstro feio, que surge do mar”<sup>246</sup>. Oscar Gama Filho<sup>247</sup>, ao comentar o poema, afirma que ele é fruto da cólera do padre com a interferência de Rubim. Ele precisou permanecer por 28 meses na corte, frente aos 4 meses inicialmente planejados. Seu retorno à capitania só se deu após a transferência de Francisco Rubim para o governo da Província do Ceará Grande, em 1819<sup>248</sup>.

Nossa pesquisa nos leva a crer que, em parte, o desentendimento ocorrido entre Francisco Rubim e Marcelino Duarte influenciou diretamente na falta de informações sobre o padre. Braz da Costa Rubim, filho do governante e autor do livro *Memória históricas e documentadas do Espírito Santo*, em 1861, no qual é realizada uma profícua descrição do governo de seu pai, ignorou completamente a existência do padre-mestre. Seus escritos também contribuíram para modelar memória da antiga capitania segundo prescrições do IHGB, do qual era membro atuante. O fato de todos os outros escritores terem consultado e recorrido à obra de Braz Rubim como base para suas pesquisas fadou Marcelino a citações e notas documentais, quando não ao total esquecimento.

Ainda em vida, Marcelino só foi lembrado por José Marcelino Pereira de Vasconcelos que, confeccionando um parnaso dos capixabas, publicou, em 1860, *Jardim poético ou coleção de poesias antiga e modernas compostas por naturaes da província do Espírito Santo*. No livro, algumas das poesias escritas pelo sacerdote foram publicadas, sendo que parte delas acabaram por serem creditadas a autoria anônima.

Marcelino só voltaria à tona em escritos capixabas no ano de 1912, quando Affonso Claudio, inspirado na obra de Silvio Romero, compôs a já citada obra *História da Literatura Espírito-*

---

<sup>245</sup> CLAUDIO, *Historia da Litteratura Espirito-Santense*, 1912, op. cit., p. 56.

<sup>246</sup> op. cit. p. 65

<sup>247</sup> GAMA FILHO, Oscar. Chorinho com Marcelino. *Revista Você*, Vitória/ES, n. 14, p. 7, ago. 1993.

<sup>248</sup> CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, op. cit., p. 14.

*santense*, impresso em Porto, nas Oficinas do Comércio de Porto. O objetivo de Affonso Claudio foi descrever a evolução na literatura espírito-santense, aproveitando-se das teorias darwinistas e raciais que estavam em voga no período. Na obra, escrita meio século após o falecimento do padre, a figura de Marcelino foi parcialmente resgatada e ganhou a alcunha de o “primeiro e mais notável dos poetas espírito-santenses”<sup>249</sup>.

Affonso Claudio conferiu lugar ilustre no panteão da literatura capixaba imortalizando-o como o patronato da cadeira de número 1 da Academia Espírito-Santense de Letras. Ele foi identificado como um gênio literário, graças às suas composições em tercetos, quadras e oitavas<sup>250</sup>, bem como colocando-o ao lado dos grandes escritores da história nacional. Contudo, Affonso Claudio acabou por resumir a obra de Marcelino à poesia, com breve citação sobre as peças de teatro, omitindo o talento com prosas sobre a política, sem maiores preocupações estéticas, rimas ou exclusivamente conotativa.

Com o avanço dos estudos sobre a imprensa no Brasil no século XIX e a renovação da historiografia capixaba, Marcelino voltou a figurar em alguns estudos<sup>251</sup>. Na historiografia do Brasil há grande destaque do manifesto-panfleto intitulado *O Brasil Indignado contra o Projeto Anti-Constitucional sobre a provação das suas atribuições*<sup>252</sup> de autoria do padre Marcelino Duarte. Sob o pseudônimo de “Philopátrico”<sup>253</sup>, Marcelino defendeu a independência do Brasil

<sup>249</sup> CLAUDIO, *Historia da Litteratura Espirito-Santense*, 1912, op. cit., p. 53.

<sup>250</sup> Poemas como “Aos meus primeiros amores”, “Retrato de Marília”, “Derrota ile uma viagem ao Rio de Janeiro em 1817” e “Epístolas. Ver em: CLAUDIO, 1912, op. cit., p. 54-97; VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. *Jardim poético ou coleção de poesias antiga e modernas compostas por naturaes da província do Espírito Santo*. Vitória/ES: Typographia de Pedro Antonio D’Azeredo, 1860; Um jurista no Império: José Marcellino Pereira de Vasconcellos. Disponível em: <https://opiniodoctorum.ufes.br/bibliografia-juridica-de-jose-marcellino-p-de-vasconcellos>. Acesso em: 07 set. 2021.

<sup>251</sup> Os estudos sobre imprensa, ao tratar dos jornais exaltados, sempre citam o jornal de propriedade do padre Marcelino, *O Exaltado* (1831-1835). Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 a 1834. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: ANPUH, 2009; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. 2004. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004; \_\_\_\_\_. Revolta e cidadania na Corte Regencial. *Tempo*, 11(22), p. 31–57, dez. 2007; \_\_\_\_\_. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. Topoi: *Revista de História*, Rio de Janeiro, n. 3, setembro de 2001; \_\_\_\_\_. Projetos de Brasil e Constituição Nacional na Imprensa Fluminense. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira da. et al. (orgs.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPEMIG, 2006; \_\_\_\_\_. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro nos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2014.

<sup>252</sup> DUARTE, Marcelino Pinto Ribeiro (Philopátrico). *O Brasil Indignado contra o Projeto Anti-Constitucional sobre a provação das suas atribuições*. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*, 4v. Belo Horizonte: UFMG, 2014, vol. 2, p. 357-369.

<sup>253</sup> Philopátrico foi um dos diversos pseudônimos que padre Marcelino utilizou ao longo de sua carreira jornalística. O termo significa “Amigo da Pátria”.

sob a liderança do Príncipe Regente. Para Lúcia Neves<sup>254</sup>, o panfleto figura entre os documentos fundacionais da Independência. Na historiografia capixaba, a professora Adriana Campos<sup>255</sup> escreveu artigos destacando a trajetória política e jornalística do sacerdote.

Jorge Vianna<sup>256</sup> defende que, ao escrever seu manifesto, Marcelino Duarte foi influenciado pelas das teorias dos abades franceses Guillaume-Thomas François Raynal e Domenique-Georges-Frédéric De Pradt. O padre advogava a tese de que o Brasil, como toda a colônia, seguia um curso natural de desenvolvimento, tal qual um homem em seus estágios de vida. Assim, as colônias passavam pelo período de infância (com dependência da Mãe-Metrópole), de mocidade (com estruturação de leis, relações sociais e econômicas) e velhice (com amadurecimento que possibilitaria ser uma nação independente). Logo, seria função da Mãe-Metrópole gerir a emancipação de suas Colônias-Filhas. O manifesto possuía variados objetivos, como garantir a permanência do Príncipe Regente no Brasil, manter o funcionamento do sistema jurídico no Rio de Janeiro, orientar as Cortes para qual tratamento dar ao Brasil, alertar sobre a possibilidade de fragmentação do território nacional e conclamar a população luso-brasileira a lutar em prol de seus interesses.

Antes mesmo de lançar seu manifesto, Marcelino Duarte já estava envolvido nos movimentos que levariam ao rompimento entre Brasil e Portugal. Basílio Daemon<sup>257</sup> narra que, no dia 14 de julho de 1821, às portas da Igreja Matriz, enquanto ocorriam as celebrações pelo juramento da Constituição Portuguesa, a tropa militar da província fez um levante em virtude da sua insatisfação com a atuação do sargento-mor Francisco Bernardes de Assis e Castro e com os baixos salários. Em meio ao tumulto, alguns civis se uniram às tropas e passaram a atacar portugueses, percorrer as ruas de Vitória, disparar tiros e investir contra casas de negócios. Tal movimento seria mais uma revolta de tropa indisciplinada e descontente, se não fosse associada à devassa conhecida como *Processo dos Cidadãos* ou, simplesmente, *Bonifácia*<sup>258</sup>, promovida

---

<sup>254</sup> NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Editora Revan/ FAPERJ, 2003.

<sup>255</sup> CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, dez 2018. p. 10-37; CAMPOS, Adriana Pereira. Marcelino Duarte: trajetória política do padre exaltado. In: \_\_\_\_\_.; RIBEIRO, Geisa Lourenço; SIQUEIRA. Karulliny Silverol; MOTTA Kátia Sausen da. *Entre as províncias e a nação: os diversos significados da política no Brasil do Oitocentos*. Vitória: Milfontes, 2019.

<sup>256</sup> VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. *Entre a opinião e o público: Linguagens Políticas na Independência e Primeiro Reinado no Brasil*. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. p. 108-109.

<sup>257</sup> DAEMON, Basílio. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Apees, 2010. p. 303.

<sup>258</sup> Na devassa aberta por Bonifácio de Andrada contra Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho junto com Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa, Domingos Alves Branco Muniz



por José Bonifácio. Nos autos do processo, padre Marcelino foi uma das testemunhas arroladas<sup>259</sup>.

O envolvimento de Marcelino no processo aconteceu em decorrência de insatisfação com Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, enviado da Corte para inquirir as motivações da quixotada<sup>260</sup>. O descontentamento de Marcelino e dos demais reclamantes se deu pelo fato de Nóbrega ter criticado o governador, solidarizando-se com as exigências da tropa e acusando os corcundas<sup>261</sup> de não apoiarem os militares<sup>262</sup>. Tais atitudes levaram Marcelino e os demais a acusarem o inquiridor de vir à Capitania com o objetivo de “maltratar o dito governador” e divulgar ideias pouco simpáticas sobre o seu governo<sup>263</sup>.

Aparentemente, as cizânias entre Marcelino e Januário, que culminariam na disputa teatral, têm seu início exatamente no desenrolar da *Bonifácia*. Sendo Marcelino alinhado às ideias dos Andradas<sup>264</sup> e Januário um dos punidos com maior severidade no processo mentoreado por

---

Barreto e outros, por suposta conspiração estabelecida para formar uma República, nota-se o testemunho de 5 capixabas sobre os ocorridos no motim e sobre o comportamento do dito Nóbrega durante sua presença no Espírito Santo. Ver: SILVA, Virgínia Rodrigues da. O Revérbero Constitucional Fluminense, imprensa e constitucionalismo na Corte na Independência. *Almanack Brasileiro*, São Paulo, n.10, p.171-179, 2009.; OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Apees, 2008. p. 321-322.

<sup>259</sup> Testemunha 16 – O Rev. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, natural da Capitania do Espírito Santo, morador nesta corte, em casa do Exmo. José Mariano, etc.

E perguntado pelo conteúdo no auto da devassa e pelo referimento que nela fez a primeira testemunha, disse que quando ele viu que S. M. aqui tratava bem a Luís Pereira da Nóbrega, se admirou, e muito mais quando o viu nomeado interinamente ministro da Guerra, porque tendo o mesmo Nóbrega sido mandado à capitania conhecer de uma facção ali sucedida, e fazer lançar fora os perturbadores do sossego público, combinando-se com o governador Baltasar de Sousa Botelho, se mostrou todo partidário dos facciosos, maltratando ao dito governador e à melhor parte do bom povo daquela Província porque determinando o dito governador (o que melhor ali apareceu: Deus lhe fale n’alma!) que se jurasse proclamasse a Constituição, se fez a ata na câmara, e indo todos para o Te Deum, apareceu um grito pedindo governo provisório, e como quer que o prudente governador pedisse as assinaturas dos que o exigiam para sua salvaguarda, somente apareceram como amotinadores um caixeiro da praia e um boticário, e todo o mais povo, clero e nobreza, clamou que não. Disse mais que ele testemunha, tendo recitado uma oração em que claramente mostrava que o governo provisório, pedido tumultuariamente, não convinha àquela Província ... foi por isso maltratado, principalmente depois que ali chegou Nóbrega, que fez espalhar pelo povo que todos os que assim pensavam, e que mostravam afetos à casa real, eram chamados corcundas e anticonstitucionais o que obrigou a ele testemunha a se retirar daquela Província com licença. Disse mais que o dito Nóbrega dizia, publicamente naquela Capitania, que o governo provisório devia instalar-se logo que houvesse aquela voz que o pediu, a exemplo de outras Províncias que tinham feito o mesmo, porque os povos estavam cansados de sofrer despotismos. Ver: BRASIL. *Processo dos cidadãos pronunciados na devassa a que mandou proceder José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Typographia de Silva e Porto e C<sup>a</sup>., 1824. p. 9.

<sup>260</sup> *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 33, p. 132, 10 set. 1823.

<sup>261</sup> Corcundas (ou Carcundas) foi um conceito de ampla utilização no vocabulário político luso-brasileiro entre 1820-1823. Era empregado de maneira acintosa para referir-se àqueles que estavam a serviço do ideário do Antigo Regime, eram contrários às ideias constitucionais das Cortes soberanas de Lisboa e favoráveis ao absolutismo. O vocábulo queria dizer o mesmo que “homem anticonstitucional”. Ver: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 8, 1999.p. 7. Disponível em: < [https://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg8-3.pdf](https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf)>. Acesso em 28 de março de 2023.

<sup>262</sup> CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, *Percursos de um homem de letras nos Oitocentos*, 2018, op. cit., p. 15.

<sup>263</sup> Ver nota 146: Testemunho de Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte.

<sup>264</sup> CLAUDIO, *História da Litteratura Espirito-Santense*, 1912, op. cit., p. 82.

Bonifácio, as animosidades surgidas no período foram, em certa medida, combustível na luta entre os dois clérigos.

Inaugurada a Independência, Marcelino optou por estanciar na capital imperial até maio de 1823, quando retornou à sua “pátria”<sup>265</sup>. Sobre o período em que esteve em sua província natal, não temos muitas informações. É sabido que ele pregou na Matriz de Vitória pela saúde do Imperador Pedro I<sup>266</sup> e que não se acovardou em assumir posição oposicionista para com os “pé-de-chumbo”<sup>267</sup> que exerciam o governo local. Por conseguinte, o padre-mestre colocou-se, então, como antagonista ao governo da província do Espírito Santo, tecendo duras críticas ao então presidente da província, Ignacio Accioli Vasconcellos.

O ápice das animosidades entre Marcelino e Accioli ocorreu em 1829, quando Marcelino disputou a eleição para deputado geral e foi derrotado. No processo, ele fora acusado de comprar votos de alguns eleitores. Em sua defesa, ele publicou no jornal *Astréa* uma análise do ocorrido, defendendo-se da acusação e afirmando ser o próprio Presidente da Província o articulador deste golpe, para que o doutor Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio - que era seu primo, mas opositor político – vencesse a eleição. Aproveita a correspondência para afirmar que essas perseguições orquestradas pelo governo eram o motivo da fuga de “sua pátria”, mas que, tal qual a serpente, ele esperaria o tempo certo de revidar<sup>268</sup>.

A retaliação por parte de Accioli veio com a demissão de Marcelino da cátedra de gramática latina que havia herdado do pai. Vendo-se injustiçado com a decisão, que considerava despótica, o padre refez o caminho até a Corte para buscar, junto às autoridades do Império, reparação pela injustiça sofrida. Seu bom trânsito entre as autoridades imperiais do Desembargo do Paço asseguraram a suspensão da decisão do governante e a retomada da cátedra. Contudo, diante dos acontecimentos, Marcelino optou por nomear um substituto remunerado para sua cadeira, decidindo permanecer definitivamente na província do Rio de Janeiro, fixando morada em Niterói<sup>269</sup>.

Na região, continuou a exercer o magistério, ministrando aulas particulares em sua casa<sup>270</sup> e escrevendo para diversos jornais, com o objetivo de criticar seus desafetos políticos. Seus textos

<sup>265</sup> Marcelino tinha por hábito referir-se ao Espírito Santo como sua pátria.

<sup>266</sup> *Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 96, p. 665, 23 dez. 1823.

<sup>267</sup> Apelido dado aos portugueses no período, usado por Marcelino para denegrir a imagem do então Presidente de Província Ignacio Accioli Vasconcellos. Ver: *O Espelho*, Rio de Janeiro, n. 142, p. 3, 28 mar. 1823.

<sup>268</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, n. 124 (correspondência publicada avulsa), 1829.

<sup>269</sup> CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, *Percursos de um homem de letras nos Oitocentos*, 2018, op. cit., p. 18.

<sup>270</sup> No *Jornal do Commercio* (n. 375, p. 3, 9 jan. 1829) o anúncio n. 27 diz que o Padre Marcelino estava a oferecer aulas de gramática portuguesa e latina em sua residência, na Rua do Cano, 99.

tinham por características o drama e a repulsa aos estrangeiros, em especial os portugueses. Sua verborragia, repleta dos adjetivos mais ásperos possíveis, convertia os adversários em corruptos e púnicos, com as fraquezas e as falhas expostas. A mesma retórica inflamada, que perturbava opositores, convertia, através da tinta e do papel, os amigos em homens honrados e perseguidos. Não se acovardava diante dos ataques, sendo capaz de revelar sua identidade, abandonando os pseudônimos. As correspondências que publicava apresentavam a província do Espírito Santo como a terra subjugada aos desmandos de autoridades perversas e arbitrárias, que oprimiam a população<sup>271</sup>.

Ainda no primeiro reinado, em 1829, recebeu o convite para proclamar o *Te Deum* na abertura dos trabalhos da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro<sup>272</sup>, permitindo desvendar sua face de prosador, orador e cantor. No discurso proferido, diante do despotismo com o qual Dom Pedro I governava o Brasil, aproveitou-se da oportunidade para tecer veladas críticas ao Imperador, valendo-se de elogios irônicos. Sua fala, a todo momento, evocava a defesa da liberdade como valor inalienável. Lembrava aos presentes que é por permissão dos céus que sobe aos tronos das nações os reis e os tiranos, mas “[...] foi nos homens unidos em sociedade que Deus depositou o poder de se constituírem e estabelecerem seus governos conforme as suas relações, forças, comércio, gênio, educação e costumes”, sendo assim impossível ao povo brasileiro aceitar qualquer tipo de despotismo.

Junto a elogios ao “[...] grande Pedro, única bússola de nossas esperanças”, o padre-mestre lembrava que a Constituição de 1824, pelo imperador oferecida e pelo povo ansiosamente aceita e proclamada, era a fiadora da liberdade e da divisão do poder, celebrada na posse dos 9 vereadores eleitos. Assim, ele questionava indiretamente o monarca ao proclamar: “[...] de que me serve, dizia muitas vezes Carlos Magno, de que me serve ter escravos por meus súditos? Homens livres não me servirão com mais proveito? Não! O poder despótico só me fará fraco e odioso”.

Como as críticas diretas à pessoa do imperador podiam ser interpretadas como um crime, o padre utilizou-se das pessoas que cercavam Dom Pedro para criticar o despotismo praticado, afirmando:

Estes princípios de verdade eterna e que já hoje não escapam ao homem racional só podem ser desconhecidos por áulicos lisonjeiros que, cobertos de crimes e de

---

<sup>271</sup> CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, *Percursos de um homem de letras nos Oitocentos*, 2018, op. cit., p. 19.

<sup>272</sup> A íntegra do texto se encontra publicado em 4 volumes do jornal do Arquivo Municipal do Rio de Janeiro. Ver: ARQUIVO MUNICIPAL. 1862 (n. 165, 167, 168, 170). Rio de Janeiro: Typ. Paula Brito. 4p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343358&pesq=&pagfis=671>. Acesso em 16 de agosto de 2022.

infâmias, que os tornam réus perante a lei, ambiciosos das honras que não merecem, desejam, e com razão, ver sobre o trono um príncipe ignorante, um déspota caprichoso, um monarca sem lei e sem moral que só conheça por virtude a adulação, a lisonja por merecimento, a fim de não alcançarem a impunidade em seus delitos como verem sobre si amontoados os empregos importantes da nação que eles não sabem desempenhar, e entrarem assiduamente na partilha das graças ou distribuídas a granel pelo desmérito, ou vendidas à ociosidade e a inércia<sup>273</sup>.

Por fim, ele encerrou sua reflexão com uma exortação em que afirmava que o Brasil é e sempre seria livre. E que tinha confiança de que o imperador iria defender e respeitar a Constituição que ele mesmo havia escrito:

O Brasil não retrograda; os ferros da escravidão não foram feitos para os braços do Brasil. Os Brasileiros são briosos; eles não conhecem essa crassa estupidez, que distingue a classe comum da Europa [...]. Não, meus Senhores, nós juramos a CONSTITUIÇÃO, não seremos perjuros. Ai d'aquela que tentar contra a Liberdade do Brasil! O Brasil tem um Defensor Perpétuo, tem um Monarca liberal. Ele nos afiançou que mais liberal do que Ele, nem a mesma Constituição. Ele não quererá dar a seus súditos a terrível lição de rebeldia e de perjuro<sup>274</sup>.

O discurso proferido na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro ganhou notoriedade e rendeu elogios até dos desafetos do sacerdote<sup>275</sup>. O sucesso fez com que as críticas veladas e irônicas, poucos meses após o discurso, dessem lugar a uma oposição firme e aberta. O maduro sacerdote, naquela época já com 43 anos, não mais contava com a proteção do pai, falecido, ou de um prócer, pois agora era admirado, experiente e popular, podendo contar com a proteção e ajuda de seus aliados. À vista disso, a sua repulsa ao que julgava crime despótico de Dom Pedro I o levou a abandonar a prudência, fazendo uso de linguagem debochada e ousada em seus escritos. A isso, podemos acrescentar sua audácia em opor-se aos conceitos políticos vigentes, falando abertamente de república e federalismo, contra monarquia e centralização<sup>276</sup>.

Atentamos também que todo o arrojo de Marcelino não ficou só nas palavras, visto seu envolvimento direto nos movimentos da “Noite das Garrafadas”, em 11 e 16 de março, nos movimentos de 7 de abril de 1831, que levaram à abdicação de Pedro I<sup>277</sup>, nas revoltas de julho<sup>278</sup>, e de 28 de setembro de 1831 – protagonizada pelos exaltados<sup>279</sup>.

<sup>273</sup> *Arquivo Municipal*. Rio de Janeiro, n. 168, p. 2, 1862.

<sup>274</sup> *Farol Maranhense*, Maranhão, n. 178, p. 761, 23 mar. 1830.

<sup>275</sup> *Astréa*, Rio de Janeiro, n. 523, 19 jan. 1829.

<sup>276</sup> CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, *Percursos de um homem de letras nos Oitocentos*, 2018, op. cit., p. 19-20.

<sup>277</sup> NOVAES, *História do Espírito Santo*, 1984, op. cit., p. 169.

<sup>278</sup> Nesta revolta os exaltados exigiam o banimento do país de 89 pessoas consideradas “inimigos da Nação Brasileira”, a demissão de empregados públicos tidos como “inimigos das Instituições livres” e a suspensão da imigração portuguesa para o Brasil por um período de dez anos. Por conta disso, foi preso e implicado na devassa aberta para apurar o caso, mas acabou absolvido. Ver: CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018, op. cit., p. 27.

<sup>279</sup> Revolta que ocorreu no Theatro Constitucional. Ver: BASILE, Marcello. *Revolta e cidadania na Corte regencial*. *Tempo*, Niterói, n. 22, jan. 2007, p. 31-57.

Feita a Regência, os novos e conturbados ares que sopravam sobre a nação levaram o sacerdote a se alinhar com os Liberais Exaltados e a se tornar, junto com Ezequiel Corrêa dos Santos, Cipriano Barata e Antonio Borges da Fonseca, porta-voz do grupo. Para tal empreitada, em agosto de 1831, imerso na rápida expansão da opinião pública através da impressão de periódicos, o padre-mestre iniciou a produção de seu próprio jornal.

Denominado *O Exaltado, Jornal Litterário, Político e Moral*, as 56 edições publicadas circularam entre 4 de agosto de 1831 e 15 de abril de 1835. Com impressão irregular, publicava-se a folha, em média, duas vezes por semana, havendo momentos de interrupções. As edições possuíam quatro páginas e custavam, em média, \$80. A assinatura trimestral possuía o valor de 2\$000 réis. A fraca periodicidade pode ser percebida no fato de a impressão do jornal ter passado por sete tipografias<sup>280</sup>. E não só no título o jornal era alinhado aos exaltados, o que pode ser observado na epígrafe que encabeçava as edições do impresso, com a transcrição do artigo 145 da Constituição Imperial<sup>281</sup>, também usado como lema do grupo do qual participava o padre-mestre.

Logo na primeira edição, Marcelino justificava a sua entrada na “difícil tarefa de Escritor Público” devido ao seu grande amor pela Nação e pela criminalização que o governo regencial impôs à representação feita pelos liberais exaltados na manifestação de julho de 1831. Afirmava que iria denunciar as divergências entre os partidos, que dilaceravam a opinião pública no Rio de Janeiro, e, ainda, iria apresentar e erradicar as discórdias que assolavam o Brasil, lançando mão de uma linguagem popular e de fácil entendimento<sup>282</sup>.

No artigo inaugural do *Exaltado*, Marcelino, fazendo uso de um linguajar franco e com estilo popular; afirmava que seu principal objetivo era “[...] extirpar do Solo Brasileiro as intrigas, discórdias e rivalidades que hipócritas realçados têm procurado semear entre um povo sincero”<sup>283</sup>. Por isso, apresentava sua própria análise sobre a situação política do país, afirmando que era o espírito partidário a principal causa das divergências que atormentavam a opinião pública da capital imperial. Apontando a atuação de quatro partidos, Marcelino Duarte exprimia

---

<sup>280</sup> Ao longo das edições o jornal passou por pelas seguintes tipografias. Gueffier e Ca., a de R. Ogier, a do Diario, a Paraguassu, de D. da F. Pinto, a Fluminense de Brito e a Nytheroy de Rego & C. Essas figuravam entre as 52 tipografias em atividade durante o período regencial. Ver: BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (org.). Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro nos Oitocentos. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2014. p. 48-49; CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, Percursos de um homem de letras nos Oitocentos, 2018, op. cit., p. 21.

<sup>281</sup> Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e Integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos.

<sup>282</sup> *O Exaltado*, n. 1, 4 ago 1831. p. 1-2.

<sup>283</sup> *O Exaltado*, n. 1, 4 ago. 1831. p. 1.

interpretação distinta à tradicional que apresentava a atuação das três facções políticas já conhecidas: *Liberais Moderados*, *Liberais Exaltados* e *Caramurus*.

O primeiro partido apontado pelo sacerdote era o dos *Exaltados* ou *Puritanos*, que, dentre os filiados, estavam os desinteressados, imparciais e verdadeiros amigos do Brasil. O grupo, do qual o próprio sacerdote fazia parte, lutava por um Brasil que pertencesse verdadeiramente aos brasileiros e defendia um governo monárquico, representativo, vitalício e unitário. Antagônico aos puritanos, encontravam-se os *Moderados*, classificados pelo padre-mestre como os adeptos da antiga administração, que não buscavam reformas e queriam somente a manutenção de seus interesses e domínio político. O terceiro grupo foi classificado como o dos *Republicanos*, que possuíam ideais próximos aos dos puritanos, mas que defendiam uma monarquia eletiva e com tempo de mandato definido. Ao fim, Marcelino Duarte apontava o grupo dos *Federados*, ainda em formação, com adeptos dentro das três outras facções já apresentadas e um projeto de autonomia para as províncias, mas interligadas pelo poder central que emanaria da Corte<sup>284</sup>.

Ao longo dos seus 56 volumes impressos, o jornal publicara reflexões de Marcelino sobre a forma como o governo brasileiro devia ser estruturado, defendendo abertamente o federalismo e a descentralização do poder. Também tecia diversas críticas, algumas com teor satírico, aos seus desafetos políticos, em especial os liberais moderados. Em um primeiro momento, o jornal defendeu a centralização política em uma monarquia unitária. Com o avanço do governo liberal moderado sobre a Regência, o jornal passou a defender um projeto político liberal exaltado, polemizando ainda mais as questões com suas próprias interpretações. Consoante Adriana Campos, Fernanda Pandolfi e Marcello Basile<sup>285</sup>, o jornal apresentava críticas ao governo regencial; denúncias sobre perseguições políticas; defesa da liberdade de imprensa; reflexões xenófobas e antilusitanas; incitação e apoio aos movimentos revoltosos que ocorriam pelo Brasil, em especial no Rio de Janeiro.

Contudo, o principal objetivo do jornal era combater o governo regencial moderado e defender as ideias *exaltadas*. Sendo professor, Marcelino também se utilizou do jornal para apresentar um dicionário cívico doutrinário, explicando as suas concepções políticas de forma didática. Ao longo das edições 14 e 15 do periódico, Marcelino fez publicar o seu artigo *Princípios políticos acomodados à Capacidade dos Farroupilhas, para conversão dos Anarquistas*, que possuía 23 conceitos que buscavam desenvolver um novo vocabulário político diante das

---

<sup>284</sup> *O Exaltado*, n. 1, p. 3-4, 4 ago. 1831.; CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, Percursos de um homem de letras nos Oitocentos, 2018, op. cit., p. 21.

<sup>285</sup> CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, Percursos de um homem de letras nos Oitocentos, 2018, op. cit., p. 21.

transformações semânticas que estavam em curso. Não era uma iniciativa pioneira, uma vez que, desde 1821, dicionários com o mesmo objetivo já circulavam na Corte<sup>286</sup>. Discutiam-se os fundamentos e tipos de governo e de soberania de forma pedagógica, com o objetivo de convencer, instruir e persuadir a opinião pública a partir dos seus pontos de vista.

Marcelino Duarte recorria aos autores clássicos da política, como Locke e Rousseau, para convencer seus leitores de que o melhor projeto para o Brasil era o dos liberais exaltados, o qual defendia a liberdade individual e a autonomia como valores inegociáveis<sup>287</sup>. Para ele, a soberania residia na Nação, isto é, na “Sociedade Universal”. A seu ver, a fonte da soberania era o povo, mas limitada ao exercício da escolha dos representantes que, empossados, recebiam o direito de exercer os poderes soberanos durante a vigência de seus mandatos.

Na sua concepção, somente quatro poderes constituídos eram legítimos: o Poder Constituinte, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Nessa perspectiva, o Poder Moderador era uma anomalia, que corroborava com a corrupção e o despotismo. A falta de instrução do povo permitia que outras abusivas formas de governo chegassem ao poder. E duas seriam essas formas de poder. A primeira, seria o governo aristocrático, em que a “[...] Nação, está dividida em duas classes tão somente. Nobreza e Plebe de maneira, porém que a Nobreza reúne em si os Poderes Soberano, e Político, [...] de uma maneira sempre despótica: e a Plebe é considerada com a condição desprezível de escravos sem direito”. Já a segunda forma abusiva de poder seria o governo despótico, no qual o poder executivo “[...] reside em um só homem, com o título de Imperador, Rei, Ditador, Protetor, Autocrátor, Czar, Doge ou Presidente”. O grande problema é que, nesta forma de governo, o poder executivo não possui limite, e o povo se torna uma massa, “[...] um agregado de escravos que obedecem cega e humildemente ao capricho, e vontade de um tirano”<sup>288</sup>.

Diante dos acontecimentos da Revolta da Ilha das Cobras<sup>289</sup>, ocorrida em 6 de outubro de 1831, Marcelino foi acusado por Evaristo da Veiga, através das páginas do *Aurora Fluminense*, de ter

---

<sup>286</sup> Temos o *Diccionario Carcundatico* que continha 70 conceitos, e seu Suplemento, que paretentou outros 43 vocábulos, e o Nova Luz Brasileira, de propriedade do Ezequiel Corrêa dos Santos, que apresentou 108 conceitos. Ver: CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello (org.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820- 1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, vol. 3, p. 402-415.; BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, n. 3, set. de 2001.

<sup>287</sup> *O Exaltado*, n. 1, p. 1, 4 ago. 1831.

<sup>288</sup> *O Exaltado*, n. 14, 15 dez. 1831.

<sup>289</sup> No dia 6 de outubro de 1831, o Corpo de Artilharia da Marinha, que estava aquartelado na ilha das Cobras, rebelou-se, tomando conta da ilha e prendendo praças e oficiais que não aderiram ao motim. O líder da sedição foi o liberal exaltado e ex-deputado Cipriano Barata, que se encontrava preso pelo crime de imprensa. O movimento foi rapidamente suprimido por Diogo Feijó, então ministro da justiça, que autorizou uma investida militar contra a ilha, feita sob um pesado fogo de artilharia e de fuzis, criando um cenário de guerra no centro da capital do

parte com os revoltosos<sup>290</sup>. O padre-mestre não se intimidou diante das denúncias contra ele proferidas e utilizou-se das páginas do *Exaltado* para se defender. Afirmava que o movimento não passou de mais uma armação dos Moderados para denegrir a imagem dos deputados, e que Evaristo da Veiga continuava seus planos fazendo uso de seu jornal, o “livro do Despotismo”, para perseguir os verdadeiros cidadãos, lançando-os na desgraça<sup>291</sup>.

Marcelino, diante do que acontecia consigo e com seus correligionários, acusava os moderados de perseguidores e vingativos, questionando se os seus opositores continuariam a professar o seguimento à moderação, enquanto “[...] só lhes pertence professar vingança, traições, perjúrios, ferocidade, sedução, bruteza? ... Se animarão ainda a passear impávidos pelas ruas das cidades fluminenses? Por entre um povo tantas vezes, de tantos modos, e tão atrozmente atraído?”<sup>292</sup>. Ainda acusava os moderados de deturpar os significados das palavras através de seus atos:

Moderação hoje significa, ou é sinônimo de atrocidade, furor, bruteza; propriedade significa alienação; capitalista é sinônimo de assassino; ordem, quer dizer desordem; Lei quer dizer perseguição; virtude, crime; amor, ódio; proteção, vingança; fé, perfídia; fidelidade, traição; e pelo contrário: v. g. Anarquia significa boa ordem; farroupilha, cidadão virtuoso; exaltado, Amigo da Lei, e da Pátria. Tal é o estado inverso das coisas, ou a metamorfoses nomenclar que tem soffrido o Império das palavras sob a direção, ou Presidencia dos Srs. Evaristo da Aurora, Januário do Diário[...]<sup>293</sup>.

De fato, após o episódio ocorrido no quartel da Ilha das Cobras, os Moderados lançaram uma campanha de perseguição aos jornais Exaltados. Marcelino não ficou imune a este movimento. Em suas próprias palavras, Feijó e Evaristo articularam para que a Guarda Municipal fosse até a Rua do Rosário (onde se encontrava sua residência e seu colégio) para ameaçá-lo de prisão, com o uso de “tiros, e chufas insultantes”. Por esta razão, foi necessário que ele abandonasse seus 109 alunos e buscasse refúgio fora da Corte<sup>294</sup>.

---

império. Ver: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. GOMES, Flávio dos Santos. Revoltas, marinheiros e sistema prisional no arsenal de marinha: notas sobre o trabalho compulsório e cultura política num Rio de Janeiro atlântico (1820-1840). *História Social*, Campinas, n. 13, p. 11-33, 2006. p. 19-20.

<sup>290</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 544, p. 2.309, 17 out. 1831.

<sup>291</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 10, 29 out. 1831.

<sup>292</sup> *O Exaltado*. Rio de Janeiro, n. 16, p. 1-2, 14 jan. 1832.

<sup>293</sup> *O Exaltado*. Rio de Janeiro, n. 20, p. 2, 18 fev. 1832.

<sup>294</sup> *O Exaltado*, n. 11, 21 nov. 1831. Também há o relato em: DUARTE, Marcelino Pinto Ribeiro. Epistola em resposta á carta de hum amigo. Em a qual, perguntava a seo autor (depois da perseguição, que soffreo no Governo da Regencia Trina Permanente no Ministerio do Padre Diogo Antonio Feijó; vendo-se obrigado em 10 de Outubro de 1831, a deixar a Cidade, e o seo Collegio por escapar-se aos punhaes assassinos) em que lugar rezedia, e se no meio das perseguições e argucias, que se lhe imputávão, dormia tranquillo, na calma de sua consciencia, izento de remorsos, como Socrates arrastrando os ferros, que lhe avião lançado os emulos de suas virtudes. Offerecida aos exaltados. Pelo Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito & c., 1834. p. 3.



A perseguição também o levou a responder, diante do júri, sobre o conteúdo dos números 7, 8 e 9 de seu jornal. Ele fora acusado de abuso da liberdade para exprimir os pensamentos, incurso nos crimes de “sedução, rebelião, sedição, impressão; e de caluniador contra as sagradas Pessoas de S. M. I., e dos Regentes; e contra cada uma das Câmaras Legislativas”. O júri aceitou a denúncia contra o padre, e, por essa razão, o *Exaltado* ficou sem nenhuma edição impressa entre 28 de março e 16 de agosto de 1832<sup>295</sup>. Quando retornou à edição de seu jornal, manteve-se fiel à sua posição, afirmando a seus leitores que o hiato de publicações se deu não por medo dele mas, sim, por medo dos tipógrafos, diante das perseguições que se assemelhavam à inquisição<sup>296</sup>. Também celebrou, por meio do *Exaltado*, a queda de Feijó<sup>297</sup>.

Todos esses acontecimentos impeliram Marcelino a buscar uma vida próxima, mas não dentro da Corte. Assim, ainda em 1832, estabeleceu-se na Vila de Praia Grande, atual Niterói. Para lá, transferiu seu colégio, que foi instalado na chácara Conceição, “[...] lugar Saudável, e aprazível, longe dos inconvenientes, e das intrigas da Corte, perto, porém, de todos os recursos”. Mesmo com as desconfianças dos locais, que o vigiavam a todo momento, o colégio consolidou-se<sup>298</sup>.

Acusando os Moderados de quererem implementar no Brasil um governo aristocrático<sup>299</sup>, não resumiu sua luta oposicionista à regência, às letras e aos impressos, mas lançou seu nome na disputa da eleição para regente uno do Império, que fora vencida por Feijó. Marcelino recebeu 15 votos entre os 50 eleitores de sua província, o que lhe garantiu o quinto lugar local na eleição<sup>300</sup>. Para além das vias institucionais e jornalísticas, não hesitou em pegar em armas, liderando e financiando a tentativa de rebelião que passou para a História com o título de *Rusga* ou *Cabanagem da Praia Grande*, sobre a qual discutiremos adiante. É neste momento que escreve as duas peças teatrais contra Januário: *Conego Ignez* e *Rusga da Carioca*, as quais analisaremos no capítulo seguinte.

Próximo aos Andradas, mesmo diante das várias mudanças de posicionamento político pelo qual passou, manteve-se fiel ao amigo José Bonifácio até o fim. Por tamanha amizade e admiração, Marcelino Duarte foi o sacerdote responsável por proferir o sermão da missa exequial do Patriarca da Independência, no qual não se privou de utilizar seu talento com as letras para enaltecer o companheiro de luta falecido. Conforme aponta Maria Stella de Novais,

<sup>295</sup> CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, *Percursos de um homem de letras nos Oitocentos*, 2018, op. cit., p. 28.

<sup>296</sup> *Exaltado*, n. 24, p. 1, 30 ago. 1832.

<sup>297</sup> *O Exaltado*, n. 25, 6 set. 1832.

<sup>298</sup> *O Exaltado*, n. 32, p. 3, 12 nov. 1832.

<sup>299</sup> *O Exaltado*, n. 14, p. 2, 15 dez. 1831.

<sup>300</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados - 2º Ano da Terceira Legislatura - Sessão de 1835. Tomo II. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filhos, 1887. p. 368.

diante do esquife do amigo falecido, exclamou: “Cinzas de José Bonifácio, numes venerado de um velho admirável, reanimai-vos, surgir do túmulo, vinde ver e admirar o vosso pupilo (Dom Pedro II). Corramos todos ao seu túmulo! Beijemo-lo muitas vezes!”<sup>301</sup>.

Marcelino permaneceu ativo na imprensa até 1835, quando se retirou para a cidade de Niterói. Em 1836, montada a lista tríplice para eleição da cadeira do Senado que representava a Província do Espírito Santo, Marcelino Duarte conquistou 40 votos, o mais votado até então<sup>302</sup>. Ao ser chamado pelo presidente de província, José Joaquim de Oliveira, que impôs como condição para sua nomeação a garantia de apoio ao governo moderado, não vacilou em lhe responder: “Por tal preço, rejeito a coroa”<sup>303</sup>. Fora dos círculos palacianos, Marcelino Duarte associou-se às elites locais de Niterói e alcançou os cargos de juiz de paz (1835-1850), vereador (1837-1850), professor e vigário (1831-1860), além de ser o juiz perpétuo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Icarai<sup>304</sup>.

Mesmo com essa renúncia, conquistou seu apogeu eleitoral quando se tornou deputado geral pelo Espírito Santo, em 1838, ocupando o cargo até 1841<sup>305</sup>. Por mais que não tenhamos registro de nenhum pronunciamento de Marcelino na tribuna da Câmara, merece destaque na sua atuação como deputado: o exercício da função de secretário da mesa diretora<sup>306</sup>, a participação na comissão de instrução pública<sup>307</sup>, a proposta do projeto que demarcava o território da Província do Espírito Santo, o projeto de melhoramento na estrada que ligava Minas a Vitória<sup>308</sup>, a votação contra a presença e o engajamento de tropas estrangeiras nas forças militares do Império<sup>309</sup>, a conquista de investimentos para melhorias na Vila de Vitória<sup>310</sup>, a assinatura da petição ao infante Pedro II para que aceitasse a antecipação de sua maioridade<sup>311</sup> e a votação favorável pela antecipação da maioridade do Imperador<sup>312</sup>. Por sua atuação como Juiz de Paz e seu apoio na consolidação do segundo reinado, recebeu das mãos de Dom Pedro

---

<sup>301</sup> NOVAES, *História do Espírito Santo*, 1984, op. cit., p. 186.

<sup>302</sup> Os outros candidatos foram Joaquim Vieira da Souza e Silva (24 votos) e Doutor Manoel Pinto Ribeiro Pereira de S. Paio (22 votos). Ver: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 700013, p. 1, 15 jul. 1836.

<sup>303</sup> NOVAES, 1984, op. cit., p. 185.

<sup>304</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 184, p. 3, 4 jul. 1860.

<sup>305</sup> CAMPOS, Maristela. *O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2005. p. 122-123.

<sup>306</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 22, 1838.

<sup>307</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 430, 1838.

<sup>308</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 514-515, 1838.

<sup>309</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 88, 1838.

<sup>310</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 455, 1839.

<sup>311</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 886, 1840.

<sup>312</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 888, 1840.

II o título de cavaleiro da Imperial da Ordem de Cristo, em 1840<sup>313</sup>, e de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, em 1850<sup>314</sup>.

Em 1841, surgiu mais uma vez nas páginas do jornal *Correio Oficial* para elogiar o imperador e lhe transmitir as saudações e garantias de adesão e lealdade por parte dos políticos de sua Província. Junto à sua ode a Pedro II, foram transcritas as mensagens das Câmaras Municipais e dos habitantes das Vilas de Guarapari, São Mateus e Serra<sup>315</sup>.

A última querela em que surge o nome do sacerdote data de 1836, quando acabou mais uma vez preso, agora na cadeia do Aljube, devido a um processo movido contra o jornal *Raio de Jupiter*, publicado pela Typografia Niteroy de Rego & Co. A acusação apontava para um crime de liberdade de imprensa cometido pelo jornal, nas edições 15 e 18, em que os escritos incitavam à rebelião contra o imperador e o sistema monárquico. Marcelino foi acusado, junto a Manoel Gaspar de Siqueira Rego, de ser o dono da tipografia responsável pela impressão do jornal. Contudo, Marcelino conquistou a nulidade do processo pelo fato de que o distrito em que ele tramitou não era o mesmo em que se encontrava o domicílio do sacerdote, fazendo com que a sua detenção se tornasse ilegal e arbitrária<sup>316</sup>.

Após o fato acima narrado, não possuímos muitas informações sobre a vida do sacerdote e suas ações políticas, o que nos leva a crer que ele não tenha se envolvido em maiores conflitos. O último texto conhecido do sacerdote data de 1850 e denomina-se *Ode aos seus bons patrícios e amigos*, publicado em Vitória, como oferta a seus amigos em virtude de sua visita à terra natal<sup>317</sup>. Também em 1850, participa de sua última eleição em sua província natal, concorrendo à vaga no Senado, conseguindo 25 votos e ficando em quarto lugar na eleição<sup>318</sup>. Seu passamento se deu por um acidente vascular cerebral<sup>319</sup>, na Freguesia de São Lourenço de Niterói, aos 8 de junho de 1860, com a idade de 72 anos, sendo sepultado no cemitério do Maruí<sup>320</sup>.

<sup>313</sup> ARQUIVO NACIONAL. Decreto agraciando com o grau de Cavaleiro a: Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. Fundo Ordens Honoríficas, caixa 69, n. 7870495.

<sup>314</sup> ARQUIVO NACIONAL. Decreto agraciando com o grau de Cavaleiro a: Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. Fundo Ordens Honoríficas, caixa 69, n. 7890702.

<sup>315</sup> *Correio Oficial*, n. 42, p. 165, 25. fev. 1841.

<sup>316</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 700013, p. , 13 de jul. 1836; *O Sete D'Abril*, Rio de Janeiro, n. 390, p. 3, 19 out. 1836; CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, Percursos de um homem de letras nos Oitocentos, 2018, op. cit., p. 33-34. sobre o crime de liberdade de imprensa ver: FONSECA, Silvia Carla. Contribuição ao estudo da imprensa política no Império do Brasil (1822-1840). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2015, Alcar, UFRGS. *Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, UFRGS, 2015. p. 3.

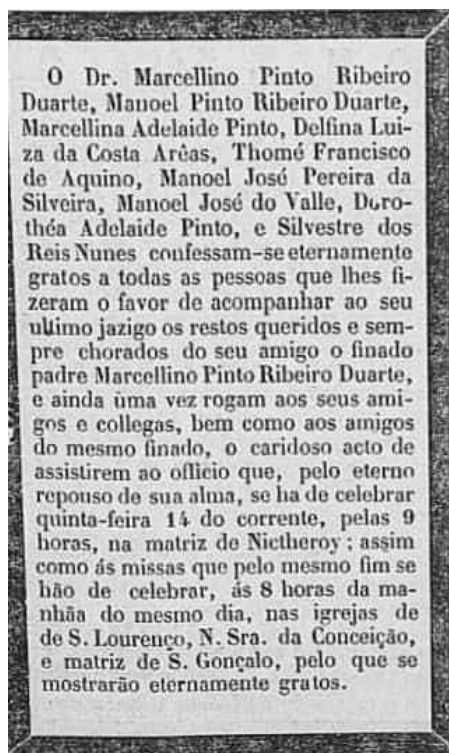
<sup>317</sup> *Correio da Victoria*, Vitória, n. 61, p. 4. 31 jul. 1850.

<sup>318</sup> *Correio da Victoria*, Vitória, n. 58, p. 1, 20 jul. 1850.

<sup>319</sup> *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 158, p. 1, 8 jun. 1860.

<sup>320</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, n. 85, p. 2, 9 jun. 1860.

**Figura 2:** Convite para a missa de sétimo dia em sufrágio da alma do padre Marcelino



**Fonte:** *Diario do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.00080, p. 4, 13 jun. 1860.

## 2.2. O PADRE-MUTUCA E SECRETÁRIO PERPÉTUO<sup>321</sup>

Sacerdote, cônego, político, professor, jornalista, historiador, publicista, literato e poeta parnasiano e satírico. Essas são algumas das múltiplas faces do padre e secretário perpétuo do IHGB. Diferentemente do que ocorreu com o padre Marcelino, a posição de destaque dentro do instituto fez com que muito se produzisse sobre a figura ímpar do sacerdote, existindo inúmeras fontes que constroem sua biografia e narram sua trajetória política e intelectual<sup>322</sup>. O recorte sobre a trajetória do sacerdote escolhido tem por objetivo demonstrar como os caminhos trilhados pelo padre o levaram ao conflito literário com Marcelino Duarte.

<sup>321</sup> *Mutuca Picante* foi o jornal editado por Januário durante do período regencial, e ele detém o título de secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

<sup>322</sup> Escreveram biografias sobre Januário: Manuel Araújo Porto Alegre (1846), Dr. Jose Francisco Sigaud (1847), Francisco de Paula Meneses (1848), Joaquim Manuel de Macedo (1876), Sacramento Blake (1970), Inocêncio Francisco da Silva (1859) e Sebastien Auguste Sisson (1948). Estudos mais recentes também tratam da figura do padre com ênfase em sua produção acadêmica, como Marcelo e Cybelle Ipanema (1981 e 1997), Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (1981, 1989, 2001 e 2003), Lilia Moritz Schwarcz (1993) e Juscelino Pereira Neto (2014).

**Figura 3:** Litografia de Januário da Cunha Barbosa



**Fonte:** SISSON, Sebastian Auguste. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 436.

Januário da Cunha Barbosa nasceu no Rio de Janeiro em 1788. Filho do português Leonardo José da Cunha Barbosa e da carioca Maria Bernarda de Jesus, Januário ficou órfão ainda criança e foi adotado por um tio paterno que lhe ofereceu boa educação. Decidido a seguir carreira eclesial, iniciou seus estudos no seminário São José, da então Diocese do Rio de Janeiro. Em 1801, concluiu os estudos no seminário, tomou ordens de subdiácono e, dois anos depois, em 1803, foi ordenado sacerdote pelo bispo do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco. Já contava, nesse momento, com 23 anos completos. Uma vez ordenado, foi terminar seus estudos em Portugal, instruindo-se com os grandes oradores sacros entre 1805 e 1807<sup>323</sup>.

Com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, Januário da Cunha encontrava-se na cidade. Os dotes do cônego não passaram despercebidos pelo Príncipe Regente, que o elevou à posição de pregador da Capela Imperial por Dom João VI, ainda em 1808. Consoante Benjamin Ramiz Galvão<sup>324</sup>:

Era Januário dotado de uma voz cheia, sem aspereza, e de uma fisionomia expressiva e amena. Seu porte tinha essa majestosa conveniência, que tanto impõe sobre um auditório. Sua eloquência era persuasiva sem esforço, encantadora sem afetação, flexível e apaixonada às vezes, como a de Massilon; seus quadros eram traçados com arte, suas imagens cheias de vida e de conveniência, seus símiles revelaram a lição

<sup>323</sup> SISSON, Sebastião. Augusto. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Rio de Janeiro: Lithographia De S. A. SISSON, 1861. p. 111.

<sup>324</sup> RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. "O púlpito no Brasil". *Revista do IHGB*, t. 92, v. 146, Rio de Janeiro, 1922, p. 108.

dos grandes mestres, e o depurado gosto do orador; frequentes vezes seu pincel traçou elegantes retratos oratórios, que bem deixam ver quanto se nutria seu gênio das fecundas lições dos grandes mestres.

O reconhecimento de seu trabalho veio com a outorga do Hábito de Cristo<sup>325</sup>. Ainda no agitado ano de 1808, Januário seguiu a tradição de unir a batina e o magistério e foi admitido na cadeira de Filosofia Racional e Moral, como regente substituto. Em 1809, recebeu a outorga de pró-comissário da Ordem Terceira dos Mínimos<sup>326</sup>.

Em razão da Revolução Liberal do Porto e da consequente volta da Família Real para Portugal, em 1821, Januário da Cunha aproximou-se do príncipe regente, Dom Pedro. Ao mesmo tempo, associou-se à loja maçônica *Grande Oriente do Brasil*, na qual Joaquim Gonçalves Ledo exercia o papel de Venerável Mestre, com o projeto de assumir as rédeas da maçonaria no Brasil<sup>327</sup>.

Contando com 41 anos de idade, pertencendo ao grupo denominado pela historiografia como *brasilienses*, uma vertente das chamadas elites luso-brasileiras que não estava ligada à universidade de Coimbra<sup>328</sup>, envolvido na maçonaria e imerso no universo da política na Corte, o sacerdote acabou por enredar-se diretamente nos debates e movimentos da Independência do Brasil<sup>329</sup>. Junto a Gonçalves Ledo, ajudou na edição do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, principal órgão de imprensa da época, e seu primeiro escrito não religioso. Aqui se iniciaria a carreira de um dos principais padres-jornalistas do Império<sup>330</sup>.

#### Quadro 1: Lista de jornais em que houve participação de Januário da Cunha

Jornal	Período de atuação
Revérbero Constitucional Fluminense	1821-1822
Correio Oficial	1831-1836
Aurora Fluminense	1831-1835
Auxiliador da Indústria Nacional	1833-1840
Mutuca Picante	1834-1835
Minerva Brasiliense	1843-1845
O Homem e a América	1832

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

<sup>325</sup> op. cit.

<sup>326</sup> SIGAUD, José Francisco. Elogio Histórico do Secretário Perpétuo cônego Januário da Cunha Barboza. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XI, 1848. p. 187.

<sup>327</sup> BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e Cidadania: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 360.

<sup>328</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais*. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Editora Revan/ FAPERJ, 2003. p. 373.

<sup>329</sup> NEVES, *Corcundas e Constitucionais*, 2003, op. cit., p.353.

<sup>330</sup> BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 173.

Sob a epígrafe *Redire sit nefas!*<sup>331</sup>, que condenava abertamente qualquer possibilidade do retorno do Brasil à condição colonial, as 48 edições ordinárias e as 3 extraordinárias do *Revérbero* circularam na Corte entre 15 de setembro de 1821 e 8 outubro de 1822. Suas edições possuíam entre 8 e 12 páginas, nas quais eram publicados assuntos variados. Dentre recortes de jornais e de obras estrangeiras, que buscavam reforçar os argumentos e opiniões dos editores, e despachos do governo, havia destaque às sessões das correspondências e das reflexões<sup>332</sup>.

Na coluna das correspondências, publicava-se “[...] pedidos, sugestões e críticas pronunciadas, em sua maioria, através do anonimato ou de pseudônimos por homens que, muitas vezes, pertenciam à administração da Corte e da província”<sup>333</sup>. E, na coluna Reflexões, “[...] eram manifestadas as ideias e palavras dos próprios redatores que, logicamente, se espalhavam por todo o jornal, cujas matérias possuíam sempre um viés que, na falta de uma melhor expressão, podemos chamar de editorial”<sup>334</sup>.

Por mais que historiadores clássicos, como Nelson Sodré<sup>335</sup>, tenham defendido o projeto separatista do *Revérbero*, classificando-o como o principal veículo doutrinário da independência brasileira, novos trabalhos trazem outras interpretações sobre a posição do jornal. Virgínia da Silva<sup>336</sup> afirma que o *Revérbero*, em um primeiro momento, estava ligado ao pensamento liberal vintista português, defendendo uma constituição que apresentasse claramente os respectivos direitos e deveres dos monarcas e dos cidadãos. Assim, munidos de uma visão conservadora, eles defendiam uma carta que garantisse direitos e liberdades político-econômicas ao Brasil, sem advogar uma separação total de Portugal. Em suas próprias palavras, o jornal era editado com o objetivo de trazer ao Rio de Janeiro “[...] todas as Luzes Constitucionais da Europa, a fim de fortificar o vosso amor pela santa Causa da Nação, pela vossa própria Causa”<sup>337</sup>.

É com a chegada dos decretos vindos de Portugal, no início de dezembro de 1821, e o consequente acirramento entre as Cortes, que o jornal vai mudando gradativamente a sua linha editorial<sup>338</sup>. Acompanhando as circunstâncias, a partir de abril de 1822, Januário da Cunha e

<sup>331</sup> Verso da Ode II do livro 5º de Horácio ao Povo Romano, que significa: *voltar atrás é um crime*.

<sup>332</sup> SILVA, Virgínia Rodrigues da. *O Revérbero Constitucional Fluminense: constitucionalismo e imprensa no Rio de Janeiro na independência*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 89-90.

<sup>333</sup> op. cit., p. 175.

<sup>334</sup> op. cit.

<sup>335</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p.62-64.

<sup>336</sup> SILVA, Virgínia. *O Revérbero Constitucional Fluminense*, 2010, op. cit., p. 203-204.

<sup>337</sup> *Revérbero Constitucional Fluminense*, n.1, p.1, 15 set. 1821.

<sup>338</sup> SILVA, Virgínia, 2010, op. cit., p. 126.

Gonçalves Ledo passaram a reconhecer que a independência se aproximava<sup>339</sup>, tendo em vista que Portugal já apresentava claros sinais de que não iria respeitar e conservar os direitos que o Brasil havia conquistado desde 1808<sup>340</sup>.

Contudo, é importante salientar que as ideias dos editores do *Revérbero* não se afastavam da visão das elites. Tal visão era esclarecida no próprio jornal, que distinguia o ideal liberal representativo, que eles julgavam ser o mais apropriado para o Brasil, das ideias democráticas e revolucionárias<sup>341</sup>. Assim, Januário da Cunha e Gonçalves Ledo defenderam a implantação de uma monarquia constitucional e representativa, que rechaçava o caráter republicano e democrático que eles denunciavam alimentar os arbítrios das Cortes<sup>342</sup>.

Ainda no processo de emancipação do Brasil, Januário da Cunha, junto a Gonçalves Ledo, Luís Pereira da Nóbrega e José Clemente Pereira, participou das movimentações políticas que deram origem ao Conselho de Procuradores das Províncias, em fevereiro de 1822. Foi um dos autores do discurso proclamado por José Clemente Pereira que requisitava a Dom Pedro que recebesse de bom grado o título de “protetor e defensor perpétuo do Brasil”. Também é de sua autoria a representação para a convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil. É esta convocação que daria início às animosidades entre Januário e Bonifácio<sup>343</sup>.

Com a emancipação política do Brasil, Januário manteve-se alinhado ao grupo liderado por Gonçalves Ledo, que defendia “[...] um governo baseado na soberania popular, tendo D. Pedro como chefe escolhido pelo povo e subordinado aos seus representantes”. Tal ideal de Nação era oposto ao projeto do grupo liderado por José Bonifácio de Andrada, que advogava por “[...] uma constituição que limitasse os poderes da Assembleia Legislativa, aceitando a autoridade do soberano como um direito legalmente herdado através da dinastia”<sup>344</sup>.

A ideia de soberania popular, somada ao requerimento de uma Assembleia Constituinte, levou José Bonifácio a entender que este grupo político advogava pela implementação do republicanismo. Assim sendo, Bonifácio iniciou uma devassa em 2 de novembro de 1822, em que acusava o grupo de Ledo de conspirar contra o poder central, buscando incutir a anarquia e a guerra civil no Brasil<sup>345</sup>. Januário da Cunha foi preso no mês seguinte, quando regressava à

---

<sup>339</sup> *Revérbero Constitucional Fluminense*, n. 23, 16 abr. 1822.

<sup>340</sup> SILVA, Virgínia, 2010, op. cit., p. 133.

<sup>341</sup> SILVA, Virgínia, 2010, op. cit., p. 129.

<sup>342</sup> op. cit., p. 156.

<sup>343</sup> BITTENCOURT, *Os Fundadores*, 1938, op. cit., p. 178-181.

<sup>344</sup> BARATA, *Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro*, 2007, op. cit., p. 362.

<sup>345</sup> Para maiores informações sobre a Bonifácia ver: SCHIAVINATTO, Iara Lis; FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. As lembranças da “bonifácia” entre a devassa de 1822 e o processo dos cidadãos de 1824. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 175, n. 462, p. 201-238, jan. /mar. 2014.



Capital após empreender viagem até Minas Gerais com o objetivo de convocar os mineiros para participar da Aclamação de Dom Pedro.

No dia 19 de dezembro daquele ano, foi condenado ao desterro e enviado à Europa. O exílio iniciou-se em Havre – França –, seguido por Paris e, posteriormente, Londres<sup>346</sup>. É nesse período de degrado que o padre desenvolve ainda mais seu talento com as letras, escrevendo o seu poema épico *Nitheróy* (1823)<sup>347</sup>. Diante da falta de provas, Januário da Cunha e seus companheiros acabaram absolvidos de todas as acusações, podendo retornar ao Brasil em 1823<sup>348</sup>. Após seu regresso, transformou-se em expoente na defesa da monarquia, aproximando-se novamente do imperador, o que lhe proporcionou distinções nacionais como Cônego da capela Imperial, Hábito e a Comenda da Ordem de Cristo e da Rosa e o Oficialato da Imperial Ordem do Cruzeiro<sup>349</sup>.

Após a suspensão da Assembleia Constituinte de 1823, foi eleito para a primeira Legislatura do Império, entre 1826-1829, pela província de Minas Gerais. Na função de parlamentar, Januário da Cunha apresentou o primeiro projeto de organização da instrução pública no Império, o que o fez ser considerado como precursor na luta por políticas públicas educacionais<sup>350</sup>. Não conseguindo ser reeleito, o cônego foi nomeado diretor da Tipografia Nacional. Como “escribador imperial”, Januário manteve-se fiel a Dom Pedro I até a abdicação, inclusive respondendo às queixas, denúncias e provocações que antigos aliados faziam através de seus jornais<sup>351</sup>.

Tamanha a sua proximidade com o Imperador que, no exercício da função de cônego da capela imperial, Januário foi o pregador das principais solenidades rezadas nesta igreja, com destaque às orações fúnebres proferidas em ocasião do falecimento de Dom João VI e da Imperatriz Leopoldina, ambos ocorridos em 1826. Nesse período, ele foi promovido a Comissário da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula<sup>352</sup>.

Iniciada a Regência, Januário da Cunha aproximou-se de Evaristo da Veiga e alinhou-se ao grupo dos *Liberais Moderados*, do qual se tornou um dos porta-vozes. A garra apresentada na defesa do ex-imperador foi usada para defender o governo moderado. Com a experiência

---

<sup>346</sup> BITTENCOURT, 1938, op. cit., p. 183.

<sup>347</sup> SISSON, *Galeria dos Brasileiros Illustres*, 1861, op. cit., p. 439.

<sup>348</sup> op. cit., p. 185.

<sup>349</sup> BITTENCOURT, *Os Fundadores*, 1938, op. cit., p. 186.

<sup>350</sup> PEREIRA NETO, Juscelino. *A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial (1821-1846)*. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014. p. 3.

<sup>351</sup> op. cit., p. 186 e 189.

<sup>352</sup> SCHUBERT, Guilherme. Sermão proferido por Monsenhor Guilherme Schubert na missa pelo sesquicentenário de falecimento do Cônego Januário. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 394, jan. / mar. 1997, p. 193-195.

adquirida na direção da Tipografia Nacional, o cônego foi colaborador em diversos jornais de linha moderada.

Mesmo contribuindo com diversos jornais e ocupando a direção da Tipografia Nacional, Januário da Cunha iniciou, em 1833, a publicação do jornal *Auxiliador da Indústria Nacional*, que tinha por objetivo apresentar projetos para expansão e aperfeiçoamento da agricultura, pecuária e manufatura imperiais. Em 1834, após participar do movimento que levou à retirada de Bonifácio da função de tutor de Dom Pedro II, assumiu outra frente no combate pelas penas com a publicação de seu próprio jornal, o *Mutuca Picante*<sup>353</sup>.

Impresso na Tipografia de Thomas B. Hunt & C., as 37 edições do jornal, que circularam entre 15 de setembro de 1834 a 30 de janeiro de 1835, podiam ser adquiridas no valor de 40\$ réis. A publicação era anônima e continha conteúdo difamatório e recheado de “[...] notas sarcásticas e humorísticas contra certos personagens, especialmente Marianno Carlos de Souza Correia, a quem o clérigo gentilmente designava de Rato molhado”<sup>354</sup>, e a Bernardo Pereira de Vasconcelos, respondendo às publicações que este realizava em seu jornal, o *Sete d’Abril*<sup>355</sup>.

A página inicial do jornal já demonstrava o teor que a leitura traria. O cabeçalho do jornal era composto por uma charge, no qual um marimbondo zunindo buscava ferrear três homens amedrontados. Um dos personagens da charge, contendo garras compridas, buscava expulsar o inseto, o outro possuía uma máscara na mão direita, transmitindo a ideia de que ele procurava esconder o rosto<sup>356</sup>. A epígrafe do jornal deixava clara a missão do libelo: “*Vejam se assim vai boa ou s’inda mais forte a querem*”. O editorial do primeiro número confirmava a ideia transmitida pela charge e pela epígrafe, garantindo que o jornal iria atacar os sujeitos mais célebres, não se importando “[...] com este ou com aquelle para pregar a sua ferroada, e que só o cheiro de suas manhas, e vistas de suas mazellas, aguçará o seu apetite picante, pois que a ninguém distingue por nomes, e muito menos se retrata no rosto de sua Folha”<sup>357</sup>.

Para além de atacar e difamar Bernardo Pereira de Vasconcelos e o seu jornal, o *Mutuca Picante* também fora fruído por Januário da Cunha para satirizar qualquer opositor dos Liberais Moderados ou seus desafetos pessoais, como foi o caso dos poemas satíricos e comentários ácidos que teceu contra o padre Marcelino no período em que este estava preso na fragata

<sup>353</sup> IPANEMA, Cybelle e Marcelo. Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. *RIHGB* – 158, n.394, jan./mar. 1997. p. 204

<sup>354</sup> BARBOSA, Antônio da Cunha. Esboço biográfico do Cônego Januário da Cunha Barbosa. *RIHGB*, 2º ed., t. LXV, 1902. p. 233.

<sup>355</sup> BITTENCOURT, *Os Fundadores*, 1938, op. cit., p. 190.

<sup>356</sup> PEREIRA NETO, *A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa*, 2014, op. cit., p. 67.

<sup>357</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n.1, p.1, 15 set. 1834.

*Paraguassu*<sup>358</sup>. Foi neste momento de cárcere de Marcelino que ele escreveu a peça *Rusga da Praia Grande*.

Após sua saída da Tipografia Nacional e com o regresso conservador, Januário passou a se interessar mais pela pesquisa e produção acadêmica, o que o levou a participar do núcleo fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, do qual se tornou o secretário perpétuo. Sua participação no IHGB, na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e na Sociedade Literária do Rio de Janeiro o conduziu ao reconhecimento internacional. Por conseguinte, participou da Arcádia de Roma, da Real Academia de Ciências de Nápoles, do Instituto Histórico de Paris e da Sociedade Geográfica de Berlim. Por tudo isso, recebeu a *Real Ordem de N. S. da Conceição de Vila Viçosa* (Portugal) e a *Ordem de Francisco I*, de Nápoles<sup>359</sup>.

Segundo Haroldo Paranhos<sup>360</sup>, o cônego Januário deixou cerca de quatrocentos sermões, discursos, memórias, relatórios e escritos sobre assuntos morais, políticos e religiosos. Também escreveu os já citados poema épico *Nitheróy* (1823) e comédia satírica *A Rusga da Praia Grande* (1834), como também o poema *Os Garimpeiros* (1837). Constituiu, ainda, a primeira coletânea de poesias brasileiras na obra *o Parnaso Brasileiro* (1831).

O cônego seguiu como editor e redator jornalístico até 1837, defendendo os Liberais Moderados e atacando os Liberais Exaltados, em especial durante a regência do padre Diogo Feijó. Já enfermo, em 1840, a seu próprio pedido e por ordem de Dom Pedro II, recebeu o direito à aposentadoria da cadeira de Filosofia Racional e Moral, com o ordenado de 600\$000 (seiscentos mil réis) anuais. Continuou ativo no IHGB, bem como na direção da Biblioteca Nacional. Após alguns anos longe da política, voltou a figurar no cenário eleitoral, sendo eleito deputado na 6ª legislatura (1845-1847) pela província do Rio de Janeiro. Contudo, não chegou a terminar o mandato, tendo falecido aos 66 anos, em 21 de fevereiro de 1846<sup>361</sup>. Seu velório aconteceu na igreja da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, na cidade do Rio de Janeiro, sendo os seus restos mortais depositados na Capela Nossa Senhora da Vitória, onde se encontram ainda em nossos dias<sup>362</sup>.

<sup>358</sup> PEREIRA NETO, *A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa*, 2014, op. cit. p. 134; *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, set. 1834.

<sup>359</sup> IPANEMA, *Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer*, 1997, op. cit., p. 206.

<sup>360</sup> PARANHOS, Haroldo. *História do romantismo no Brasil, 1500-1830*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1937. Tombo II, p.122.

<sup>361</sup> BARBOSA, Esboço biográfico do Cônego Januário da Cunha Barbosa, 1902, op. cit., p. 244-245.

<sup>362</sup> SCHUBERT, Guilherme. Sermão proferido por Monsenhor Guilherme Schubert na missa pelo sesquicentenário de falecimento do Cônego Januário. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 394, jan. / mar. 1997, p. 194.

### 2.3. A REVOLTA FRACASSADA DOS CABANOS DE PRAIA GRANDE.

As trajetórias dos dois padres pesquisados, que haviam se cruzado em 1822, entraram em rota de colisão a partir de 1831. Marcelino Duarte, que já era assediado e atacado através da imprensa quando publicava artigos em alguns jornais, passou a ser presença cativa no *front* da guerra pelas penas quando deu a luz ao seu *Exaltado*. O homem que não tinha medo das consequências do que escrevia acabou por ser tornar alvo constante dos jornais moderados.

Exploravam-se os aspectos reprováveis de seu caráter, de modo a desmerecê-lo pessoalmente. Como homem que mudou de posição política ao longo de sua trajetória, Marcelino Duarte era acusado de ser falso, possuidor convicções contraditórias e mover-se pela ambição de poder<sup>363</sup>. Assim, a imprensa moderada aconselhava seus leitores a fugir dos “sermões mal amassados” escritos pelo “maníaco de batina”<sup>364</sup>, afirmando que “mais vale ser preto do que amigo do Sr. Padre-mestre”<sup>365</sup>. Os leitores eram questionados: “Que conceito se deve fazer de semelhante indivíduo?”<sup>366</sup>.

Na luta travada entre o padre Marcelino e os liberais moderados por meio da imprensa, destacam-se os embates que foram travados entre o *Exaltado* e o *Aurora Fluminense*, periódico que foi o principal órgão dos moderados em todo o Brasil. Suas 1.136 edições circularam ininterruptamente, três vezes por semana, entre 21 de dezembro de 1827 e 30 de dezembro de 1835. Sendo um jornal estável, o *Aurora* passou por quatro tipografias (a de Gueffier e C<sup>a</sup>, a de R. Ogier, a Americana de I. P. da Costa e novamente a de R. Ogier) ao longo de sua existência. Sua assinatura trimestral custava, em 1832, 2\$000 rs., dobrando de valor em 1834. O preço do exemplar não era informado nas folhas, mas, provavelmente, deveria custar \$60 rs., tal qual as outras folhas da época<sup>367</sup>.

O *Aurora Fluminense* foi constituído pelo médico francês José Francisco Xavier Sigaud, pelo jornalista José Apolinário Pereira de Moraes e pelo professor Francisco Crispiniano Valdetaro. O objetivo do jornal já ficava claro na epígrafe que encabeçava cada edição: “*Pelo Brasil dar a vida, manter a Constituição, sustentar a Independência: é a nossa obrigação*”. Uma frase de Dom Pedro I, usada ironicamente pelos editores. Evaristo da Veiga alinhou-se aos redatores,

<sup>363</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 588, p. 2.498, 3 fev. 1832.

<sup>364</sup> *O Grito da Patria contra os Anarquistas*, Rio de Janeiro, n. 4, p.16, 5 nov. 1831.

<sup>365</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 535, p. 2.272, 26 set. 1831.

<sup>366</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 732, p. 3.125, 8 fev. 1833.

<sup>367</sup> BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. 2004. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.p. 24-25.

passando de colaborador para redator principal e, em 1829, se tornou o redator único do Jornal<sup>368</sup>.

A folha era editada em oferecimento aos “Verdadeiros Brasileiros”<sup>369</sup>, com o objetivo de ser um jornal com linguagem imparcial e moderada. Todavia, a linguagem não era apática e os artigos publicados estavam repletos de conteúdo político-analítico, com diversas críticas contra aqueles que agiam em desconformidade com o texto constitucional, considerado a régua moral da folha. Logo, os editores “[...] estavam comprometidos com a legalidade para a manutenção da ordem, condição primária para a garantia das liberdades individuais”<sup>370</sup>.

O jornal, que começou com 4 laudas, passou a conter 6 em 1830, dividido em 5 partes fixas, a saber: 1ª Interior – continha artigos sobre a política interna e extratos de jornais nacionais ou estrangeiros; 2ª Rio de Janeiro – trazia notícias político-econômicas e sociais sobre a capital imperial, bem como sobre outras províncias; 3ª Exterior – apresentava artigos sobre questões a nível de mundo, com transcrição de jornais e artigos estrangeiros, com ênfase na política francesa; 4ª Variedades – onde eram publicados correspondências e extratos de obras literárias e filosóficas; 5ª anedotas – em que diversos personagens eram vítimas de escárnio e alusões a situações sócio-políticas do momento<sup>371</sup>.

Dessa maneira, junto a outras folhas liberais, como o *Republico* e o *Ástrea*, o *Aurora Fluminense* passou a atacar a pessoa de Dom Pedro I, descrito como um déspota e absolutista, que agiu como um tirano quando fechou a Assembleia Constituinte de 1823. Os periódicos defendiam que a Assembleia dispusesse de maior poder, a fim coibir a atuação de um monarca que sancionava leis arbitrariamente e distribuía privilégios<sup>372</sup>.

O *Aurora Fluminense* não conseguiu se desvencilhar do que ocorria aos demais periódicos da época, que prometiam utilizar de uma linguagem ponderada, mas mudavam sua escrita para um formato combativo a partir do envolvimento nos embates políticos e ideológicos<sup>373</sup>. Ao longo

<sup>368</sup> BASILE, 2004, op. cit.; GUIMARÃES, Nívea Carolina. O movimento miguelista nas páginas do *Aurora Fluminense* (1828-1834). In: XIX Encontro Regional de História, 8., 2014, Juiz de Fora. *Anais [...]*. Juiz de Fora, UFJF, 2014.

<sup>369</sup> Anúncio da publicação do primeiro número do *Aurora Fluminense*. Ver: Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n.11, p. 4, 14 dez. 1827.

<sup>370</sup> VIEIRA, Lidianne Rezende. *Evaristo da Veiga e a recepção do liberalismo francês nas páginas do jornal Aurora Fluminense (1827-1835)*. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 62.

<sup>371</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988. p. 58; VIEIRA, op. cit. p. 64-65.

<sup>372</sup> PANDOLFI, Fernanda Cláudia. A Imprensa e a abdicação de D. Pedro I em 1831: história e historiografia. In: *XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*, 21, 2006, Assis: ANPUH/SP – UNESP/Assis, 2006.

<sup>373</sup> op. cit., p. 63; BASILE, *O Império em construção*, 2004, op. cit.

das 1.136 edições que Evaristo publicou entre 1829 e 1835, o *Aurora Fluminense* foi ganhando os contornos políticos da linha moderada regencial, e se tornou uma folha combatente, agindo como defensora do governo e acusadora dos opositores. As mudanças, que ocorreram principalmente nas 668 edições do *Aurora Fluminense* durante o Período Regencial, não são resultado da hipocrisia do editor, mas consequência das mudanças políticas do Império e das mudanças na condição de ator e político do Evaristo<sup>374</sup>.

O jornal pode ser dividido em dois períodos: doutrinário-oposicionista (1827-1831) e governista (1831-1835). Se, no primeiro momento, o jornal criticava o governo e realizava discussões sobre a política local, nacional, regional e mundial, após a chegada dos Liberais Moderados ao poder, o jornal passa a ser um ferrenho defensor governista. A discussão sai do campo doutrinário e passa para o campo da ação política, trazendo reflexões e debates sobre o agir governamental, defendendo as ações do governo regencial<sup>375</sup>.

Após a eleição de Evaristo como deputado geral, houve a necessidade de usar seus artigos para se defender e atacar os demais grupos políticos e jornais. A instabilidade inaugurada com a abdicação de Dom Pedro I também encetou no jornal uma linguagem mais violenta, satírica e irônica. Contudo, o editorial mantinha-se firme em atacar os excessos, que eles chamavam “jacobinismo”<sup>376</sup>. O tamanho e formato do jornal fez com que Evaristo necessitasse de ajuda na redação do jornal, contando com a contribuição de outros moderados, como o cônego Januário da Cunha.

Certa vez, Marcelino informou aos seus leitores que estava recolhido em uma palhoça, no sítio da Saudade, que se encontrava em São Gonçalo, fugindo do assédio dos egoístas moderados<sup>377</sup>. O *Aurora Fluminense*, então, não deixou de menosprezá-lo e ridicularizá-lo, mandando que o padre mestre continuasse a “papar suas goiabas” e a viver em São Gonçalo, habitando sua espelunca para que não continuasse a falar besteiras, concluindo “Valha-nos Deos do Padre-Mestre”<sup>378</sup>.

A defesa do projeto exaltado que era realizado pelo padre através de sua folha também era motivo de ataque constante. O jornal *Grito da Pátria* afirmou: “[...] Que doutrina pregará o Padre Exaltado, que descobriu na Santa Escritura tantos pedaços de latim, para provar que Deus

---

<sup>374</sup> Números 469 a 1136. Ver: BASILE, 2004, op. cit.

<sup>375</sup> VIEIRA, *Evaristo da Veiga e a recepção do liberalismo francês nas páginas do jornal Aurora Fluminense*, 2013, op. cit., p. 64-65 e 92.

<sup>376</sup> op. cit., p. 63

<sup>377</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 3, 12 mar. 1832.

<sup>378</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 612, p. 2.606, 2 abr. 1832.

gosta dos Exaltados!”<sup>379</sup>. Na mesma linha de ataque, os redatores do *Aurora Fluminense* denunciavam a escrita mentirosa, enfadonha e burlesca do padre-mestre, alegando que qualquer preto falaria melhor do que ele<sup>380</sup>.

A expressão acima fora empregada devido ao pensamento da época, que via os negros como incapazes de atingir a erudição, por serem próximos à bestialidade. Para estes homens, o negro-africano livre, por ser um selvagem em sua terra, era incapaz de desenvolver-se na África, sendo necessário vir como cativo para América e Europa para atingir algum patamar civilizacional<sup>381</sup>. Ao afirmar que um “preto” falaria melhor do que o padre-mestre, o autor do texto buscava chamar Marcelino de incapaz e ignorante. E, possivelmente, fosse uma referência direta aos traços étnicos do padre, cuja mãe provavelmente fosse negra e ele um mulato<sup>382</sup>.

O *Aurora Fluminense*, para acusar Marcelino de oportunista político, recordava que o padre defendeu o governo de Dom Pedro I e participou da devassa feita por Bonifácio, da qual Januário da Cunha e Gonçalves Ledo foram vítimas. Afirmou que o Marcelino, outrora jurou contrário aos republicanos, agora defendia abertamente a república<sup>383</sup>, além de ser um serviçal dos Andradas<sup>384</sup>. O jornal trazia:

Quando fallamos em exaltados, não temos a intenção de tocar no Padre Mestre, servil antigo e professo dos Sr. Andradas, que está pronto para percorrer com seus amos todo o círculo das crenças políticas, desde o republicanismo mais exagerado, até as doutrinas do remimen absoluto. O Padre Mestre não he exaltado: tomou esse nome, porque assim lhe pareceo conveniente, e guarda-o agora por decência<sup>385</sup>.

Marcelino não deixava de responder ao seu desafio, desde acusações de ser o mesmo ultraliberal de 1822, de “ter meias vermelhas” para encher com benesses do governo<sup>386</sup>, a ser um mentiroso e perseguidor dos exaltados<sup>387</sup>. Afirmava que o padre Januário acusava os exaltados de sediciosos e violentos quando, na verdade, era ele e seu grupo os sedentos por verem sangue brasileiro derramado<sup>388</sup>. Ele, junto a Evaristo da Veiga e Diogo Feijó, era mais estrangeiro do que muitos naturalizados, tendo em vista que atacavam e perseguiram os

<sup>379</sup> *O Grito da Patria contra os Anarquistas*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 56, 10 dez. 1831.

<sup>380</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 604, p. 2.570, 12 mar. 1832.

<sup>381</sup> MAESTRI, Mário. Zurara: A Crônica de Guiné e os primórdios do racismo anti-negro. In: SANTOS, Cleito Pereira dos; VIANA, Nildo (Org.). *Capitalismo e questão racial*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009, p. 50-83.

<sup>382</sup> Oscar Gama Filho afirma que a mãe do sacerdote era uma escrava da casa dos Pinto Ribeiro. Ver: GAMA FILHO, Oscar. *Razão do Brasil em uma sociopsicanálise da literatura capixaba*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 59. Corrobora a informação o fato do sacerdote ter sido associado a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pardos de Icarai – Niterói.

<sup>383</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 588, p. 2.498, 3 fev. 1832.

<sup>384</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 665, p. 2.831, 20 ago. 1832.

<sup>385</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 771, p. 3.283, 17 mai. 1833.

<sup>386</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 3, 3 set. 1831.

<sup>387</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 3, 29 out. 1831.

<sup>388</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 3, 21 nov. 1831.

brasileiros, ao invés de protegê-los<sup>389</sup>. No ano de 1832, os ataques a Januário passaram a ser ainda mais fortes e ácidos:

[...] perguntamos ao servil Recdator do Diario dos Governos o Illm. Conego Chronista Mór, Comendador de duas Ordens, Mestre filozofa, o Reverendo Januario da Cunha Barbosa, Republicano Democratico em (18)22, quem são os Anarquistas? quem são os homens de punhal e cacete? quem são os ladroens, que procuram roubar honra, vida, bens e o socego de Cidadãos innocentes, comprando testemunhas para os perder, desmoralizando o povo com semelhantes perfidias, e indignidades?<sup>390</sup>.

Na edição do *Exaltado* de 18 de fevereiro de 1832, os ataques continuam de forma ainda mais direta:

[...] o sr. Conego Januario xacotea de nós, zomba do Brasil, e mofa da humanidade?... A humanidade é ou vale alguma coiza para o antropofago corasão do sr. Conego Januario, e sua caterva moderada; que só gritamão mortes, que louvam o assassino, e bem-diz a mão assassinadora ensanguentada no sangue dos Brasileiros derramado tantas vezes; e com perfídia e atrocidade nefanda [...] <sup>391</sup>.

Porém, enquanto Januário e os moderados mantinham seu foco na guerra pelas penas, Marcelino chegou a pegar em armas por seu objetivo. Assim, ele tentou organizar uma revolta em Praia Grande, com o objetivo de atravessar a Baía da Guanabara e sediar a Capital do Império. O motim que se tentou organizar em Praia Grande seria apenas outra página nos embates entre Januário e Marcelino e mais uma revolta nos conturbados primeiros anos regenciais, se seus desdobramentos não tivessem terminado em duas ácidas e satíricas entremezes, frutos do combate direto entre os batinas acima apresentados. Antes, porém, de discutirmos a frustrada sedição que ocorreu em Praia Grande, faz-se importante resgatar brevemente o conflito jornalístico que vinha ocorrendo entre os clérigos.

Utilizando-se dos argumentos de Marcello Basile<sup>392</sup>, buscamos reconstituir os acontecimentos da sedição de *povo e tropa* que ocorreu em 1834, na Vila de Praia Grande, sob a liderança do padre Marcelino. Em seu texto *Laboratório da Nação*, Basile apresenta o período regencial por meio de três “ciclos de revoltas” distintos: o primeiro ciclo ocorre durante as regências trinas, e fica denominado como *movimentos de povo e tropa*. Eles são marcados por serem movimentos revoltosos de pouca duração e fraca organização. O segundo ciclo tem início com a promulgação do ato adicional de 1834, que outorgou mais poderes às províncias e levou o país a sofrer com inúmeras revoltas de grandes proporções, tendo em vista que, por vezes, essas

<sup>389</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 2, 23 dez. 1831.

<sup>390</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 1, 12 jan. 1832.

<sup>391</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 1, 18 fev. 1832.

<sup>392</sup> BASILE, Marcello. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.63.



forças políticas locais não estavam alinhadas com a política da corte. O terceiro ciclo caracteriza-se pelas revoltas escravas, que ocorreram durante todo o período.

O mesmo autor, para melhor demonstrar as motivações que levaram aos movimentos de *Povo e tropa*, afirma que, para além das disputas políticas, os movimentos retroalimentavam o combustível que incendiava o Império. Diante da crise econômica pelo qual passava o Império desde a Independência, o povo, que já era subjugado pelas clivagens sociais, étnicas e nacionais, sofria com a alta dos preços dos alimentos e dos aluguéis. Os militares comungavam de um descontentamento, por conta da politização das tropas (contra ou a favor do governo), da redução de efetivo, das suspensões, das baixas compulsórias, das transferências forçadas e das prisões daqueles que se envolviam em motins e rebeliões. Logo, estes elementos eram explorados, amplificados e somados às questões políticas, o que fomentava o ensejo de lutar por maiores direitos<sup>393</sup>.

Por mais que grande parte destes movimentos tenham a participação dos Liberais Exaltados, este grupo foi condutor do processo, mas não seu único agente. O momento político pelo qual atravessava o império levava à mobilização popular, à politização das ruas e às manifestações públicas coletivas como forma legítima de ação política. Eram essas manifestações, por vezes violentas e sediciosas, que davam vazão à demanda política e social, sendo a forma de participação que a população excluída dos canais institucionais de atuação política encontrava para exercer a sua cidadania<sup>394</sup>.

Glayds Sabina Ribeiro<sup>395</sup> afirma que esses movimentos que ocorriam nos primeiros anos do Período Regencial não eram revoltas aleatórias ou simples movimentos reivindicatórios de privilégios tradicionais. A novidade que surgia junto a essas cinesias estavam relacionadas às lutas pela ampliação dos direitos relativos à cidadania. O antilusitanismo que persistia “[...] como cimento para fundar o ser brasileiro” era base de uma discussão mais ampla, que refletia sobre a posição dos indivíduos naquela sociedade nascente e em reorganização.

Em partes, estas questões estavam em voga no movimento revoltoso que ocorreu em Praia Grande. Como não foi possível encontrar o processo original, recorreremos às publicações de jornais que abordaram o tema para reconstituir os fatos que ocorreram na Vila de Praia Grande

---

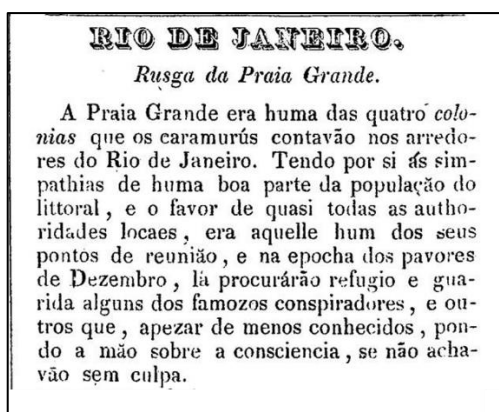
<sup>393</sup> BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na Corte Regencial. *Tempo*, 11(22), p. 31–57, dez. 2007. p. 33.

<sup>394</sup> op. cit., p. 56.

<sup>395</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 a 1834. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 9.

em fevereiro de 1834. O jornal *Correio Official*, através de 11 publicações<sup>396</sup>, e o *Aurora Fluminense*, por meio de 8 edições<sup>397</sup>, narram que, em 14 de fevereiro de 1834, por volta das 23h30, o Capitão da Guarda Nacional de São Gonçalo, de nome João Nepomoceno Castrioto, recebeu a denúncia de que havia uma sedição liderada por alguns caramurus na região de Praia Grande. Indo averiguar a denúncia junto com uma guarnição e durante algumas diligências, prendeu suspeitos portando feixes de espingardas. Indagados, os suspeitos alegaram que as armas seriam levadas a certa casa no Largo do Pelourinho<sup>398</sup>.

**Figura 4:** Matéria jornalística relatando a Rusga da Praia Grande



**Fonte:** *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 887, p. 3748, 19 fev. 1834.

Encaminhando-se até o local, as autoridades descobriram que a residência pertencia ao Coletor Geral da localidade, que era sobrinho do Padre Marcelino. Nesta residência, segundo a voz dos policiais, houve a apreensão de três escravos, 119 espingardas e três cavalos. Presos e tomados como informantes, os escravos testemunharam, diante das autoridades, confirmando que um dos cavalos e as armas pertenciam ao padre Marcelino<sup>399</sup>.

A apreensão que se realizou e o testemunho de alguns guardas nacionais, que informaram ter sido abordados pelo padre Marcelino para pegar em armas contra a Regência, elevou a tensão em Praia Grande. O capitão Castrioto reuniu-se com os Juizes de Paz local, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, a fim de conseguir autorização para iniciar uma investigação para prender os rebeldes e uma operação militar que neutralizasse qualquer movimento revoltoso. Temendo que ocorresse um conflito de grandes proporções, pois não se

<sup>396</sup> São os números 38, 39, 41, 43, 44, 47, 49, 51, 54, 57 e 61

<sup>397</sup> São os números 877, 880, 883, 884, 889, 895, 939 e 989.

<sup>398</sup> *Correio Official*. Rio de Janeiro, n. 41, p. 161, 20 fev. 1834.

<sup>399</sup> *Correio Official*. Rio de Janeiro, n. 44, p. 173, 24 fev. 1834.

tinha ainda certeza sobre o tamanho do exército montado pelo padre Marcelino, Castrioto também pediu que os juízes solicitassem reforços da Capital<sup>400</sup>.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, o então Ministro da Justiça, ao ser comunicado do que ocorria na outra margem da Baía de Guanabara, visando manter a segurança do distrito e temeroso de uma invasão na Corte, enviou dois escaleres armados, além de tropa formada por 40 homens sob o comando do coronel Ladislau da Silva Brandão. A chegada deste destacamento militar e as investigações em curso fizeram instalar certo clima de guerra na região<sup>401</sup>.

A rápida resposta do Ministro da Justiça se deu pelo fato de Praia Grande e São Gonçalo serem conhecidos refúgios de caramurus e conspiradores e redutos de opositores ao governo moderado, que conseguiam viver perto da Corte, mas longe da vigilância constante das autoridades policiais e gozando da simpatia de boa parte da população<sup>402</sup>.

No dia seguinte, após algumas diligências, foram presos cerca de “60 homens de todas as cores” no Engenho *Fonceca*<sup>403</sup>, além de caixas com balas e material para a fabricação de munições na casa de Silvestre dos Reis Nunes. No dia 16, a Fazenda *Pehiba*, pertencente ao caramuru José Justinano - que era amigo íntimo do padre-mestre -, foi identificada pela polícia como o “quartel” dos revoltosos. Segundo o mesmo relato, lá foram encontradas mais armas e munições, além de 5 cavalos<sup>404</sup>.

Apesar da narrativa de verdadeira guerra ou motim, não houve resistência ou combates, fato bastante divulgado pela imprensa moderada<sup>405</sup>. O padre Marcelino acabou preso no dia 19 do mesmo mês com mais treze pessoas ‘mal trajadas’, entre as quais havia quatro alemães, que haviam servido ao extinto Corpo de Estrangeiros, e um português<sup>406</sup>.

A participação do padre na organização da revolta foi confirmada quando, em 19 de junho de 1834, após uma obra na cerca que dividia a sua propriedade com a do padre, o senhor João Nunes do Nascimento descobriu 27 espingardas enterradas no terreno da chácara do sacerdote, que se encontrava próximo à Fazenda *Pehiba*<sup>407</sup>. O depoimento de Antônio Apolinário

---

<sup>400</sup> op. cit.

<sup>401</sup> *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 161, 20 fev. 1834.

<sup>402</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 877, p. 3.748, 12 fev. 1834; CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, Percursos de um homem de letras nos Oitocentos, 2018, op. cit., p. 32.

<sup>403</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 877, p. 3.748-50, 19 fev. 1834.

<sup>404</sup> *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 173, 24 fev. 1834.

<sup>405</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 880, p. 3.760-62, 26 fev. 1834.

<sup>406</sup> *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 173, 24 fev. 1834.

<sup>407</sup> *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, n. 139, p. 553, 26 jun. 1834.

confirmou que ocorreria, na casa do padre Marcelino, a recepção dos novos membros do movimento que, ali iniciados nos trabalhos, eram enviados para a *Pehiba*<sup>408</sup>. Em razão da pouca estrutura da cadeia pública de Niterói e da periculosidade que se incutiu ao Marcelino, o sacerdote foi encarcerado na Fragata *Paraguassu*<sup>409</sup>.

Um fato notório nos relatos da sedição de Praia Grande é a presença de estrangeiros no movimento. Por mais que os exaltados defendessem o nativismo e, como fez o próprio Marcelino, defendessem a expulsão de estrangeiros - em especial portugueses - do Brasil, os relatos apontam que, para conseguir montar um pequeno exército capaz de efetivar a revolução, o padre não se privou de contratar alguns mercenários dispostos a combater em troca de soldo. Sendo assim, os combatentes de Praia Grande foram formados por alguns marinheiros estrangeiros que vagavam pelas ruas de Praia Grande, por ex-combatentes do Corpo de Estrangeiros<sup>410</sup> e por qualquer pessoa que estivesse disposta a lutar por um pequeno soldo diário.

Fato bastante explorado pela imprensa moderada refere-se à possível participação de Abreu Lima no movimento. Tal questão surgiu no depoimento de João Baptista, o qual afirmou ter visto o General Abreu e Lima<sup>411</sup> cavalgando junto a José Justiniano na estrada que levava até a *Pehiba*, portando uma lança e usando barbas postiças<sup>412</sup>. Além da publicação do depoimento, em 26 de fevereiro, o jornal *Aurora Fluminense*<sup>413</sup>, buscando confirmar a participação dos caramurus na revolta, publicou três cartas escritas por Abreu e Lima, confiscadas no Rio de Janeiro, endereçadas ao seu irmão, Luiz Inácio.

As correspondências datam de 12, 14 e 17 de dezembro de 1833 e foram escritas com o objetivo de informar seu irmão sobre os fatos ocorridos na Capital, que culminaram na destituição de

---

<sup>408</sup> *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 186, 27 fev. 1834.

<sup>409</sup> *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 170, 22 fev. 1834.

<sup>410</sup> O Corpo de Estrangeiros foi uma divisão do Exército Brasileiro, criada em 18 de janeiro de 1822, constituído inicialmente de imigrantes suíços de Nova Friburgo e de estrangeiros de passagem ou morando no Rio de Janeiro. Foi depois reforçado por mercenários alemães recrutados na Europa. Esse grupo lutou na Confederação do Equador (1824) e na Guerra da Cisplatina (1826). Devido a grande quantidade de motins e revoltas que este grupo realizava, devido o atraso nos soldos e as condições de trabalho e alojamento, foram desmobilizados em 20 de dezembro de 1830. Muitos dos que pertenceram a este grupo de combatentes não regressaram a seus países de origem após a dissolução do Corpo. Ver: BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul – 1635 a 1870*. Porto Alegre: A Nação, 1976.

<sup>411</sup> José Inácio de Abreu e Lima (Recife, 6 de abril de 1794 — Recife, 8 de março de 1869) foi um militar, político, jornalista e escritor brasileiro. Participou das guerras de independência da América espanhola. Restaurador convicto, participou da Guerra dos Cabanos de Alagoas e Pernambuco (1832-1834), também conhecida como guerra de Panelas e Jacuípe, das Carneiradas (1834-1835), e da Revolta Praieira (1844). In: CHACON, Varmireh. *Abreu e Lima: o general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1983. p.158.

<sup>412</sup> *Correio Oficial*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 193-194, 1 mar. 1834.

<sup>413</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 880, p. 3.761, 26 fev. 1834.

José Bonifácio da função de tutor do infante. Abreu e Lima aproveitou as missivas para criticar o governo moderado - que não respeitava as leis e a constituição -, bem como condenar os caramurus que viviam na Corte e se acovardaram diante do ocorrido. Nas cartas, o general também se queixava de uma convalescência no maxilar, que o havia deixado de cama e com fortes dores no rosto<sup>414</sup>.

Ao mesmo tempo que ocorria, em Pernambuco -província de origem de Abreu e Lima -, a sedição de Panelas e Jacuípe<sup>415</sup>, utilizando-se do teor das cartas, e aproveitando-se da revolta frustrada, os editores do *Aurora Fluminense* vincularam a figura de Abreu e Lima à de Padre Marcelino, incutindo ao general a liderança militar e, ao padre, a liderança intelectual do movimento. A associação de um expoente caramuru e de um exaltado servia aos moderados como munição para desmoralizar ainda mais os adversários. No entanto, por mais que restauradores e liberais exaltados defendessem projetos políticos totalmente diferentes, não era excepcional que se associassem em determinadas situações, especialmente quando se fazia necessário atacar ou defender o governo<sup>416</sup>.

Luciana dos Santos Rodrigues<sup>417</sup> afirma que, além da coalizão para resistir aos ataques moderados e mesmo existindo diferenças significativas em seus projetos políticos, algumas convergências econômico-sociais permitiam o estabelecimento de aliança entre exaltados e caramurus. Ambos os grupos lutavam contra a dependência em relação aos ingleses, criticavam o projeto agroexportador dos moderados e militavam pelo favorecimento e protecionismo da indústria nacional, pela abolição gradual da escravidão e pela revisão do sistema da propriedade de terras a partir do plano *Fateusim* de Ezequiel Corrêa dos Santos<sup>418</sup>.

<sup>414</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 883, p. 3.773-76, 5 mar. 1834.

<sup>415</sup> A Guerra dos Cabanos ou Revolta de Panelas e Jacuípe (1832-1836), foi uma rebelião que tinha por objetivo garantir o retorno de Dom Pedro I ao poder. Os rebeldes cabanos constituíram-se de camponeses, escravos e índios da região. Teve como foco central a povoação de Panelas, em Pernambuco, estendendo-se até a localidade de Jacuípe, em Alagoas. O Luiz Lima, irmão de Abreu e Lima, combateu nesta revolta. Ver: MELLO, Janaina Cardoso de. Memórias impressas de guerras e guerrilhas nos confins do mundo rural: a Cabanada pernambucana-alagoana nas letras do mundo urbano (1832-1835). *Memórias Rurais e Urbanas*. v. 28, n. 42 (Jun/2015). Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

<sup>416</sup> CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, Percursos de um homem de letras nos Oitocentos, 2018, op. cit., p. 31.

<sup>417</sup> RODRIGUES, Luciana dos Santos. *Os Exaltados: Política e identidade na corte regencial (1831 – 1834)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 38.

<sup>418</sup> O Plano Fateusim foi um projeto de reforma agrária, trazido à luz no jornal, que propunha uma política de distribuição justa de terras e a criação de uma nova política tributária que incidisse sobre o agricultor, fazendo com que fosse extinto o imposto pago pelo lavrador ao Governo. Ver: BASILE, Marcello. A reforma agrária cidadã: o Plano do Grande Fateusim Nacional. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 1, p. 95-117, abr. 1998. Disponível em <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/125/121>>. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

Feijó Bittencourt<sup>419</sup> afirma que a participação de Abreu e Lima na sedição da Vila de Praia Grande se deu após o seu retorno da Europa, momento em que conheceu pessoalmente o ex-imperador e, por isso, passou a conspirar para que Bonifácio fosse restituído à função de Tutor. E, uma vez destituída a regência, propagar-se-ia por todo o Império o modelo de combate empregado em Jacuípe e Panelas, única forma pela qual se traria a igualdade dos senhores de engenho e dos soldados nos combates.

É importante destacar que Januário e Abreu e Lima já eram desafetos antes do desenrolar da sedição. Logo após a renúncia de Pedro I, Januário proferiu um discurso agressivo contra ele na loja maçônica *Comércio e Artes*. Abreu e Lima, retrucou Januário, saindo em defesa do ex-imperador<sup>420</sup>. As animosidades e divergências entre ambos permaneceram até o fim da vida de Januário, em especial no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico. Os escritos produzidos neste período demonstram críticas mútuas, fomentando um debate que envolvia questões políticas, pessoais e historiográficas<sup>421</sup>.

O relato de Abreu e Lima sobre sua doença na face foi associado ao depoimento de João Baptista, o que criou uma imagem perfeita para atacar a figura de Abreu e Lima. Januário e Evaristo buscaram desmoralizar Abreu e Lima, incutindo nele o apelido de *General das Massas* e satirizando-o, ao compará-lo com grandes generais do mundo clássico, como Alexandre, Aníbal e Temístocles, mas afirmando que ele não passava de uma farsa, tal qual Dom Quixote<sup>422</sup>. Ainda diz o jornal:

Certo podia estar da victoria o *general das massas*: as suas barbas postiças teriaõ a virtude da cabeça de Meduza, para petrificar todos os Guardas Nacionaes, todos os Guardas Permanentes que ouzassem parar em frente delle. [...] No entanto tudo lhe falhou; e não valeraõ nem á tropa do Sr. José Justiniano, nem o patriotismo dos *Allemaes chifoneiros*, nem as barbas postiças do Sr. das Massas, nem a eloquencia e virtudes civicas do Padre Marcelino<sup>423</sup>.

Os depoimentos colhidos dos participantes apontavam, segundo versão do *Aurora Fluminense*, que a “rusga” se destinava a proteger o infante Pedro II, que vinha sendo ameaçado de assassinato pelos ministros da Regência<sup>424</sup>. Contudo, os presos alegaram que só aceitaram participar do movimento pois o padre lhes ofereceu o pagamento de \$10 tostões por dia, dinheiro que nunca fora entregue<sup>425</sup>. Não há informações sobre o período em que o padre ficou

<sup>419</sup> BITTENCOURT, op. cit., p. 189.

<sup>420</sup> MOURA, Luís Cláudio Rocha Henrique. *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*. Brasília: UnB, 2006.

<sup>421</sup> op. cit., p. 186.

<sup>422</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 883, p. 3.776-77, 5 mar. 1834.

<sup>423</sup> op.cit.

<sup>424</sup> *Correio Official*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 171, 22 fev. 1834.

<sup>425</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 880, p. 3.760-62, 26 fev. 1834.

preso, somente textos publicados no *Aurora Fluminense* que falam de duas epístolas escritas pelo sacerdote, que reclamava da “[...] perversidade dos tiranos que oprimem a Pátria”<sup>426</sup>, e os escritos satíricos de Januário, como os versos em que diz que o “[...] padre-mestre chará também requireo fiança. Mas coitado! Como he pobre, o alvará não alcança”<sup>427</sup>; o artigo em que apresenta a reclamação do “Padre M. Xará” sobre sua “prisão boiante”<sup>428</sup>; e o poema publicado no *Mutuca Picante* que diz: “[...] que tem que o ex-viador, pavalvo caramuru, deixasse a Paraguasú dos liborios por favor?”<sup>429</sup>.

Depois de cerca de 10 meses preso, Marcelino apresentou sua defesa diante do júri de Niterói, alegando que buscou refúgio na fazenda de José Justiniano para fugir da perseguição que sofria por parte dos moderados. Afirmou que sua casa foi cercada por dois chefes da Guarda Municipal, que deram voz de prisão em meio a uma descarga de tiros de mosquetaria, matando o seu cachorro, e que ele não resistiu diante de tanta violência. O Padre Mestre arguiu, ainda, que sua participação naquela “ridícula conspiração” se deu mediante armação feita por cerca de 15 moderados. Pediu aos jurados que, ao tomarem sua decisão, não fossem influenciados pela “[...] má fé e sedução que, semelhante aos haspides peçonhentos, comunicação toda a força de seu veneno aniquilante por huma brecha quase sempre imperceptivel”<sup>430</sup>.

Mesmo com a campanha travada pelos jornais moderados, que inflavam os acontecimentos de Praia Grande, o *Aurora Fluminense* relatou que o julgamento do padre, que ocorreu em Niterói em janeiro de 1835, com um júri formado por cidadãos da localidade, escutou sua versão dos fatos e o absolveu de todas as acusações<sup>431</sup>. Após ser absolvido e solto, o padre ainda escreveu a última edição do seu jornal, em que se vangloriava de ter provado sua inocência e satirizava seus desafetos ao estampar no cabeçalho do *Exaltado* a frase “Os Cabanos de Praia Grande”. Fazendo críticas abertas e clara oposição à candidatura moderada de Diogo Feijó, seu antigo desafeto, e defendendo a eleição do caramuru Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, Marcelino tirava proveito do momento para criticar os moderados que perseguiram seus opositores de forma desenfreada e buscavam influenciar a nova eleição para manter o regente no cabresto de Evaristo da Veiga, que em tudo imitava o ex-imperador<sup>432</sup>.

<sup>426</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 895, p. 3831, 7 abr. 1834.

<sup>427</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 4, 23 set. 1834.

<sup>428</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 2, 30 set. 1834.

<sup>429</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 4, 3 out. 1834.

<sup>430</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 989, p. 3.642-45, 10 dez. 1834.

<sup>431</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 1.006, p. 3.715, 21 jan. 1835.

<sup>432</sup> *O Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 1, 15 abr. 1835.

A sedição de Praia Grande foi uma dentre as dezenas de rebeliões que ocorriam na Capital Imperial nos primeiros anos do Período Regencial. As poucas informações sobre tal movimento, que chegaram até os nossos dias, o legariam ao esquecimento ou a pequenas citações. Porém, o envolvimento de dois sacerdotes talentosos com as letras levou o conflito militar-jornalístico para a esfera satírico-teatral, eternizando a revolta na comédia que a narra e nas repostas subsequentes.



### ATO 3. ABRAM AS CORTINAS E APRESENTEM-SE OS RUSGUENTOS.

O *Diário do Rio de Janeiro*, de 24 de abril de 1834, anunciava que o jornal *Republico* estaria nas lojas de costume ao meio dia e que, dentre os artigos, haveria um fragmento da “[...] comedia em trez actos *Rusga da Praia Grande*”. Infelizmente, não encontramos a edição do *Republico* para que pudéssemos observar qual parte da obra fora publicada, mas, ainda sim, a informação nos mostra que a peça *Rusga da Praia Grande* foi escrita em pouco tempo. Da prisão do padre Marcelino (19 de fevereiro) até a primeira publicação da obra, passaram-se pouco mais de 60 dias.

A resposta de Marcelino também não tardou. Ele foi libertado da *Fragata Paraguassu* em dezembro de 1834 e a primeira edição da *Cinco de Dezembro de 1833, ou Cônego Inez*, veio à luz em julho de 1835, seis meses após sua absolvição diante do Juri de Praia Grande. O anúncio era claro:

Sahio á luz o Cinco de Dezembro de 1833, ou o Conego Inez; entremez para ser representado depois da muita aceita, e gracioza Comedia intitulado - a rusga da Praia Grande: - offerecido ao Illm. Sr. (o Conego) Januário da Cunha Barboza: neste entremez se mostra a trama do Ministério Aureliano nos dias 2, 5, e 15 de Dezembro de 1833. Acha-se á venda em casas dos Srs. Laemmert, Baptosta, e Albino<sup>433</sup>.

Quentin Skinner<sup>434</sup>, ao teorizar sobre o estudo com textos clássicos, aponta ser necessário aferir as circunstâncias e os eventos históricos que ocorriam durante a sua produção, pois, assim, é possível entender as motivações que levaram o autor a produzir aquele texto, daquela forma. Essa análise também perpassa pela escolha do estilo literário, pela forma de construção da narrativa, pela estrutura do texto e pela posição do autor diante destes acontecimentos. Também John Pocock<sup>435</sup> chama a atenção para a necessidade de identificar os contextos linguísticos, históricos e políticos nos quais os atores do debate estão inclusos. Só assim é possível chegar a uma interpretação da intencionalidade dos discursos.

À vista disso, para melhor compreender a intencionalidade das duas peças teatrais, faz-se necessário depreender a produção literária e teatral do período no qual os sacerdotes estavam imersos. Diante do exposto, neste capítulo, discutiremos o pré-romantismo e o romantismo no Brasil, o teatro no Período Regencial, a sátira como forma de crítica política no império e as produções, críticas e encenações das peças pesquisadas.

<sup>433</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 700025, p. 1, 30 jul. 1835.

<sup>434</sup> SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

<sup>435</sup> POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da USP, 2003, p. 25.

### 3.1. UM NOVO MOMENTO POLÍTICO POSSIBILITA UMA NOVA ESCRITA: O PRÉ-ROMANTISMO NO BRASIL

Antes de discutir como se caracterizou o Romantismo no contexto brasileiro, é importante dissertarmos sobre o Romantismo de maneira geral, apresentando sua conceituação, seu surgimento, sua estrutura, seus objetivos e como se deu a sua chegada e a sua consolidação no território brasileiro.

O conceito de Romantismo é complexo e vago, a ponto de alguns teóricos defenderem a abolição do termo<sup>436</sup>. A definição de romântico mais aceita vem do alemão *romantisch*, que pode ser traduzido como “narração em língua vulgar”. Enquanto movimento artístico e literário, o Romantismo tem início no século XVIII, na Alemanha, em resposta à estética e à filosofia iluminista que embasavam o Arcadismo, ou Neoclassicismo. Fruto das reflexões posteriores à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, o movimento irá se estender por praticamente todo o século XIX. O romance *Os sofrimentos do jovem Werther*, publicado pelo alemão Johann Wolfgang von Goethe, em 1774, é posto como o marco inicial do movimento. Neste, os autores buscavam romper com os valores literários clássicos que valorizavam a cultura e mitologia greco-romana.<sup>437</sup>

Elias Thomé Saliba<sup>438</sup> aponta que o novo movimento “[...] nutriu-se fervorosamente, ao mesmo tempo, da realidade e da possibilidade de uma mudança radical na história”. Michael Löwy e Robert Sayre<sup>439</sup> afirmam que o Romantismo europeu foi um movimento de crítica social, à modernidade e à civilização capitalista, em nome de valores e ideias pré-capitalistas e pré-modernas. Destarte, é possível afirmar que o movimento se caracterizou, em linhas gerais:

[pelo] rompimento de uma doutrina e um código; é a denúncia de uma crise e uma pausa. A energia real, de acordo com os teóricos românticos, reside no pensamento e sentimento, o valor espiritual que está contra o sistema, contra a sociedade, contra a mesma cultura, que se expressa, por exemplo, através de uma nova forma de poesia<sup>440</sup>.

Para além da poesia e da literatura, o Romantismo foi um movimento que também abrangeu autores de diversas áreas do conhecimento, como ideólogos e políticos, economistas, teólogos,

<sup>436</sup> LOVEJOY, Arthur O. The Need to Distinguish Romanticisms. In: HALSTED, John Burt (Org.). *Romanticism: Problems of Definition, Explanation, and Evaluation*. Boston: D. C. Heath, 1965; LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 20.

<sup>437</sup> SALIBA, Elias Thomé. *As Utopias Românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p. 19.; NUNES, Benedito Bruno. A Visão Romântica. In: GUINSBURG, Jacó (Org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985, p. 51-74.

<sup>438</sup> op. cit., p. 15.

<sup>439</sup> LÖWY; SAYRE, op. cit., p. 38.

<sup>440</sup> CASADEI, Alberto; SANTAGATA, Marco. *Manuale di letteratura italiana medievale e moderna*. Roma: Editori Laterza, 2007, p. 356.

filósofos, historiadores, arquitetos, músicos e pintores. Logo, a multiformidade do movimento faz com que haja uma dificuldade em definir o romantismo como uma única corrente artístico-literária, tendo em vista que ele é contraditório ao defender tautocronicamente:

[...] o revolucionário e contrarrevolucionário, individualista e comunitário, cosmopolita e nacionalista, realista e fantástico, retrógrado e utopista, revoltado e melancólico, democrático e aristocrático, ativista e contemplativo, republicano e monarquista, vermelho e branco, místico e sensual<sup>441</sup>.

Consoante Paolo D'Angelo<sup>442</sup>, a capacidade do Romantismo de influenciar, abranger e modificar radicalmente as mais diversas áreas do conhecimento acabou por transformar toda a cultura europeia. Contudo, a coerência do movimento pode ser encontrada no fato de que os românticos compartilhavam aspirações que enobreciam a imaginação inconsciente, o mito, os símbolos, a diversidade e a mudança.

Tamanha a diversidade do Romantismo que, para a sua melhor compreensão, é pertinente que ele seja dividido por correntes e tendências. No caso do Romantismo filosófico-político, que influencia o nosso objeto de pesquisa, as correntes são estruturadas a partir da posição político-ideológica em que se encontram. Assim, as seis correntes são ordenadas a partir da ideia de “direita” e “esquerda”, sendo elas: *Restitucionista*, *Conservador*, *Fascista*, *Resignado*, *Reformador*, *Revolucionário e/ou Utópico*, sendo que essas correntes se desdobram em outras diversas tendências<sup>443</sup>.

Em todas essas correntes do Romantismo, um ideal que nasce e ganha destaque é o nacionalismo, ou o patriotismo. Com o advento do conceito de *povo*, os escritos românticos irão buscar formular uma unidade para a coletividade, baseando os seus escritos nas tradições populares, na linguagem e nas características coletivas, com o objetivo de formular um mito nacional que valorizasse a unidade a partir de uma identidade comum. Alfredo Bosi<sup>444</sup> aponta que:

A nação afigura-se ao patriota do século XIX como uma ideia-força que tudo vivifica. Floresce a História, ressurreição do passado e retorno às origens (Michelet e Gioberti). Acendra-se o culto à língua nativa e ao folclore (Schlegel, Garrett, Manzoni), novas bandeiras para os povos que aspiram à autonomia, como a Grécia, a Itália, a Bélgica, a Polônia, a Hungria, a Irlanda. Para algumas nações nórdicas e eslavas e, naturalmente, para todas as nações da América, que ignoraram o Renascimento, será este o momento da grande afirmação cultural.

<sup>441</sup> op. cit., p. 19.

<sup>442</sup> D'ANGELO, Paolo. *L'estetica del Romanticismo*: Lessico dell'estetica. Bologna, Itália: Mulino, 1997, p. 11.

<sup>443</sup> LIMA, Rodrigo Nogueira. *O Romantismo Revolucionário através das afinidades eletivas entre o Movimento Surrealista, Henri Lefebvre e a Internacional Situacionista*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2018, p. 32-33.

<sup>444</sup> BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1994, p. 95.

Na França, o Romantismo – que serviu de modelo para o brasileiro –, surge como uma reação ao período pós-revoluções, emergindo no momento da restauração da monarquia Borbon. Os escritos apontam para a decepção que havia por parte de alguns intelectuais e pensadores por verem que a nova ordem político-econômica capitalista burguesa tinha transformado os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade em exclusão, exploração e desigualdade social<sup>445</sup>.

O movimento romântico francês começa tardiamente, frente aos movimentos alemão e inglês, dado a um certo conservadorismo literário, social e político que ainda pairava sobre a França, mesmo depois da Revolução de 1789. Por isso, os autores e artistas românticos buscavam destruir a tradição clássica, que sufocava a subjetividade. Em sua visão, as mudanças sociais e políticas levaram as regras e os temas do arcadismo a perderem o sentido. Assim, o movimento francês era mais estético do que especulativo, em que se incluía todos os gêneros da arte<sup>446</sup>.

Em Portugal, o Romantismo é fruto da influência estrangeira, principalmente francesa. O movimento nasce atado a sucessões de problemas e modificações políticas pelas quais passava o território luso e além-mar. O país, que outrora fora inundado com ouro colonial brasileiro, inicia o século XIX envolvido em diversos problemas. Em virtude das invasões francesas, frutos da desobediência portuguesa ao bloqueio continental, Portugal viria a fuga da família real para o Brasil em 1807, o domínio inglês, a revolução liberal em 1820, o regresso da família real em 1821, a independência do Brasil em 1822, a contra revolução absolutista e as guerras liberais em 1834. Todas essas crises e mudanças políticas provocaram os pensadores, literários e artistas portugueses a iniciarem um processo de renovação das artes lusitanas, com destaque para o papel de pioneirismo e liderança de Almeida Garrett e Alexandre Herculano<sup>447</sup>.

Alguns estudiosos, como Jacinto do Prado Coelho<sup>448</sup>, defendiam que os portugueses já tinham uma tradição romântica e que, ao aderir a este novo movimento, na verdade, estavam regressando a si mesmos, reassumindo a sua identidade *ante litteram*<sup>449</sup>. Álvaro Manuel Machado<sup>450</sup> aponta que o Romantismo lusitano possuía traços neoclássicos e românticos, que se entrelaçavam a partir das novas visões de mundo que se apresentavam e da tradição que já

---

<sup>445</sup> SALIBA, As *Utopias Românticas*, 1985, op. cit. p. 59.

<sup>446</sup> GENGEMBRE, Gérard. *Le romantisme en France et em Europe*. Paris: Pocket Classiques, 2003.

<sup>447</sup> GUERREIRO, Emanuel. O nascimento do Romantismo em Portugal. *Diadorim*, Rio de Janeiro, n. 17 vol. 1, p. 66-82, julho 2015, p. 67-68.

<sup>448</sup> COELHO, Jacinto do Prado. Pré-Romantismo. In.: COELHO, Jacinto do Prado (dir.). *Dicionário de Literatura*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. 3, 1989, p. 866-868.

<sup>449</sup> Expressão latina usada para definir personagens, correntes de pensamento, movimentos culturais que possuem características típicas de fenômenos históricos de uma época posterior.

<sup>450</sup> MACHADO, Álvaro Manuel. *Poesia Romântica Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982, p. 19-20.

existia. Logo, o movimento romancista de Portugal “[...] instituiu-se na base de um nacionalismo extremamente rígido que pouco contribuiu para torná-lo verdadeiramente europeu e novo; [a] sua característica principal é a de ser uma estética da transição<sup>451</sup>.

Por mais que o Romantismo português buscasse uma renovação literária espelhada na experiência alemã, faltou uma reflexão que materializasse e operacionalizasse o ideal romântico. Assim, é possível afirmar que o Romantismo português inovou na temática poética, mas falhou com a reflexão crítica dos problemas. Portanto, o movimento foi dominado por escritos em que se sobrepusessem a paixão patriótica, a paixão amorosa e entusiasmo libertário e político<sup>452</sup>. O Romantismo no Brasil, mesmo alimentando um sentimento antilusitano, irá compartilhar de algumas dessas características no seu estilo.

O início do movimento Romântico no Brasil é envolto em uma controversa discussão. Um grupo defende que o Romantismo brasileiro foi precedido por um momento de transição, denominado Pré-Romantismo. Os que defendem que houve um período de transição entre o Arcadismo e o Romantismo puro apontam que ele ocorreu entre o período de 1808 a 1836, afirmando que a produção filosófico-literária ocorrida neste recorte temporal possui elementos do Romantismo, mas com o neoclassicismo ainda muito presente, em especial na estética do texto. Ao defender a existência do período de transição literário, Afrânio Coutinho<sup>453</sup> aponta que:

Entre os dois momentos, medeia, aliás, uma fase de transição – pré-romântica – em que lutam as tendências novas e o espírito antigo, expressa tal hesitação na mistura e interpretação de tendências estéticas, de formas novas com temas cedidos ou de assuntos novos com gêneros superados, tudo mostrando a indefinição e a caracterização da época, dominada por um subarcadismo ou pseudoclassicismo. Correntes diferentes cruzam-se e misturam-se, barrocas, arcádias, iluministas, neoclassicistas, rococós, românticas, oriundas a maioria de fontes europeias.

Já José Veríssimo<sup>454</sup>, ao analisar a produção dos anos de pré-romantismo, alega que a produção literária brasileira, entre os anos de 1789 até 1836, foi caracterizada por uma escrita fraca, marginal, que mais se parecia com uma cópia do que era produzido em Portugal do que com uma produção de um conteúdo puramente brasileiro. Por mais que o autor reconheça que a fundação da Imprensa Real (1808) auxiliou no aumento da produção literária na Corte, em sua

<sup>451</sup> MACHADO, Álvaro Manuel. *As Origens do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação e Cultura, 1985, p. 23.

<sup>452</sup> GUERREIRO, O nascimento do Romantismo em Portugal, 2015, op. cit., p. 79; MENDES, João. *Literatura Portuguesa*. Volume III, Lisboa: Editorial Verbo, 1982, p. 193.

<sup>453</sup> COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. vol. 3. Niterói: José Olímpio / Universidade Federal Fluminense, 2003, p. 16.

<sup>454</sup> VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Paris, França: Aillaud, 1916, p. 124-125.

visão, nenhuma grande novidade se apresentou nestes impressos, mesmo durante as campanhas emancipacionistas de 1821 e 1822.

Os que defendem que o romantismo já se inicia em 1808, desembarcando no Brasil junto com a família real, têm como base a teoria de Vítor Emanuel de Aguiar e Silva<sup>455</sup> que, ao analisar as mudanças de correntes literárias, afirma que as mudanças na literatura não acontecem de modo abrupto, rígido e imediato, “[...] mas sucedem-se através de zonas difusas de imbricação e de interpenetração”. Ao seu ver, o fato de que a literatura está em constante transformação, pois a produção e a recepção dos textos mudam continuamente, faz com que toda corrente literária seja um período de transição, sem possibilidades para confecção de uma literatura pura, totalmente nova, isenta de nuances do passado ou de apontamentos para o futuro.

Esta pesquisa, portanto, aproveita-se do conceito de Pré-Romantismo, tendo em vista que ambas as obras aqui analisadas apresentam traços do Romantismo, como a linguagem mais popular e oralizada, a menor preocupação com a estrutura textual e a defesa de um certo nacionalismo – dentro do projeto político de cada autor. Mas, também, há muito do arcadismo, a começar pelas obras que inspiram as peças: *Dom Quixote*, para obra de Januário, e *Ignez de Castro*, para obra de Marcelino, passando pela estética em versos de Marcelino e a rebusquês do latim nas citações da obra de Januário.

O projeto de deslocamento dos escritores brasileiros do arcadismo para consolidação do romantismo nacional, que não seja uma cópia portuguesa, tem início efetivamente em 1833, com um grupo de jovens brasileiros que residiam e estudavam em Paris. Influenciados pelo pujante Romantismo francês e pela obra de Almeida Garret, e sob a instrução de Manuel de Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães, começam a pensar em constituir uma literatura que seja nacional. Como resultado destas pesquisas, é fundada, em 1836, a *Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*<sup>456</sup>, e lançado o poema *Suspiros Poéticos e Saudades*, escrita por Gonçalves de Magalhães, obra considerada como o marco fundador do Romantismo no Brasil<sup>457</sup>.

Todavia, concordamos que o surgimento da Imprensa Nacional e o abrandamento na censura levaram ao surgimento de jornais e à impressão de grande diversidade de livros que, por

---

<sup>455</sup> AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 1988; LÖWY; SAYRE, The Need to Distinguish Romanticisms, 2015, op. cit., p. 86.

<sup>456</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 201; STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004, p. 158.

<sup>457</sup> BOSI, *História Concisa da Literatura Brasileira*, 1994, op. cit., p. 105.

consequência, favoreceram a circulação da palavra escrita e possibilitaram o advento de uma literatura nacional. De 1808 a 1822, 1154 títulos, entre livros e periódicos, foram impressos. E, junto a estes impressos, surgiram as primeiras livrarias e as primeiras revistas literárias<sup>458</sup>. Também neste momento chegou ao Brasil a missão francesa (1816), tendo como objetivo estudar e europeizar o novo centro de poder do Império Português. Assim sendo, pode-se afirmar que o movimento iniciado em 1808 foi um Pré-romantismo Franco-Brasileiro, dadas a influência e a colaboração dos franceses para a literatura nacional<sup>459</sup>.

Estes franceses que aqui chegaram estavam imergidos no ideal nacionalista pós-revolução de 1789, influenciando os objetos do Romantismo do Brasil, em especial nos romances indianistas, que resgatam a figura do nativo brasileiro e retratam-no como um mítico herói nacional, com a valorização de sua cultura e de seus costumes. Por não ter existido heróis medievais no Brasil, encontrou-se na figura do índio a possibilidade de representação de pureza, inocência, do não corrompido pela sociedade, em suma, do bom-selvagem de Jean Jacques Rousseau. Esse mesmo ideal será o ponto de partida para a confecção de obras que despertam o sentimento nacionalista no povo da nação recém-criada.

Corroborar a ideia de um movimento franco-brasileiro o lançamento das obras *Resumè de L'Histoire Literaire du Brésil*, publicada em 1826 por Ferdinand Denis – o primeiro trabalho histórico-literário que buscou compilar as manifestações literárias do Brasil colônia e sugerir a confecção de uma literatura puramente brasileira –, *Èlègies Bréseiliennes*, publicada em 1823 por Edouard Corbière, e o livro *Os Índios Brasileiros*, publicada em 1830 por Teodoro Taunay. Tais obras enalteciam a figura do nativo brasileiro e foram fundamentais para o surgimento do movimento indianista Romântico<sup>460</sup>.

Outra importante característica do Pré-romantismo brasileiro é a presença de um grande número de jornalistas polígrafos que, mesmo utilizando modos neoclássicos e iluministas, buscam “[...] elaborar e divulgar conceitos filosófico-morais, de problemas históricos, econômicos e jurídicos, mas também de questões de estética e de crítica literária”<sup>461</sup>. Coutinho, ao caracterizar esse grupo, aponta que eles vão construindo o Romantismo de forma marginal, pois aplicam os recursos e os temas propostos no novo estilo, sem abraçá-lo plenamente. O sentimento antilusitano e a missão francesa contribuem para o afastamento da influência portuguesa,

---

<sup>458</sup> STEGAGNO-PICCHIO, *História da Literatura brasileira*, 2004, op. cit., p. 156.

<sup>459</sup> VERÍSSIMO, *História da Literatura Brasileira*, 1916, op. cit., p. 124.

<sup>460</sup> FERREIRA, Júlio Flávio Vanderlan. Romantismo: a formação da literatura brasileira. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 02 – Ano I – 10/2012*, p. 4.

<sup>461</sup> STEGAGNO-PICCHIO, *História da Literatura brasileira*, 2004, op. cit., p. 158.

cedendo lugar à francesa e à inglesa. O jornalismo ganha força e intensidade, misturando o literário e o político. Fortalece-se a eloquência sacra e profana, a poesia lírica, a história e as ciências naturais<sup>462</sup>.

A mistura entre o literário e o político está intimamente ligada ao fato de os escritores Pré-Românticos verem, na literatura, uma vertente do nacionalismo necessário para a consolidação da nação recém-formada. Consoante Antônio Candido<sup>463</sup>, nacionalismo e romantismo se confundiram no Brasil. Como a burguesia brasileira era pequena e fraca politicamente, e havia a predominância do trabalho escravo na agricultura (e não de um trabalho assalariado nas indústrias urbanas), uma das características do pré-romantismo brasileiro foi o de não se envolver demasiadamente com críticas sociais, mas, sim, buscar a promoção de uma emancipação sócio-filosófico-literária. Mesmo no período anterior a 1822, já se advogava pela emancipação das letras brasileiras, face ao que era produzido em Portugal, a partir da produção de temas que falavam do Brasil e não de epopeias europeias.

Veremos críticas sociais por parte dos autores Românticos a partir da segunda metade do século XIX, quando, já estruturada uma literatura brasileira, serão assomadas diversas críticas às estruturas da sociedade brasileira. Dentre elas, destacam-se a forma como os indígenas eram vistos e tratados pela sociedade e os textos que defendiam abertamente o fim da escravatura, produzindo uma vasta literatura romântica abolicionista.

Dentre os principais nomes do Pré-romantismo brasileiro, estão homens que também foram destaque no cenário político e jornalístico do período. José Bonifácio de Andrada (1763-1838), Evaristo da Veiga (1799-1837), Landislau dos Santos Titara (1802-1861), Domingos Borges de Barros (1780-1855) e Manuel Alves Branco (1797-1855) são alguns exemplos destes homens cujas letras se confundiam com o exercício político<sup>464</sup>. No entanto, foi entre os oradores sacros que o Pré-Romantismo pôde ser melhor percebido.

A expulsão dos jesuítas legou aos franciscanos a missão de zelar pela arte da oratória sacra junto à corte brasileira. São estes, agora, os responsáveis por formar “[...] um clero culto, brilhante, refinado, do qual sai toda uma escola de pregadores, oradores habituados aos triunfos do público”<sup>465</sup>. Dentre os franciscanos, deve-se maior destaque ao Frei Francisco do Mont’Alverne (1784-1858), que por muitos é considerado o primeiro intelectual de formação

---

<sup>462</sup> COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 173.

<sup>463</sup> CANDIDO, Antônio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.

<sup>464</sup> VERÍSSIMO, *História da Literatura Brasileira*, 1916, op. cit., p. 125.

<sup>465</sup> STEGAGNO-PICCHIO, *História da Literatura brasileira*, 2004, op. cit., p. 159.



exclusivamente colonial. Foi o principal expoente do pré-romantismo, tendo em vista que, em seus sermões e escritos, é possível encontrar uma gama de elementos românticos, como o forte patriotismo<sup>466</sup>.

Nos escritos de Mont'Alverne, é possível encontrar incisos apostróficos e reticências, falas sobre interrogações, figuras de acumulação e um ideal de individualismo libertário e heroico, que não fazia diferença entre um mártir cristão ou um patriota oitocentista. Homens como o ator e encenador de teatro João Caetano (1808-1863) frequentavam suas missas para ouvir seus sermões. De fato, seus escritos e sua eloquência influenciaram os primeiros nomes do Romantismo brasileiro, que herdaram do frade o gosto sensual da palavra, o confuso idealismo nacionalista do início do século XIX e a exacerbada defesa da bandeira de liberdade e de emancipação político-espiritual do Brasil<sup>467</sup>.

Outros sacerdotes, como António Pereira Sousa Caldas (1762-1814) e Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852), também contribuíram com o processo de transição da literatura nacional. Souza Caldas, com suas obras líricas de carácter filosófico, e Lopes Gama, com seu jornal satírico e contendo ilustrações, fugiram às regras e às normas neoclassicistas e inovaram na forma de escrever e transmitir suas mensagens. Somam-se aos padres Pré-românticos cônego Januário e padre Marcelino.

Januário é visto pela crítica literária moderna como um escritor de pouca inovação dentro do Pré-romantismo<sup>468</sup>. No seu poema *Nicteroy: Metarmophose do Rio de Janeiro* (1823), tido como verborrágico pela crítica, é possível já encontrar a união de elementos do nativismo indianista dentro da mitologia neoclássica. Enquanto jornalista, os traços de nacionalismo do *Reverbero Constitucional*, a defesa da integridade imperial através da moderação do *Aurora Fluminense* e as críticas ácidas, como o uso de charge ilustrativa no *Mutuca Picante*, mostram que a produção do sacerdote não era puramente arcádica. Na peça *Rusga da Praia Grande*, a ruptura com os padrões neoclássicos é ainda mais visível, tendo em vista a opção pela prosa, com diálogos que valorizam a oralidade no escrito, caracterizada pelo uso de reticências, expressões populares, metáforas e hipérboles.

Sua maior contribuição neste período, no entanto, é a publicação do *Parnaso brasileiro*, lançado em oito fascículos e distribuídos em dois volumes, entre os anos de 1829-1932. Nesta obra, Januário buscou reunir toda a poesia produzida no Brasil até então. Sem critérios bem definidos,

---

<sup>466</sup> CANDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Vol. 1. São Paulo, 1975, p. 267.

<sup>467</sup> STEGAGNO-PICCHIO, *História da Literatura brasileira*, 2004, op. cit., p. 159-160.

<sup>468</sup> VERÍSSIMO, *História da Literatura Brasileira*, 1916, op. cit., p. 133; STEGAGNO-PICCHIO, op. cit., p. 159.

a obra é passível de críticas, mas é necessário reconhecer que é o primeiro esforço de produzir uma obra que compilasse a poesia composta, até então, no país.

Marcelino também é um escritor da transição pré-romântica. Por ser proveniente de uma província que pouca literatura produzia e que, o que era produzido, ficava à margem da literatura nacional, temos poucas análises sobre os textos do sacerdote. Oscar Gama Filho<sup>469</sup>, ao estudar os escritos de Marcelino, mostra que a produção do sacerdote possuía o estilo “[...] brasileiro lamentoso, magoado, sentimental, melancólico e adoecido pela saudade com que ele pinta os amores”. Mesmo que em seus textos ainda predominasse os sonetos, sua inovação se dá pela adoção de tetrassílabos e de onomatopeias cômicas para descrever a paisagem brasileira. Diferente dos árcades, que viam na natureza o remédio capaz de restituir a paz de espírito dos homens, Marcelino descrevia o meio rural, local para onde tantas vezes fugiu após suas intrigas políticas, como “[...] desagradável, feio, mórbido, sombrio, angustiante, triste, melancólico e torturante”<sup>470</sup>.

Justificando o sentimentalismo típico do Romantismo na obra de Marcelino e a sensibilidade surgente na literatura brasileira apresentada na literatura capixaba, Gama Filho afirma que o escrito do sacerdote está imerso na atmosfera:

Cheio de fossa, de pieguice, de jogos amorosos burlescos, de fantasia de suicídio ante os olhos traidores da amada – lupicínica vingança da dor-de-cotovelo – *flashes* românticos em que a dor é uma equilibrista suspensa e esquartejada entre o grotesco, o patético, o trágico, o mórbido e o cômico<sup>471</sup>.

Em seus escritos jornalísticos, em especial no *Exaltado*, predominou sentimentalismo, nacionalismo e patriotismo comuns, na teoria de Gama Filho, aos falsos árcades. Se a produção literária dos sacerdotes, sempre ligada ao poder, é bajulatória, apologética e defensora dos mitos ideológicos, Marcelino, que na maior parte de sua trajetória literária se colocou como um crítico e opositor ao regime, ao governo e ao sistema político vigente, tem na sua obra a marca de um texto ufanístico, panfletário, idealizante, encomiástico e com muitas críticas sem compromisso com a verdade. Foi uma produção de material ideológico que contribuiu para consolidar os alicerces da nação, em especial no que tange ao pensamento liberal-exaltado federalista<sup>472</sup>.

Quanto à peça *Conego Ignez*, a escolha de um texto em versos para responder à prosa escrita por Januário, constitui um texto em decassílabos, de rimas emparelhadas, que faz uma crítica

---

<sup>469</sup> GAMA FILHO, Oscar. *Razão do Brasil em uma sociopsicanálise da literatura capixaba*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 59.

<sup>470</sup> op. cit. p. 60-61.

<sup>471</sup> op. cit. p. 67.

<sup>472</sup> op. cit. p. 70-76.

aos costumes e à política imperial de forma cômica. Contudo, o texto rebuscado, com muitas reticências e onomatopeias, faz com que o humor empregado no entremez fique fora do entendimento do grande público, que não possui o conhecimento histórico necessário para compreender as referências empregadas pelo autor<sup>473</sup>.

### 3.2. PRÉ-ROMANTICOS SOBEM AO PALCO: O TEATRO NO PERÍODO REGENCIAL

Pesquisar sobre o teatro nas primeiras décadas do século XIX é um desafio, pois existem poucos trabalhos sobre o tema. A maior parte das pesquisas disponíveis foi realizada por críticos de teatro, que se concentram mais nos artistas, nos cenários e nas casas de espetáculos, mas sem dar muita atenção à produção dos textos das peças e aos termos e conceitos nelas utilizados. Por consequência, também são escassos os trabalhos que analisam a produção teatral durante a primeira metade do Período Regencial. Muito disso se dá pelo fato de que há dificuldade em encontrar informações sobre a dramaturgia da época, tendo em vista que não houve uma compilação das peças escritas e encenadas no período, fazendo com que as fontes estejam perdidas nos mais diversos arquivos e acervos<sup>474</sup>.

É importante salientar que a periodização do teatro no Brasil não ocorreu por correntes, mas, sim, por uma narrativa estruturada a partir de uma linhagem de obras e autores principais. Os grandes estudiosos do teatro brasileiro no século XX, como Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882), Silvio Romero (1851-1914), José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) e Décio de Almeida Prado (1917-2000), construíram suas análises tendo como base as obras que tiveram maior destaque, seja na crítica do período ou no fato de ter subido aos palcos nas principais casas de espetáculo, e não pelas correntes literárias<sup>475</sup>. Eles recorrem ao Romantismo para justificar, tal qual os literários, o surgimento de um movimento genuinamente nacional no teatro brasileiro, colocando como marco a peça *Antonio José ou O poeta e a Inquisição*, escrita por Gonçalves Magalhães e encenada pela companhia do ator João Caetano dos Santos, o protagonista da tragédia, em 13 de março de 1838.

A periodização do teatro no Brasil mais aplicada atualmente é a cunhada pelo teatrólogo italiano Jacobbi Ruggero<sup>476</sup>, que, não obedecendo a marcos cronológicos, recorre aos autores atuantes

<sup>473</sup> GAMA FILHO, Oscar. *Razão do Brasil em uma sociopsicanálise da literatura capixaba*, 1991, op. cit. p. 64.

<sup>474</sup> GONÇALVES, Sheila Lopes Leal. *O teatro e o político: práticas sociais no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1830-1850)*. 2017. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017, p. 37.

<sup>475</sup> op. cit.

<sup>476</sup> JACOBBI, Ruggero. *Teatro no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 123-125.

em cada época, criando divisões fluidas. Em sua visão, o teatro brasileiro deve ser dividido em três fases: artesanal, industrial e cultural. A fase artesanal, que vai do século XVI até o século XIX, é marcada por uma atividade cênica rudimentar, em que literatos, jornalistas, políticos e autores se confundiam dentro da atividade teatral. Este grupo acabou por não ter grande visibilidade. A fase industrial, que durou o século XIX e parte do século XX, tem como característica a ampliação da atividade teatral no Brasil. No entanto, essa expansão veio acompanhada por uma baixa na qualidade das peças que eram encenadas, optando por um retorno à importação de modelos e títulos estrangeiros. A última fase, denominada cultural, inicia-se na primeira metade do século XX e perdura até os nossos dias. Essa fase é caracterizada por peças em que a ideologia e a militância dos autores têm mais importância do que as correntes literárias na busca por responder às necessidades de seu tempo.

Tendo em vista que esses cânones e marcos teatrais estão em constante disputa, que a discussão sobre a periodização do teatro brasileiro não está fechada e que são os críticos teatrais que determinam os “[...] modelos de inteligibilidade dos próprios gêneros, literários, dramáticos, teatrais, musicais, de uma escola, estilo ou movimento”<sup>477</sup>, optamos por trabalhar com o termo Pré-romântico também para nos referirmos às peças que ocorreram durante o Período Regencial. Assim procedemos, concordando com Käthe Windmüller<sup>478</sup> que, ao analisar os textos do período, aponta que seus escritores não praticavam um Romantismo puro, mas escreviam textos contaminados pelas influências clássicas, dando preferência ao verso ante a prosa, ou a tragédia ao drama.

A presença do teatro no território brasileiro remonta ao século XVI, quando os jesuítas encenavam seus Atos como uma ferramenta de catequização dos indígenas, com destaque às peças escritas pelo padre José de Anchieta. A dramaturgia continua a evoluir entre os brasileiros durante o século XVIII, período em que as rudimentares casas de espetáculos de Salvador, Ouro Preto, Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo apresentavam peças de ópera italiana<sup>479</sup>. Mas é a chegada da família Real ao Brasil que inaugura um novo momento na história do teatro no país.

---

<sup>477</sup> MACIEL, Paulo Marcos Cardoso; RABETTI, Maria de Lourdes. "O teatro de opereta no Brasil: gênero e história". In: *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio*, p. 4. Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743123\\_ARQUIVO\\_texto\\_para\\_publicacao\\_Paulo\\_MacieleMariadeLourdesRabetti.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743123_ARQUIVO_texto_para_publicacao_Paulo_MacieleMariadeLourdesRabetti.pdf)>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

<sup>478</sup> WINDMÜLLER, Käthe. *O "Judeu" no Teatro Romântico Brasileiro: uma revisão da tragédia de Gonçalves de Magalhães, Antonio José ou o Poeta e a Inquisição*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos da FFCLH/USP, 1984, p.71.

<sup>479</sup> WINDMÜLLER, *O "Judeu" no Teatro Romântico Brasileiro*, 1984, op. cit., p. 62.

Um dos primeiros atos de Dom João VI, logo que aportou no Rio de Janeiro, foi criar uma casa de espetáculos que fosse decente e comportasse a elite política e intelectual que vivia na Corte. Assim, nasce o Real Theatro de São João<sup>480</sup>, em 13 de outubro de 1813, tornando-se a principal casa de espetáculos de todo o império, o mais importante centro da atividade dramática e musical<sup>481</sup>. No apogeu de suas atividades, a casa chegou a possuir mais de 100 músicos contratados de forma permanente, contando, inclusive, com *castrattis*<sup>482</sup>. Décio de Almeida<sup>483</sup> aponta que, como as temporadas de encenação teatral estavam atreladas às comemorações cívicas anuais, a Coroa portuguesa e o Primeiro Reinado brasileiro usufruíam do teatro como um mecanismo de autopromoção e de extensão das celebrações régias, tendo em vista que:

Casamentos, nascimentos, ou quaisquer outros atos suscetíveis de se comunicarem afetivamente com a cidade, terminavam na atmosfera acolhedora e palpitante das salas de espetáculo, por entre vivas e aclamações dirigidas à plateia, com o palco servindo de ponte entre os súditos e o poder.

Tanto a construção do teatro como o financiamento para o seu funcionamento e para a manutenção das companhias de encenação e de ópera que ali se encontravam tinham apoio governamental. Logo, a nova fase do teatro no Brasil estava intimamente ligada ao político, que subsidiava o entretenimento e, por consequência, também exercia controle e censura sobre a atividade teatral<sup>484</sup>. Consoante Romuald Ferret, durante o século XIX, os governos serviam-se de três mecanismos para controlar a produção teatral: o financiamento, o privilégio de proteção governamental e a censura<sup>485</sup>.

Neste primeiro momento, a preferência teatral estava marcada pelos dramas de Antônio Xavier de Azevedo e pelas óperas de Giacomo Rossini e de Marcos Portugal<sup>486</sup>. Feita a independência, pouca coisa mudou em relação às preferências musicais e dramáticas. Contudo, a atividade teatral, que já possuía as funções de ser um lazer da Corte e de enaltecer celebração cívica,

---

<sup>480</sup> O teatro mudou de nome diversas vezes em sua história, também passou por diversas reconstruções e reformas. Atualmente seu nome é Teatro João Caetano e se encontra no mesmo terreno, na Praça Tiradentes, centro da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>481</sup> MAINENTE, Renato Aurélio. *Reformar os costumes ou servir o público: visões sobre o teatro no Rio de Janeiro oitocentista*. 2016. 274f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2016, p. 22-24.

<sup>482</sup> Os *castratti* eram homens que “[...] por meios cirúrgicos que o tornam eunuco, conserva, depois de adulto, sua voz de criança”. Ver: MASSIN, Jean. *História da Música Ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 42.; PACHECO, Alberto José Vieira. *Castratti e outros virtuosos: a prática vocal carioca sob a influência da Corte de D. João VI*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

<sup>483</sup> PRADO, Décio Almeida de. *João Caetano*. São Paulo: Perspectiva / Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p.59.

<sup>484</sup> MAINENTE, op. cit., p. 25.

<sup>485</sup> FERRET, Romuald. Le théâtre de province au XIX e siècle: entre révolutions et conservatisme. *Annales historiques de la Révolution française*, n. 367, p. 119-143, mar. 2012, p. 124. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/ahrf/12436>>. Acesso em 17 de março de 2022.

<sup>486</sup> FERRET, Le théâtre de province au XIX e siècle: entre révolutions et conservatisme, 2012, op. cit., p. 124.

agora também passa servir como um mecanismo de exaltação patriótica<sup>487</sup>. Com este incremento à sua função, o teatro passou por uma rápida expansão, que pôde ser percebida na criação de associações artísticas dramáticas e musicais e no aumento do público frequentador dos teatros<sup>488</sup>.

Conforme aponta Marco Morel, o teatro passa a ser mais um lugar de disputa no campo político, sendo um espaço privilegiado de conflito, diálogo e consenso. No teatro, os cidadãos passam a se expressar com gestos, palavras e comportamentos que sequer estavam em sintonia com o tema da peça apresentada. Logo, as ações informais da plateia a tornaram “[...] atores políticos, sujeitos históricos e gestores de lutas simbólicas”<sup>489</sup>, fazendo com que a participação direta e indireta nas casas de espetáculos espalhadas pelo Rio de Janeiro criassem uma cultura política híbrida e multifacetada<sup>490</sup>. O Teatro é o lugar no qual “[...] os habitantes da cidade representavam seus papéis sociais, seus interesses, críticas, desejo de ver e ser visto, em um dos principais espaços de lazer da época”<sup>491</sup>. Desta forma, é possível afirmar que o “[...] Teatro ocupa, na Corte brasileira, uma dimensão comparável à Ágora grega. Quer dizer, um lugar de expressão das vontades dos cidadãos que se consideram os donos da Cidade”<sup>492</sup>.

Entre os anos de 1831-1834, a cidade do Rio de Janeiro contava com três casas de espetáculos em funcionamento: o Teatro São Pedro de Alcântara – construído no lugar do Teatro São João que havia sido destruído em um incêndio –, o Teatro da Praia de D. Manuel e o Teatro da Rua dos Arcos, que faliu em 1834<sup>493</sup>. Com o advento da Regência, o teatro também passa por fortes transformações. A convulsão político-social que assolou a Corte fez com que a atividade teatral passasse por uma ressignificação e uma certa estagnação.

O teatro, que desde de 1808 tinha uma função de exaltação e celebração do poder régio, a partir de 1831 passa a ter uma função civilizatória. O palco passa a cumprir um novo papel político-pedagógico, transmitindo, através de elementos artísticos e do próprio texto encenado, temas que fortalecessem e valorizassem a jovem nação, agora totalmente livre do absolutismo

---

<sup>487</sup> FARIA, João Roberto de. *História do Teatro Brasileiro: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p.53-62.

<sup>488</sup> MAINENTE, *Reformar os costumes ou servir o público*, 2016, op. cit., p. 30.

<sup>489</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 232-234.

<sup>490</sup> BASILE, Marcello. *O Brasil Imperial (1831-1870)*. In.: GRINBERG, Keila e SALLES Ricardo (orgs). Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009, p. 59.

<sup>491</sup> SAMPAIO, Josiane Nunes Machado. *A política invade a cena: a vida teatral no Rio de Janeiro entre 1831-1848*. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018, p. 68.

<sup>492</sup> MOREL, *As transformações dos Espaços Públicos*, 2010, op. cit., p. 234.

<sup>493</sup> PAIXÃO, Múcio. *O Teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1936. p. 125.

português. Se antes o discurso político encenado enaltecia o imperador e seu poder, a Regência, na busca de transmitir a mensagem de ser um governo brasileiro que governa para os brasileiros, procurava subir ao palco através de peças de fundo histórico, que idealizavam as glórias do passado brasileiro<sup>494</sup>.

A ampliação da cultura política incutida nos brasileiros, fruto do processo político corrente, levou a um considerável aumento no número de frequentadores nos espetáculos. Assim, a vivência pública da sociedade carioca ganhou uma nova roupagem, refletida diretamente nas relações que ocorriam dentro dos espaços físicos das casas de espetáculo. Logo, o novo momento inaugurado em abril de 1831:

atraía um público variado, que tinha suas preferências e não acatava pacificamente os projetos pedagógicos e muitas vezes elitistas de literatos que viam nos palcos [...] Era um espaço para ostentar riqueza, observar o luxo alheio e intangível, rir sem escrúpulos e chorar sem medida. [...] Quando possuía camarotes e torrinhos, permitia o convívio e as trocas, reforçando e ameaçando as hierarquias a um só tempo. Quando tinha apenas a rua, podia ganhar toda a cidade, amplificando a imagem caleidoscópica que o definia<sup>495</sup>.

O período também ficou marcado pelas disputas entre as companhias dramáticas nacionais e portuguesas. A rivalidade, que já ocorria desde a independência, passou a ser cada vez mais intensa, reflexo do sentimento antilusitano que habitava o Brasil. Tamanha a rivalidade que, em 1833, os artistas brasileiros fundaram a Companhia Dramática Nacional, a qual não permitia a presença de portugueses<sup>496</sup>. Somavam-se, às questões políticas, as de ordem financeira, tendo em vista que as companhias dramáticas só conseguiam manter seu funcionamento mediante financiamento governamental, o que fazia com que os artistas pertencentes à companhia Teatro Constitucional, em sua maioria estrangeiros, possuíssem uma posição privilegiada frente aos artistas dos demais teatros<sup>497</sup>.

Foi o sentimento antilusitano que acabou por contribuir para o advento do Romantismo no teatro nacional. Na década de 1830, os brasileiros iniciaram um processo de importação das modas teatrais e culturais de Paris, com o claro objetivo de renovar as artes nacionais<sup>498</sup>. Essa ideia de renovação, acrescido ao sentimento nacionalista, pode ser percebida nas peças que eram encenadas no período. Josiane Nunes Machado Sampaio<sup>499</sup> aponta que o *Diário do Rio*

<sup>494</sup> MAINTENE, *Reformar os costumes ou servir o público*, 2016, op. cit., p. 17.

<sup>495</sup> MARZANO, Andrea. A magia dos palcos: o teatro no Rio de Janeiro do século XIX. In: \_\_\_\_\_; MELO, Victor Andrade de (org.). *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*". Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 122.

<sup>496</sup> PAIXÃO, *O Theatro no Brasil*, 1936, op. cit., p. 144.

<sup>497</sup> MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. II. (1794-1855). São Paulo: Cultrix, 1977, p. 232.

<sup>498</sup> GONÇALVES, *O teatro e o político*, 2017, op. cit., p. 28.

<sup>499</sup> SAMPAIO, *A política invade a cena*, 2018, op. cit., p. 27.

de Janeiro divulgou 203 apresentações teatrais diferentes entre 1830-1835, sendo que a maior parte destas apresentações se concentraram entre 1830-1831.

Em 1831, após os eventos de 7 de abril, as encenações, que já possuíam caráter cívico-político, ganham nova roupagem com o objetivo enaltecer a abdicação, bem como convencer a população que fora um ato necessário para o bem e o progresso do Império. Portanto, os temas das peças encenadas no Teatro Constitucional, ao criticar o ex-imperador, tornavam-se “[...] um instrumento privilegiado de educação política, fomentador de laços, união e comunhão em torno da construção da nação”<sup>500</sup>. Para além das críticas, essas peças queriam enaltecer a liberdade, a independência, o Congresso Nacional e seus ilustres deputados patriotas, e o infante Imperador<sup>501</sup>.

### Quadro 2: Principais peças encenadas no Teatro Constitucional em 1831.

Peça <sup>502</sup>	data da encenação
O Triunfo Constitucional <sup>503</sup>	29 de maio de 1831
O patriotismo no seu auge <sup>504</sup>	18 de junho de 1831
Quando pode a opinião pública <sup>505</sup>	21 de junho de 1831
As consequências da Perversidade <sup>506</sup>	2 de julho de 1831
O Príncipe Arrependido <sup>507</sup>	12 de julho de 1831
Memorável dia 7 de abril <sup>508</sup>	16 de julho de 1831.
O Tribunal Invisível <sup>509</sup>	10 de setembro de 1831

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

No momento de grande circulação de ideias e projetos políticos através dos jornais e, por consequência, de maior interesse popular pela coisa pública e pelo governo, o teatro servia como um elemento fundamental para influenciar a opinião pública, galgando apoio e legitimidade para a administração que se realizava em nome de Pedro II. Dessa forma, era necessário celebrar e defender a mudança que ocorreu com a abdicação de Pedro I e justificar

<sup>500</sup> BASILE, *O Brasil Imperial (1831-1870)*, 2009, op. cit., p. 67.

<sup>501</sup> SAMPAIO, *A política invade a cena*, 2018, op. cit., p. 70.

<sup>502</sup> Todas as peças aqui listadas ficaram em cartaz por longos períodos, conforme aponta pesquisa realizada no *Jornal do Commercio*. Outras peças que não possuíam conotação política também eram encenadas nesta casa de espetáculos no período. A partir de 1832 há uma considerável diminuição na quantidade de peças encenadas, mas é possível encontrar algumas referências a espetáculos políticos que ocorreram uma única vez neste e em outros teatros.

<sup>503</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 229, p. 4, 27 maio 1831.

<sup>504</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 235, p. 4, 4 jun. 1831

<sup>505</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 246, p. 4, 21 jun. 1831.

<sup>506</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 253, p. 4, 28 jun. 1831.

<sup>507</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 259, p. 4, 9 jul. 1831.

<sup>508</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 264, p. 3, 15 jul. 1831.

<sup>509</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 298, p. 4, 27 ago. 1831.



a permanência dos liberais moderados e de seu projeto no poder, frente às investidas de caramurus e de liberais exaltados.

Nesta ocasião, também ganha força, nos palcos brasileiros, as *comédias de costumes* ou *farsas*. Elas remontam aos teatros populares da Idade Média, que retratavam o cotidiano de forma burlesca, com o simples objetivo de entreter o público que a assistia. No século XVII, o dramaturgo francês Molière (1622-1673) retoma esse estilo teatral abandonado no Renascimento e o incrementa com sutis críticas aos costumes sociais de sua época. Logo, as peças deste gênero passaram a tratar dos comportamentos humanos e do contexto social de forma cômica. A sátira trata de assuntos como a vida amorosa e a busca pela ascensão social, partindo sempre dos códigos sociais ou da ausência deles. A atuação dos personagens se dá de forma pitoresca, empregando diálogos repletos de ironias e linguagem amoral<sup>510</sup>.

Normalmente, as peças eram pequenas e sem aspirações intelectuais. Na verdade, era o contrário. Seu texto era carregado de vícios de linguagens, palavras de baixo calão e gírias. As peças possuíam de um a três atos e, mesmo apinhadas de críticas, a proposta era serem muito mais uma diversão popular do que um modelo de resistência e crítica política por meio das artes. Contudo, o texto tem interesse em defender, mesmo que de forma sutil, algum ponto de vista, por exemplo o nacionalismo, mas sem um trabalho linguístico aprofundado<sup>511</sup>.

As comédias de costumes tiveram grande aceitação no Brasil. A utilização da ironia e da troça para realizar críticas à sociedade e aos costumes brasileiros caiu nas graças da população, ao ponto de o gênero teatral ser considerado por muitos como a manifestação que melhor apresenta a essência brasileira sobre os palcos. As peças curtas e espalhafatosas abordavam tramas como casamentos arranjados, tentativas de enriquecimento fácil e a situação política do país<sup>512</sup>.

O maior representante deste gênero teatral no Brasil foi Luís Carlos Martins Pena (1815-1848), que, mesmo com uma breve vida, foi capaz de criar peças que, recheadas de sátiras e humor, retratavam a sociedade brasileira e suas instituições. Todavia, aos olhos dos críticos Românticos posteriores a ele, sua escrita era inferior aos dramas e tragédias do período, pois não eram genuinamente brasileiras, mesmo que tratassem de temas nacionais. Logo, mesmo que as suas peças representassem a sociedade brasileira, elas não foram consideradas como literatura

---

<sup>510</sup> AGUIAR, Flávio. *Antologia de comédia de costumes*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2003.

<sup>511</sup> GARCIA, Moira Junqueira. *Comédia de costumes e melodrama: algumas considerações e aproximações*. *Cadernos Letra e Ato*, ano 3, vol. 3, Campinas, 2013.

<sup>512</sup> AGUIAR, Flávio. *A Continuação da Comédia de Costumes*. In: FARIA, João Roberto de. *História do Teatro Brasileiro: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 233-250.

dramática nacional. Daí a peça *Antonio José ou O poeta e a Inquisição* ser o marco fundador do teatro genuinamente brasileiro<sup>513</sup>.

Muitas dessas peças de comédia e crítica popular eram encenadas em pequenos palcos particulares construídos em quintais ou em outros palcos itinerantes espalhados pela cidade. Esses grupos agiam na clandestinidade, por não terem condições de arcar com a estrutura de um teatro formal, sonhando as taxas e fugindo da censura do juiz inspetor de teatros. Logo, eram nesses ambientes em que as peças politizadas e críticas do governo podiam ocorrer. Normalmente, essas peças eram divulgadas por meio de panfletos, tendo em vista que não existiam normas sobre impressão de peças teatrais<sup>514</sup>.

Apesar da periferização das *comédias de costumes* por parte dos eruditos do teatro dos fins do século XIX e início do século XX, essa foi uma corrente teatral muito importante para a dramaturgia nacional. Por ser encenada nos palcos itinerantes, muitos brasileiros tiveram seu primeiro contato com as artes cênicas a partir deste gênero. Sua tratativa sobre o cotidiano e seus diálogos simples e com linguagem popular faziam com que as pessoas se reconhecessem nas peças e, por elas, pudessem perceber as mudanças socioculturais que ocorriam, mesmo que nesses textos e encenações não houvesse inovação literária.

Os palcos itinerantes também permitiam que parte remediada da população conseguisse ter acesso a alguns espetáculos. Martha Abreu<sup>515</sup> aponta que algumas apresentações que ocorriam no Campo de Santana, durante os festejos ao Divino Espírito Santo, como comédias de duetos com presença de orquestras populares, cobravam 500 réis pela entrada, valor este que garantia participar de um sorteio ao fim das apresentações. O valor do ingresso equivalia, por exemplo, a quase o dobro do rendimento diário mínimo exigido para qualificação dos votantes (\$274réis); à mensalidade cobrada por diversas associações da época; ou a pouco menos do que o valor médio mensal da assinatura de um jornal (\$666 réis).

Além da forma tradicional nos palcos, as peças de teatro, durante o Período Regencial, também chegavam à população por outras vias. Várias peças foram publicadas em brochuras ou em jornais neste período. Algumas das peças publicadas até foram encenadas, enquanto outras não passaram do roteiro. Isso ocorria quando os autores não conseguiam financiamento para

---

<sup>513</sup> MAINTENE, *Reformar os costumes ou servir o público*, 2016, op. cit., p. 44.

<sup>514</sup> GONÇALVES, *O teatro e o político*, 2017, op. cit., p. 166-167.

<sup>515</sup> ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro: 1830-1900*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1996, p. 49-50.

encenação ou quando eles assim o desejavam<sup>516</sup>. Tal como ocorria nos jornais, os teatros impressos também eram marcados por textos inflados, cheio de calúnias, críticas e ofensas aos ministros e regentes. Por isso, a impressão anônima garantia que o autor não sofreria processos e represálias<sup>517</sup>. Estes textos eram diferentes daqueles escritos com o objetivo de serem levados aos palcos, contendo falas longas e frases mais alinhadas com a norma gramatical.

Dentre essas peças escritas somente para impressão, tem destaque as *entremezes*. Este estilo de encenação teve origem nas cortes da Idade Média, em que breves representações cênicas eram realizadas em momentos celebrativos como casamentos, banquetes e coroações. Na maioria das vezes, eram apresentações rudimentares, em que atores retratavam personagens míticos, dançarinos e guerreiros<sup>518</sup>. No Brasil, as entremezes eram espetáculos aos moldes das comédias de costumes, mas com uma duração menor. Elas ocorriam desde os tempos coloniais, mas tornaram-se mais populares a partir de 1829, quando a Companhia Portuguesa de Teatro de Ludovina Soares da Costa (1802-1868) chegou ao Brasil e começou a encenar pequenas comédias entre os atos dos grandes espetáculos<sup>519</sup>.

Sua popularização pode ser percebida a partir da vinculação com a literatura de cordel. Nesse instante, o entremez deixou de ser apenas uma vertente da comédia de costumes e passou a ser um gênero autônomo que, mesmo curto e cômico, buscava construir um texto e uma crítica, sendo a encenação “[...] servida por processos realistas, agudo espírito de observação e moralidade linguística”<sup>520</sup>. Entretanto, mesmo com uma linguagem moralizada, sem palavras de baixo calão ou vícios de linguagens, os textos eram escritos com o objetivo de serem encenados, sem demasia preocupação com a erudição literária. Nas palavras de Décio Prado<sup>521</sup>, os entremezes:

Variavam as palavras, as peripécias de enredo seriam outras, mas a linha geral do desempenho já estava assegurada de antemão pela experiência que tinha o ator naquele gênero de personagem. A orientação geral do espetáculo cabia ao ensaiador, figura quase invisível para o público e para a crítica, mas que exercia funções importantes dentro da economia interna da companhia. Competia-lhe, em particular, traçar a mecânica cênica, dispondo os móveis e acessórios necessários à ação e fazendo os atores circularem por entre eles de modo a extrair de tal movimento o máximo rendimento cômico ou dramático. Papel bem marcado, dizia-se, meio caminho andado.

<sup>516</sup> GONÇALVES, *O teatro e o político*, 2017, op. cit., p. 38.

<sup>517</sup> VIANNA, Hélio. *Estudos de História Imperial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1950, p. 50

<sup>518</sup> BARATA, José de Oliveira. *Entremez sobre o entremez*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1977.

<sup>519</sup> PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1999, p.56.

<sup>520</sup> MASSAUD, Moisés. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 2004, p. 148-149.

<sup>521</sup> PRADO, Décio de Almeida. *O teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 16.

Para além da encenação das peças de teor político, os teatros também eram centros de embates político-ideológicos, que por vezes terminavam em tumultos. A mais emblemática destas revoltas de *povo e tropa* que ocorreu junto a um teatro foi a revolta ocorrida no teatro São Pedro de Alcantara, no Rio de Janeiro, entre 28 e 29 de setembro de 1831<sup>522</sup>. Conforme nos relata Marcello Basile<sup>523</sup>, os pequenos tumultos que já vinham ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro e no próprio teatro, o qual havia se tornado um ponto de encontro e reunião dos liberais exaltados, culminaram em uma revolta que agitou toda a corte.

Para além das duas peças analisadas nesta dissertação, o padre e o cônego também estavam envolvidos, de outras formas, com a atividade teatral no Brasil. Januário não escreveu outras peças teatrais para além da *Rusga da Praia Grande*, mas esteve intimamente ligado com a atividade teatral nacional. O cônego foi um dos doze fundadores do Conservatório Dramático Brasileiro, criado em 1844, que tinha por objetivo conduzir os rumos do teatro no Brasil. Porém, a partir de 1845, essa instituição passou a servir como um tribunal de censura, tornando-se a instância censória oficial, recebendo a incumbência de avaliar e de permitir, ou não, a apresentação de qualquer obra dramaturga ou lírica<sup>524</sup>. Também foi Januário que, na posição de secretário geral do IHGB, recebeu a filiação de Gonçalves de Magalhães aos quadros do instituto, ato que, indiretamente, legou a Magalhães a posição de fundador do teatro nacional<sup>525</sup>.

Como já citado no capítulo anterior, Marcelino tinha experiência prévia com teatro. O sacerdote era responsável por representar monólogos em versos heroicos adequados às festividades religiosas ou cívicas que estivessem sendo celebradas. Antes da *Conego Ignez*, sua obra mais comentada foi o poema *Derrota de uma Viagem ao Rio de Janeiro*, que narra seu auto exílio na corte, após desavenças com o governador Francisco Rubim. As querelas com o político se intensificaram após a encenação da peça *Drama*, a qual escreveu quando ainda contava 28 anos, já ocupando a cátedra de latim, no ano de 1816, encenada junto com seus alunos em frente à praça do palácio do governo<sup>526</sup>.

---

<sup>522</sup> A revolta ocorreu após os exaltados tomarem partido em um desentendimento que ocorreu entre um tenente brasileiro e um oficial português. Houve o disparo de mais de 30 tiros, com saldo de três mortos e dois feridos. A revolta ainda se estendeu pela madrugada, com diversos protestos e motins na cidade do Rio de Janeiro. Ver: BASILE, Marcello. Revolta e cidadania na Corte Regencial. *Tempo*, 11(22), p. 31–57, dez. 2007.

<sup>523</sup> BASILE, 2007, op. cit. p. 38-41.

<sup>524</sup> MAINENTE, *Reformar os costumes ou servir o público*, 2016, op. cit., p. 13.

<sup>525</sup> GONÇALVES, *O teatro e o político*, 2017, op. cit., p. 63.

<sup>526</sup> NOVAES, M. Stella de. O Teatro no Espírito Santo. O teatro jesuítico. O teatro popular. Propulsores do teatro no Espírito Santo. O "Melpômene" e o "Carlos Gomes". *Revista de História*, ano XI, vol. XX, n. 42, São Paulo, p. 461-470, 1960.

Essa experiência teatral está ligada à forte presença que o teatro possuía entre os capixabas. Consoante Maria Stella de Novaes<sup>527</sup>, o teatro capixaba surgiu com os autos escritos e encenados pelo padre José de Anchieta. Também temos registros das encenações do reisado, das folias de reis e do ticumbi, que ocorriam em diversos pontos do território. A partir de 1770 temos a consolidação da realização de peças, dramas e monólogos no teatro que era montado na praça em frente ao Palácio do Governo. Consoante Afonso Cláudio<sup>528</sup>: “Foi essa a época em que as representações teatrais familiares constituíram a única diversão agradável da classe culta, quase sempre honradas com a presença e assistência das primeiras autoridades da província”. Por essa razão, as mentes mais cultas da província eram convocadas para escrever as peças e participar das encenações.

Para além de dramaturgo, Marcelino também se utilizou do espaço de sociabilidade dos teatros para participar de movimentações políticas e contestatórias. Isso fica evidente quando encontramos o padre, na posição de um expoente dos liberais exaltados, atuando como liderança nas sedições que ocorreram no Teatro São Pedro em setembro de 1831. Portando sua sobrecasaca e seu chapéu de palha, ele tomou a frente de um grupo de civis que buscavam amotinar um batalhão do exército<sup>529</sup>.

Dado o desfecho da rebelião, o padre aproveitaria as páginas do *Exaltado* para criticar a forma como o Juiz de Paz Saturnino de Souza e Oliveira, a mando do governo moderado, tratou os jovens brasileiros que exerciam sua liberdade e se manifestavam em busca de um país mais justo para com os brasileiros<sup>530</sup>. Após a escrita da *Conego Ignez*, também escreveu um último “teatro de papel”, denominado *A Rusga da Carioca*, em que personagens da peça anterior voltaram a aparecer.

Fica evidente que os sacerdotes não fugiram à regra dos estilos textuais-teatrais para redigirem suas peças. Januário, inspirado por Miguel de Cervantes, compõe a sua escrita em prosa, parodiando a estrutura das novelas de cavalaria para construir a sua sátira que, como outros textos do período, ataca, critica e desmoraliza os seus adversários políticos, os quais, neste caso, são os participantes da sedição de Praia Grande. A resposta de Marcelino, inspirada na farsa de Gil Vicente, é uma entremez em versos, onde os costumes daquele grupo social são explorados e apresentados de forma satírica e cômica. Ambos os sacerdotes produziram textos chistosos,

---

<sup>527</sup> op. cit.

<sup>528</sup> CLAUDIO, Afonso. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Oficinas de “Commercio do Porto”, 1912. p. 250.

<sup>529</sup> BASILE, Revolta e cidadania na Corte Regencial, 2007, op. cit., p. 41.

<sup>530</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 9, 8 out. 1831.

com o claro objetivo de aproximar as obras da população e, por consequência, avacalhar com a imagem dos seus desafetos. Como aponta Mikhail Bakhtin<sup>531</sup>, o riso proveniente do jocoso tem o poder de aproximar o objeto narrado-encenado, colocando-o na zona de contato direto com o público.

Dado que os padres, ao escreverem suas peças, pretendiam elaborar sátiras, convém mostrar que o conceito de sátira é muito difícil de se definir, tendo em vista que ela se manifesta em muitos gêneros literários e em praticamente todos os tipos de comunicação humana<sup>532</sup>. Contudo, por trabalharmos com textos teatrais cômicos, que visam claramente o ataque político, acorremos à definição cunhada por Hernández, que aproxima a sátira da comédia. Desta forma, concordamos com a afirmação do autor que apresenta a sátira como um meio de ataque por intermédio das letras ou da encenação que tem “[...] propósito primário de ridicularizar e invalidar as interpretações e os princípios normativos das vítimas, que são tratadas com desprezo”<sup>533</sup>.

Diante do exposto e do fato de que as peças teatrais ainda não foram pesquisadas em sua totalidade, julgamos necessário realizar uma resenha crítica das duas obras, na íntegra, realizando comentários e apontamentos que corroborem com nossa interpretação sobre a produção de ambas. Tal necessidade se justifica no fato de que todos aqueles que escreveram anteriormente sobre as peças apontaram justificativas que não consolidam os verdadeiros motivos e objetivos que levaram à produção das comédias. Logo, para que seja possível compreender a linguagem política aplicada na obra e para não cair em erros interpretativos<sup>534</sup>, é fundamental fazer uma análise minuciosa do discurso.

Esta escolha é legitimada pelos apontamentos realizados por Pocock<sup>535</sup> que, ao descrever o método de análise da linguagem - no qual se utilizam dois ou mais textos -, chama a atenção para o cuidado necessário com a verificação do contexto em que o escrito foi produzido, do vocabulário especializado e do modo de narrar adotado pelos atores históricos. Isso posto, para que possamos ter domínio sobre as sublinguagens, é crucial a descrição de toda peça.

Somam-se à justificativa de uma análise densa das obras o método de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (2016) e as contribuições a este realizadas por Núncia Santoro

<sup>531</sup> BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Unesp/HUCITEC, 1990, p. 413.

<sup>532</sup> HERNÁNDEZ, Guillermo E., *La satira chicana*. México: Siglo Veintiuno, 1993, p. 16.

<sup>533</sup> op. cit., p. 21.

<sup>534</sup> KOSELLECK, Reinhart. Mudança linguística e história de eventos. In.: \_\_\_\_\_. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020, p. 58.

<sup>535</sup> POCKOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da USP, 2003. p. 65.

de Constantino (2002). Bardin<sup>536</sup> apresenta o discurso como *palavra em ato*, ou seja, como um texto que possui contradições, incoerências, motivações, desejos e a imposição, por parte do autor, de um código linguístico escolhido diante das condições de produção. Portanto, para que possamos realizar uma profícua interpretação e uma inferência assertiva, é imprescindível a confecção de uma descrição detalhada. E somente pela descrição é possível produzir uma análise qualitativa, então, em que a presença ou a ausência de características pode ser verificada. Conforme aponta Constantino<sup>537</sup>, a descrição densa no método de análise de conteúdo permite enxergar “[...] sentido ou sentidos no texto e fundamenta-se nos pressupostos da concepção dinâmica da linguagem, entendido como construção real de cada sociedade e como expressão da existência humana; elaborando e desenvolvendo *representações*”.

### 3.3. UM QUIXOTISMO À BRASILEIRA: A RUSGA DE JANUÁRIO DA CUNHA

A peça *A Rusga da Praia Grande*, que foi escrita pelo cônego de forma anônima, veio à luz em abril de 1834. Estruturada em uma brochura de 75 páginas, dividida em três atos, sua impressão se deu na Typographia de Tomaz B. Hunt, localizada na Rua da Cadeia<sup>538</sup>, na cidade do Rio de Janeiro. A inspiração na obra de Cervantes fica evidente quando vemos Abreu e Lima sendo retratado pelo personagem *General das Massas* e padre Marcelino, pelo *Padre-Mestre Chará*, em uma clara alusão aos personagens Dom Quixote e Sancho Pança.

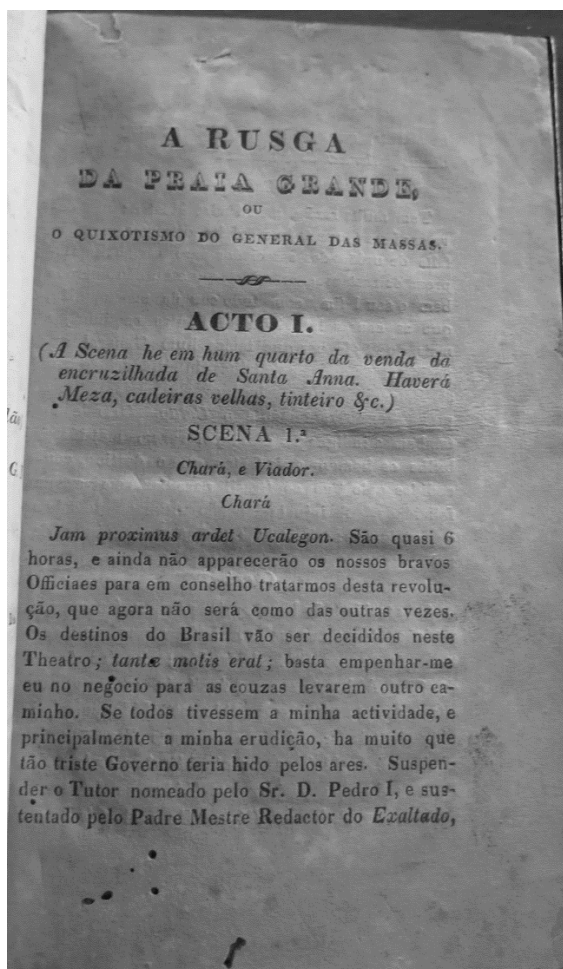
---

<sup>536</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016, p. 45 e 218.

<sup>537</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinências e possibilidades. Porto Alegre: PUCRS, *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun. 2002, p. 188.

<sup>538</sup> Atual Rua da Assembleia, que fica entre a antiga ALERJ e o Paço Imperial.

**Figura 5:** primeira página da peça *Rusga da Praia Grande*.



**Fonte:** Biblioteca Mindlin, acervo geral n. 002352549, 1835.

Feijó Bitencourt<sup>539</sup> aponta que a peça teria sido escrita por Januário em Londres, quando este ainda estava no exílio, sendo publicada em 1834. Já Wilson Martins afirma que o cônego, sempre polido e sério, “[...] abandona por um momento a sua sisudez e escreve *A Rusga da Praia grande, ou o Quixotismo do General das Massas*” com objetivo de criticar a intensa e promíscua vida amorosa que padre Marcelino levava em Praia Grande<sup>540</sup>. Também Tatiane de Oliveira<sup>541</sup>, ao produzir uma monografia sobre Abreu e Lima, ao resgatar a memória do general de Santander e a sua construção como um personagem de ficção, foca na cunhagem do apelido *General das Massas*, dado a ele por Januário. Ela afirma que a peça teatral foi produzida pelo cônego com o objetivo de celebrar a vitória do governo do Recife sobre os Cabanos de Panelas

<sup>539</sup> BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.p. 184-185.

<sup>540</sup> MARTINS, Yaísa de Arruda. *Biografia e história nos escritos de Januário da Cunha Barbosa (1780- 1846)*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. p. 195.

<sup>541</sup> OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa de. *Abreu e Lima: um herói entre a história e a ficção*. 2015. Monografia (Graduação em História), UFPE, Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015, p. 21.



e Jacuípe e ridicularizar a imagem de Abreu e Lima, equiparando-o ao anti-herói construído por Cervantes.

Nossa pesquisa, no entanto, nos leva a discordar dos trabalhos supracitados. Os jornais utilizados como fontes auxiliares para nossa pesquisa mostram que a peça foi escrita após os episódios ocorridos em Praia Grande, em fevereiro de 1834, e tinha por objetivo ridicularizar Marcelino e Abreu e Lima, bem como todos os demais adversários políticos do cônego que estavam envolvidos naquela tentativa de sedição em Niterói. O jornal *A Verdade*, por exemplo, ao responder uma crítica feita à peça do cônego, afirma que a obra levava ao palco as cenas que foram apresentadas em Praia Grande, como já sabia todo o Rio de Janeiro e que o autor da peça não fez mais do que “[...] redigir as notas já publicadas em officios, depoimentos, cartas ao Lulé, Exaltados”<sup>542</sup>. Da mesma forma que as comparações de Abreu e Lima a Dom Quixote e a nomeação de padre Marcelino como General do Recôncavo já apareciam em matérias publicadas no *Aurora Fluminense*<sup>543</sup>.

Tal qual nos diz Pierre Bourdieu<sup>544</sup>, a honra do homem político é muito vulnerável a escândalos e críticas, pois, como homem público, tudo o que ameaça o seu capital simbólico pode destruir a reputação construída. Diante disso, ao colocar Marcelino e Abreu e Lima como líderes iludidos e despreparados, dignos de chacota e ironia, buscava-se a reprovação deles pela opinião pública e, por consequência, a repulsa a todo o grupo de exaltados e caramurus.

O próprio epíteto *General das Massas* não é novidade na peça de Januário, mas surge pela primeira vez no jornal *O Sete d’Abril*<sup>545</sup>, em março de 1833, quando é publicada uma resposta a Abreu e Lima sobre uma carta criticando Evaristo da Veiga, publicada anteriormente pelo general. Ainda em 1833, o jornal *Diario de Pernambuco*<sup>546</sup> publicou uma correspondência de Joaquim José da Fonseca Capibaribe, na qual repreende o *General das Massas* de ser um salteador, líder da revolta que ocorria em Pannels e um caramuru restaurador convicto. No mês de novembro do mesmo ano, o jornal *Cabruto*<sup>547</sup> publica uma lista de possíveis restauradores, dentre os quais surge novamente o *General das Massas*.

Por fim, no mesmo ano, o *Aurora Fluminense*<sup>548</sup>, em um artigo que rechaça os militares restauradores de alta patente, publica trechos de uma carta que Abreu e Lima havia escrito a

<sup>542</sup> *A Verdade*. Rio de Janeiro, n. 300, p. 4, 26 abril 1834.

<sup>543</sup> *Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n. 883, p. 3776-77, 5 mar. 1834.

<sup>544</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 188-189.

<sup>545</sup> *Sete d’Abril*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 4, 7 mar. 1833.

<sup>546</sup> *Diario de Pernambuco*, n. 174, p. 97, 13 ago. 1833.

<sup>547</sup> *Cabruto*, Rio de Janeiro, n.1, p. 5, 7 nov. 1833.

<sup>548</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 845, p. 3448-49, 25 nov. 1833.

João Primo, que foi um comerciante de escravos e uma das lideranças dos movimentos revoltosos federalistas que ocorreram na Bahia entre os anos de 1831 e 1833<sup>549</sup>. Nas cartas, Abreu e Lima se diz líder de um grande partido, com braço militar, que está reunido no Rio de Janeiro, mas possui ramificações em todo o Brasil e que não temia os moderados, tendo em vista que o medo que eles tinham do general era maior do que a sua força de combate, caso contrário, já o teriam assassinado. O texto segue repleto de críticas ao general agitador e mentiroso, chegando a compará-lo com Tiradentes. Como o próprio jornal afirma, Abreu e Lima já era conhecido como General das Massas no Rio de Janeiro antes dos acontecimentos. Ao analisar o *Padre-Mestre Chará*, é importante destacar que, por mais que Marcelino tivesse mulheres e filhos e sua vida fosse de conhecimento de muitos, esse assunto não é abordado de forma central no texto. A narrativa é estruturada de maneira a construir um imaginário, que tem como base os depoimentos colhidos dos participantes presos, sobre os dias que antecederam a investida das tropas do governo e o desbaratamento dos revoltosos. O próprio termo *Padre-Mestre* já era usado para se referir ao padre exaltado e professor desde que ele começou a atuar na imprensa em 1823. O termo *Chará*, hoje com a grafia Xará, é proveniente da expressão tupi-guarani *sa rara*, derivado de *se rera*, que significa “aquele que tem meu nome”<sup>550</sup>, e foi empregado no texto substituindo o termo companheiro, considerando que Marcelino também era um general e líder do exército revoltoso. Januário utilizou-se do apelido jocoso para satirizar ainda mais o personagem.

Além do *General das Massas* e do *Padre-Mestre Chará*, a peça é composta por outros personagens que, por sua função e sua condição social, são críticas aos grupos políticos e populares que participavam dos diversos movimentos de *povo e tropa* que ocorriam no período e aos próprios líderes que se envolveram com a “ralé” da sociedade. O personagem *Viador* é uma caricatura de José Justiniano, dono da fazenda *Pehiba*, a qual serviu de quartel aos revoltosos; o personagem *Solidonio* provavelmente refere-se ao Major José Antonio Pereira do Solidonio, que havia ajudado na composição do *Protesto da Tropa a sua Majestade* (1831) e também esteve envolvido em revoltas militares exaltadas; bem como o Capitão Telesforo Simeão Pereira do Lago, envolvido na sedição da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras

---

<sup>549</sup> ARAS, Lina Maria Brandão de. As ideias Federalistas na Bahia Oitocentista. Sociedade, escravidão e política. In: XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH, julho 2011, p. 10.

<sup>550</sup> Dicionário ilustrado tupi-guarani on-line. Disponível em: <<https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/xara/>>. Acesso em 01 de março de 2022.

(1832)<sup>551</sup>. Ainda há a Taberneira, o Rancheiro, o Carpinteiro e os Soldados Estrangeiros, que com suas falas em linguagem oralizada e com sotaque, fazem alusão ao lugar social a que pertencem e servem como estímulo ao humor da encenação.

Levando em consideração que, no mesmo momento em que ocorria a sedição de Praia Grande, também ocorria a Cabanagem de Pernambuco, em Panelas e Jacuípe, e que ambas tinham o envolvimento de Abreu e Lima, é dado destaque ao personagem *Barreto*, que representa Francisco Paes Barreto (1779-1848), também conhecido como Marquês do Recife. Ele esteve envolvido na Revolução Pernambucana (1817) – da qual também fez parte do capixaba Domingos Martins –, na Confederação do Equador (1824) e, sendo um caramuru convicto, mesmo morando no Rio de Janeiro, foi associado ao movimento liderado por Luiz Roma, irmão do Abreu e Lima<sup>552</sup>.

**Quadro 3: Lista de personagens da peça *Rusga da Praia Grande***

Personagem	Referência
Padre-mestre Chará	Padre Marcelino
General das Massas	Abreu e Lima
Viador	José Justiniano
Solidonio	Major José Antonio Pereira do Solidonio
Telesforo	Capitão Telesforo Simeão Pereira do Lago
Barreto	Francisco Paes Barreto
Taberneira (Maria Caxuxa)	Comerciante portuguesa
3 Soldados	Os estrangeiros
1 Soldado	Interesseiros que participaram pelo dinheiro
Rancheiro	Um brasileiro pobre
Carpinteiro	Não gosta de rusgas, é um moderado
2 pretos	Os escravos do padre Marcelino
Nunes dos Reis	Emissário dos rusguentos

**Fonte:** CUNHA, Januário Barbosa da. *A Rusga da Praia Grande ou Quixotismo geral das Massas*. Rio de Janeiro: Typographia de Tomaz B. Hunt, 1834.

O enredo da peça se passa na Vila de Praia Grande, tendo o Ato 1 o quarto de uma taberna como cenário principal. Ali, o padre *Chará* e o *General das Massas* presidem uma reunião de seu conselho de guerra, junto ao *Viador* e outros militares de seu exército. Neste primeiro ato, já fica evidente uma característica que está presente em todo o texto: a maioria das falas do

<sup>551</sup> Os jornais moderados citam os nomes dos dois militares por diversas vezes, durante os anos da Regência. Não foi possível encontrar informações biográficas sobre ambos. Ver: *Cabrito*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 6, 20 nov. 1833.

<sup>552</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario Biographico de pernambucanos célebres*. Recife: Typographia Universal, 1882, p. 352-358.

personagem *Chará* começam e terminam com expressões em latim, sendo demasiada extensas, repletas de proselitismo. Era uma crítica à forma de escrita do padre, que sempre esteve marcada por textos longos, impregnada de muitos termos políticos e filosóficos, bem como recheado de expressões em latim. O próprio personagem afirma que, se todos tivessem a sua erudição, os caramurus não teriam sido eliminados. Tais idiossincrasias podem ser observadas na fala do *Chará*, na cena 1 do Ato 1. Ao dialogar com o *Viador*, que está preocupado com o atraso dos oficiais para a reunião, o *Padre-Mestre* afirma:

*Omnia tempus habent*, todas as cousas tem seu tem próprio. Hoje devemos mais obrar do que meditar; e he esse o motivo por que já me não cheira a demora dos Officiaes convocados. Por isso mesmo que o partido restaurador na Cidade ficou gelado, he que nós, da qui, lhe devemos infundir calor e alma com a nossa resolução gloriosa. Eu conheço o espirito da gente Caramuru, elles se arriscão em tendo confiança nos seos Chefes; e sabendo que e exercito do Reconcavo me tem á sua testa *dux femina facti*: e que he também commandado por hum *Abreu Lima* [...] Roma, nos bellos dias do reinado de Julio Cezar, nunca vio hum Estado Maior, que se lhe assemelhasse em arreganho militar.<sup>553</sup>

Além disso, nos diálogos em que há discursos do *General das Massas*, este se autorretrata como um comandante bem-preparado, corajoso, intimidador e invencível. No mesmo ato, na cena 2, quando há a primeira aparição e o primeiro discurso do *General das Massas*, a autopromoção jocosa do personagem é totalmente evidenciada. O personagem aparece vestido de forma extremamente elegante, e efetua um discurso, no qual justifica a sua enfermidade na mandíbula e se mostra como o mais preparado para guiar o exército que reconduzirá José Bonifácio à tutoria de Pedro II:

Eis-me agora determinado á mostrar, por feitos estrondosos, que soi o homem escolhido pelas Potencias, e relacionado com a Duqueza de Bragança, capaz de dar com a Regencia em terra, com os Ministros na cadeira e com toda a Chimangada na lama. O pouco caso, que fizerão dos meus talentos, experimentados em Carabobo, Portocabello, e em outros lugares [...] Agora que me acho com o hydrocelle furado, e já estabelecido da mandibula, quero fazer-lhes sentir esse grande defeito, e dirigir aqui huma revolução de novo plano. Hei volto ás minhas predilectas ideas, e voi á instalar o systema dos Cabanos, que em Jacuibe tem feito prodigios em favor da restauração [...]

Outra particularidade da obra é salientada pelas primeiras falas da peça, que já apresentam o objetivo que o *exército do recôncavo* possuía: restituir José Bonifácio na função de tutor e expulsar os moderados do poder. Junto ao objetivo, os primeiros diálogos também expõem o cenário político-revoltoso em que a Regência se encontrava. De forma especial, dão atenção

---

<sup>553</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. *A Rusga da Praia Grande ou Quixotismo geral das Massas*. Rio de Janeiro: Typographia de Tomaz B. Hunt, 1834, p. 6. As expressões em latim significam: (*Omnia tempus habent*) há um tempo para tudo; (*dux femina facti*) mulher autora da conquista – a expressão presente na Eneida de Virgílio, que faz referência à fundação de Cartago pela lendária rainha Dido. A referência é utilizada em uma ideia de que, ao invadirem a Quinta da Boa Vista, um novo país seria fundado, mais forte e mais belo do que o império de Júlio César.

aos Cabanos de Pernambuco (que ocorria em Panelas e Jacuípe) e à forma como a destituição de Bonifácio acabou por enfraquecer e dispersar os caramurus. Em outras partes da obra, é possível encontrar referências a outras revoltas de *povo e tropa* que assolavam o país naquele momento.

As forças descritas como um exército pelo *General das Massas* são apresentadas pelo padre *Chará* como sendo compostas por 30 estrangeiros “[...] que andarão vadios na Cidade, lazarus de feridas, e que pertencerão aos Batalhões de forasteiros”; por 25 jovens andradistas “[...] travessos, e ardilosos como cem, tudo gente de pegar, alistados nos Botequins e nas cazas de jogo”; por alguns agregados e escravos do *Viador* e por gente da “laia” do padre, “[...] victimas da tirania do bárbaro *Feijó*, que os fez trabalhar á força com offença dos direitos do Cidadão”<sup>554</sup>.

Neste momento, acontece uma das cenas cômicas da peça. Enquanto o *Chará* apresenta as tropas, ele desfila sozinho em frente ao general, batendo continência. Ao terminar de apresentar os números, grita *Dixi*, uma expressão em latim que significa que aquilo que fazemos na vida ecoa na eternidade e explica: “[...] He assim que os Gregos passavão em revista os seus numerosos soldados diante dos muros da Africana Troia!”. Diante do número reduzido da tropa, o General das Massas busca tranquilizar os demais participantes da reunião dizendo: “[...] bem, estou inteirado das forças disponíveis; e as massas virão á nós logo que lhes chegue a notícia de meus primeiros feitos. A fama de meu nome as attrahirá; e ellas verão que se não enganhão, porque saberei leva-las á victoria”<sup>555</sup>.

Seguem, a este diálogo, questionamentos sobre o caixa da revolta. O *Viador* informa que o dinheiro que fora recolhido estava de posse do *Japiassú*, que havia sumido há alguns dias, levando consigo a soma em dinheiro. Cândido Ladislau Japiassú de Figueiredo e Mello (1799-1861) foi um médico, maçom, político e advogado brasileiro muito próximo a Dom Pedro I e a José Bonifácio, sendo, inclusive, o advogado deste último. Ele foi acusado de assassinar o jornalista Líbero Badaró (1798-1830) a mando do imperador. Mesmo absolvido, não conseguiu se desvencilhar do fato, que era lembrado diversas vezes nos jornais moderados que o atacavam por ser um caramuru próximo a Bonifácio.<sup>556</sup> Na peça, ele não é um personagem, mas é citado como desertor e ladrão. Na fala do *Chará*:

*Japiassú* desertou das nossas fileiras cobardemente, e desertou com a Caixa Militar, [...] He preciso para exemplo que seja punido militarmente, logo que apareça, o que sem duvida acontecerá, conseguida a victoria, por que elle he dos que querem os frutos

<sup>554</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 10-11.

<sup>555</sup> op. cit.

<sup>556</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 33-34.

della sem se expor nos perigos da façanha, que tão denodadamente empreendemos. Advogado trapalhão apenas tem servido para algumas ruins defezas á gente da nossa Tropa; e agora vemos que se pagou com mão bem larga do seu trabalho<sup>557</sup>.

Em meio à cena, a Taberneira começa a tocar gaita-de-foles, o que faz com que os participantes da reunião se assustem e busquem se esconder. O padre vai ver o que acontece e o general continua com a reunião, afirmando que os demais líderes não precisavam temer a falta de dinheiro, pois assim que começasse a revolta, eles usariam as caldeiras e caldeirões dos engenhos para produzir moedas de cobre e uma máquina de cunhar balas e moedas que estava no quartel localizado na fazenda *Pehiba*. Os saques às casas dos ricos moderados da região, que seriam organizados pelo padre-mestre, proveriam a metal necessário para a manufatura dos artefatos bélicos.<sup>558</sup>

Em outro devaneio sobre o tamanho do exército que possuía, o General das Massas perguntou aos presentes sobre a quantidade de peças de artilharia que possuíam para o combate. Sendo interrompido pelo *Viador*, este responde que não há nenhuma peça de artilharia, mas poucas armas e pouca munição disponível. É quando chega o *Solidonio*, informando que há uma movimentação militar diferente no centro da Vila de Praia Grande e que corria um comentário de que, naquela noite, iria aportar na vila uma fragata com guardas armados vindos do Rio de Janeiro.<sup>559</sup>

Após uma breve saudação para que se organizasse a resistência e a tomada das peças de artilharia da fragata – que ele acredita ser a *Paraguassú*, o *General das Massas* inicia mais um discurso de incentivo, fora da realidade. Em sua fala, ele diz não temer essa guarda de chimangos, pois ele somente com seu prestígio os faria beijar o pó do chão. Além disso, após ele fazer um apelo ao povo, irá “[...] encher-se esta venda de Cidadãos de todas as classes, será aqui que reunidos esses comícios, decidirei a queda do Governo [...] e vereis então em dia mais brilhante que esse 7 de abril”. O discurso é encerrado aos gritos de “viva o vencedor de Carabobo”<sup>560</sup>.

A cena segue com a partida de *Solidonio* que, morrendo de medo do que pode acontecer, justifica sua ida como uma ação de espionagem, para manter o grupo informado sobre as movimentações que ocorriam na Vila. O *Chará* aproveita o momento para reclamar o título de “general do exército do recôncavo”, alcunha pela qual já era bastante conhecido. Também pede

<sup>557</sup> BARBOSA, A *Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 12.

<sup>558</sup> op. cit., p. 13.

<sup>559</sup> op. cit., p. 17.

<sup>560</sup> BARBOSA, A *Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 18.

participação nos espólios de guerra, pois ele só havia acumulado dívidas e prejuízos após se alinhar aos Andradas. Ele havia perdido uma padaria que montara em sua casa, seu jornal não dava lucro (tendo em vista que só era lido se dado de graça mesmo entre os exaltados). Logo, ele devia receber o cargo de general e um soldo condizente para pagar suas dívidas com os tipógrafos e não acabar na cadeia<sup>561</sup>.

O *Viador*, ao pedir a palavra, diz não concordar com o título e com o soldo do padre, pois este era muito entendido de latim, mas nada sabia sobre guerra. Além do mais, era sua fazenda e seus escravos que estavam servindo aos interesses da revolução. E, como, havia participado da Guarda de Honra do Imperador D. Pedro I, ele sim era o mais apto à função de liderar o movimento. O padre pediu a palavra para responder, mas foi impedido pelo *General das Massas*, o que o deixou furioso, mordendo os lábios e reclamando em latim. A fim de terminar com a disputa por cargos, dentre as demais nomeações ali realizadas, o *Viador* é nomeado General de Cavalaria, e o padre-mestre mantém o seu título de General do Recôncavo, tendo a função de inspecionar todo o material que iria compor a bagagem do exército<sup>562</sup>.

As cenas 6 a 9 retratam a confirmação da chegada das tropas legalistas à Vila de Praia Grande. A taberneira bate com muita força na porta do quarto onde estão reunidos os líderes revoltos, informando que o “caldo entornou”, pois seu marido chegou comunicando que haviam prendido o Cunha com feixes de espingardas e chegavam Guardas Nacionais de todos os lugares ao centro da Vila. O *General das Massas* – nesta cena chamado de Abreu e Lima – se assusta com a entrada da mulher e com a notícia, exclamando: “[...] Alma de meu Pai! O corpo se me arrepia todo!”. Porém, ao ver que os outros o observavam, tentou esconder o seu medo, praguejando a forma como a mulher entrou na sala. Para reafirmar sua coragem frente aos seus, tomou a frente da porta e disse: “[...] me preparava, encolhendo-se, á dar um salto de tigre sobre o primeiro, que nos accomettesse. Deste golpe, em que sou Mestre, feriria de estupor a caterva de Chimangos, que ousasse á devassar o nosso Conselho”<sup>563</sup>.

O padre-mestre, que também estava a tremer de medo, buscou justificar sua atitude ao dizer: “[...] Eu também não estremei de medo porque o não conheço, tremi de raiva, *indignetione commotus*<sup>564</sup> vendo descóco dessa mulher em vir interromper-nos com tão incrível notícia”. Nessa hora, entra novamente o *Solidonio*, afirmando que haviam prendido o *Cunha*<sup>565</sup> com 9

<sup>561</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 19-20.

<sup>562</sup> op. cit., p. 21-22.

<sup>563</sup> op. cit., p. 23.

<sup>564</sup> Expressão significa indignado

<sup>565</sup> Personagem não aparece na peça. Refere-se ao Coletor Geral, sobrinho do Padre Marcelino.

feixes de armas, o cavalo do padre e seu escravo, que já havia confessado o lugar onde se encontrava o quartel general deles. Logo, ou eles fugiam, ou em menos de uma hora estariam todos presos. O *General*, tentando manter a ordem, diz para todos irem ao quartel da *Pehiba*, pois de lá preparariam resistência e contra-ataque. Porém, virando-se para a plateia, afirmaria: “[...] Caramba! que tal era a brincadeira! Safa, que hião dar comigo na cadêa”. Neste momento, a *Taberneira* entra correndo na sala, afirmando que eles precisam fugir rapidamente, pois já é possível escutar o pelotão marchando em direção à taberna. Todos os participantes começam a correr em direção a porta, trombando uns nos outros, querendo ser o primeiro a sair. E assim se encerra o primeiro ato<sup>566</sup>.

Januário, já no início de sua peça, apresenta importantes críticas aos adversários políticos. Para além das relações próximas com pessoas estrangeiras, pobres e ignorantes, o cenário chama a atenção. Partindo da premissa de Alison Oddey e Christine White, que apontam o espaço cênico como um lugar no qual reflete a identidade cultural da plateia<sup>567</sup>, é importante destacar a escolha de um quarto de taberna como espaço. O lugar não é citado em nenhum dos depoimentos colhidos entre os presos nas operações contra a revolta, mas era nas tabernas pobres, distantes e próximas aos portos que se encontrava aqueles considerados a escória da sociedade. Também havia muitos comentários sobre o gosto do ex-imperador em frequentar estes ambientes. As tabernas eram também tidas como lugares perigosos, onde se tramavam crimes e conspirações. Por isso, ao colocar a revolta sendo organizada em um ambiente tão insalubre, Januário buscava apresentar ao público a procedência dos homens que atentavam contra o governo e a ordem.

O Ato 2, composto por 8 cenas, começa em um cenário que representa a ponte que passa sobre o Rio Passarinho e que leva até a *Pehiba*. O padre-mestre surge vestido de sobrecasaca, chapéu de palha, patrona, duas pistolas e uma espada. Ao chegar à ponte, encontra dois soldados estrangeiros, esfarrapados, que fazem a guarda do lugar. Após serem saudados pelo padre, começam a reclamar por ainda não terem recebido o soldo, alimentação e cigarros. O padre tenta tranquilizá-los, reiterando que, assim que chegasse o general, eles iriam receber o soldo e a alimentação, mas os soldados não confiam. O padre diz que eles poderão ficar com o espólio de guerra após a tomada de Praia Grande, mas eles afirmam que de barriga vazia não irão lutar. Ao serem indagados mais uma vez pelo padre, um dos soldados diz: “[...] ora vai dizer Missa,

---

<sup>566</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 24-25.

<sup>567</sup> ODDEY, Alison; WHITE, Christine. As potencialidades dos espaços. In: PAVIS, Patrice. *A análise dos espetáculos*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 145.



sô Padre! Você não entender disso: ou paga o que promete, ou vai na Cidade pedir minha esmolla”<sup>568</sup>.

O *Rancheiro* questiona o padre sobre o que dar de comer aos pobres combatentes, pois ainda não tinha sido informado sobre as quantidades e a localização dos víveres. O padre o responde aludindo para o fato de que a comida e a bebida seriam garantidas pelo embargo das vendas e das casas que estariam sitiadas ao fim daquele dia de luta e de glória. O *Rancheiro* adverte sobre a possibilidade de não terem sucesso na empreitada, e o padre retruca assegurando que, sob a liderança de Abreu e Lima, fazendo tal qual fora feito em Panelas e Jacuípe, o sucesso estava garantido. As dificuldades que enfrentavam fariam com que o triunfo fosse ainda maior<sup>569</sup>.

A cena 4 compõe a parte da peça que possui um tom moralizante, com uma clara mensagem contra as sedições que ocorriam contra o governo Brasil afora. O *Carpinteiro* chega até o padre-mestre e o indaga sobre o que de fato eles estão buscando fazer, pois ele havia sido contratado pelo *Cunha* para trabalhar de carpinteiro em um sítio da Praia Grande, e não para ser rusguento.

Lemos em seu diálogo:

Eu sempre fugi de rusgas, porque sei no que ellas dão, e não quero servir de peteca á quem por meio delas procura arranjar os seus negocios. Como querem os Snrs. agora, que me arme, e vá matar os meus patricios, que nenhum mal me fizeram? Padre Mestre, eu reclamo os ajustes, que fiz com o Sr. *Cunha*. Não sou vadio, quero retirar-me, porque não me faz conta a vida de rusguento<sup>570</sup>.

É interessante perceber que a própria grafia da forma de falar do carpinteiro se difere da dos outros personagens. Não há gírias, abreviações ou algo que faça com que ela fique engraçada. Ao contrário, essa fala respeita a norma culta da língua, uma crítica aos exaltados e caramurus que, na visão da peça de Januário, eram formados por vadios, estrangeiros interesseiros e esfarrapados.

A resposta do padre é o oposto da fala do carpinteiro. Por mais que a fala do *Chará*, bem como a do *General das Massas*, não tenha muitos vícios de linguagem ou erros de pronúncia, elas representam o pensamento contrário ao do *Carpinteiro* moderado. Após escutar a reclamação do Carpinteiro, o padre-mestre o interpela perguntando se está louco por querer abandonar a revolta. Questiona se ele não compreende que a destituição do Tutor provou que os déspotas e inimigos eram aqueles que estavam no governo. Por fim, pergunta se ele é verdadeiramente brasileiro ou um covarde. O *Carpinteiro* responde que é, sim, brasileiro, e é por isso mesmo quer ver o país progredindo com ordem e empregos, não com revoltas e badernas. O padre mais

<sup>568</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 26-28.

<sup>569</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. op. cit., p. 28-29.

<sup>570</sup> op. cit., p. 30

uma vez tenta dissuadi-lo de sua decisão de abandonar o movimento, afirmando que toda a crise por qual passava o país era fruto da incompetência dos regentes e da perseguição que foi empregada contra José Bonifácio. O carpinteiro diz não concordar com o padre, o cumprimenta e vai embora<sup>571</sup>.

Enquanto o carpinteiro sai de cena, os soldados que estão de guarda na ponte gritam “armas”. O grito faz o padre se assustar. Ele tenta tirar a espada da bainha, mas não consegue. Quando os soldados olham para ele e começam a rir, ele exclama: “*Qui gladio percusserit, gladio perebit*”<sup>572</sup>. Chegam até a ponte dois pretos esfarrapados, puxando uma carroça toda quebrada que contém uma pipeta de cachaça. Logo atrás aparece o *Viador*, vestido com a farda da Guarda de Honra de Pedro I, acompanhado por 4 soldados esfarrapados e com lanças nas mãos. Assim que a tropa chega, o padre ainda está com medo e atrapalhado com a espada e dá voz às tropas de forma trocada. Isso faz os soldados rirem e comentarem: “[...] Quem metter esse Padre Mestre naquilho que elle não entender? Elle pensa com seu latim que sabe tudo, estar hum pedace d’asno”<sup>573</sup>.

O *Viador* os interrompe e começa a dizer que este era o dia em que eles iriam destruir a Regência, restituir o Tutor e começar um novo governo, sob a liderança de Abreu e Lima. Sabendo que os soldados estavam cobrando alimentação e soldo, ele afirma:

Soldados, bravos defensores das Liberdades Brasileiras, o nosso General em Chefe, o Heróe de Carabobo e de Portocabelo, o vendedor de cem batalhas, o enérgico diretor das massas, já restabelecido do seu Tico doloroso, faz-se a vossa bravura. Atraz virão os cofres para o pontual pagamento de todos os vossos soldos<sup>574</sup>.

Sua fala foi interrompida com gritos de “Viva ao General” e de “Viva a Cachaça”. Vendo isso, o *Viador* então convida aos combatentes a beberem, para se prepararem para a luta. Enquanto eles bebem, o *Viador* e o *Chará* realizam um diálogo no qual o padre agradece pela chegada da cachaça, pela promessa de soldo e pergunta sobre o *General das Massas*. O *Viador* responde dizendo que o general havia afirmado que, tal como fizera Bolívar em suas batalhas, ele não iria à frente das tropas, mas chegaria depois, como uma surpresa. Isso iria desestabilizar as tropas e garantir a vitória. Neste momento, aparece a taberneira correndo, dizendo que os guardas prenderam o seu marido e tomado a sua taberna. Após se recuperar do susto da gritaria e correria com chegou a taberneira, o *Viador* a promete que, ainda naquele dia, o seu marido seria libertado, ela reaveria a sua taberna e ainda seria indenizada pelas perdas. Ao fim, mandou

<sup>571</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 31-33

<sup>572</sup> Quem ferir com a espada pela espada perecerá.

<sup>573</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 34.

<sup>574</sup> op. cit.

que ela fosse à *Pehiba* para cozinhar para as tropas. O *Carpinteiro*, que estava escondido em um canto a escutar tudo, se ofereceu para ir com ela, o que foi autorizado pelo padre. Eles então deram os braços e saíram cantando:

Você, meu Phócas, não pode Ser General da Canalha; / Eu sim, que sei dar batalha E em cem Campos triumphar. / *Não ha de cazar.* / Onde enterra os seus defunctos? Meu colega, esses arrotos, / Só impõem á vis marotos Que nos querem restaurar. / *Eu hei de cazar.* / Coitado do aventureiro! Embute tanta façanha, / E não pôde em terra estranha / Sustentar a Bolivar. / *Não ha de cazar*<sup>575</sup>.

A sétima cena tem início com uma encenação cômica, sem diálogos. Vendo que se aproxima um grupo armado, os soldados que estão em sentinela gritam “armas!”. Toca-se uma corneta de forma desafinada, e então entram em cena, fazendo uma procissão fúnebre, *Solidonio*, vestido de preto, com várias plumas presas ao seu chapéu, uma espada na bainha de latão, que estará presa por um cinto azul claro; *Telesforo*, que usa uma farda de arqueiro antigo, peruca crespa, botas de tropeiro, um barrete com penas azuis e brancas; *Barreto*, vestido com o uniforme da antiga Cavalaria de Milicias, com capa preta de modelo escocês dobrada em um dos braços. O *General das Massas* entraria por último, vestido com uma pantalonada amarela, um fardão com muitas medalhas, grandes barbas postiças, um chapéu com a aba inclinada para baixo, na qual teria um esplendor de penas coloridas. Ele portaria luvas brancas, uma antiga espada de toureiro e uma grande lança, que teria fitas coloridas amarradas.

Feita esta cômica entrada, o *General das Massas* inicia um discurso de incentivo às tropas, que termina em autopromoção. Tal como Don Quixote na obra de Cervantes, o general não consegue perceber a realidade que está bem na frente dos seus olhos, criando um imaginário apoteótico sobre aquela tropa composta de oficiais despreparados e de bêbados esfarrapados. Assim, ele procede saudando seus bravos combatentes, dizendo que eles não devem nada temer, pois:

Este es o Sol de Carabobo; hoje elle não tocará o seu ocaso, sem que veja por nós desafrentada a injuria feita pelo Governo ao maior homem do Brasil, antes que Abreu Lima fosse conhecido. aquelle sabio escolhido pelo fundador do Imperio para velar sobre a tutela de seu Filho. Saberião já os Chimangos que o heróe de Portocabelo está á cabeça do partido da restauração? Tengo huma reputacion bem fundada de hum á outro extremo d’America. Meu nome só faz gelar de terror os Regentes; sua audacia nascia do retrete, que eu tinha buscado. Os Ministros adoecem de estupor á ouvir falar de Abreu Lima. Ainda espero que á primeira noticia de que soia cá desertem das fileiras inimigas todos esses desgraçados, em quem o Governo firmou sua esperanza<sup>576</sup>.

<sup>575</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 38-39.

<sup>576</sup> op. cit., p. 40.

Seu discurso é encerrado aos gritos de “viva ao general”, puxados pelo *Chará* e acompanhados por todos os demais. Neste momento de vivas, o *Chará*, ao tentar retirar sua espada para empunha-la para o alto, acaba por derrubar o chapéu. Quando abaixa para pegar o chapéu, cai para frente dando uma cambalhota e parando deitado aos pés do general, o que gera risos e chacotas de toda a tropa. Após a recomposição do *Chará*, o *General das Massas* dá ordem para que eles marchem até a *Pehiba* e o grupo bêbados inicia a marcha, tropeçando uns nos outros<sup>577</sup>.

A cena 8 inicia-se com a chegada do emissário *Nunes dos Reis*, portando a resposta do juiz de paz da Vila de Praia Grande à carta com a oferta de rendição sem combates que o *General* o havia enviado. O emissário começa a leitura, relatando que o juiz de paz quase o bateu e prendeu quando leu aquela carta, e disse que se o general e seu grupo fossem até a Vila, ele mesmo faria questão de bater no general no meio da praça. O *General* faz cara de muito assustado, e vai se encolhendo devagar, enquanto escuta ao emissário. Ao fim, ele chama do juiz de paz de traidor e promete que ele será o primeiro a ser executado após a tomada da vila<sup>578</sup>.

*Nunes dos Reis* aproveita a oportunidade para dizer que tropas vindas de diversos lugares, como São Gonçalo e do Rio de Janeiro, se concentram na praça da Vila, estando prontas para o combate. Essa informação faz com que o *Veador* proponha que o ataque que eles estavam organizando seja abortado e que as tropas se preparem para defender a *Pehiba*, começando uma guerra defensiva. Sua fala é prontamente apoiada pelo *Chará*, que está tremendo e com cara de assustado durante toda a cena. O *General das Massas*, após praguejar mais uma vez, gritando que não iria para cadeia, olha para os oficiais e assevera que não irá mudar os planos, pois tinha certeza que os Guardas Permanentes e qualquer outro inimigo iria depor as armas no momento em que ouvissem seu nome, vissem suas barbas e o brilho de suas medalhas. Assim, dá ordem para que cada general organize a sua coluna e marche sobre a Vila de Praia Grande. Assim que ele recebe seus óculos das mãos de *Telesforo*, ele olha ao longe, entre a plateia e grita: “[...] são 200 Permanentes, que se aproximam e a Caballeria marcha á galope – A’Pihiba, á Pihiba”. E todos saem gritando e atrapalhados. Encerra-se o segundo ato<sup>579</sup>.

Neste segundo ato da peça, tal qual é possível perceber na obra de Cervantes, os dois personagens principais da obra de Januário são retratados como seres que vão perdendo a noção da realidade e acabam acreditando na ilusão que criaram de si mesmos e da situação em que se encontravam. O *General das Massas* não consegue enxergar a realidade de que é impossível

---

<sup>577</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 42.

<sup>578</sup> op. cit., p. 43.

<sup>579</sup> op. cit., p. 44-45.

vencer as tropas legalistas com o pequeno e despreparado grupo que conseguiu arregimentar. O padre-mestre *Chará*, tal qual Sancho Pança, até tem alguma noção da realidade, mas deixa-se levar pelas loucuras do General e, em nenhum momento, desrespeita ou questiona o líder. Essa mesma característica é vista nos demais oficiais, como o *Viador* e o *Telesforo*, que conscientes da incapacidade de suas tropas diante das tropas legalistas, até possuem a coragem de propor algo diferente, mas acabam por acatar as decisões do general.

Examinando a obra de Cervantes, Luís Garcia Soto<sup>580</sup> aponta que Don Quixote é louco e tolo, mas que há lucidez em sua loucura. Também nos mostra que o ideário que guia as viagens do personagem inclui ideias transgressoras a respeito da moral e da política do seu contexto histórico. Da mesma forma age o *General das Massas*. Por mais seja representado como um lunático, há momentos de discernimento dentro dos seus desvarios, que são aproveitados para mostrar o fracasso dos rebeldes e o preparo dos governistas.

Ponderando sobre o personagem Sancho Pança, Luiz Soto<sup>581</sup> aponta que o personagem, mesmo fiel ao seu companheiro, tem a clara intenção de obter autobenefícios a partir da conduta desinteressada do cavaleiro. Tal característica é evidente no personagem do padre-mestre *Chará*, que segue as determinações do general sem questionamentos, mas tem interesses em obter lucros para si após a vitória definitiva, tendo em vista que ele mesmo lamenta só ter amargado prejuízos em sua missão de defender os Andradas.

Por fim, Soto<sup>582</sup> também aponta que, na interpretação de Don Quixote e de Sancho Pança, a justiça é expressão de uma vontade pessoal, por isso há justiça no que eles estão fazendo, mesmo que a prática dessa justiça seja realizada a partir de violência, assassinatos e assaltos. Na peça de Januário, os personagens agem da mesma forma. Para eles, a justiça é a restituição do tutor e a mudança do governo da Regência. Para atingir tais objetivos, é lícito, então, pegar em armas, saquear um vilarejo, implantar o terror e aplicar pena capital aos inimigos e traidores. Apesar disso, tal qual ocorre com a dupla de cavaleiros, a realidade acaba por se impor diante da fantasia e os quiméricos líderes da revolta de Praia Grande, ao verem a tropa que marchavam em sua direção, tiveram o contato com o seu Sansão Carrasco<sup>583</sup>, e acabam por levar um choque da realidade, optando pela fuga.

---

<sup>580</sup> SOTO, Luís Garcia. Dom Quixote, uma aventura crítica (e apologética). *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 55-71, 2017, p. 56.

<sup>581</sup> op. cit., p. 58

<sup>582</sup> op. cit., p. 59-60.

<sup>583</sup> Sansão Carrasco é o cavaleiro que vence o duelo contra Don Quixote em Barcelona, e o aplica como pena pela derrota o retorno para a casa e a proibição de continuar a ser um cavaleiro andante. Ver: CERVANTES,

Outro aspecto que mostra a relação da obra quixotesca com a sátira de Januário é a indumentária utilizada na peça. Um dos depoimentos colhidos entre os participantes da sedição que foram presos afirmava que Abreu e Lima segurava uma lança e tinha barbas postiças, a mesma caracterização que Cervantes deu a Don Quixote. Da mesma forma, o padre-mestre *Chará* foi caracterizado como alguém de menor estatura que o general, que usa um chapéu de abas largas e dobradas e veste um blusão preto. Com o objetivo de ridicularizar ainda mais seus desafetos, Januário incrementa os vestuários, não só dos dois principais, mas também dos demais personagens que ocupam funções oficiais, com penachos e penduricalhos coloridos.

O Ato 3 tem seu início ambientado em um cenário que remete à sala da casa da fazenda *Pehiba*. O local é escuro e degradante, composto por poucos móveis velhos, algumas espingardas, caixotes de munições, pistolas e espadas grosseiras espalhadas pelo palco. As armas do *General das Massas* e suas botas estão encostadas em canto de parede, junto à sua grande lança, na qual as suas barbas postiças estarão amarradas com as fitas. Um fato interessante que marca o terceiro ato é que, no lugar de *General das Massas*, o autor emprega somente o nome Abreu e Lima.

A cena começa com Abreu e Lima fumando e elogiando a retirada das tropas que estavam na ponte do Rio Passarinho para *Pehiba*. Em sua visão, o sucesso da retirada já demonstrava o preparo das tropas para obter sucesso no contra-ataque que seria realizado naquela tarde. *Solidonio* aproxima-se do general e afirma que boa parte da tropa, que estava bêbada, desertou ou foi capturada pelos soldados do governo, e os que ali se encontravam estavam desmotivados e reclamando muito pela falta de alimentação e de pagamento do soldo.

Abreu e Lima adverte *Solidonio*, que deve chamá-lo pelo seu nome de disfarce, *Antonio Gabriel Corrêa da Graça*. Após a exortação, aconselha-o a não se preocupar com os soldados, mas, sim, convocar os que sobraram para entrarem em formação, pois ele iria aparecer em seu uniforme reluzente, com todas as medalhas e armas, e iria animar a todos com uma eloquente proclamação, que estava sendo preparada pelo *Chará*. Após este discurso, as tropas iriam animar-se e, com sede de vingança e vitória, iriam marchar junto ao general. A garantia da vitória era a certeza de que os Guardas Permanentes não teriam coragem de atacar o exército comandado por ele. E que, tamanha seria a vitória, que ela ficaria eternizada nas palavras do “grande redactor do *Exaltado*”. *Solidonio*, ao sair para emitir o comunicado para as tropas, vira-se para a plateia e afirma que ele começaria a pensar no seu plano de fuga, pois a derrota já

estava certa e ele não iria ficar para terminar preso pelas tropas do governo, lideradas pelo temível capitão Castrioto<sup>584</sup>.

As cenas 3 e 4 se dão em um diálogo entre *Solidonio* e o *Rancheiro*. *Solidonio* comunica ao *Rancheiro* que ele deveria preparar a janta da tropa, pois às 07h ela já estaria em marcha para batalha. O *Rancheiro* questiona sobre o que preparar, pois não havia mantimentos na cozinha. *Solidonio* manda que ele converse com o *Viador* e com o *Chará*, que eram responsáveis pelas revistas e pelos insumos, e sai de cena. O *Rancheiro* vira-se para a plateia, fazendo um discurso de clara crítica ao Padre Marcelino:

Nem almoço da gente da Praia Grande, nem o saque da venda para o jantar. Todos fugirão, apenas se disse que ahi vinhão os Permanentes, e berrão com fome. Assim acabão as emprezas do Padre Mestre General do Reconcavo; esta he bem semelhante á da Padaria no fundo do quintal, que lamenta todos os dias; ainda não vi homem de miollos mais leves! Não sei como teve escola, a fama na terra! Mas em fim, sou Andradista, e hei de acompanha-lo sempre<sup>585</sup>.

Assim que termina a fala, entra o *Viador*, pensativo, em cena, e questiona o *Rancheiro* sobre o que seria servido no jantar. A resposta é que não havia nada para servir e que já havia o temor de um motim entre os soldados que restavam. O *Viador*, após praguejar em voz alta que uma desgraça havia caído sobre sua casa, tenta acalmar o *Rancheiro* dizendo que os contratemplos fazem parte da luta, mas que um Andradista não se deixaria abater por isso. Ao contrário, deveria se motivar a continuar a luta, pois ou “[...] o Tutor ha de ser restaurado dentro de 24 horas, ou todos devemos de morrer com gloria em huma batalha campal, que fará celebre a Pihiba, como foi Waterloo”<sup>586</sup>.

O *Rancheiro* até diz acreditar na fala do *Viador*, mas afirma que, com o exército de esfarrapados e cachaceiros que sobrou, o melhor a fazer era fugir antes de ser capturado. O *Viador* o interrompe, pedindo que não desanime. Dá ordem para que vá ao curral e mate um boi velho e doente que lá está, asse a carne e dê aos soldados junto com o resto de cachaça que houver. Assim, animados e saciados, vão ter energia para a luta. O *Rancheiro* vai cumprir a ordem resmungando algumas palavras. Nessa hora, entra a *Taberneira*, que está refugiada em *Pehiba*, e pede para falar com *Viador*. Ela começa perguntando sobre a libertação de seu marido, que fora preso na noite anterior, e sobre como será ressarcida da taberna que havia sido fechada e entregue ao Juiz de Paz. Sendo uma portuguesa, a taberneira pede garantia de proteção, pois

---

<sup>584</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 46-49.

<sup>585</sup> op. cit., p. 51.

<sup>586</sup> Waterloo é um distrito da Bélgica em que aos 18 de junho de 1815 ocorreu a batalha que derrotou Napoleão Bonaparte e seu exército de forma definitiva. op. cit., p. 52.

nem quando os franceses marcharam sobre Lisboa ela teve tanto medo como têm agora, sendo caçada pela Guarda Permanente<sup>587</sup>.

Entram em cena o *Chará* e o *Solidonio*. Ao vê-los, a *Taberneira*, que estava cobrando garantias, começa a zombar do padre. Ela diz que ele é o primeiro culpado, pois acreditou na conversa dele e só levou prejuízo por isso. Ao ser repreendida pelo *Chará*, que diz estar armado, ela retruca dizendo:

Ahi vem que elle com o seu latim! He um poço de sabença este Padre Mestre! [...] benza-te Deus a Bossa Excellencia. Vejão como está esbelto com essa catana! Parece hum Roldão. Olhe só lhe faltão barbas para fazer fugir de medo toda a Chimangada. Então Padre Mestre, quando for pregar á S. Gonçalo ha de subir ao púlpito de catana? Que figurão num ha de ser?<sup>588</sup>.

O padre manda a portuguesa calar a boca e pede que prepare alguma coisa para comer, em troca de uma gorjeta. Seu pedido é confirmado pelo *Viador*, que também diz estar com fome. A *Taberneira* responde como é engraçado as voltas que o mundo dá, mas que ela não era burra. Ela sabia que não seria paga por eles, como já tinha acontecido anteriormente e, como o marido dela não havia saído da prisão, que eles comessem aquilo que ela havia preparado para ele.

A saída da *Taberneira* é sucedida por um diálogo que dá tom à toda cena 9. O *Viador* pergunta ao *Chará* o que ele está achando da situação. O *Chará* responde confiar no *General* e elogia a retirada que as tropas fizeram rumo à *Pehiba*, comparando-a com a retirada do exército de Xenofonte durante a Guerra do Peloponeso. Em breve, da *Pehiba* iria sair o fausto que garantiria a restauração. O *Viador* questiona como isso iria acontecer. Com sua experiência na guarda de honra, junto ao Chalaça e tantos outros, era muito clara a desvantagem que eles tinham frente ao exército inimigo. A única esperança era a liderança de Abreu e Lima, cujo o “[...] nome vale mil homens, e a sua marcial catadura infunde respeito e terror até no baile da Praia Grande”. O padre confirma a fala com louvor, dizendo que o general era como Heitor<sup>589</sup> a lidera-los contra os inimigos<sup>590</sup>.

O *Viador* retruca a fala do padre, dizendo que a retirada que ele louvava, na verdade, teria sido um desastre. Os soldados sentinelas que estavam bêbados acabaram por bagunçar as colunas militares, o que fez com que a moral do exército caísse. Em sua visão, tamanha era a organização do pelotão que, se a Guarda Permanente os tivesse alcançado, todos seriam presos

<sup>587</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 54-56.

<sup>588</sup> op. cit., p. 57.

<sup>589</sup> De acordo com a mitologia grega, Heitor foi um príncipe de Tróia e um grande guerreiro que liderou as tropas da cidade na Guerra de Tróia.

<sup>590</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 59-60.



e a rusga acabaria sem um tiro disparado. O *Chará*, justificando sua opinião no fato de não ser militar, garante que aquela retirada foi um teste feito pelo *General das Massas*, com o objetivo de perceber se o exército estava preparado para retiradas forçadas e se ele era totalmente obediente às orientações de seus comandantes. Este experimento, na visão do padre, era para provar que os soldados estavam preparados para realizar um combate de guerrilha, tal qual faziam os cabanos de Panelas e Jacuípe, sob o comando do *Mano Lulu*, o irmão de Abreu e Lima<sup>591</sup>.

A resposta do *Viador* a esta conjectura criada pelo padre mostra como ele era visto pelos moderados. Da mesma forma que os jornais moderados faziam, ao questionar os artigos escritos pelo padre-mestre, o *Viador* diz ao padre que suas palavras são bem empregadas e que seus discursos são convincentes, mas onde estaria a parte prática em todas essas palavras? Da mesma forma ele questiona até que ponto o *General das Massas* é infalível na batalha, tendo em vista que fora a sua mensagem ao Juiz de Paz de Praia Grande que levou ao pedido de reforços nas forças policiais locais, aumentando o número de inimigos a serem combatidos<sup>592</sup>.

Mais uma vez, o *Chará* recorre a um grande discurso para convencer o *Viador* de sua má interpretação. Começa questionando sua confiança no *General das Massas* e sua vontade de ser rusguento. Continua sua explanação dizendo que avisar ao juiz de paz sobre a rusga fazia parte dos seus planos, pois, assim, criava um terror coletivo no governo. Além disso, eles eram só uma pequena parte do exército restaurador, que também já estava organizado em na Praia Grande, na Lapa, na Cidade nova, no Aljube, nas Fortalezas, na *Paraguassú*, no Campinho e em Itaguaí esperando a ordem de Abreu e Lima para começar uma guerra à moda dos cabanos. Junto a estes, o povo e as massas que eram apaixonadas pelo Tutor e por Abreu e Lima, ao verem o início da revolução, iriam às ruas para somar forças e derrubar o governo. Não havia o que temer, pois toda a comunicação com o Juiz de Paz entre eles havia sido destruída pelo mensageiro e a vitória estava certa. O padre termina sua fala dizendo que, em dois dias, ele poderia retornar à escrita do seu jornal *Exaltado*, para contar os grandes feitos que eles conseguiram e “[...] não haverá mais quem se atreva á chincalhar a eloquência da minha palavra, louvada pelos Srs. Andradas”. O discurso acaba por convencer o *Viador*, que agradece as palavras do padre e diz ter revigorado o seu ânimo para a batalha<sup>593</sup>.

---

<sup>591</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. op. cit., p. 60-61.

<sup>592</sup> op. cit. p. 61.

<sup>593</sup> op. cit., p. 62-63.

Adiante, a cena 10 forma-se com a entrada de *Solidonio*, que surge ao palco com semblante assombrado. Sua fala é antagônica ao diálogo da cena anterior, e vem como um choque de realidade sobre a real situação do *Exército do Recôncavo*. Ele diz que, antes de relatar ao *General das Massas* sobre o que estava ocorrendo, veio falar com os demais oficiais para que eles ficassem vigilantes e ajudassem a organizar a resistência. Ocorria que as forças revolucionárias haviam diminuído consideravelmente, pois aqueles que não haviam sido presos pela manhã, estavam se entregando às forças governamentais devido à fome e à falta de soldo. Outros combatentes, por medo, debandaram e largaram as armas ao se esconderem na mata. Aqueles que ali permaneciam deixavam claro só combater após receber alimentação e o pagamento de todo o soldo atrasado. Xingando os Guardas Permanentes, informou que estes estavam reunidos junto à Guarda Municipal, que acabara de ter o efetivo reforçado pelos guardas de São Gonçalo. Seus apoiadores que permaneceram em Praia Grande já estavam todos presos e as tropas já se organizavam para marchar até a *Pehiba*. Amaldiçoando o governo, diz que “[...] O Governo acordou, e os Chimangos estão dando as cartas, e ameaçando o povo Caramurú, hoje mais do que nunca desanimado”<sup>594</sup>.

Sua saída ao encontro do *General* é acompanhada por um comentário do padre, que diz ser o *Solidonio* sempre porta-voz de notícias ruins. Então, entra o *Carpinteiro* em cena, informando que os soldados se rebelaram e espancaram o *Rancheiro* por não receberem alimento. Continua sua fala aconselhando os rebeldes a se entregarem às forças legalistas e pedirem clemência por sua loucura. Em sua fala, ele acentua: “[...] Eles só querem Constituição, Pedro II, Governo enérgico e justo, prosperidade e segurança pela execução das Leis. De rusgas nada bom se cólhe; e os *Andradas* já estão fora do seu tempo, já não podem fazer nada”<sup>595</sup>.

O padre rapidamente repreende a fala do *Carpinteiro*, garantindo que ele está louco. O *Viador* segue o *Chará*, assegurando que o mandaria fuzilar. O *Carpinteiro* desculpa-se, justificando sua fala anterior com argumento de que eles deviam fugir, pois estavam fora de si por se meterem em uma rebelião sem sentido. Reafirmando que não concordava com o que estava acontecendo, lembrou que só aceitou o trabalho porque foi enganado, assim como todos os outros jovens brasileiros, que já haviam fugido. Ele só permanecia porque tinha ciência de que, se caísse nas mãos dos Guardas Permanentes, ficaria muito tempo preso, até que conseguisse provar a sua inocência<sup>596</sup>.

---

<sup>594</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. op. cit., p. 64.

<sup>595</sup> op. cit., p. 65.

<sup>596</sup> op. cit., p. 66.

Enquanto ocorre a fala do padre, que mais uma vez tenta convencer o *Carpinteiro* de seu erro, entra a *Taberneira*, organiza a mesa e serve o jantar, que é composto por um mingau de algumas bananas. Ela reclama por mais uma vez acreditar nas promessas vazias de um padre mentiroso, tendo que servi-lo mesmo com a certeza de ficar sem a prometida gorjeta. Ela ainda está em cena quando entram alguns soldados bêbados exigindo comida e os soldos atrasados. Eles entram gritando e fazendo bagunça, o que leva o *Chará* a tremer de medo. Eles informam que sem dinheiro e comida não irão combater. O sacerdote anuncia que o pagamento seria no fim do combate, promove os soldados a sargentos e manda matar um porco para eles, além de oferecer um pouco de cachaça. Estes soldados ainda estão em cena, quando outro grupo de soldados entram fazendo as mesmas exigências. O padre consegue convencê-los no discurso e se vangloria de ter uma boa erudição<sup>597</sup>.

*Solidonio* entra em cena e anuncia a entrada do *General das Massas*. Este entra e recua de medo, quando vê os soldados armados dentro da sala. Ainda tremendo, entrega o plano de ataque a *Solidonio* para que ele faça a leitura. Antes, porém, retomando a pose que lhe é própria, realiza um discurso, no qual afirma ter sido visitado em sonho pelo seu avô<sup>598</sup>, que lhe prometeu a vitória, dando-lhe um beijo no queixo. Diz que tudo o que aprendeu com Bolívar fará com que a campanha iniciada seja melhor do que as realizadas por Napoleão. Por fim, garante que, em breve, um novo governo será instituído, com a restauração do tutor, a nomeação de Martim Francisco<sup>599</sup> como Regente e ele como o Ministro da Guerra. Ele é interrompido por gritos de aclamação, que são puxados pelo *Chará*. Termina seu discurso dizendo para não temerem nada, pois, ainda naquela semana, no centro de Praia Grande, seria erguido um monumento feito com os ossos dos Guardas Municipais e dos Permanentes, sobre o qual se ergueria uma estátua dele com o uniforme de combate com o qual se apresentava. Sua estátua seria ladeada pelos crânios dos inimigos, nos quais os nomes dos rusguentos seriam escritos, pelo *Chará*, em latim, sob letras de ouro. Mais gritos de aclamação são dados<sup>600</sup>.

Após *Solidonio* começar a realizar a leitura do plano de guerra, *Telesforo* ajuda Abreu e Lima a se arrumar, entregando-lhe as barbas postiças e as botas. Toca-se uma corneta e grita-se que os Guardas Permanentes estão chegando. Abreu e Lima pula a janela calçando somente uma bota, os demais personagens começam a correr de um lado para o outro, trombando entre si. Todos fogem, menos o *Carpinteiro*, que permanece de pé em um canto, e a *Taberneira* e o

<sup>597</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 66-68.

<sup>598</sup> Francisco Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima.

<sup>599</sup> Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844) era um político, irmão de José Bonifácio de Andrada.

<sup>600</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 69-71.

*Chará*, que se enfiam debaixo da mesa. Entram os guardas em cena e prendem todos os presentes, tendo muita dificuldade de tirar o padre de debaixo da mesa<sup>601</sup>.

O carpinteiro olha para o padre, algemado e tremendo, e diz: “[...] Então, que lhe dizia eu a pouco, Sr. General do Reconcavo! Agora não lhe vale o seu latim!”. A taberneira começa a se justificar para os soldados, dizendo ser uma senhora pobre que só estava a trabalhar. O *Chará* tenta se justificar, dizendo ser somente um sacerdote que ali havia sido chamado. O que é desmentido pela taberneira, que o chama de caluniador. Diz que aquele homem corajoso, que escrevia tão ferozmente no *Exaltado* e prometia glórias aos participantes da rusga, era, entre todos, o mais covarde e embusteiro<sup>602</sup>.

A peça termina com um discurso do Carpinteiro, que louva ao governo e ataca os outros grupos políticos. Ele diz:

Acabou a rusga da Praia Granda; e assim acabarão quantas os ambiciosos emprehederem contra a Patria. Eu obedeço á Autoridade, que me prende; mas terei occasião de provar, que não entrei na pandilha dos que querem fazer fortuna iludindo, intrigando, e compromettendo Brasileiros sem experiencia. Se eu não confiasse na Sabedoria e Justiça do nosso Governo, desgraçado me chamaria; mas vou provar a minha innocencia, e desenganar os meus Patricios com a fiel narração dos factos desta rusga, que os Caramurús são todos huns fanfarrões cobardes e que o nome só de Permanentes os fére de mais terror, do que hum raio. As minhas palavras aproveitarão aos meus bens Patricios, por que elles são sobejas provas de que abominão os Caramurú, não querem Pedro I, não querem Andradas! querem sim Constituição Liberdade, Lei, Pedro II., Governo enérgico, Ministros honrados e Patriotas, e Militares tão votados á Causa da Patria, como são os briosos Municipaes Permanentes<sup>603</sup>.

Este último ato é marcado por maiores críticas ao padre Marcelino e pelas cenas cômicas que buscam confirmar o despreparo dos rusquentos. Luiz Carlos Junqueira Filho<sup>604</sup>, ao analisar Sancho Pança, o retrata como o fiel escudeiro e sombra de seu senhor, mas ele exerce esta função dentro de sua visão de mundo, tendo uma confiança cega em Don Quixote, contudo mostrando ter valores e desejos. Da mesma forma, podemos perceber a figura do padre *Chará* na peça. A todo momento, ele se coloca como fiel defensor de seu líder militar, mas sem deixar de tomar algumas iniciativas e de se autointitular como um dos líderes do movimento. Se é a promessa do governo de Baratária que faz Sancho Pança seguir a Don Quixote, aqui, a promessa

<sup>601</sup> BARBOSA, A *Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 72.

<sup>602</sup> op. cit., p. 73-74

<sup>603</sup> op. cit., p. 75.

<sup>604</sup> JUNQUEIRA FILHO, Luiz Carlos Uchôa. Dom Quixote e Sancho Pança: a busca do eu no outro. *Ciência e Cultura*. vol. 56, n.4, São Paulo, Oct./Dec. 2004. p. 43. Disponível em: < [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252004000400018](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000400018)>. Acesso em 10 de março de 2022.

de ser parte do governo regencial, com honras e status e ganhos financeiros, é o que leva ao *Chára* seguir o *General das Massas*.

O peso das críticas que ele recebe na peça mostram quão temível ele era por parte dos Liberais Moderados. Sendo as obras literárias formas diferentes de relatar o real<sup>605</sup>, a peça busca reforçar a narrativa negativa que se fazia do sacerdote nos jornais moderados e atacar sua reputação a partir de sua maior força, que era o talento com as letras. O cômico aplicado em referência ao sacerdote busca realizar uma antítese de sua figura combativa. Se nos jornais ele era um franco combatente, que não desista dos embates, Januário o retrata como sendo um homem despreparado e covarde, que muito fala, mas não é capaz de realizar o que prega, a ponto de tremer e se esconder embaixo da mesa.

Chama a atenção o julgamento que o *Carpinteiro* e a *Taberneira* fazem do sacerdote. O *Carpinteiro*, que representa os jovens brasileiros, mostra o padre exaltado como um risco a todas as conquistas alcançadas após a abdicação de Dom Pedro I. Enganador, sua fala rebuscada, na verdade, escondia o caos e o retorno a um período sombrio, quando não se tinha justiça e não se respeitava a constituição. A *Taberneira*, uma mulher pobre e portuguesa, reprova as promessas não cumpridas do padre e afirma que todos deviam nutrir desconfiança por um homem que muda de opinião muitas vezes e não é fiel àquilo que fala, desmentindo a si mesmo se assim for necessário.

Enquanto a última cena busca desmoralizar Abreu e Lima junto a todas as lideranças do movimento, que fogem desbaratados ao primeiro sinal de perigo, mostrando uma revolta que terminou sem que fosse disparado um único tiro, o discurso do *Carpinteiro*, que encerra a peça, mostra como o governo moderado era oposto a estes. A mensagem que se busca passar para plateia é de que os verdadeiros brasileiros não deviam temer ao governo, mas sim a estes grupos revoltosos, compostos por homens interesseiros e despreparados para ocupar cargos públicos. O governo era amigo do povo, tinha por objetivo defender a Constituição e agir pautado pela justiça, combatendo qualquer motim e revolta que perturbasse a paz e a ordem, desejos de todos os brasileiros de bem. Se os caramurus desejavam o retorno de Pedro e o retorno dos Andradas, os governistas queriam a Constituição, a liberdade, os ministros e os militares honrados e patriotas, além de Pedro II no poder.

---

<sup>605</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates: História Cultural do Brasil. Online, jan. de 2006. Não paginado. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em 10 de março de 2022.

## 3.4.: A FARSA DE UM CÔNEGO: A RESPOSTA DE PADRE MARCELINO.

Figura 6: Capa da primeira edição da peça Conego Ignez



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, Coleção Resgate da Memória Hemerográfica Brasileira 00531, 1835.

Do talento com as letras, satirizado por Januário, veio a resposta de Marcelino. Possuindo o mesmo objetivo de denegrir a imagem dos seus adversários, a escrita e os meios de ação foram diferentes. Enquanto Januário escreve a peça de maneira anônima, Marcelino se identifica como o *Xará* – escrito com ‘X’, que, após receber de bom grado a peça que lhe fora dedicada, decide contribuir com uma outra peça teatral. Por mais que Januário tivesse identificado os seus personagens por epítetos, Marcelino vai além, e dedica explicitamente a obra ao cônego, estampando na capa: “Ao Ill.mo e Reverendissimo Senhor (o Conego) Januário da Cunha Barboza, Comendador das Ordens de Cristo e do Cruzeiro, Archivista Mór, lente de filosofia, Ex-Redactor do Diario do Governo, e Redactor do Correio Official”<sup>606</sup>.

Composta por 56 páginas, a peça foi impressa em Niterói, na Typographia Nicteroy do Rego e Companhia. Sendo uma entremez, sua estrutura é composta por 3 atos, são divididos em cenas. Ainda na capa, o padre comunica que a escrita da peça foi realizada em versos para contrastar

<sup>606</sup> DUARTE, Marcelino Pinto Ribeiro. *O cinco de dezembro de 1833 ou Conego Ignez*. Niterói: Typographia Nicteroy de Rego e Comp. 1834, p. 1.

com a prosa produzida pelo cômico. E, ao classificar a peça de Januário como prosa, há uma primeira provocação, pois Marcelino diz que “conforme assegura o autor” a peça era em prosa. Aparentemente, a crítica velada aqui apresentada se dá pelo estilo da escrita.

A prosa clássica é composta por textos *oratione prosa*, o que significa uma escrita que contém discurso em linha reta, em que o vocabulário é constituído pelo uso denotativo da linguagem, ou seja, uma composição de palavras dicionarizadas, que respeita o significado e definição do termo escolhido. Assim como as obras de Platão (428-347 a.C.) e Heródoto (484-424 a.C.), ou nas peças de Ésquilo (525-455 a.C.), a oralidade perde lugar para a linguagem erudita<sup>607</sup>. Januário, já influenciado pelo movimento Romântico, rompe com essa estrutura, criando uma prosa repleta de diálogos oralizados e cenas nas quais a movimentação dos atores é mais importante do que o texto em si. É nesta inovação que se encontra a motivação para a crítica de Marcelino.

Não encontramos nenhum estudo sobre a obra de Marcelino, somente algumas referências à sua existência, sendo todas baseadas no estudo de Afonso Cláudio<sup>608</sup>. Em seu apanhado sobre as obras do padre, ele cita as páginas 3 a 6 da peça, que correspondem à cena 1, afirmando que foram feitas em resposta ao cômico e como forma de atacar o governo regencial. Afonso Cláudio exalta a habilidade do sacerdote em “manejar o ridículo”, satirizando e caricaturando seus adversários. As informações sobre a peça contidas nos estudos de Gama Filho<sup>609</sup>, Adriana Campos<sup>610</sup> e Tatiane Oliveira<sup>611</sup> seguem o que fora apresentado pelo autor supracitado.

Após listar os personagens da peça, aparece uma dedicatória em forma de nota explicativa em que o *Xará*, citando nominalmente o cômico Januário, apresenta os motivos que lhe fizeram escrever a peça. Seu texto começa com a frase escrita em francês: “*Celui, qui lui nuit par le droit d’une juste defense, ne fait que repousser la forse par la force; son objet n’est que de se defendre, el d’empêcher, que le droit naturel ne soit viole a son egart*”, cujo a tradução é uma sentença de confirmação do uso da legítima defesa como motivação para a escrita da peça:

<sup>607</sup> KOIKE, Katsuzo. Os primórdios da prosa grega. *Archai*, Brasília, n. 3, p. 97-106, julho 2009.

<sup>608</sup> CLAUDIO, Afonso. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Oficinas de “Comercio do Porto”, 1912. p. 84-88.

<sup>609</sup> GAMA FILHO, Oscar. *Razão do Brasil em uma sociopsicanálise da literatura capixaba*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 64.

<sup>610</sup> CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, dez 2018. p. 20.

<sup>611</sup> OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa de. *Abreu e Lima: um herói entre a História e a ficção*. Monografia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. p. 27.

“Quem lhe fere o direito de uma justa defesa apenas repele força pela força; o seu objetivo é apenas defender-se e impedir que o direito natural seja violado”.

Além de evocar o direito a uma legítima defesa, por ter sua honra maculada por Januário, ao escrever a apresentação em francês, Marcelino busca mostrar que, para além do latim, ele domina com perfeição outras línguas. Assim, logo no início da peça, há uma resposta indireta à provocação encontrada na peça *Rusga da Praia Grande*, que coloca o personagem *Chará* pronunciando frases em latim a todo momento. Se Marcelino foi ridicularizado por sua escrita, sua resposta se faz apresentando um conhecimento superior, poliglota e vasto. A escolha do francês também estava ligada ao fato de que foi na França que Januário aportou após ser condenado ao exílio no episódio da *Bonifácia*.

A dedicatória continua com Marcelino afirmando que a obra é fruto das reflexões que fez enquanto estava preso na fragata *Paraguassú*, e que a razão de produzir este texto era não se passar por ingrato, ao não ofertar algo em troca da *Rusga da Praia Grande*, e o desejo de contribuir com a produção da coletânea *Parnazo Brasileiro*. O autor termina o parágrafo afirmando que a peça representa pouco diante daquilo que Januário merecia, dado à sua posição, ao seu conhecimento e à sua produção, mas pede que ele aceite essa pequena demonstração de apreço. Para manter um padrão, o texto acaba com uma expressão em latim, que afirma que ninguém dá o que não tem, nem mais do que possui.

A escolha do título também já deixava claro que a peça tinha por objetivo criticar o governo regencial e o cônego. *O Cinco de dezembro de 1833* indica que a peça trataria da revolta ocorrida nesta data, em que liberais moderados depredaram a sede da Sociedade Militar e as tipografias que publicavam jornais *caramurus*, e dos antecedentes que levariam à queda de Bonifácio como tutor, ocorrida em 14 de dezembro de 1833. *Conego Iñez* mostra que, para além de ser Januário o personagem principal da peça, ele seria retratado aos moldes de *Inês Pereira*, personagem principal da farsa escrita por Gil Vicente, que dá nome à peça. A obra escrita no século XVI contava a história de uma jovem que buscava conquistar um marido rico, para poder ter uma vida de luxo sem precisar trabalhar ou fazer algum tipo de esforço. Tal qual Inês é retratada por Gil Vicente, Marcelino satiriza Januário como alguém de comportamento impróprio, preguiçoso, ambicioso, interesseiro e fútil.

Marcelino apresenta uma lista dos personagens de sua entremez no começo da obra. Se Januário teve por objetivo ridicularizar os principais nomes dos *caramurus* e o nome do padre exaltado, na resposta do padre-mestre, os principais nomes dos liberais moderados que ocupavam cargos no governo regencial são atacados. Junto a personagens coadjuvantes, como os familiares do



cônego, escravos, porteiros e alguns conselheiros políticos de menor importância, nomes de grande estima política do período são satirizados. Fica evidente que o objetivo do padre-mestre não só se concentrava em responder e atacar ao cônego, como também em atacar e desmoralizar todo o governo moderado, que desde a formação da Regência ocupava o poder, e, por consequência, enfrentava diversas crises, rebeliões e agressões.

**Quadro 4: Personagens da peça Conego Ignez**

Personagem	Referência
Conego	Januário da Cunha Barbosa
Jeifó	Diogo Antonio Feijó <sup>612</sup>
Aurelio	Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho <sup>613</sup>
Turnisano	Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho <sup>614</sup>
Eravisto	Evaristo da Veiga <sup>615</sup>
Laupo	João Paulo dos Santos Barreto <sup>616</sup>

<sup>612</sup> Nasceu na cidade de São Paulo em 17 de agosto de 1784. Abandonado pelos pais, foi adotado por uma família que o educou e sustentou até a ordenação sacerdotal, em 1807. Foi professor de retórica, latim e filosofia. Eleito deputado das cortes portuguesas em 1821, defendeu os interesses do Brasil após a Revolução Liberal do Porto. Eleito deputado na primeira legislatura brasileira (1823), sustentou o projeto que abolia o celibato clerical. Sendo nomeado ministro da justiça em 1831, criou a guarda nacional e sufocou várias revoltas que explodiram no Brasil após a renúncia de Dom Pedro I. Foi eleito senador pelo Rio de Janeiro e regente único do império em 1835. Cargo que renunciou em 1837. Foi eleito bispo de Mariana em 1836, mas declinou do cargo por saber que o papa não aceitaria a sua indicação. Envolveu-se na Revolução Liberal em 1842, sendo exilado na Província do Espírito Santo após o episódio. Faleceu em São Paulo aos 9 de novembro de 1843. Ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. p. 173.

<sup>613</sup> Nasceu na província do Rio de Janeiro a 21 de julho de 1800, e faleceu a 25 de setembro de 1855. Formado em direito na universidade de Coimbra, depois de estudar na academia militar foi feito fidalgo da casa imperial. Exerceu mandato de senador do império pela província de Alagoas e pertenceu ao conselho de sua majestade o Imperador; recebendo as ordens do Cruzeiro e Cavalheiro das de Cristo e da Rosa. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de pertencer a outras associações literárias da Europa. Seguiu carreira na magistratura, na qual serviu de desembargador da relação na corte. Também foi nomeado presidente das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como ministro da justiça e dos negócios estrangeiros. Ver: BLAKE, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 1883, vol. 1, p. 373.

<sup>614</sup> Nasceu em Petrópolis a 29 de novembro de 1803. foi um advogado e político brasileiro. Filho de Aureliano de Sousa e Oliveira e irmão de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, formou-se em direito pela universidade de Coimbra em 1825. De volta ao Brasil atuou como advogado dos irmãos Bonifácio de Andrada os defendendo contra o exílio. Com a criação da Guarda Nacional foi nomeado tenente-coronel. Eleito deputado em 1833 e nomeado inspetor da Alfândega. Governou o Rio Grande do Sul de 24 de junho de 1839 a 27 de julho de 1840. Foi senador do Império do Brasil, de 1847 a 1848 e dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro. Faleceu aos 45 anos, no Rio de Janeiro aos 18 de abril de 1848. Ver: BLAKE, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 1902, op. cit., vol. 7, p. 197-199.

<sup>615</sup> Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1799. Estudou o secundário no seminário São José. Terminado os estudos, trabalhou como caixeiro na loja de livros do seu pai. Versado em línguas, montou um gabinete de estudo em economia política e outros assuntos. Foi um grande jornalista de seu tempo, sendo o maior dos nomes moderados na Imprensa durante o período regencial. Foi o redator da representação que levou a abdicação de Dom Pedro I. Conquistando muitos desafetos após o 07 de abril de 1831, sofreu um atentado a tiros em 1832, do qual saiu levemente ferido no rosto. Foi um dos fundadores da sociedade Defensora da liberdade e da Independência Nacional. Eleito Deputado Geral por Minas Gerais por três mandatos consecutivos (1830-1837). Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de maio de 1837. Ver: BLAKE, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 1893, op. cit., vol. 2, p. 311-313.

<sup>616</sup> Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 28 de abril de 1788. Entrou para as forças armadas em 1807, chegando ao posto de marechal do exército em 1840. Foi por duas vezes ministro interino da Marinha do Brasil, em 1835 e em 1847, e três vezes ministro da Guerra (1835, 1846, e 1848). Foi doutor em ciências físicas e matemática, fidalgo

Ignez	Mulher a qual o cônego vivia amasiado
Andreza	Mãe de Ignez
Matildes	Filha do Conego
Cimilha	Filha de Ignez
Sebastião	Irmão de Ignez

**Fonte:** DUARTE, Marcelino Pinto Ribeiro. *O cinco de dezembro de 1833 ou Conego Ignez*. Niterói: Typographia Nictheroy de Rego e Comp. 1834.

A escolha de qual moderado seria satirizado nos personagens da peça também foi influenciada pelas cizânias que Marcelino tivera com eles. Para além de Januário e Evaristo, com os quais o padre constantemente trocava farpas pela imprensa, Feijó, então regente, era o símbolo máximo do que o padre considerava desrespeito à liberdade. Já Aureliano Coutinho era o ministro da justiça quando ele fora preso; Saturnino Coutinho era tenente-coronel da Guarda Nacional, que fora muito criticado por suas atitudes na Revolta do Teatro, em 1831; e João Paulo dos Santos Barreto, que em 1831 fora comandante do Batalhão dos Oficiais-Voluntários da Pátria, tendo ação destacada no combate às revoltas de julho e da Ilha das Cobras, há tempos criticado e denunciado pelo sacerdote.

O Ato 1 tem como cenário a sala da casa em que o *Conego* vivia amasiado com *Ignez*, juntamente com a família da mulher. Neste ato, além da presença dos personagens com compõem a família de *Ignez*, o *Conego* estará caricaturado usando meias de cores diferentes, calça dobrada até o joelho, tendo um prato de queijo na mão, o qual estará comendo e conversando de boca cheia. A cena 1 tem início com um diálogo entre o *Conego* e *Ignez*, no qual ele pergunta aonde ela estava indo tão cedo. Ela responde que iria à costureira para comprar roupas para sua filha, pois ele fazia várias promessas de riqueza, mas o dinheiro nunca aparecia. O *Conego* interrompe a fala de *Ignez*, dizendo que ela está sempre a reclamar. *Cimilha* vai em defesa da mãe e pede que o *Conego*, a quem ela chama de *nhônô*, deixe sua mãe falar. Ele continua dizendo que *Ignez* e sua família consomem todo o dinheiro dele, tendo em vista que ele havia comprado aquela casa, escravos e alimento, mas eles nunca estão satisfeitos.

---

cavaleiro da casa imperial, veador da Imperatriz, do conselho do Imperador, conselheiro de guerra, membro extraordinário do conselho de estado, grã Cruz da ordem de Aviz, oficial da Ordem do Cruzeiro e sócio do IHGB. Distinto literato e poeta, teve de muitas poesias e artigos em prosa publicados em revistas. Em 1831, fora comandante do Batalhão dos Oficiais-Voluntários da Pátria, tendo ação destacada no combate às revoltas de julho e da Ilha das Cobras, sendo por isso, um desafeto dos liberais exaltados. Ver: BLAKE, *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, 1898, op. cit., vol. 4, p. 15-16; MACEDO, Joaquim Manuel de. *Brazilian Biographical Annual*. Rio de Janeiro: Typ. e lith. do Imperial Instituto Artístico. 1876. p. 352-357.

*Ignez* retruca, lembrando que ele prometeu mundos e fundos ao participar do movimento de 30 de julho, mas só houve prejuízos desde então.

Ora Bispo daqui se imaginava;  
E em rica traquitana repimpado,  
Dando bensoens a gente, um renegado;  
Outra vez aleivozo prometia  
Que elle Bispo, eu tãobem Bispa seria;  
E por fim foi-se Julho; e a probre Ignes  
Ficou Bispa; e elle Bispo de entremes<sup>617</sup>.

Logo nesta primeira cena, fica claro que Marcelino iria lançar mão de uma escrita oralizada para compor seus versos, sem se preocupar com a estrutura dos sonetos, somente com a rima entre as frases. Tal qual aponta Célia Lopes<sup>618</sup>, o teatro busca reconstruir o real, logo, o autor, lançando mão de algumas técnicas como a oralidade informal, busca “[...] representar de forma estilizada as relações sociais de sua época. Sabe-se que não é um retrato fiel de um determinado contexto sócio-histórico, mas uma representação de uma realidade com a qual o público se identificava”.

Tal qual Januário, Marcelino também buscou se referir a movimentos e sedições que ocorreram no período. A data 30 de julho, citada por *Ignez*, refere-se ao evento que ficou conhecido como *Golpe de julho de 1832*, pelo qual alguns moderados, liderados pelos padres Diogo Feijó e José Bento Leite (1785-1844), buscaram transformar a Câmara dos deputados em Assembleia Nacional. O objetivo dos padres era conseguir que os deputados conseguissem realizar as reformas constitucionais que estavam propostas no documento conhecido como *Constituição de Pouso Alegre*<sup>619</sup> e que eram vetadas pelo Senado. Por mais que o golpe não tenha se concretizado pela falta de unidade entre os moderados, ele abriu caminho para a destituição de José Bonifácio e para a promulgação do Ato Adicional de 1834<sup>620</sup>.

<sup>617</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 4.

<sup>618</sup> LOPES, Célia Regina. dos Santos. Correlações histórico-sociais e linguístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In.: LOPES, C.; CIAPUSCIO, G.; KAISER, D.; JUNGBLUTH, K. (orgs.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert / Biblioteca Ibero-americana, 2006, p. 191.

<sup>619</sup> A Constituição de Pouso Alegre foi uma versão da Constituição do Império do Brasil, editada na então vila de Pouso Alegre, Minas Gerais, pelo padre José Bento Leite Ferreira de Melo. Impressa da tipografia em que o padre redigia o jornal *Pregoeiro Constitucional*, ela continha em seu texto as reformas que já se encontravam em debate na Câmara, e os moderados julgavam necessárias para o Brasil. Ver: SOUZA, Jean de Oliveira Souza. Discursos impressos de um padre político: análise da breve trajetória d' O Pregoeiro Constitucional. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 5, mai. 2017. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1808-81392007000500006&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1808-81392007000500006&script=sci_arttext)>. Acesso em 18 de março de 2022.

<sup>620</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira de; SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). *Almanack*. Guarulhos, n.04, p.130-148, 2º sem. de 2012. p. 141.

Ao citar uma tentativa de golpe feita pelos moderados, Marcelino buscava reverter a situação em que fora posto na peça de Januário. Se na *Rusga* ele era um líder revoltoso que não respeitava o governo e a Constituição, aqui o cônego é um conspirador contra a ordem estabelecida que, junto a outros moderados, buscava tomar o poder regencial para autobenefício e não por ter interesses no progresso da nação. E, se o padre foi infeliz em sua insurreição, Januário e os moderados também saíram derrotados quando buscaram apoderar-se do governo.

Na cena, o *Conego* responde a *Ignez* dizendo que ele falhou no passado, mas que o seu novo plano não poderia dar errado, e logo eles estariam bem. *Ignez* retruca afirmando que o *Conego* acabaria preso na fortaleza, como ocorreu em 1822, em que ele acabou por chorar sua infelicidade sendo deportado. Em sua resposta, o *Conego* pede que *Ignez* não se preocupe, pois em seu conhecimento como filósofo ele despreza a virtude e louva o crime, sabendo adular quem precisa. *Ignez* o chama de bandoleiro e sem caráter<sup>621</sup>. Para se justificar ele dá um exemplo:

Tú não vez, quando aqui chega o Eravisto  
Os rendevuz, as onras, que lhe fasso;  
Apertando-lhe a mão, dando-lhe abraço?  
Não é que elle meressa, ou seia mais  
Do que eu sou; mas em fim... pobre rapaz...  
Tenho diabo aos pes, por seo ardil  
Fez-se ó Petrus incuctis do Brazil:  
Tanto importa fazer-lhe um rapé,  
Como vêlo na forca, ou na galé,  
Mas, conhecendo bem a sua vida,  
Não passa de um livreiro, um matricida<sup>622</sup>.

A cena segue com a chegada de *Andreza* e uma discussão entre o *Conego* e sua sogra. Para apaziguar os ânimos, ele oferece uma dose de pinga à sua sogra e coloca uma para si. Neste momento, entra Sebastião com uma caneca na mão e também pede uma dose. Quando *Sebastião* toma sua dose de uma única vez é repreendido por *Andreza*, que o manda ter cuidado com a cachaça de taberna, pois devido à procedência duvidosa, “[...] sobe à cabeça e despos desce pras pernas”. Continua um diálogo entre os presentes na cena, em que o objetivo é desmoralizar a figura do *Conego*. Chama a atenção as falas de *Matilde* que, vendo o pai bebendo, afirma: “[...] As bebidas, papai, assim tão quentes, tem-lhe feito talvez cair os dentes”. Ao afirmar para filha que bebia com o seu dinheiro, ela o responde: “[...] Os moços vem e vão todos se embora, sem papai dar estudo meia hora. Se no mundo á dinheiro mal ganhado, bem mal ganho é, papai, seo ordenado”<sup>623</sup>.

<sup>621</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 3-4.

<sup>622</sup> op. cit., p. 5-6.

<sup>623</sup> op. cit., p. 7-8.

A discussão termina com *Ignez* dizendo que tinha medo do dia em que descobririam as falcatruas de Januário e a tempestade viria sobre eles. O *Conego* responde que, se fosse necessário, ele fugiria, mas que não havia o que temer, pois o governo e o Brasil eram dos moderados e, se algum outro partido quisesse tomar o poder, eles agiriam como os jacobinos. *Andreza* diz ter medo dos moderados jacobinos, pois eles todos matam e não respeitam a lei. *Ignez* interrompe a fala da mãe dizendo que se o *Conego* gosta de rugas que tomasse cuidado ao participar, pois ela não o deixaria fugir<sup>624</sup>. Mais uma vez, tentando sair-se bem da discussão, o *Conego* diz a *Ignez*:

Isto não passa aqui de um vão suposto.  
Inda, *Ignez*, ás de ter, um dia gosto  
De ver nesta cabeça sapiente  
Uma mitra doirada, e reluzente,  
Então Bispa ás de ser; posso afirmar:  
Os Padres para o anno hão de cazar:  
E se a boa Republica vai de sima,  
Saberás quanto o *Conego*, *Ignez*, t'estima<sup>625</sup>.

*Ignez* o responde: “Só se for, toleirão, mitra de cornos”, o que causa risos em todos os personagens. O *Conego* perde a paciência, empurra *Ignez* para fora do palco, mandando ela ir embora ganhar a vida. Quando vê que a machucou e ela está chorando, ele se arrepende, se ajoelha aos seus pés e pede que ela o perdoe e não chore, pois caso contrário, ele choraria junto. Enquanto essa cena acontece, o personagem *Jeifó* chega à casa, e fica escondido vendo todo o ocorrido. Retorna e toca a campainha. O barulho faz o *Conego* correr para o quarto e *Matilde* vai atender a porta. Assim que *Jeifó* entra em cena, o *Conego* retorna ao palco com a calça aberta, suspensório caído de um lado, de meias, camisa para fora da calça e fraque. Ao ver *Jeifó*, curva-se e diz: “[...] Excellentíssimo Snr. Tenha paciência... Desculpe não descer ao corredor pra humilde receber meo Dictador”. *Jeifó* pergunta se ele está doente, pois está com os olhos vermelhos. O *Conego* nega a doença e se justifica dizendo que tomou bebida quente. Então *Jeifó* manda que o *Conego* vá terminar de se arrumar para que eles saiam para a reunião que ocorrerá na casa do Aurelio. Recorda que o dia de tomar o poder se aproxima, e que ele ganharia ainda mais dinheiro como diretor da Tipografia. O *Conego* pergunta se o *velho* (Bonifácio) irá sair. *Jeifó* confirma, dizendo que ou ele ou o tutor deveriam sair, mas que já havia apoio suficiente para tirá-lo do poder<sup>626</sup>.

<sup>624</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 8-10.

<sup>625</sup> op. cit., p. 10.

<sup>626</sup> op. cit., p. 10-12.

No princípio da cena 5, o *Conego* retorna para o quarto e *Jeifó* senta-se ao lado de *Matildes*. Ele começa a corteja-la:

Linda Matildes, perfeição e esmero.  
Da Sabia, e providente natureza,  
Quando é grande, meo bem, tua beleza!  
Da-me esses lindos brassos de canella:  
Aperta; aperta bem esta costella. (*abrasando-se*)  
Ai que de gosto me desmanxo todo!!!<sup>627</sup>.

Da janela do quarto, o *Conego* vê tudo, mas nada fala. Enquanto *Jeifó* abraça *Matildes*, *Sebastião* entra escondido e prega a capa de *Feijó* na cadeira. Assim que o *Conego* tosse, retornando para sala, o *Jeifó* corre para sair de perto de *Matildes*, mas a cadeira vem junto a ele. O *Conego* pergunta o que ocorreu e *Jeifó* responde que foi uma brincadeira de criança. Quando o *Conego* vai reprimir *Matildes*, *Jeifó* interfere, dizendo que gostou da brincadeira e não via problemas. Os dois saem de cena, rumo à reunião<sup>628</sup>.

A cena 6 começa com a entrada de *Sebastião*, *Andreza* e *Cimilha* rindo do ocorrido. *Sebastião* comenta que o *Jeifó* -chamado de *Ximango Dictador* - é um covarde, que saiu de Itu com fama de valente, mas só quer abraços. O susto que levou mostra que ele era o mesmo covarde da revolta de 3 de abril<sup>629</sup>. *Andreza* o repreende por sua fala, afirmando que não se trata uma autoridade desta forma e que ele era capaz de mandar prendê-lo, pois tinha os Guardas Permanentes nas mãos, ou o dar um tiro na face, pois era o dono do poder. Termina a sua fala dizendo que *Sebastião* devia rever sua escolha política: “[...] Izaltado, meo fio, não faz fanga, é mió que você vai se ximanga”<sup>630</sup>.

<sup>627</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 12.

<sup>628</sup> op. cit., p. 12-13.

<sup>629</sup> Aos 3 de abril de 1832, após circular pelo Rio de Janeiro uma carta escrita por um grupo de Liberais Exaltados, que pedida a destituição do governo da Regência a dissolução da Câmara, a convocação de uma Assembleia Constituinte e a nomeação de Antonio Carlos Ribeiro de Andrade (1773-1845), João Pedro Maynard d’Affonseca e Sá (? - 1835) e Manoel de Carvalho Paes de Andrade (1774-1855) para comporem uma nova Regência Trina Permanente. Esse movimento político acabou por incentivar um motim entre os militares que estavam presos nas fortalezas de Santa Cruz e Villeigaignon por terem participado da revolta ocorrida no Theatro Constitucional em 28 de setembro de 1831. Liderados pelo Major Miguel de Frias e Vasconcelos (1805-1859), um grupo de aproximadamente 100 militares tomaram as fortalezas, pegaram uma peça de artilharia e armas e saíram pelas ruas da cidade, convocando a população a derrubar o governo. Eles chegaram ao Campo da Aclamação e lá montaram quartel, já com a adesão de mais uma centena de pessoas. A mesmo tempo que os revoltosos marchavam pela cidade, Diogo Feijó, então Ministro da Justiça, deu ordem ao Major Luiz Alves Lima – futuro Duque de Caxias – que marchasse com a cavalaria e as tropas a pé da Guarda Nacional e acabasse com o movimento de forma rápida e a “ferro e fogo”. Quando a Guarda Nacional chegou ao Campo da Aclamação, ela foi recebida ao tiro de artilharia, o que revidou a rajadas de tiro de baionetas. Os revoltosos fugiram em debandada, o Major Miguel de Frias conseguiu fugir e depois buscou refúgio nos Estados Unidos da América. Ao fim do movimento, 10 revoltosos morreram e alguns ficaram feridos. As tropas governamentais tiveram uma baixa e três combatentes feridos. Ver: AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. XXXVII - parte 2, p. 367-381, 1874.

<sup>630</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 13-14.

*Sebastião* retruca a fala de sua mãe dizendo que nem por todo o dinheiro do mundo ele se tornaria um ximango, e que sua vontade era ver todos os moderados “no inferno castigados”. *Andreza* reage chamando *Sebastião* de beberrão e prometendo que, se ele continuasse a falar dos moderados, lhe daria um bofetão. *Cimilha* opõem-se à sua vó, dizendo que ela também era uma exaltada, mas que não falava sobre isso abertamente por viver e comer em uma casa moderada. *Madiltes* ameaça contar tudo ao seu pai e logo inicia uma discussão com *Cimilha*, que também ameaça contar sobre a troca de carícias com *Jeifó*<sup>631</sup>. O ato termina com os personagens cantando uma trova:

MATILDES

Eu amo a Ximango, Porque Papai é: Ximango é bem bom; Se é bom? O'leré.

CIMILHA

Quem ama ximango Ao Céu Faz inimigos Amor é Celeste! E ximango é [...]

SEBASTIÃO

O Demonio leve Da mozza os quindins; Se meiga um instante Faz festa a Cains.

TODOS

Formozas Patricias, Gentis Brasileiras, Sabei, que os ximangos Tem almas rafeiras.

De amor não merece Mimosos officios, Quem fere, quem mata Seus próprios patrícios<sup>632</sup>.

O primeiro ato da peça chama a atenção pela preocupação do autor em mostrar o *Conego* e *Jeifó* como desviantes morais e preocupados em manter o poder em troca de benefício pessoal, sem se preocupar com o Brasil. O *Conego* é um personagem desmoralizado, que não tem o respeito de sua família e é menosprezado a todo momento. Suas falas retratam-no como alguém que pauta todas as suas atitudes na busca por riqueza, prestígio e benesses privadas. Também chama a atenção o resgate histórico de datas e eventos em que os Liberais Moderados atentaram contra a ordem pública ou atacaram os brasileiros com o objetivo de se manterem na liderança do governo. Como é o caso da revolta que ocorreu a 3 de abril de 1832, na cidade do Rio de Janeiro, deixando mortos alguns simpatizantes dos ideais exaltados. Marcelino já havia denunciado a tirania dos moderados neste fatídico episódio em seu jornal<sup>633</sup>, e agora o recordava na peça.

Assim como Januário coloca uma personagem representante do pensamento moderado em contraponto aos revoltosos caramurus e exaltados. Marcelino vale-se desse mesmo método, e faz com que *Sebastião* e *Cimilha*, cunhado e enteada do *Conego*, sejam representantes dos ideais exaltados e críticos ao pensamento e as atitudes moderadas. *Jeifó* é apresentado como

<sup>631</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 13-14.

<sup>632</sup> op. cit., p. 15-16.

<sup>633</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 23, 24 e 25, 1832.

um galanteador que não perde a oportunidade de aproximar-se de *Matildes*, com claros interesses românticos e sexuais.

Tal qual Gil Vicente retrata em sua obra, Marcelino retrata a vida doméstica do personagem principal e, desenvolvendo personagens coadjuvantes psicologicamente bem definidos, busca criticar a sociedade que ele enxergava. O *Conego* toma o lugar de *Inês*, sendo o personagem leviano e ocioso, calculista, frívolo e ambicioso, que passa os dias a tramar planos para se dar bem na vida. *Jeifó* toma o lugar de *Brás da Mata*, sendo o falso escudeiro, tirano e ambicioso, malandro, galanteador, bem-falante, superficial e covarde.

Outra característica presente na obra de Gil Vicente, da qual Marcelino se apropria, é a predominância do discurso direto versado. Como todos os personagens tem em sua representação uma função concreta no enredo da crítica política, todos eles possuem o direito à fala, sendo o diálogo – somado ao cenário - o meio usado para criar a trama narrativa. E são as falas diretas dos personagens que garantem o humor à obra.

O Ato 2 tem como cenário a varanda da casa de *Aurelio*, onde já se encontram os outros participantes da reunião, sentados em cadeiras antigas, vestidos de capa preta. *Aurelio* toma assento como presidente da reunião e *Turnisano* como secretário. Mesmo percebendo a ausência de *Jeifó* e do *Conego*, eles iniciam o encontro. *Turnisano* pede a palavra para defender que o seu irmão, *Aurelio*, seja empossado como presidente por definitivo, pois ele era mais belo, mais competente e mais tirano do que *Jeifó*. E, se não quisessem *Aurelio*, que ele mesmo fosse o escolhido, pois ele já havia provado, na revolta do teatro, que era impiedoso, deixando vários corpos enterrados no entorno da casa de espetáculos. Sua fala é encerrada com aplausos dos presentes<sup>634</sup>.

*Laupo* toma a palavra e defende que *Jeifó* permaneça no comando do movimento, pois, mesmo que ele esteja doente, ainda é “[...] o Dictador! O homem raro! Da Patria o Salvador! Que só pode salvar este paiz!”. *Turnisano* retruca o comentário de *Laupo*, afirmando que este estava louco e que *Jeifó* “nem era gente”. *Laupo* reclama de ser chamado de louco e de não ser respeitado, uma vez que vinha trabalhando insistentemente para que o ofensor fosse eleito deputado. *Aurelio* interrompe a discussão, afirmando que ela é desnecessária, porque o golpe que eles iriam dar já estava certo, faltava-lhes apenas o dia e os últimos detalhes da organização.

---

<sup>634</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 17-18.



E adverte os presentes: “[...] Se lá sabem que estamos divididos; podeis certo contar, somos perdidos”<sup>635</sup>.

A cena 7 se dá com a chegada de *Jeifó* e do *Conego*, o que faz com que a discussão começada seja abruptamente interrompida. Todos os presentes se levantam e *Jeifó* toma a presidência, o que deixa *Aurelio* aflito e raivoso. *Jeifó* pergunta o que estava sendo discutido, e *Aurelio* desconversa, afirmando não ser nada importante. Então *Jeifó* começa a apresentar o plano de tomar o poder, alertando que ele não pode falhar, pois todos os brasileiros estão contra eles e, se não obtiverem sucesso na empreitada, os moderados estariam arruinados. Mas o plano era infalível e “[...] Antes que chegue o fim do ano, O Brazil deve ser Republicano”. Sua fala é encerrada aos gritos de “viva” e de “apoiado” vindos por parte do *Conego*. *Turnisano* toma a palavra para dizer que este será um dia de luta e celebração, e que a Guarda Nacional, com armas e artilharias, reforçada com as tropas que virão a cavalo de São Gonçalo, garantiriam o sucesso do movimento e impediriam qualquer reação de oposição<sup>636</sup>.

*Laupo* afirma aos presentes que toda região de Praia Grande é contrária a eles e ao governo. *Tursiano* rebate dizendo que, gostem ou não, eles serão subjugados pelas tropas e pelo Juiz de Paz local. O *Conego* lembra que é em Praia-Grande que mora “[...] o Celebre Redactor do Exaltado!”<sup>637</sup>. Ao ouvir a recordação do *Conego*, *Aurelio* tece um comentário sobre o padre:

Esse Padreco oh! lá nem o diabo  
E' capaz de o mover! só dando cabo  
Dessa peste, podemos conseguir  
Não nos venha com forsa reagir  
Elle ali tem gozado opinião:  
E' necessario aver uma invensão,  
Que o comprometa e o fassa ser susupenso.  
Uma me ocorre agora: e quanto eu penso  
Não falha: é muito propria ao nosso intento  
Manda-se p'ra a Praia-Grane o armamento,  
Q' está no Arcenal com bem cautela.  
Q' alguém não dos desarme a esparrela!  
Seja em alguma casa recolhido  
De Sugeito do Padre conhecido.  
Depois uma denuncia, e o seu processo  
Dará á nossa empreza o bom sucesso<sup>638</sup>.

As cenas 6 e 7 demonstram que o ministro *Jeifó* não era uma unanimidade entre os moderados mesmo antes de sua eleição para Regente e que, entre os moderados, existia uma constante luta pelo poder, que promovia intrigas e traições. Também chama a atenção o fato de Marcelino se

<sup>635</sup> op. cit., p. 18-19.

<sup>636</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 19-20.

<sup>637</sup> op. cit., p. 21.

<sup>638</sup> op. cit., p. 21-22.

citar na peça, colocando-se como um entrave para que os moderados obtivessem sucesso em seu projeto de dar um golpe em José Bonifácio. No mesmo texto, é possível perceber que, para se defender das acusações de rusguento e revoltoso, tal qual fez em seu julgamento diante do júri de Praia Grande, Marcelino acusa os moderados de terem armado para ele, enterrando armas em seu quintal e infiltrando armamento na casa de seus amigos e parentes.

A cena 8 inicia-se com a entrada de *Eravisto* no lugar em que ocorre a reunião, com passos curtos, assustado e olhando para todos os lados. Após ser saudado por *Jeifó*, ele começa um discurso, em que afirma ter muitas pessoas dispostas a lutar pela destituição do Tutor. Mas, para isso, é necessário que se compre facas e casacas, que serão usadas pelos revoltosos dentro dos teatros e nas ruas. Essas pessoas também irão gritar “Viva a *Jeifó*! Viva ao Dictador!” e, onde não obtiver resposta positiva, irão quebrar as vidraças. O *Conego* toma a palavra e diz que não só as vidraças, mas que era necessário fechar o Clube dos Militares – reduto de caramurus – e, então, apunhalar todos os que não aderissem à causa. O sucesso das ações também passaria por prender opositores, destruir tipografias, invadir casas e comércios, gritaria, marchas pelas ruas, enfim, impor uma anarquia no Rio de Janeiro. Enfim, o *Conego* afirma que, como recompensa por sua participação, desejava ser o tutor do Imperador<sup>639</sup>.

*Aurelio* então exclama que está pronto para fazer cumprir tudo o que fora dito. O *Conego* continua a sua reflexão, questionando se era correto colocar tropas no Paço Imperial, tendo em vista que os Caramurus também poderiam estar armados. Ele é repreendido por *Eravisto*, *Aurelio* e *Laupo*, que inclusive o manda dormir em uma fragata se tem medo de combates. *Turnisano* pede que, uma vez retirado Bonifácio e seus correligionários do poder, que ele seja indicado para ser o camareiro mor. *Laupo* aproveita a oportunidade e pede o cargo de tesoureiro, o que é negado por *Aurelio*, que afirma já ter prometido o cargo a um afilhado. *Laupo* seria mordomo. O *Conego* reclama de não estar incluso nesta partilha, mas se convence de que terá a Tipografia Imperial e será nomeado bispo, para que *Ignez* se sinta feliz e satisfeita com a promessa cumprida<sup>640</sup>.

*Jeifó*, no uso da autoridade concedida pela presidência da reunião, dá o encontro por encerrado, visto que todos os assuntos a serem tratados foram devidamente debatidos. Agora, só restava executar bem o plano, que o garantiria como ditador e dono do poder, mesmo que necessário fosse iniciar uma guerra:

Ao bixinho, chamado Imperador,

<sup>639</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 23-25.

<sup>640</sup> op. cit., p. 25-27.

Saberá quanto pode um Dictador!  
 Uns na forca, este ao ganxo, outro ao fuzil;  
 Sou capaz de acabar com todo o Brazil,  
 Se o Brazil se opuzer ao livre plano  
 De ser, como a de ser, Republicano<sup>641</sup>.

*Aurelio* não concorda com o projeto republicano de *Jeifó*, afirmando que a monarquia é o melhor para o Brasil e que os problemas se resolveriam com uma regência una em que ele estivesse no poder, por ser ministro e mais preparado. Diante do impasse de dois projetos, *Turnisano* e *Eravisto* começam uma briga, que divide os presentes da reunião em dois grupos. *Turnisano* defende que *Aurelio* assumira a regência e *Eravisto* advoga para que *Jeifó* seja o ditador. A briga então é versada em uma música:

TURNISANO  
 Vão-se embora; não me peguem;  
 Quero dar neste insolente.  
 Que não ter, que o meo Irmão,  
 Que é tão bom, seja o Regente.  
 ERAVISTO  
 Vão-se embora: não me peguem;  
 Quero dar neste impostor;  
 Ou o mundo ade acabar;  
 Ou Jeifó ser Dictador<sup>642</sup>.

No momento em que o *Conego* intervém, alegando que este conflito poderia colocar tudo a perder, tem início a cena 9. Nela, ouve-se um barulho de disparo de arma de fogo, o que faz com que todos os presentes na reunião saiam correndo, com empurrões e trombadas uns contra os outros. O *Conego* sobe na mesa e tenta passar por uma pequena janela, mas fica entalado. *Laupo*, que tentava fazer o mesmo caminho que o *Conego*, fica com o nariz encostado no traseiro deste. *Laupo*, então, se esconde debaixo da mesa e deixa o *Conego* agarrado na janela<sup>643</sup>.

O porteiro entra em cena e dá várias palmadas no traseiro do *Conego*, que esperneia e grita, tentando se soltar. O Porteiro sai correndo, enquanto entram em cena três soldados à paisana, carregando cestos de armas, vestidos com casacas velhas. Ao verem o *Conego*, dois soldados agarram suas pernas, enquanto um bate em seu traseiro com a bainha de uma espada. Quando conseguem desentalar o *Conego*, ele cai de joelhos aos pés dos soldados, tendo a calça molhada, e começa a suplicar que não façam nenhum mal a ele, pois ele não fazia parte do grupo moderado, mas sempre fora restaurador<sup>644</sup>.

<sup>641</sup> op. cit., p. 27.

<sup>642</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 28-29.

<sup>643</sup> op. cit., p. 29.

<sup>644</sup> op. cit., p. 29.

Um dos soldados diz aos outros dois “[...] Agarra, pega nelle pra eu capar”, o que faz o *Conego* suplicar ainda mais clemência, recordando que *Ignez* iria sofrer se isso acontecesse. Os soldados caem na gargalhada, perguntado ao *Conego* se ele não os reconhecia. Este, buscando recompor-se, responde que os reconheceu desde o início, e que aquilo fora um teste, para saber se eles teriam clemência com os inimigos no momento da revolta<sup>645</sup>.

A cena 10 tem início com o retorno por participantes da reunião, que haviam corrido, para junto da cena. *Jeifó* diz que eles eram soldados moderados, mas que a forma como chegaram assustou a todos. O *Conego* então assevera que só ele teve coragem de permanecer no recinto. *Jeifó*, porém, questiona a calça molhada e o *Conego* explica ser de suor. *Jeifó* encerra a reunião e os soldados apresentam as armas e dizem que as facas e as casacas solicitadas foram compradas. Todos saem de cena e o *Porteiro* retorna para informar o fim do ato, cantando:

Acabou-se a Sessão por esta vez.  
 Foi-se o acto segundo do entremez.  
 Os homens valentões, que ensaião brigas,  
 Tudo, tudo com as mãos foi nas barrigas.  
 Os bons Jurujubas quizerão  
 Dar Liberdade a Nasão.  
 Mas, oh! Dôr! Forão em Abri  
 Triste preza da ambissão.  
 Os que da Patria promovem  
 Onra, gloria, e salvassão.  
 Gemem, sofrendo masmorras,  
 Triste preza da ambissão.  
 As leis, a Patria, o Monarca,  
 A mesma Constituição;  
 No escravo Brazil vai sendo  
 Triste preza da ambissão<sup>646</sup>.

O diálogo que ocorre na reunião encenada e os versos cantados pelo *Porteiro* sintetizam as denúncias que Marcelino já imputava aos moderados há algum tempo. Em primeiro, fica evidente que o grupo era composto por pessoas ambiciosas e interesseiras, que buscavam angariar dinheiro e permanecer no poder a qualquer custo. Em segundo, o grupo é retratado como desunido e sem um verdadeiro projeto para a nação. Por fim, os moderados são apresentados como covardes que correm do perigo. A maior ênfase é na figura do *Conego*, que é totalmente desmoralizada na cena, apanhado nas nádegas e urinando na própria roupa.

O Ato 3 se ambienta na sala da casa do *Conego*, estando presentes *Eravisto*, *Laupo*, *Cimilha* e *Matildes*. A primeira cena deste ato se dá com *Eravisto* cortejando a *Cimilha*, que responde positivamente às investidas, aceitando abraços e afagos. Vendo tal cena, *Laupo* tenta

<sup>645</sup> op. cit., p. 30-31.

<sup>646</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 32.

aproximar-se de *Matildes*, mas logo é afastado por ela. Enquanto ocorre o diálogo de *Matildes* e *Laupo*, *Cimilha* pega um papel na mesa e, com um abraço, prende nas costas de *Eravisto*. No papel está escrito: “Falsos moderados, Olhai, como manga, com o Rei dos Ximangos, Que não é Ximanga”. Ao ver o papel preso nas costas de *Eravisto*, *Matildes* vai à mesa, escreve um bilhete e convida *Laupo* a um abraço. Ele prontamente aceita e ela prende os seguintes dizeres em suas costas: “Ximango, paspalho, Tartufo sem brio, fazei rir a gente, Esturdio, Bugio”<sup>647</sup>.

O *Conego* aparece em cena usando um rabo de burro preso a sua calça, o que gera gargalhadas coletivas. O *Conego* lê o que está escrito nas costas de *Eravisto* e *Laupo* e também cai na gargalhada. O *Conego* vai até o quarto trocar a roupa, e *Eravisto* e *Laupo* afirmam ir em casa para retornar em breve. Assim que o *Conego* sai do quarto e não vê seus companheiros na sala, chama a atenção das meninas pela traquinagem que realizaram com eles. Elas negam veementemente que tenham sido elas. Neste momento, *Ignez* entra em cena e pergunta aonde o *Conego* teria ido para estar de rabo. Ele tira a casaca e vê o rabo, fica com raiva e começa a pensar alto, buscando na memória em qual lugar os caramurus poderiam ter feito tamanha desfeita com ele. Ainda reclamando, ele sai de cena, enquanto *Matildes*, *Cimilha*, *Ignez*, *Andreza* e *Sebastião* permanecem no palco, dando muitas gargalhadas<sup>648</sup>.

*Sebastião* reinicia o diálogo enunciando que a vida do *Conego* é como uma entremez, com falsidades, comédia e risos a todo momento. *Cimilha* diz que *Jeifó*, a quem ela chama de *Ripanso*<sup>649</sup>, logo chegaria na casa, pois ela prometeu que conversaria a sós com ele à noite, por isso eles deveriam pensar em uma peça ainda maior para pregar nele. *Sebastião* diz que, da mesma forma que *Jeifó* prega peças no povo brasileiro, faria com ele essa noite. A campainha toca e *Eravisto* e *Laupo* retornam a cena. Eles voltam a cortejar a *Matildes* e *Cimilha*, quando a campainha toca novamente, anunciando a chegada de *Jeifó*. Os dois moderados ficam com medo do ditador, pois sabem que ele também corteja a *Cimilha* e, por isso, se escondem debaixo da mesa<sup>650</sup>.

*Sebastião*, ao ver a cena, pega uma vassoura e começa a bater no chão, gritando que o gato havia roubado a carne de seu prato. Ele entra embaixo da mesa e começa a bater em *Eravisto* e *Laupo*, que não aguentam a sova e saem debaixo da mesa, reclamando da surra que levaram e vão-se embora. Todos os que permanecem em cena caem na gargalhada mais uma vez. O

<sup>647</sup> op. cit., p. 33-35.

<sup>648</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 36-41.

<sup>649</sup> Ripanso significa pequeno livro usado nas celebrações da Semana Santa pelos católicos. Ver: PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 607.

<sup>650</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 42-44.

*Conego* toca a campainha e fica com raiva pois ninguém lhe abre a porta: “Onde está o Demonio dessa Cabra?”. *Ignez*, ao ouvir a fala do *Conego*, grita com ele: “Aqui estou seo ladrão, diga outra vez, o que disse inda a pouco na escada? Quem é Cabra?”. A discussão permanece até que *Ignez* ameaça ir embora. Isso faz com que o *Conego* recue e peça perdão. Como prova do seu amor, ele se coloca de quatro em frente a ela dizendo: “Eis-me, *Ignez*, a teos pés: eis-me aqui estou, castiga-me: aqui tens o teo nhônhô”. *Ignez* monta a cavalo no *Conego* e eles andam pela sala<sup>651</sup>.

Esta cena de *Ignez* montar a cavalo nas costas do *Conego* é totalmente inspirada na última cena da farsa de Gil Vicente, em que *Inês Pereira* é carregada nas costas por *Pero Marques*, seu esposo, no caminho que ela faz para encontrar-se com o *Ermitão*, seu amante<sup>652</sup>. A cena tem como objetivo dramatizar a expressão “mais vale um asno que me carregue que um cavalo que me derrube”, que fora a frase dada como inspiração para que o autor construísse a sua obra.<sup>653</sup> Por mais que seja o próprio *Conego* a carregar *Ignez* e que este personagem seja construído com as características atribuídas por Gil Vicente à sua protagonista, o fato dele usar rabo de burro e se fazer como tal acrescentam uma crítica ainda maior e uma desmoralização à figura de Januário.

Dos personagens *Judeus Casamenteiros Latão e Vidal* e *Lianor Vaz*, presentes na obra de referência, vem a inspiração para os políticos presentes na peça de Marcelino. Como ambos os textos tem por objetivo criticar a sociedade da época em que foram produzidos, estes personagens são a representação de pessoas aldrabonas, interesseiras, desonestas, mentirosas, mercenárias, arguciosas e sem preocupações com o futuro de *Inês Pereira* ou do Brasil<sup>654</sup>.

Enquanto o *Conego* anda pela sala com *Ignez* montada em suas costas, *Sebastião* monta na garupa de *Ignez* e dá palmadas no *Conego*. Isso faz com que ele não agüente o peso e caia exaurido no meio da sala. Enquanto o *Conego* permanece deitado e reclamando, *Sebastião* sai em silêncio, toca a campainha e aparece gritando: “Rusga, rusga, ahi vem os Cramurús”. Todos levantam-se assustados, e o *Conego* começa a correr de um lado para o outro, com muito medo. *Sebastião* grita no meio da sala: “Abrão-se às portas, venhão; quem faz cazo, De gente tão cobarde, molle, e fraca. Venha espada, pistolas, páos e faca”. O *Conego*, desesperado, repreende

<sup>651</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 44-46.

<sup>652</sup> VICENTE, Gil. *Farsa de Inês Pereira*. São Paulo: Porto Editora, 2020. p. 38-39.

<sup>653</sup> op. cit., p. 2.

<sup>654</sup> ARTOLA, George T.; EICHENGREEN, William A. A Judeo-Portuguese Passage in the Farça de Inês Pereira of Gil Vicente. *Modern Language Notes*, vol. 63, no. 5, Johns Hopkins University Press, 1948, p. 342-346. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2909758>>. Acesso em 31 de março de 2022.

*Sebastião*, mandando que ele feche a porta, pois os caramurus são muitos cruéis e, se o pegassem vivo, iriam esquartejá-lo. Ainda está a lamentar, enquanto coloca a roupa para fugir – com a calça ao contrário, ficando o rabo preso na frente – e desce as escadas. Chegando à porta, ouve chegar pessoas, o que o faz retornar para a sala tremendo de medo<sup>655</sup>.

*Ignez* propõe que o *Conego* se finja de morto, pois assim eles não fariam nada com ele nem com as outras pessoas da casa, que estariam chorando o defunto. O *Conego* deita-se sobre a mesa e fica inerte. *Sebastião* pega um pincel e tinta, pintando o rosto do *Conego*. Toca-se a campainha e entram em cena *Laupo*, *Turnisano*, *Jeijó* e *Eravisto* que, ao verem o defunto e saberem que morreu de um estupor no umbigo, tiram proveito da oportunidade para se aproximarem de *Matildes* e *Cimilha*. *Sebastião* diz que, tal qual os urubus, eles vieram pelo cheiro do defunto. Pergunta, ainda, se havia algum médico entre eles, pois o *Conego* havia deixado em testamento que queria ser embalsamado e o trabalho deveria começar imediatamente<sup>656</sup>.

Assim que o *Conego* sente a faca encostar em sua barriga, ele abre os olhos e senta-se na mesa, afirmando que não estava morto. Essa atitude faz com que *Tursiano* e *Laupo* caiam desmaiados. O *Conego*, ao se ver no espelho, também se assusta e tenta bater em *Sebastião*, sendo impedido por *Ignez*. *Sebastião* toma a frente do palco e diz:

Brasileiros, mirai-vos neste espelho,  
 Ontem leito um Leão; oje um Coelho  
 Por estes conheci a corja vil,  
 Que tem feito a desgraça do Brasil,  
 Sabei pois que ambição, torpe avareza,  
 Crueldade, impostura, odio, baixeza,  
 Vil orgulho, vingança, adulação,  
 A lizonja, o temos, negra ambição,  
 Calumnias, opressões, e tirania,  
 A intriga, o perjurio, a cobardia,  
 Intranhas de Leão, alma de frango,  
 São as nobres virtudes de um Ximango<sup>657</sup>.

A última cena mantém o mesmo cenário, tendo *Sebastião* e *Cimilha* fazendo um dueto cantado, enquanto os demais personagens ficam congelados em cena. Nesta canção de encerramento, além de conselhos aos brasileiros, que não se deixem acreditar nas mentiras dos Ximangos, também há críticas à forma como o governo vinha sendo gestado e à deturpação que estes fizeram à revolução do 7 de abril de 1831:

Famintos loubos com capas  
 Da Santa moderação,

<sup>655</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 48.

<sup>656</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 50.

<sup>657</sup> op. cit., p. 51.

Fazendo guerra a virtude,  
 Tem desgraçado a Nação.  
 Só pranto, sangue, e a miséria  
 Se vê por todo o Brasil,  
 Eis os fructos que nos trouxe  
 O triste 7 d'Abril.  
 Da Patria os bons Servidores  
 Gemem soffrendo oppressões,  
 Em quanto o mel, que elles crião,  
 Engorda inertes zangões<sup>658</sup>.

Assim como ocorre na obra de Gil Vicente, é possível perceber que Marcelino compõe a sua peça em versos constituídos por diálogos expressivos, em que as críticas vão se apresentando gradativamente. O texto possui uma estrutura fluente, dentro da linguagem popular e dos costumes da época, o que dá à farsa um ritmo envolvente, com alto grau de comicidade. A encenação também tem grande importância na fluidez da peça, tendo em vista que muitas atitudes e gestos fora do diálogo contribuem para satirizar os personagens e dar humor à cena<sup>659</sup>.

Outra característica copiada da peça vicentina é a presença de poemas cantados. Além do uso da polifonia e da execução musical ao longo do espetáculo, as canções são inspiradas nas antigas cantigas medievais, com o objetivo de explicar e reforçar o que fora encenado anteriormente, produzindo uma espécie de contraponto ao discurso. Sendo canções curtas e de letra fácil, elas estabelecem um intenso diálogo entre os atores e os espectadores, além de permitir a participação da plateia na peça<sup>660</sup>.

### 3.5. NOVAS RUGAS DRAMATURGAS: A RECEPÇÃO E AS CRÍTICAS ÀS PEÇAS.

Infelizmente, as fontes não nos apresentam muitas informações sobre a recepção das peças pela população e pelo governo. A única crítica conhecida à peça de *Januário* foi publicada pelo jornal *Republico*. Contudo, não foi possível encontrar tal edição do jornal. Sabemos dessa análise por meio da resposta que foi publicada no *A Verdade*, que questiona o autor da crítica se há na peça alguma mentira, ou se a peça não é um registro cômico das informações contidas nos depoimentos colhidos entre os participantes da rebelião. O teor da resposta mostra que o autor

<sup>658</sup> op. cit., p. 52.

<sup>659</sup> VASCONCELLOS, João Antonio de. A simbologia do adultério na “Farsa de Inês Pereira”, em Gil Vicente. *Argumento*, São Paulo, Ano II, n. 3, janeiro 2000, p. 53-54. Disponível em: <<https://revistas.anchieta.br/index.php/revistaargumento/article/view/353/295>>. Acesso em 31 de março de 2022.

<sup>660</sup> CAMÕES, José. *O papel da música no teatro de Gil Vicente*. Coimbra: Imprensa Nacional, 2008, p. 433-446; GIRÓN NEGRÓN, Luis Maria. “Juro al Deu aí somos nós”: Algumas notas sobre os judeus de Gil Vicente e a canções populares espanhola e portuguesa. *La crónica*, Harvard, vol. 40, n. 1, p. 243-293, 2011. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/463531/pdf>>. Acesso em 31 de março de 2022.



da primeira opinião se concentrava no exagero empregado nas cenas por Januário e na desmoralização de bons cidadãos, como o padre-mestre e Abreu e Lima<sup>661</sup>.

A peça de Januário, sendo um teatro de papel, não teve um número expressivo de vendas, dado que só há registro de uma única impressão do texto, que foi vendida na loja de livros de Albino João<sup>662</sup>. Contudo, o enredo foi adaptado e encenado em grande estilo. Feita a derrota dos revoltosos em Panelas e Jacuípe, a peça, que desmoralizava Abreu e Lima, foi utilizada como um marco celebrativo da vitória do governo. Com a posse de Manoel de Carvalho Paes de Andrada (1774-1855) como governador de Pernambuco, a revolta, que ocorria ao sul da província, deu-se por encerrada. Para festejar o momento, no dia 22 de junho de 1834, na Casa de Ópera do Recife, foi encenada a “[...] muito desejada e pedida peça vinda do Rio de Janeiro”. O anúncio da peça alertava que ela não havia sido escrita para ser encenada, mas, diante da vitória do governo sobre os revoltosos, a adaptação se fazia necessária. Tamanho o sucesso da encenação, que os camarotes foram vendidos pelo dobro do valor e os ingressos esgotaram rapidamente<sup>663</sup>.

Já a *Conego Ignez* foi um sucesso de vendas nas lojas de Albino, Baptista e Laemmert<sup>664</sup>, sendo necessária a realização de uma reimpressão<sup>665</sup>. Porém, as ácidas críticas tecidas por Marcelino não passaram despercebidas à censura, que vetou a encenação da peça em todo o Brasil<sup>666</sup>. Não encontramos muitas reprovações ou elogios à obra de Marcelino. Somente o jornal *Sete d’Abril* criticou o estilo ultrapassado e estravagante da peça, mas diz que ela abordava verdades, mostrando o Conego Ignez como um inimigo da Monarquia Constitucional.

Trouxe-nos o gosto estravagante da corrompida escola castelhana, quando ainda mesclada de usanças mouriscas, a enchente de Entremezes de Farças insulas, com que ainda hoje se arreja o theatro brasileiro, e dá pasto ao nosso povo sepre ingenuo, habilitado desde a infancia e appaudir estes desconcêrtos, verdadeiros anãos do crico, como elegantemente os appellidarára um nosso illustre contemporaneo, sem que entre nós se tenha ainda criado o gosto da tela, [...] impresso na cidade de Nitheroy, na officina de Rego & Co., e offerecido ao Sr. Januario da Cunha Barboza sob o titulo - O CINCO DE DEZEMBRO DE 1833 OU O CONEGO IGNEZ - o qual se diz para ser representado depois da muito aceita e graciosa Comedia intitulado - A RUSGA DA PRAIA GRANDE. - A scena é escandalosa e passa no interior da casa do Ignez. O Publico, costumado a estes gracêjos quando somente abrangem a generalidade dos actos da vida, acolhêo com demasia benevolencia o Conego Ignez, e reconhecêo aí mais de uma personagem que a opinião publica estigmatiza como hypocrita, intrigante

<sup>661</sup> *A Verdade*, Rio de Janeiro, n. 300, p. 4, 26 abr. 1834.

<sup>662</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 135, p. 4, 23 jun. 1836.

<sup>663</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 413, p. 1647, 18 jun. 1834.

<sup>664</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 700025, p. 1, 30 jul. 1835.

<sup>665</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 900012, p. 2, 15 set. 1835.

<sup>666</sup> CLAUDIO, Affonso. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Officinas de “Commercio do Porto”, 1912. p. 83.

e inimiga da Monarquia Constitucional. O Sete d'Abril [...] seria agora desleal ao seus principios se [...] não convidasse o Publico a lêr scênas tão originaes<sup>667</sup>.

O Sete d'Abril já vinha publicando diversas críticas a Januário, a quem chamava de “Frade sem-vergonha”<sup>668</sup>; por isso, mesmo não elogiando o conteúdo da peça de Marcelino, aproveitava-se do conteúdo da obra escrita para cobrar que o cônego se pronunciasse, pois, já que ele se vendia por sabichão ao publicar e vender o *Mutuca Picante* e o *Aurora Fluminense*, era sua função moral dizer publicamente se o que a peça trazia em seu conteúdo era verdade e se eles estavam tramando outro golpe contra o povo Brasileiro. A nota a Januário termina com um aviso: “[...] Sr. Conego Ignez, seja embora sem vergonha, porque enfim já é impossível o contrário [...] não meta medo à gente e veja que a ruína do Despotismo foi sempre causada pelos mesmos agentes do Despotismo”<sup>669</sup>.

Fica evidente que, como homens das letras das primeiras décadas do século XIX, Marcelino e Januário eram influenciados pela dinâmica de renovação literária, que apresentava novos temas e novas fórmulas de escrita mescladas com traços típicos do arcadismo. Desta forma, mesmo tratando de política, fugindo da rigidez das normas poéticas da escola literária anterior, as peças foram escritas valendo-se da estrutura já usual das entremezes e das comédias de costume.

Na batalha que estes clérigos travavam pelas penas, o teatro mostrou-se como uma possibilidade de extrapolar os limites dos jornais e levar aos palcos seus desafetos, recorrendo à sátira como mecanismo de crítica política por suas acepções e concepções. Neste caso, fica nítido o enfrentamento dos ideais moderados – na defesa da Constituição e da ordem – e os desejos de mudança que levaram à aliança entre exaltados e caramurus.

Mesmo que só tenhamos fontes que comprovem a encenação da *Rusga de Praia Grande* – ocorrida no contexto de vitória governista no conflito de Pannels e Jacuípe –, a quantidade de impressos vendidos da *Conego Ignez*, a existência de vários teatros de rua que não eram subordinados à censura e a experiência do padre Marcelino nesses ambientes nos levam a crer que, mesmo declamadas, ambas as peças tiveram boa circulação na corte. Por isso, o discurso e a linguagem contidos nos textos nos ajudam a compreender o vocabulário político que circulava durante o período.

<sup>667</sup> *Sete d'Abril*, Rio de Janeiro, n. 291, p. 4, 3 nov. 1835.

<sup>668</sup> É possível encontrar artigos com críticas ao cônego Januário nos números 201, 204, 216, 217 e 252, publicados ao longo de 1835 e 311 em 1836.

<sup>669</sup> *Sete d'Abril*, Rio de Janeiro, n. 311, p. 4, 16 jan. 1836.

#### **ATO 4. O TEXTO COMO CENÁRIO: A LINGUAGEM POLÍTICA DISCUTIDA E ENCENADA.**

Após apresentar os autores, suas posições políticas, seus jornais e suas peças teatrais, neste último capítulo vamos nos debruçar sobre a linguagem e o vocabulário político encontrados nestes escritos. Diferente do que ocorre com os estudos sobre a imprensa brasileira no período imperial, ainda são escassos os estudos que buscam discutir a linguagem política contida nas peças teatrais da mesma época. Contudo, tal qual ocorre nos jornais, os textos das peças teatrais podem revelar muito da forma com que os políticos e pensadores do período manipularam o vocabulário visando apresentar suas ideias e criticar, de forma irônica, o governo e seus rivais políticos. Diante disto, este capítulo tem por objetivo analisar a linguagem política que está presente no contexto das peças teatrais e nos jornais em que nossos padres-mestres e dramaturgos estavam inseridos.

Para realizar tal inquirição, compartilhamos da interpretação realizada por Marco Morel<sup>670</sup>, sobre a linguagem política brasileira formulada na primeira metade do século XIX. Ele compreende essa linguagem não como algo restrito às instituições governamentais ou aos políticos e intelectuais do período, mas, sim, como a soma de diversas categorias de conceitos e de signos que visavam explicar e traduzir a vivência política de toda comunidade, inclusive os iletrados.

Complementa essa acepção os apontamentos de Vantuil Pereira<sup>671</sup> que, ao analisar o vocabulário político brasileiro do início do século XIX, apresenta-o como fruto da influência do confronto entre o velho e o novo regime iniciado pela Revolução do Porto. Assim, mesmo emancipado, o Brasil não estava com as transformações liberais terminadas. Ao contrário, o processo de Independência e o Período Regencial foram momentos de intensas transformações na vida pública e, conseqüentemente, de transformação nas práticas e no discurso da cidadania.

Isto posto, é possível perceber que o ideário do liberalismo brasileiro levou à politização da linguagem e de seu vocabulário, que não foram meros instrumentos de dominação, mas frutos das experiências dos mais diversos setores da sociedade em seu cotidiano. Nas palavras do autor: “[...] pode-se dizer que todas as transformações ocorridas ao longo de três décadas [1810-1830] forneceram novas práticas e novos discursos, os quais deram origem a um novo momento

---

<sup>670</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2010.

<sup>671</sup> PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

político. Representaram, sobretudo, uma inflexão temporal que permitiu certa ruptura entre o passado e o presente”<sup>672</sup>.

Tal constatação vai ao encontro das considerações de Antonio Candido<sup>673</sup>, que classifica o teatro como um *evento social*. Por isso, o estudo sobre o texto das peças exige uma análise que extrapole a junção tempo-espaco-estética para ser possível alcançar a complexidade do discurso ideológico presente no texto. Com este fim, é necessário realizar uma inflexão que “[...] investigue as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais”, pois são eles que nos permitem decifrar a linguagem utilizada a partir da estrutura social, que leva em conta “[...] os valores e ideologias, [e] às técnicas de comunicação”.

Confirma esta ideia os pressupostos teórico-metodológicos da *História Conceitual do Político*, cunhados por Pierre Rosanvallon. Ao diferenciar *política* de *político*, o autor mostra que, enquanto a *política* está restringida à gerência do Estado, o *político* agrega em si toda formulação da vida na *pólis*. Logo, os jornais e as peças de teatro devem ser examinados à luz dos debates políticos, dos conflitos e das controvérsias que ocorriam no mesmo período, com atenção às condições políticas que possibilitaram a sua confecção para que, de fato, seja possível descortinar a forma como a sociedade pensava sobre si mesma e compreender o processo de transformação das racionalidades políticas do momento<sup>674</sup>.

Utilizando o aporte de Pocock e Skinner, buscamos identificar a linguagem e vocabulário político escolhidos pelos autores, articulando texto e contexto, bem como percebendo como estes homens respondiam ou ignoravam as contestações políticas que o cenário apresentava. Assim, compreendemos que, ao pesquisar a linguagem, estamos em busca de “[...] idiomas, retóricas, maneira de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, precondições, implicações, tom e estilo”<sup>675</sup>.

E, por serem textos dramáticos, concordamos com José Luiz Fiorin<sup>676</sup>, o qual afirma que este tipo de texto busca formar os interlocutores ideologicamente, dramatizando o social a partir da visão do autor. Portanto, a linguagem empregada na peça tem por objetivo criar “[...] uma visão de mundo na medida em que impõe ao indivíduo uma certa maneira de ver a realidade, constituindo sua consciência”.

---

<sup>672</sup> PEREIRA, *Ao Soberano Congresso*, 2010, op. cit., p. 42.

<sup>673</sup> CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 29-31.

<sup>674</sup> ROSANVALLON, Pierre. *Por una historia conceptual de lo Político*. México: Fondo de Cultura Económica, 2003. p. 15-48.

<sup>675</sup> POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da USP, 2003. p. 65.

<sup>676</sup> FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 2003, p. 54.

Logo, o texto teatral deve ser analisado como uma *performance*, tendo em vista que ele pertence a uma determinada *parole*, estando, ao mesmo tempo, inserido em uma determinada *langue*. E, sendo um *ato de fala*, para além de determinar as ideias de um ator político, a peça teatral articula linguagem, intencionalidade e contexto político, permitindo-nos recuperar a identidade histórica do pensamento político que foi encenado<sup>677</sup>.

Destarte, comungamos do mesmo pensamento de Augusto Boal<sup>678</sup>, quando ele diz que “[...] todo teatro é necessariamente político, porque políticas são todas as atividades do homem, e o teatro é uma delas”. Assim, conscientes de que a sociedade é política e formada por um complexo sistema social no qual ocorrem diversos conflitos por poder, o teatro deve ser entendido como uma forma de dominação social, pois quem produz uma peça tem condições socioeconômicas para impor um domínio político-ideológico. Em síntese, a crítica ao caráter político de uma dramaturgia deve ser realizada do mais subjetivo para o mais político.

E a construção dessa crítica, segundo Chartier, deve analisar o texto literário – aqui teatral – na perspectiva da história sociocultural concebida pelos *Annales*. Portanto, tal crítica:

Deve considerar que o ‘mundo do texto’, usando os termos de Ricoeur, é um mundo de objetos e de *performances* cujos dispositivos e regras permitem e restringem a produção do sentido. Deve considerar paralelamente que ‘o mundo do leitor’ é sempre aquele da ‘comunidade de interpretação’ (segundo a expressão de Stanley Fish) à qual ele pertence e que é definida por um mesmo conjunto de competências, de normas, de usos e de interesses. O porquê da necessidade de uma dupla atenção: à materialidade dos textos, à corporalidade dos leitores<sup>679</sup>.

À vista disso, a análise que foi realizada partiu da premissa de que o teatro e os jornais são, ao mesmo tempo, *eventos sociais* e veículos de propagação do *vocabulário político*; por isso tratamos o texto das peças como *palavras em ato*<sup>680</sup>. Neles, é possível perceber que o discurso não é uma representação cristalina das opiniões, mas um texto que contém imperfeições, incoerências e contradições, em que é possível compreender as motivações que levaram os autores a empregarem este código de linguagem e a escolherem determinados termos e conceitos.

Por trabalharmos com conceitos, utilizamos o método proposto por Koselleck. Para o autor, a compreensão da intencionalidade do discurso feita a partir do emprego de conceitos “[...]”

---

<sup>677</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>678</sup> BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 11.

<sup>679</sup> CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 257.

<sup>680</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016. p. 217-221.

significa fazer enunciados que não puderam ser feitos nunca neste período<sup>681</sup>”, e perceber que “[...] todo conceito é portador de muitas camadas temporais”<sup>682</sup>, bem como captar os estratos de experiência que estavam disponíveis antes da geração em que estes sacerdotes se encontravam<sup>683</sup>.

Sendo assim, a análise das expressões de conteúdo social e político<sup>684</sup> presentes nos textos permitem confirmar que as peças eram parte do embate maior que já ocorria na imprensa e nas rebeliões armadas. Por isso, sendo peças de cunho político, faz-se necessário compreender o objetivo dos autores ao empregarem determinados conceitos nas peças, haja vista que “[...] a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”<sup>685</sup>.

Para melhor organizar este capítulo, que tem por objetivo discutir os conceitos políticos que apareceram nas peças teatrais e nos jornais, com especial ênfase nos que defendem a federalização e a centralização do Império, fizemos uma divisão em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo irá analisar os conceitos políticos presentes nas peças teatrais que já foram descritas no capítulo anterior. O segundo subcapítulo irá tratar dos conceitos de monarquia e federação presentes nos jornais *Aurora Fluminense*, *Exaltado* e *Mutuca Picante*. Justifica a escolha dos três jornais o fato de que o *Exaltado* foi editado pelo padre Marcelino e defendeu o federalismo abertamente; o *Mutuca Picante* foi editado por Januário e serviu como mecanismo de ataque e defesa para os liberais moderados; e o *Aurora Fluminense*, com edição de Evaristo da Veiga, principal veículo de comunicação dos liberais moderados e, por consequência, um defensor da monarquia.

#### 4.1. CONCEITOS POLÍTICOS ENCENADOS: A LINGUAGEM POLÍTICA PRESENTE NA RUSGA DA PRAIA GRANDE E NA CONEGO IGNEZ.

Como já discutido anteriormente, as peças teatrais aqui pesquisadas foram produzidas por homens políticos letrados que buscavam dialogar com os não-letrados. O objetivo da produção das peças foi debater sobre o momento político pelo qual passava o Brasil, ao mesmo tempo polemizando, criticando e satirizando seus adversários. Contudo, a pesquisa aponta que as peças

---

<sup>681</sup> KOSELLECK, Reinhart. *História y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997, p. 91.

<sup>682</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 10.

<sup>683</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Estratos del tiempo*. Barcelona: Paidós, 2003, p. 41.

<sup>684</sup> KOSELLECK, *Futuro passado*, 2006, op. cit., p. 103.

<sup>685</sup> op. cit., p. 77.

se enquadram no estilo “teatro de papel”, em que a escrita não tinha por objetivo primário a encenação, mas sim a produção do panfleto que seria lido nos círculos de leitura, comuns à época.

Uma marca das duas peças é a presença de um vocabulário não usual e pouco encontrado nos impressos do período. Tal constatação indica que diversos termos aplicados foram escritos respeitando a linguagem que era popularmente falada naquela sociedade e naquele período. O uso desta escrita também revela que havia uma reconfiguração do idioma falado no Brasil, que passava por mudanças diante das disputas que ocorriam entre a língua portuguesa que provinha de Portugal e a busca por forjar uma língua brasileira<sup>686</sup>.

Reinhart Koselleck<sup>687</sup> afirma que a “[...] mediação, recepção, apropriação e reinvenção de sentidos, associados a formações conceituais do passado” constituem um processo no qual o vocabulário passa a possuir diversas camadas diacrônicas de significados. Para compreender o real significado aproveitado pelos autores, é basilar uma análise da história passada (*ex eventu*), a fim de captar os testemunhos históricos que nos permitem determinar aquilo que no *post eventu* estava entrelaçado no *in eventu*, ou seja, na história que ocorreu<sup>688</sup>. À vista disso, a compreensão de que as peças em análise foram concebidas enquanto o Brasil também constituía seu novo contexto linguístico é importante para diagnosticar as adaptações, imitações e reinvenções que foram empregadas nas peças.

Portanto, tal como aponta Skinner, o entendimento da motivação que levou o autor a escrever este texto com essa esta forma, escolhendo este estilo literário, esta linguagem e estes conceitos é de suma importância para entender a quem o texto se dirige<sup>689</sup>. Isso confirma a hipótese de que, mesmo enquadradas como “teatros de papel”, estas peças podem ser classificadas como “teatro popular”, ou seja, em concordância com a noção de *auditório* de Chaïm Perelman<sup>690</sup>, são textos produzidos com o objetivo de persuadir os leitores, sejam eles letrados ou não letrados. Logo, os recursos estilísticos eram estabelecidos a partir da definição do público para o qual se produzia. Daí a certeza de que uma peça de teatro político com cunho popular ser uma prática de representação social, pois ela é um discurso que demonstra o interesse do grupo que

---

<sup>686</sup> GONÇALVES, Sheila Lopes Leal. *O teatro e o político: práticas sociais no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1830-1850)*. 2017. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017. p. 167-168.

<sup>687</sup> KOSELLECK, Reinhart. *História dos conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. p. 9.

<sup>688</sup> op. cit., p. 24.

<sup>689</sup> SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

<sup>690</sup> PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 6-7.

a forjou. Assim, é uma apreensão do mundo social que permite aos interlocutores apreciar o real que está sendo encenado<sup>691</sup>.

Por isso, não é possível compreender o texto das peças e a relação destas com a sociedade de letrados e não letrados somente através do estudo das linguagens e de suas articulações. É necessário o diálogo entre o texto e as temporalidades nas quais ele se encontra, levando em conta o ambiente político e cultural em que foi produzido. Por essa razão, os dois primeiros capítulos dessa dissertação trataram do clima político e do movimento literário-teatral que ocorriam durante as primeiras décadas do Império. Feito isso, conseguimos aprofundar a análise sobre o texto em si.

Dado isso, concordamos com a hipótese defendida por Sheila Gonçalves, na qual afirma que “[...] a linguagem e o vocabulário político da época circulavam, também, entre os não letrados”<sup>692</sup>. E isso ocorria pois os escritores deste período buscavam falar a *língua do povo*, que foi definida por José Veríssimo<sup>693</sup> como a busca que estes homens tinham de escrever conforme a língua que aqui era falada, renunciando aquela que era considerada a língua pura e culta. Por isso:

Empregavam vocábulos de origem americana ou africana, já perfilhados pelo povo. Aceitam as deturpações ou modificações de sentido das formas castiças aqui popularmente operadas, e começam a dar foro de literários a todos esses vocábulos ou dizeres, de fato lidimamente brasileiros e para nós vernáculos, por serem de cunho do povo que aqui e constituía em nação distinta e independente<sup>694</sup>.

Esse novo vocábulo político que se formava é apresentado já no título da peça produzida por Januário. A primeira referência ao termo *rusga* que encontramos em dicionários data de 1881, no *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. É apresentado como um substantivo que tem por significado “briga, desordem e contenda”, e, em uma acepção vulgar, pode significar “ato de prender para soldado”. O dicionarista apresenta uma possível etimologia para o termo, afirmando que ele provinha da palavra inglesa *rush*, que ele traduziu por correria<sup>695</sup>.

Dada a sua conotação política, o termo não era unanimidade entre os brasileiros. Recorrendo aos principais jornais comerciais e políticos – em especial os de orientação liberal moderada e liberal exaltada – que foram publicados na década de 1830, no Rio de Janeiro, e que estão

<sup>691</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

<sup>692</sup> GONÇALVES, *O teatro e o político*, 2017, op. cit., p. 156.

<sup>693</sup> VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Paris, França: Aillaud, 1916. p. 141.

<sup>694</sup> op. cit.

<sup>695</sup> AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 1581.



disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, é possível perceber que, enquanto o termo era recorrente na imprensa moderada, ele praticamente era inexistente na imprensa exaltada.

**Quadro 5: Exemplos de jornais utilizados na pesquisa com as quantidades de aparições do termo *rusga*<sup>696</sup>.**

Jornal	Corrente política	Quantidade de aparições do termo <i>rusga</i>
Aurora Fluminense	Liberal Moderado	86 vezes
Sete d’Abril	Liberal Moderado	71 vezes
Jornal do Comércio	Liberal Moderado	56 vezes
Diario do Rio de Janeiro	Liberal Moderado	34 vezes
Exaltado	Liberal Exaltado	2 vezes
Republico	Liberal Exaltado	não apresenta
Nova Luz Brasileira	Liberal Exaltado	não apresenta
A Malagueta	Liberal Exaltado	não apresenta

**Fonte:** Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A tabela acima mostra que o termo acabou por se tornar uma referência político-pejorativa utilizada pelos grupos governistas que se opunham às manifestações contrárias à ordem liberal-moderada. Por conseguinte, constata-se também que o grupo dos liberais exaltados, por participarem de diversos movimentos contestatórios ao governo, recusou-se a adotar o vocabulário que os atacava. No entanto, ao ser dicionarizado, o significado cunhado pelos liberais moderados é o que irá assumir o lugar de interpretação oficial. Logo, é possível presumir que a escolha do termo *rusga*, por *Januário*, ao se referir ao movimento idealizado por Marcelino, tinha o objetivo de desmoralizar o movimento, suas lideranças e os participantes.

Outro termo que aparece 11 vezes na peça de *Januário* é *restauração*. Dado o fato de que o motim organizado em Praia Grande tinha a participação de restauradores e exaltados, que comungavam do mesmo objetivo de restituir a tutoria de Bonifácio, o termo acabou por ser empregado de forma generalizada como mais uma denúncia desmoralizadora. Isso porque a facção política dos restauradores já era acusada, desde a abdicação de Dom Pedro I, de buscar instaurar a anarquia em todo o Império, com o claro objetivo de convencer a população, as elites políticas e os militares de que somente o retorno do ex-imperador ao poder poderia garantir a unidade territorial e reestabelecer a ordem<sup>697</sup>. Logo, ao associar mais uma vez os restauradores

<sup>696</sup> Os resultados das pesquisas de conceitos aqui apresentadas são frutos de pesquisa realizada via programa de pesquisa de termos disponibilizado pelo site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Diante das falhas no sistema de pesquisa, que não consegue ler todos os caracteres dos arquivos e o fato de que nem todas as edições dos jornais estão digitalizadas, os números não são exatos, mas buscam retratar quais termos eram empregados na imprensa moderada e sua periodicidade no recorte temporal estudado.

<sup>697</sup> A afirmação está baseada em diversos artigos publicados em jornais da linha moderada e em discursos contidos nos Anais da Câmara dos Deputados. Como exemplo, cito o artigo publicado no *Aurora Fluminense* de 16 de março de 1832, em que afirmam: “[...] dizendo que só Dom Pedro é o verdadeiro patrono [...] os cúmplices do Partido Restaurador agem para espalhar anarquia, enganando a boa-fé dos homens simples”. Nos Anais,

à desordem e aos ataques contra o governo moderado, buscava-se garantir a reprovação popular a este grupo.

Interessante perceber que o dicionário de Bluteau<sup>698</sup> define restaurar como renovar, reformar o antigo e define restauração como o ato de restaurar. Figueiredo<sup>699</sup>, ao definir o mesmo termo, em 1899, para além dos significados já cunhados, acrescenta: “[...] Restabelecimento - Reaquisição da independência nacional. Restabelecimento de uma dinastia”. Assim, influenciados pelos acontecimentos políticos da Europa pós-revolução de 1789 e dos movimentos políticos nacionais, o termo foi ganhando novos significados, sendo que, durante os anos de vigência do Partido Restaurador, no linguajar político-moderado, o conceito ainda era associado a retrocessos e anarquia.

Porém, ele não ficou isento diante das disputas político-linguísticas que ocorriam no momento. O jornal *Justiceiro*<sup>700</sup>, ao definir as bases do que seria o partido restaurador, afirma: “[...] só este pretende a ignomínia dos brasileiros [...] pouco se importa com sua liberdade, [quer] vingar-se dos que censuram tanta vileza [...] e se hoje afetam linguagem diferente, se o temor os contém, a presença do desejado lhes daria coragem”. O excerto comprova que havia consciência da disputa de significados na linguagem política e da necessidade de defender seu ponto de vista diante da opinião pública.

Outro conceito político que estava em alta diante da opinião pública e do qual Januário se serve por 3 vezes é *despotismo*. Consoante o dicionário de Aulete, o termo significa “[...] governo absoluto, arbitrário e tirânico exercido por uma ou mais pessoas. / Vontade imperiosa, mando absoluto”<sup>701</sup>. No vocabulário político brasileiro, o conceito estava alicerçado em diversas noções referentes ao Antigo Regime, tornando-se o oposto de liberdade e vinculando-se à noção de um soberano com poder ilimitado. O termo apareceu diversas vezes na imprensa durante o período regencial, sempre associado à figura de Dom Pedro I e evocado como um mal que deveria ser combatido a qualquer custo. A título de exemplo, o jornal *Aurora Fluminense*, entre

---

recorremos ao discurso proferido por Carneiro da Cunha em 22 de agosto de 1832, que ao analisar as revoltas que ocorriam por todo território e a possibilidade de anistias aos participantes afirmou: “Repare bem a câmara em certos campeões da liberdade, que apareceram então e depois; antes humilíssimos servos do poder [...] desde o movimento de 14 de julho do ano passado houve princípio do envolvimento do partido restaurador”

<sup>698</sup> BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tombo 2. Lisboa: Officina de Simão Taddeo Ferreira, 1789, p. 336

<sup>699</sup> FIGUEIREDO, Candido. *Nôvo Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899, p. 1753.

<sup>700</sup> *Justiceiro*, São Paulo, n. 2, p. 6-7, 13 nov. 1834.

<sup>701</sup> AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 515.

1830 e 1839, utilizou o termo 317 vezes; o *Sete d’Abril* empregou a mesma palavra 199 vezes. Nos *Anais do Parlamento* que abarcam o período, o termo é citado 189 vezes.

Na peça, é possível perceber que, ao fazer com que o *Chará* acuse os moderados daquilo que ele mesmo fazia, o termo *despotismo* é utilizado para criticar todos os que não respeitam a Constituição e o governo estabelecido. Logo, o termo passa também a definir aqueles que se opõem aos moderados, acusados de buscarem tomar o poder a fim de repetir as atrocidades realizadas pelo ex-imperador. Assim, a acusação também buscaria defender as reformas políticas e jurídicas que estavam sendo realizadas visando minar os resquícios dos “diversos despotismos” que ainda ameaçavam a nação<sup>702</sup>.

Marcelino não abriu mão da linguagem tipicamente exaltada na redação de sua peça, contudo, o primeiro conceito político usado para se referir aos liberais moderados no texto é *jacobino*. À primeira vista, parece um erro, considerando que foram os liberais exaltados que introduziram a linguagem política pautada nos princípios do jacobinismo francês no Brasil imperial<sup>703</sup>. Para além das questões teóricas, já tratadas no primeiro capítulo desta dissertação, o termo *jacobino* também passou a conter em si o significado de sanguinário<sup>704</sup> e de radicalismo<sup>705</sup>.

Tais sentidos estão vinculados diretamente ao tempo em que os jacobinos assumiram o poder na França revolucionária, implementando um governo republicano radical, que ficou conhecido como *período do terror*. Uma vez que os liberais moderados assumiram o poder após a – assim denominada pelos liberais exaltados – Revolução do 7 de abril de 1831, iniciou-se um processo de perseguição aos opositores e combate sistemáticos aos motins e rebeliões que surgiam. Logo começaram a ser associados como um grupo que governava pelo terror, eliminando os adversários na guilhotina.

O próprio texto da peça deixa essa interpretação clara quando, em uma fala de *Conego*, exprime: “[...] O Brasil a de ser dos moderados, ou então o voraz fervor assassino, mostrará quanto pode

<sup>702</sup> Consoante Janaína de Carvalho Silva, na interpretação os redatores do *Aurora Fluminense*, havia resquício do Antigo Regime Absolutista na ordem política, econômica, jurídica, cultural e social, por isso seriam múltiplos despotismos a serem combatidos. Ver: SILVA, Janaína de Carvalho. *A Aurora Fluminense e o combate ao despotismo (1827-1831)*. *Dia-Logos*, Rio de Janeiro, n. 6, out. 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/download/23347/16636>>. Acesso em 31 de maio de 2022.

<sup>703</sup> BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, n. 3, setembro de 2001. p. 95.

<sup>704</sup> AULETE, *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*, 1881, vol. 2, op. cit., p. 1011.

<sup>705</sup> FIGUEIREDO, *Nôvo Diccionário da Língua Portuguesa*, 1899, op. cit., p. 1136.

um Jacobino”<sup>706</sup>. No *Exaltado*, ao defender os participantes da Revolta do Ano da Fumaça<sup>707</sup> e criticar a forma como o movimento foi sufocado pelos governistas, Marcelino escreve: “[...] Por ali [Ouro Preto] principiou o triunfo da onra, e da virtude [...] contra a sanha dos ambiciosos e egoistas moderados [...] prostituidos Jacobinos”<sup>708</sup>. Outros jornais e pasquins, como o *Caramuru*<sup>709</sup> e o *Evaristo*<sup>710</sup>, também escreveram comparando os liberais moderados aos jacobinos, dada a forma como conduziam o governo.

Continuando suas críticas aos liberais moderados, Marcelino empregou o termo *Ximango* por 11 vezes na peça. Também utilizado na grafia *chimango*, a palavra tem origem no tupi-guarani e denomina uma ave de rapina, que se alimenta de carniça, embora também ataque animais debilitados e consuma insetos. Quando ataca presas vivas, tende a realizar o movimento em grupo<sup>711</sup>. Desde o início do Período Regencial, a mesma palavra passou a designar os adeptos da filosofia moderada<sup>712</sup>.

Daí a utilização do termo por Marcelino não fugir da prática dos liberais exaltados e dos caramurus, que assim se referiam ao grupo adversário. Por terem assumido o poder logo após a abdicação do ex-imperador, começaram a ser comparados com a ave oportunista, que ataca em grupo, para se alimentar dos animais padecentes ou mortos. De forma especial, os exaltados acusavam os moderados de atacar a liberdade individual dos brasileiros, como ferozes predadores<sup>713</sup>. Por isso, é possível encontrar na peça frases como “quem ama ximangos ao céu faz inimigos”, ou “sabei que os ximangos tem almas rafeiras”<sup>714</sup>.

Na mesma esteira de críticas aos moderados, mas de forma mais direcionada ao padre Diogo Feijó, a palavra ditador, apresentada com a grafia *dictador*, foi empregada 7 vezes por Marcelino. As cizânias entre Marcelino e Diogo Feijó eram anteriores à peça, e a comparação de Feijó a um tirano ditador<sup>715</sup> e sanguinário<sup>716</sup> já havia sido realizada no jornal *Exaltado*,

<sup>706</sup> DUARTE, Marcelino Pinto Ribeiro. O cinco de dezembro de 1833 ou Conego Ignez. Niterói: Typographia Nictheroy de Rego e Comp. 1835. p. 9.

<sup>707</sup> Sedição Militar que ocorreu em Ouro Preto entre 22 de março e 5 de abril de 1833. Ver: SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 4, n. 1, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20462>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

<sup>708</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 48, p. 1, 14 mai. 1833.

<sup>709</sup> *Caramuru*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 2, 07 nov. 1832.

<sup>710</sup> *Evaristo*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 2, 19 out. 1833.

<sup>711</sup> CORRÊA, Romaguera. *Vocabulário Sul Rio-Grandense*. Pelotas – Porto Alegre: Echenique & Irmão, 1898, p. 53.

<sup>712</sup> FIGUEIREDO, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1913, op. cit., p. 433.

<sup>713</sup> *Sentinela da Liberdade*. Pernambuco, n. 26, p. 139, 25 jul. 1835.

<sup>714</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 16.

<sup>715</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 1, 6 set. 1832.

<sup>716</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 4, 26 fev. 1833.

reprovando sua atuação como ministro da justiça e sua tentativa de golpe de Estado no episódio da Constituição de Pouso Alegre.

Para o próprio Marcelino, ditador era aquele que governava despoticamente, de forma arbitrária, mas sem o poder absoluto<sup>717</sup>. Sua interpretação estava ligada à doutrina romana, que definia ditador como um magistrado que governava em momentos de extrema necessidade política ou militar, em cujo governo eram suspensas as garantias jurídicas. Em um primeiro momento, o ditador governava por um período de 6 meses, tornando-se um cargo perpétuo com o tempo. Assim, em sua visão, o governo moderado estava em busca de se perpetuar no poder, cerceando as liberdades individuais e implementando reformas que tornariam o Brasil um Estado excepcional, centralizado<sup>718</sup>.

Um termo que aparece duas vezes na *Conego Ignez*, possuindo um significado turvo, é *empresa*, que aparece com a grafia *empreza*. Para além das definições comuns, de ambiente de trabalho em busca de lucro, Bluteau também apresenta “cometimento ousado”<sup>719</sup> como um dos significados. Diante do fato de que alguns dicionários da segunda metade do século XIX trazem o termo *fábrica* como *empresa*, buscamos também comparar a mensagem do texto com este termo. Sheila Gonçalves<sup>720</sup>, ao discutir o termo *fábrica* presente na peça *Thetrinho do Senhor Severo*, que data do mesmo período das peças aqui analisadas, apresenta o termo como sinônimo de revolução ou de algo subversivo, mas sem uma definição exata.

Concordamos que a aplicação do termo *empresa* por Marcelino é a mesma dada a *fábrica*, pelo autor da *Thetrinho do Senhor Severo*, pois, nas duas vezes em que o termo aparece, além de poder ser substituído por golpe ou revolta sem nenhuma perda de sentido, ele está ligado à explicação do planejamento de retirada de José Bonifácio do poder, que ocorreu aos 5 de dezembro de 1833, como aponta o nome da peça.

*Partido* também foi um conceito que possuía teor crítico no período, utilizado por ambos os sacerdotes. Citado 5 vezes por Januário e 3 vezes por Marcelino, o conceito de partido era bastante fluido no Período Regencial. Ivo Coser<sup>721</sup> aponta que, muito distante do significado que possui atualmente, o termo *partido*, durante a década de 1830, passava por uma ressignificação. O termo, que até então era sinônimo de facção ou cabala, começou a ser

<sup>717</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 4, 15 set. 1831.

<sup>718</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 2, 23 dez. 1831.

<sup>719</sup> BLUTEAU, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, vol. 1, 1881, op. cit., p. 594.

<sup>720</sup> GONÇALVES, *O teatro e o político*, 2017, op. cit., p. 165 e 176.

<sup>721</sup> COSER, Ivo. Conceito de partido no debate político brasileiro 1820-1920. *Ler História* [Online], n. 67, 2014. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/lerhistoria/874>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

entendido também como a realização de uma reunião de cidadãos. Essa separação entre facção e partido só apareceria nos dicionários em 1844; logo, durante os anos regenciais, ainda existia uma disputa pelo sentido do conceito. Assim, é possível perceber que o emprego de *partido*, nas peças teatrais, buscava comparar o grupo político criticado com uma facção que fazia cabalas – inclusive com o uso de armas em ações revoltosas – para assumir o poder governamental almejando a garantia de privilégios pessoais.

Outro conceito político que aparece diversas vezes nas obras de ambos os sacerdotes é o de *pátria*. Citado 8 vezes na *Rusga da Praia Grande* e 7 vezes na *Conego Ignez*, ele possuía interpretações diferentes para cada autor. Enquanto Januário defendia a pátria com uma concepção nacional, atrelada ao Estado Imperial que estava sendo atacado por Marcelino e seu grupo político, Marcelino interpretava o conceito com uma ideia de pertencimento regional, defendendo que havia pátrias dentro do Império. Essa interpretação de pátria fica ainda mais evidente nos artigos do *Exaltado*, em que o padre-mestre se refere ao Espírito Santo como “minha pátria”<sup>722</sup>.

Koselleck<sup>723</sup>, ao discutir o conceito de patriotismo, mostra que, após a Revolução Francesa, o termo pátria foi ganhando novas interpretações. Enquanto para alguns a interpretação de lugar do nascimento permaneceu como fundamento principal para o conceito, para outros, ele se vinculou à Constituição e ao direito de possuir deveres e direitos diante do governo estabelecido. Em outras palavras, associou-se *pátria* à ideia de *república*. Desta forma, por mais que ambos os sacerdotes definissem pátria como “[...] localidade e privacidade, entre região e intimidade, de um lado, e humanidade de outro”<sup>724</sup>, é no englobar desta humanidade localizada que havia a divergência.

Por mais que Marcelino defendesse a ideia de que todos os nascidos no território imperial eram brasileiros, para ele, a configuração da “grande pátria brasileira” se dava pela soma das pátrias que compunham cada província nacional. Por isso, ele defendia que o federalismo era a melhor forma de organização para o Império. Todos se manteriam brasileiros, mas as especificidades de cada grupo – sejam elas culturais, políticas, social ou econômicas – seriam respeitadas e preservadas.

Sob outra perspectiva, Januário advogava por uma pátria que figurava como o Estado nacional e constitucional estabelecido. Desta forma, a pátria era consequência do patriotismo, ou seja,

---

<sup>722</sup> A expressão pode ser encontrada nos números 7, 8 e 39 do *Exaltado*.

<sup>723</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.p. 229-249.

<sup>724</sup> op. cit., p. 243.

da luta voluntária de brasileiros para manter a unidade territorial e defender uma constituição que garantia os mesmos direitos e deveres a todos os brasileiros, que agora teriam a mesma essência. É o reforço cristão de “pátria sagrada”, lugar pelo qual se deve morrer, se assim for necessário. Portanto, os desejos e interesses nacionais são mais importantes e devem ser sobrepostos aos interesses locais, que não representam a vontade – aqui deduzida como – soberana e universalizada por todos os brasileiros.

O conceito de *Constituição* foi caro a ambos os autores. Evocado por 5 vezes nas peças, ele sempre foi associado a termos como defender e resguardar. Os dois sacerdotes defendiam que a Constituição era a fiadora do pacto social, que garantia direitos e deveres aos cidadãos, bem como definia e delimitava os vínculos entre estes e o Imperador. Porém, o conceito de constituição ia para além disso.

Recorrendo ao dicionário de Bluteau<sup>725</sup>, temos o verbete: “[...] Estatuto, regra, tirar as constituições de alguém. Constituição do ar. Constituição do tempo. Temperamento, disposição do ar, segundo é mais, ou menos frio, quente, úmido ou seco. À imitação de Cícero, que chama a compleição do corpo. Febres malignas [...]”. Moraes Silva<sup>726</sup> definiu o mesmo conceito como: “[...] estatuto, lei, regra civil, ou eclesiástica, temperatura do ar, compleição do corpo[...]”.

Tal associação com “estatuto” se justifica pelo fato de que o termo “Constituições” era usual no meio eclesiástico, designando o conjunto de normas, preceitos e disposições que regulavam uma instituição como seu estatuto orgânico. Todas as Ordens religiosas, bem como as arquidioceses, possuíam seu ordenamento constitucional, como “[...] as célebres Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia, aprovadas em 1707 e que permaneceram a principal legislação eclesiástica do país até meados do século XIX”<sup>727</sup>.

Com a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos da América, a definição moderna de constituição ganhou nova perspectiva. Neste novo momento político-cultural, “[...] Constituição passou, então, a significar a garantia de direitos e deveres, estabelecidos por um

---

<sup>725</sup> BLUTEAU, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, vol. 1, 1881, op. cit., p. 316.

<sup>726</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente*. Lisboa: Typ. M.P. de Lacerda, 1823.p. 524.

<sup>727</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860)*. In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 185.

novo pacto social, elaborado entre o rei e o indivíduo, “[...] que designa uma unidade que não existe concretamente, mas apenas de maneira ideal”<sup>728</sup>.

Essa definição de princípio constitucional chegou ao Brasil em 1821, junto ao ideário político liberal que eclodiu com a Revolução do Porto. Consoante Lúcia Maria Bastos Neves<sup>729</sup>, não havia apenas uma única interpretação para constituição, sendo possível perceber outras vertentes circulando na imprensa. As versões como a inspirada no constitucionalismo histórico, a denominada democrática, a baseada em Montesquieu e a orientada pelos escritos de Benjamin Constant foram as que dominaram as discussões.

A variante mais conservadora era a que rogava o constitucionalismo histórico, defendendo o retorno ao uso da Constituição Antiga de Portugal, isto é, o retorno à ordem pré-revolucionária vigente no século XVIII. O grupo que se pautava pelo pensamento de Montesquieu, tendo uma concepção menos conservadora, alegava que a constituição era o agrupamento das leis fundamentais do Estado, que apresentava o sistema do governo, garantindo a divisão e a harmonia entre os três poderes. Já a interpretação do conceito de constituição que partia dos princípios de Benjamin Constant versava sobre a defesa das garantias individuais. Por fim, a vertente que advogava por uma constituição democrática afirmava que o texto era um ato popular que constituía o governo, sendo um pacto político e social dos cidadãos para que pudessem viver em sociedade<sup>730</sup>.

Ambos os sacerdotes, durante o período de consolidação da Independência, defenderam o modelo democrático para a confecção da Constituição Brasileira, como podemos ler nas páginas no *Revérbero Constitucional Fluminense*<sup>731</sup> e no panfleto *O Brasil Indignado*<sup>732</sup>, escrito por Marcelino com o pseudônimo de Philopátrico. Neste modelo, a “[...] constituição significava, sobretudo, um pacto político, ultrapassando seu sentido original de definir uma forma de governo e a organização do território”<sup>733</sup> e seria “[...] constitutivos de nossa existência

<sup>728</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. *Ler História* [Online], n. 55, p. 49-64, 2008, p. 50. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/lerhistoria/2203>>. Acesso em: 01 julho de 2022.

<sup>729</sup> NEVES & NEVES, Constituição, 2008, op. cit., p. 52-53.

<sup>730</sup> HEES, Felipe. O conceito de constituição na Independência e na proclamação da república: uma comparação. *história, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, p. 212-226, 2013.

<sup>731</sup> *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro, n., 4, 18 jun. 1822.

<sup>732</sup> DUARTE, Marcelino Pinto Ribeiro (Philopátrico). O Brasil Indignado contra o Projeto Anti-Constitucional sobre a provação das suas atribuições. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*, 4 v. Belo Horizonte: UFMG, 2014, vol. 2, p. 357-369.

<sup>733</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.



política e moral na hierarquia dos povos civilizados [...] de onde hão de partir todas as linhas para organizarem o quadro de nosso progressivo melhoramento”<sup>734</sup>.

É durante as reformas constitucionais realizadas nas Regências que as principais diferenças de interpretação do texto surgem entre os clérigos. A questão do unitarismo e do federalismo tornou-se a discussão principal entre seus grupos. Enquanto os moderados defendiam reformas descentralizadoras, mas que conservasse a administração centralizada na Corte, os exaltados defendiam a total descentralização e questionavam os resquícios de unitarismo e de autoritarismo que ainda se encontravam no texto. Porém, ninguém questionava a própria Constituição, considerada “[...] o código sagrado da nação brasileira”<sup>735</sup>. Por esta razão, uma das acusações que mais aparecem nas peças é a de traidor da constituição e, por consequência, do povo brasileiro.

Por mais que os termos *monarquia centralizada* e *federalização* não apareçam explicitamente nos textos teatrais, uma vez que o objetivo das peças é criticar o grupo político rival e defender os seus pares, é possível perceber referências indiretas a elas. A peça escrita por Januário traz na fala do *Carpinteiro* – personagem que representa o pensamento liberal moderado – reflexões sobre o que seria o governo moderado. Na última fala da peça, o personagem diz:

Eu obedeço á Autoridade, que me prende [...]. Se eu não confiasse na Sabedoria e Justiça do nosso Governo, desgraçado me chamaria. [Eu apoio os] que abominam os Caramurú, não querem Pedro I, não querem Andradas! Querem sim Constituição, Liberdade, Lei, Pedro II, Governo enérgico, Ministros honrados e Patriotas, e Militares tão votados á Causa da Pátria, como são os briosos Municipaes Permanentes<sup>736</sup>.

Podemos perceber que a fala, em crítica à revolta, defende todas as reformas realizadas pelo governo moderado e os ideais que eles diziam defender por estarem no poder. Por mais que não defendam o centralismo administrativo de forma direta, isso fica evidente na confiança depositada no governo. Marcelino, ao contrário, condena tais governantes, ao chamar de lobos com capas, que em nome da “Santa Moderação” desgraçam a nação com guerras, sangue, pranto, perseguições e misérias. O governo moderado destruíra os sonhos dos brasileiros – leia-se exaltados – para que houvesse um novo Império pós 7 de abril de 1831<sup>737</sup>.

Em síntese, a linguagem política encontrada nas peças não se diferencia da linguagem política que era empregada nos jornais. A maestria que ambos sacerdotes possuíam com as letras, seja

<sup>734</sup> DUARTE, O Brasil Indignado contra o Projeto Anti-Constitucional sobre a provação das suas atribuições, 2014, op. cit., p. 366-367.

<sup>735</sup> NEVES & NEVES, Constituição, 2008, op. cit., p. 56.

<sup>736</sup> BARBOSA, *A Rusga da Praia Grande*, 1834, op. cit., p. 75.

<sup>737</sup> DUARTE, *Conego Ignez*, 1835, op. cit., p. 51-52.

para atacar desafetos ou defender aliados, era conhecida pela opinião pública e fora exaustivamente aplicada na composição das peças teatrais. Estruturalmente, o cômico e o padre buscaram escarnecer da atuação do grupo adversário, enquanto realizavam o contraponto argumentativo com um personagem que representava os seus anseios e projetos.

Por isso, questões como centralização ou federalização, progresso na ordem ou revoltas armadas, respeito ao governo ou reorganização política, podem ser encontradas nas peças, acompanhadas por reflexões que justifiquem a escolha por uma ou por outra, partindo da concepção política de cada autor. Junta-se a elas os conceitos políticos que compunham as discussões ocorridas naquele momento.

Estes termos e conceitos que eles empregaram no teatro eram demasiadamente discutidos na sociedade e, como a própria *Língua Portuguesa-Brasileira*, passavam por uma ressignificação, fruto das transformações semânticas que estavam em curso e dos novos vocabulários que se apresentavam. Por isso, tomar posse destes vocábulos para construir suas argumentações era mais uma batalha na arena de guerra feita através do papel e das penas.

#### 4.2. PROGRESSO NA ORDEM OU REVOLUÇÃO PARA FEDERALIZAÇÃO? DISCUSSÕES ENTRE *AURORA FLUMINENSE*, *MUTUCA PICANTE* E O *EXALTADO*.

A discussão sobre o regime de governo, que não apareceu explicitamente nas peças teatrais, foi exaustivamente abordada nos jornais. Como já discutido nesta pesquisa, muitos foram os projetos de Nação que surgiram junto ao processo de Independência. Devido à suspensão da Assembleia Constituinte e a forma centralizadora com que Dom Pedro I governara o Brasil, esses projetos ficaram adormecidos e restritos aos impressos – que conseguiram burlar a censura – durante todo o primeiro reinado.

A abdicação do primeiro imperador permitiu que os diferentes grupos políticos reaparecessem junto à opinião pública para apresentar o seu projeto para a nação. Mais uma vez, a imprensa foi a principal forma de propaganda política utilizada por estes grupos. Dentre os diversos grupos políticos que surgiram, os liberais moderados, os liberais exaltados e os caramurus foram os que se destacaram pelo tamanho, presença governamental, propagação e defesa de seus ideais por meio dos impressos.

Consoante Perelman<sup>738</sup>, tais discussões eram realizadas por autores que possuíam sua posição política e, por meio dos debates em que estavam inseridos, buscavam persuadir a opinião pública de que ele era o porta-voz da verdade e do melhor projeto nacional. Tomando como exemplo os liberais moderados, percebemos que o movimento de expansão de seus jornais tinha por objetivo construir uma rede que penetraria na opinião pública das Províncias e tornaria os seus ideais, preceitos, conceitos e projetos um “senso comum” na localidade<sup>739</sup>.

Entre os diversos assuntos que eram tratados pelos redatores, a reforma constitucional que mudaria a centralização absolutista da administração Imperial era um dos mais discutidos nos primeiros anos da década de 1830. À vista disso, podemos encontrar nos impressos discussões diretas entre os moderados, que defendiam um equilíbrio entre o poder central e local, e os exaltados, que defendiam a total descentralização do poder e da administração a partir da adoção do federalismo. Pugnadores pelas penas, Marcelino Duarte, Januário Barbosa e Evaristo da Veiga – aqui evocado dado o seu prolongado embate jornalístico com Marcelino – não se privaram de discutir essas questões.

#### **4.2.1. O conceito de Federação**

Para melhor compreender a discussão que ocorria, é oportuno discorrer sobre o conceito de Federação debatido naquele momento. A definição de federalismo ainda era turva para estes homens. Para os defensores do modelo político, federalismo estava associado à autonomia provincial e, por muitas vezes, vinculado à república, que era defendida como um elemento totalmente americano, em detrimento do despotismo europeu. Assim, criou-se uma dicotomia: enquanto os partidários do federalismo o associavam ao governo da liberdade, face ao centralismo e despotismo monárquico europeu, os partidários da monarquia relacionavam federalismo à anarquia, colocando-o na oposição à ordem que provem do rei<sup>740</sup>.

Até entre os liberais exaltados não havia um consenso sobre o que se buscava. Mesmo concordando com a maior autonomia das províncias, não havia uma consonância sobre a forma que essa autonomia teria, nem quanto à forma de governo que seria implementada para a

---

<sup>738</sup> PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 42.

<sup>739</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais*. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 132.

<sup>740</sup> FONSECA, Sílvia Carla Pereira Brito. A América como um Conceito: contribuição para o estudo da imprensa republicana fluminense e pernambucana entre 1829 e 1832. In: *Cadernos do CHDD*, ano IV, número especial. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática, 2005, p.65-66.

consolidação do federalismo. Por isso, não se pode confundir federalismo com separatismo, nem com regime republicano, ou associa-lo somente aos mais exaltados daquele momento<sup>741</sup>. Consoante Basile<sup>742</sup>, os jornais exaltados ora apontavam para república em seu sentido clássico romano de coisa pública, ora a definiam como um regime de governo. Justifica o uso das duas acepções do termo como um mecanismo para burlar a censura.

A conceituação do termo tem uma evolução com o advento da diferenciação entre *federalismo* e *confederalismo*. Em um primeiro momento, não havia uma diferença conceitual entre os dois termos. Alexis de Tocqueville (1805-1859), ao analisar a inovação da engenharia governamental e democrática dos Estados Unidos da América, utilizava ambos os termos para identificar a forma de governo norte-americana, tendo em vista que não cunhara um outro conceito capaz de nomeá-la. Feita a Convenção de Filadélfia<sup>743</sup> (1787), inicia-se, então, uma diferenciação entre os dois termos e o federalismo passa a ter sua definição moderna<sup>744</sup>.

Assim, a confederação passou a ser compreendida como uma aliança de Estados Independentes, em que o poder central seria nulo ou fraco. Neste modelo, os Estados seriam a fonte de soberania e o governo central não poderia aplicar leis sobre os cidadãos sem a aprovação dos governos locais. Já na federação, existiria um equilíbrio entre o poder central e o poder local, sendo que o governo central possuiria o direito de aplicar leis sobre os cidadãos ou Estados integrantes da União, sem a necessidade de acordo com as unidades federativas<sup>745</sup>. No Brasil Regencial, as discussões partiam dessa concepção e o federalismo era o modelo defendido pela maior parte dos desejosos das reformas.

Nesse momento, “[...] parte considerável dos federalistas acreditava que o federalismo permitiria que os interesses dos cidadãos ativos e a liberdade caminhassem de maneira virtuosa”. Assim, “[...] a ideia de federalismo esteve diretamente associada a um movimento no

---

<sup>741</sup> MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org). *Independência: história e historiografia*, São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005. p. 140.

<sup>742</sup> BASILE, Marcello. *Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)*. Dissertação de Mestrado - UFRJ, 2000, p. 53-54.

<sup>743</sup> A Convenção de Filadélfia foi uma reunião entre os dias 25 de maio e 17 de setembro de 1787, para resolver os problemas dos Estados Unidos da América, após a independência do Reino Unido da Grã-Bretanha. Nesta Convenção foi adotado o sistema federativo, promulgada a Constituição Americana, estabelecido a forma de governo e nomeado o primeiro presidente do país. Ver: EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *A Convenção Constitucional*. Programa de Informações Internacionais, 2013. Disponível em: < [https://static.america.gov/uploads/sites/8/2016/04/The-Constitutional-Convention\\_Portuguese\\_508.pdf](https://static.america.gov/uploads/sites/8/2016/04/The-Constitutional-Convention_Portuguese_508.pdf) >. Acesso em 17 de julho de 2022.

<sup>744</sup> COSER, Ivo. O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, n. 4, 2008, p. 942.

<sup>745</sup> op. cit.

qual o exercício do poder público é espalhado na sociedade”<sup>746</sup>. O primeiro ponto a ser descentralizado foi a justiça, com a aprovação do Código de Processo Criminal (1832), o que garantiria que o Estado respeitasse os direitos individuais. Na definição de Ivo Coser<sup>747</sup>, o federalismo formulado em torno do Código de Processo poderia ser dividido em duas partes:

Em primeiro lugar, o arranjo constitucional federalista é definido a partir de dois pontos: o mecanismo de responsabilidade que os funcionários possuem para com os cidadãos – seja na esfera provincial, seja na esfera municipal – e a liberdade de que as províncias devem dispor para administrar seus recursos e legislar tendo em vista suas realidades singulares. Em segundo lugar, e diretamente associado ao primeiro, esse modelo constitucional permite que o cidadão olhe para o que é público como algo que lhe diz respeito, e não como algo que somente diz respeito a um funcionário nomeado por um poder distante. O cidadão exerce seu interesse individual junto ao interesse público.

Porém, o sufrágio municipal das principais figuras da justiça – Juiz de Paz, Promotor e Júri – levaram à eleição de *cabalas*, que beneficiavam seus pares e perseguia desafetos. Assim, nas discussões jornalísticas e parlamentares que se seguiram, com a promulgação do Código de Processo, a maioria dos liberais passou a defender que a reforma Constitucional que estava sendo realizada deveria federalizar a partir das Províncias, e não dos municípios.

Logo, influenciados por essa nova interpretação do federalismo, os moderados assumiram posição favorável a uma reforma constitucional que correspondesse aos anseios das Províncias, em especial as do Norte, a muito tempo imersas em revoltas. Já os exaltados propunham uma descentralização mais profunda, afirmando que isso seria um instrumento por meio do qual os cidadãos ativos se civilizariam<sup>748</sup>.

Venceu o projeto moderado, pelo qual o poder Provincial seria dividido entre o Presidente de Província, nomeado pelo poder central, e a Assembleia, escolhida pelos eleitores locais. A esta, ficava garantido o direito de legislar sobre a divisão civil, judiciária e sobre os funcionários provinciais. Acreditava-se, assim, que a “[...] primazia política para o Legislativo provincial como um meio pelo qual seriam podados os excessos descentralizadores presentes no Código do Processo”<sup>749</sup>. Conforme apontou Vitor Nunes Leal<sup>750</sup>, essas alterações constitucionais, idealizadas pelos pensamentos liberais, tinham como principal objetivo “[...] permitir que cada província, atentas às peculiaridades locais, ficasse em condições de estabelecer o regime municipal que lhe fosse mais conveniente”.

<sup>746</sup> COSER, O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX, 2008, op. cit., p. 952.

<sup>747</sup> op. cit., p. 953.

<sup>748</sup> op. cit., p. 957

<sup>749</sup> op. cit., p. 958.

<sup>750</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 95-96

Estando Januário na posição de porta-voz do governo moderado e Marcelino compromissado com os exaltados, foi natural que ocorresse, dentro os diversos embates que eles travavam, alguns que tivessem como tema a reforma constitucional e o federalismo. Pelas páginas do *Aurora Fluminense*, auxiliando Evaristo da Veiga, Januário sai da total repulsa ao federalismo para a defesa de reformas descentralizadoras aos moldes dos moderados, enquanto o Exaltado de Marcelino irá propor uma Federação total e plena, que respeite a monarquia, mas que garanta os direitos e as liberdades individuais e provinciais.

#### **4.2.2. O Federalismo nas páginas do *Aurora Fluminense*, *Mutuca Picante* e no *Exaltado*.**

A discussão conceitual sobre Federalismo, sua adesão ou repulsa, ocupou numerosas páginas dos diversos jornais que circulavam na corte durante os anos iniciais da Regência. Enquanto jornais como o *Republico* e o *Exaltado* mantiveram-se sempre fiéis aos anseios federalistas, outros jornais, como o *Sete d’Abril*, permaneceram firmes na defesa de um governo centralizado que resistisse à anarquia. Periódicos como o *Aurora Fluminense* acompanharam o processo político e, alinhados ao partido governante, mudaram de opinião no decorrer dos anos. Outros jornais, tais como o *Mutuca Picante*, em sua curta circulação, continuaram defendendo seu ideal político de monarquia centralizada. Para compreender como o federalismo era concebido pelos sacerdotes jornalistas aqui pesquisados, analisaremos os jornais nos quais publicavam.

No contexto político desse momento, foi apresentada a proposta de Reforma Constitucional pelo deputado Miranda Ribeiro, em 6 de maio de 1831, dois meses após a abdicação de Pedro I, e no momento em que o governo regencial ainda estava se consolidando no poder. Era um tempo de muitas incertezas e diversas revoltas, em que a unidade do Império e a segurança do infante Pedro II eram colocadas em xeque. Em meio a este turbilhão de acontecimentos, o deputado propunha uma reforma que mexeria nos alicerces do Império. Dentre as principais mudanças propostas, estavam o fim da vitalidade do Senado, do Conselho de Estado e do Poder Moderador, a separação entre as receitas gerais e as provinciais, e a adoção de uma Monarquia Federativa<sup>751</sup>.

A quantidade e profundidade das propostas de reforma foram alvo de muitas críticas e reflexões. Uma das primeiras críticas foi realizada pelas penas de Evaristo da Veiga, através do *Aurora Fluminense*. Com uma redação pautada pelo “justo meio” e defendendo o *progresso na*

---

<sup>751</sup> COSER, O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX, 2008, op. cit., p. 956.

*ordem*<sup>752</sup>, o jornal defendia que as reformas deveriam ser realizadas respeitando o texto constitucional e de forma gradual. Nas palavras do editor do *Aurora*:

A moderação em política não he senão a prudencia reguladora, que modificando as opiniões sociaes extremas, as chama ao justo meio termo, ou antes que dá aos objectos o seu devido valor, sem deixar-se fascinar pelo calor do entusiasmo, ou pelo prisma das paixões do momento<sup>753</sup>.

Desta forma, os artigos publicados no *Aurora Fluminense* buscavam afastar os “bons brasileiros” das paixões políticas e do extremismo que estas acabam por gerar, evitando, assim, a tragédia proveniente de uma nova revolução<sup>754</sup>. Logo, o remédio para este mal se encontrava na defesa de um regime monárquico unitário, centralista e representativo, pois este sistema seria capaz de garantir a liberdade, a ordem e o progresso. Pela herança portuguesa, o modelo monárquico também seria o mais apropriado para os costumes locais e, com o parlamento, possibilitaria a realização das reformas sem o risco de rebeliões, guerras e desagregação territorial, tal qual ocorrera na América Espanhola<sup>755</sup>.

Outra justificativa que era utilizada pelo *Aurora Fluminense* para desacreditar um regime federalista no Brasil era a da baixa instrução política da população. Ao seu ver, a “[...] falta de noções justas sobre o que seja liberdade, igualdade, direitos, deveres, e organização social nos tem arrastado a muitos desatinos”<sup>756</sup>. Tamanha a preocupação que se tinha com a população, que os redatores se empenharam para definir quem era, no seu ponto de vista, o verdadeiro povo:

Quando dizemos povo, claro que não estamos falando da massa ignorante, ou destituida de interesse na ordem social, que os demagogos adulam, e de que fazem o objecto de suas especulações; mas sim dos homens pensantes, honestos, e que, nada tendo a ganhar na anarchia, olham todavia com justo receio para qualquer ensaio de despotismo, para qualquer apparencia de menosprezo que se note a respeito da nação, do seu decoro e prosperidade<sup>757</sup>.

Por isso, não haveria uma disputa justa entre as províncias nem o entendimento de uma irmandade entre elas, o que levaria a diversas subdivisões. Criticando o movimento liberal exaltado que ocorria em São Paulo e Minas Gerais e as reflexões que surgiam no jornal *Malagueta*, o impresso moderado afirma:

[...] se pretende fundar hum Império composto só de S. Paulo e Minas, e abandonar para esse fim o Rio de Janeiro [...]. Mas se o Império, alem de Minas e S. Paulo poder

<sup>752</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 970, p. 3558, 20 out 1834.

<sup>753</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 563, p.2388, 30 nov 1831.

<sup>754</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 932, p. 5992 14 jul 1834.

<sup>755</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n.442, 1864, 26 jan 1831; *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n 686, p. 2923, 10 out 1832.

<sup>756</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 624, p. 2658, 4 mai 1832.

<sup>757</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 553, p. 2343, 7 nov 1831.

abranger ainda o Rio de Janeiro, se poder agregar a si o Rio Grande do Sul e S. Catharina; e se lhe estiver demais ligada a Bahia, Pernambuco, e finalmente todo o resto do Brasil, não será isso melhor mesmo para quem governa? [...] Os governantes atuais tem huma mania, hum furor decidido pelos Estados pequenos, e não podem viver contentes enquanto regem os destinos de hum grande Estado<sup>758</sup>.

Logo, para deslegitimar o sistema federativo, o jornal também investia em críticas aos liberais exaltados que, pelo prisma centralizador, defendiam a federação por quererem a convulsão social do país. No número 588 lemos:

Conhecemos que ha Cidadaos honestos e estimáveis no partido exaltado; mas o seo número he diminuto, e são de ordinário espíritos inflamáveis, de mórbida irritabilidade, e que em tudo se deixam guiar por um vao entusiasmo. Confessando que de uma e outra banda tem havido excessos nos escritos, e folhas periódicas, nós perguntamos, contudo, se a Moderação apresentou nunca produções imoraes como a *Matraca* e o *Jurujuba*, freneticas como o *Exaltado* e o *Filho da Terra*?<sup>759</sup>.

Diante do fato de serem os liberais exaltados os principais defensores do Federalismo e que, para atingir este fim, estavam dispostos a pegar em armas e incitar rebeliões por todo Império, o *Aurora Fluminense* buscava incutir no povo um sentimento de repulsa a esses movimentos e de confiança na filosofia e na administração moderada:

Folgamos de que no meio de todos esses choques e desvios da lei, o sangue não fosse derramado; mas não pudemos deixar de exortar os nossos concidadãos, a que não consintam que cenas semelhantes se repitam na nossa Pátria. Por mais justificados que sejam os motivos desta explosão da indignação popular, por mais nobres que sejam as razões desta cólera publica; a cólera, a indignação, os ajuntamentos tumultuarios não podem governar um Estado, antes tendem a lança-lo no abismo da anarchia. Só nas leis, na ordem, na acção regrada das autoridades está a salvação do povo. Confiemos no Governo, no Brazil, e na bondade da nossa cauza, e não nos lancemos nos excessos que sempre reprovamos. Concidadãos! Os movimentos populares reiterados só produzem confusão e fraqueza: a força e a união estão no cumprimento de nossos deveres<sup>760</sup>.

Januário da Cunha Barbosa, em seu *Mutuca Picante*, publicava “[...] notas sarcásticas e humorísticas contra certos personagens, especialmente Marianno Carlos de Souza Correia, a quem o clérigo gentilmente designava de *Rato molhado*”<sup>761</sup>. Marcelino, denominado pelo cônego como Padre-Mestre Chará, também foi alvo de diversos ataques durante o ano de 1834, período em que esteve preso e não pôde responder às investidas.

Antonio da Cunha Barboza<sup>762</sup>, sobrinho-neto do cônego Januário, ao publicar um *esboço biobibliográfico* sobre o tio-avô na revista do IHGB, analisa o jornal *Mutuca Picante* e afirma que, mesmo não tendo participado da oposição a Dom Pedro I, após a sua abdicação, defendeu

<sup>758</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 618, p. 2632, 18 abr 1832.

<sup>759</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 588, p. 2495, 5 fev 1832.

<sup>760</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 851, p. 3634, 9 dez 1833.

<sup>761</sup> BARBOZA, Antonio da Cunha. Conego Januário da Cunha Barboza: Esboço biobibliographico. *RIHGB*, Tomo LXV, parte II, 1902. p. 233.

<sup>762</sup> op. cit., p. 220.



que alguns atos do monarca deveriam ser classificados como despóticos e tiranos. Mas, “[...] ao mesmo tempo, que assim se expressava, expunha abertamente o seu espirito monarquista constitucional representativo, forma política essa sempre do seu ideal”.

Com sátira e de forma jocosa, o cônego criticava incisivamente e com dureza toda a oposição ao governo moderado. Ao seu ver, o principal erro dos liberais exaltados era “[...] confundir anarquia com República, malcreação com fraqueza parlamentar e licença com liberdade”<sup>763</sup>. Para justificar sua ideia de que exaltados e moderados não tinham condições de assumir o governo nem em nível nacional, nem em nível provincial, ele cita o fato – chamado de estupidez – da oposição encher as Comissões da Câmara de ofícios e propostas com o intuito de atrapalhar o bom andamento do governo, visto que os requerimentos de urgência e importância acabavam não sendo votados. E isso garantia munição para que os deputados oposicionistas atacassem os ministros e o governo<sup>764</sup>.

Mesmo que a maior parte das críticas impetradas pelo *Mutuca Picante* tivessem como alvo os Caramurus, sempre que necessário, Januário não se privava de atacar os liberais exaltados, especialmente os projetos por eles apresentados. Como o próprio autor deixou claro: “[...] a mesma guerra, que fiz aos absolutistas monarchicos, ou collunas, hei de fazer pelas penas aos Republicueiros do Brazil, os quaes não diferencio dos Caramurus”<sup>765</sup>. Por essa razão, por mais que o jornal não aborde diretamente o conceito de federalização, este aparece sempre que fosse oportuno para tecer críticas aos liberais exaltados.

Logo, o jornal questionava a ação e os ideais exaltados, por exemplo, sobre quem diante da monarquia constitucional, que fez o Brasil Independente, “[...] daria um vintém pelo Projecto de Federação com os Estados Unidos?”<sup>766</sup>. E deixa claro que não é contra as Repúblicas, pois onde elas foram implementadas funcionavam bem. Mas “[...] não a aprovo em meu paiz, onde tal governo prezentemente não seria, senão o triunfo dos rasgados, dos sem calções, dos vadios e proletários contra os pacíficos”<sup>767</sup>. Sua principal crítica à federalização do Império se dava na ideia de que o imperador passaria a ser um “presidente das províncias federadas do Brasil”<sup>768</sup>.

Contudo, o cônego deixa claro sua adesão à Reforma Federalista – que ocorreria em 1834 – mas com ressalvas em alguns pontos, como a “monstruosidade” que seria deixar a escolha de

<sup>763</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1, 19 set. 1834.

<sup>764</sup> op. cit.

<sup>765</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 2, 26 set. 1834.

<sup>766</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 2, 19 set. 1834.

<sup>767</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-2, 23 set. 1834.

<sup>768</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 2, 10 out. 1834.

Presidentes de Província e Magistrados com o povo<sup>769</sup>. Também enfatiza a sua defesa pela liberdade de Imprensa, recordando que, mesmo não concordando com uma só letra do que escrevia Cipriano Barata, apoiou sua libertação quando este esteve preso a mando de Dom Pedro I<sup>770</sup>.

Ao seu ver, as críticas vazias que os jornais exaltados faziam ao governo moderado comprovavam o espírito de contradição que os guiava, o falso patriotismo que pregavam e a falta de zelo para com o governo do império. Desse modo, seus escritos acabavam passíveis de censura, tendo em vista que no lugar de críticas “[...] com verdade e decência as faltas da administração”, eles acabavam por se mostrar verdadeiros pacholas e capadócios, que escrevem para fazer rir e causar náuseas, diferente dos moderados, os patriotas, que escrevem para dirigir o Império<sup>771</sup>. Por esse motivo, a única contribuição que os liberais exaltados estavam dando ao Estado Brasileiro era encher as cadeias e aumentar os gastos da Câmaras Municipais<sup>772</sup>.

O federalismo não daria certo no Brasil porque ele era alimentado por um espírito de vingança dos exaltados, que foram excluídos do governo moderado por serem anarquistas que sublevam as Províncias<sup>773</sup>. No número seguinte do jornal, ao fazer uma reflexão sobre a inspiração teórica de cada grupo político do Brasil, Januário chama a atenção para o fato de que moderados seguem Rousseau, que dizia ser necessário ter a prudência dos grandes gênios para guiar uma nação. Diferentemente, os liberais exaltados se inspiravam no proposto por Robespierre, ou seja, eram aqueles que não se enquadravam no sistema proposto. Logo, exaltados no poder seriam como “[...] quando Nero punha fogo na Capital do Mundo<sup>774</sup>.

Nas palavras do jornal, as motivações exaltadas seriam: “[...] Vingança, e sempre vingança! Sangue, e sempre sangue! [...] Quando nada mais tivessem feito do que pugnar constantemente o monstro da anarchia, teriam eles um scopo, um fito, um plano útil ao Brasil”<sup>775</sup>. Desta forma, os federalistas confundiam o direito dos povos com anarquia e não possuíam “boas intenções” ou prudência, o que levaria a um governo que ridicularizaria a humanidade e a compaixão, e só serviria para perturbar a ordem civil<sup>776</sup>.

<sup>769</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 2, 10 out. 1834.

<sup>770</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 2, 23 set. 1834.

<sup>771</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1, 17 out. 1834.

<sup>772</sup> op. cit., p. 4.

<sup>773</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 1, 26 out. 1834.

<sup>774</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1-2, 29 out. 1834.

<sup>775</sup> op. cit., p. 4.

<sup>776</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 4, 12 dez. 1834

Por fim, o último número do *Mutuca Picante*<sup>777</sup> que circulou, já tendo falecido Dom Pedro I e passado o receio de uma restauração, aponta que a partir daquele momento somente dois partidos figurariam no cenário político imperial: os governistas (liberais moderados) e os republicanos puros ou federalistas (liberais exaltados). Por isso, o *Januário* alerta para que a população resista aos arroubos federalistas, que só desejariam implementar o Governo Republicano e dividir o Império. Para além, também questiona as intenções e o preparo dos exaltados para administrar qualquer governo:

Se tivéssemos convencidos das boas intenções e sinceridade dos que pregão a prática da forma republicana no Brasil, se tivéssemos confiança em seus talentos e capacidade intelectual. Por outro lado, se não tivéssemos plena e definitivamente persuadidos, que tentar estabelecer já no Brasil o Governo Republicano, em toda sua plenitude, he o parto da mais requintada loucura e ignorância [...]. Temos a quazi certeza de que elle, longe de curar nosso organismo político, deve infalivelmente trazer mortaes e talvez incuráveis convulsões?<sup>778</sup>

No lado oposto ao *Aurora Fluminense* e ao *Mutuca Picante*, Padre Marcelino, em seu *Exaltado*, apoiava de forma clara a federalização do Brasil. Partidário do federalismo imperial, visto que, para o padre-mestre “[...] a Federação em nada se torna incompatível com qualquer forma de Governo”<sup>779</sup>, ele afirmava que somente a garantia de liberdade de governo, de economia e da produção de leis análogas a seus interesses manteria as províncias do Império unidas ao um governo geral. Logo, o equilíbrio entre uma total autonomia e a ligação ao governo geral por meio de uma Constituição comum e justa poderia salvar o Brasil da revolução, da anarquia e dos mandões<sup>780</sup>.

Utilizando o Espírito Santo como exemplo, ele argumentava que “sua pátria” era subjugada pelo governo central que “[...] lança mão das armas para sustentar suas vontades e opiniões”<sup>781</sup>. Ainda tendo a sua província natal como ponto de inferência, continuava a legitimar o seu projeto federalista sustentando que: “[...] A minha província do Espírito Santo, que pelo espaço de 31 anos tem soffrido a perseguição mais degradante em todos os seos ramos de felicidade, de indústria, falta de braços [...] deixando seos sertões entregues a antropofagia dos ferozes Botocudos e outros selvagens”. E justifica a necessidade de autonomia dos “capichabas” afirmando que “[...] se minha Província gozasse das vantagens e graças da federação não seria privada [destes bens]”<sup>782</sup>.

<sup>777</sup> *Mutuca Picante*, Rio de Janeiro, n. 37, 30 jan. 1835.

<sup>778</sup> op. cit., p. 1-2.

<sup>779</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 4, 23 dez 1831.

<sup>780</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 2-3, 15 dez 1831.

<sup>781</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 2, 15 dez 1831.

<sup>782</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3, 23 dez 1831.

Importante salientar que padre Marcelino não nega que a Pátria-Mãe é o Império do Brasil, mas, a seu ver, cada província é uma pequena pátria que possui seus costumes, suas necessidades e seus anseios. Por isso, a única garantia de que o Império poderia se manter unido se encontrava na adoção do sistema federalista, que certificaria a livre concorrência entre as províncias e a defesa de seus interesses privados. Essas províncias continuariam unidas por meio de uma Constituição comum, que preservaria a unidade e a defesa do território<sup>783</sup>. Assim, ao aprovar a federação por meio da reforma constitucional, os deputados permitiriam apertar “[...] o nó de fraternidade entre as Províncias do Brasil”<sup>784</sup>.

Para o padre-mestre, somente a federação asseguraria a paz nas províncias e, por consequência, afastaria o medo de uma fragmentação do território. Utilizando a Província de Pernambuco para exemplificar a sua alegação, o *Exaltado* afirmava que a eclosão da Confederação do Equador era culpa do centralismo administrativo do Império. Em seus argumentos, “[...] Se o brioso e heróico Pernambuco fosse já em 24 federado, não teria a desgraça de ver as suas ruas cobertas de sangue, e dos cadáveres de seus mais nobres filhos”<sup>785</sup>.

Lançando mão dos argumentos de Glayds Sabina Ribeiro<sup>786</sup>, afirmamos que o padre Marcelino defendia um federalismo misto com a monarquia, pelo qual o Brasil seria governado por um “[...] Governo Monárquico representativo, vitalício, e unitário, formado por aqueles que lutaram em 6 e 7 de abril, e que se colocaram não só contra o tirano, mas contra a tirania”. Ao seu ver, o melhor modelo de monarquia seria uma constitucional, pelo qual muitos cidadãos escreveriam as leis e o monarca a executaria ou nomearia delegados para tal. Descreve três possibilidades de monarquia que estariam em sintonia com o seu projeto: Hereditária, Vitalícia e Temporária. O padre advoga pela temporária, mas reconhece que a realidade do Brasil - onde não haveria uma massa patriota suficiente para que este modelo vingasse – deveria ser de uma monarquia vitalícia<sup>787</sup>.

Desta forma, diferente dos modelos de governo que eram defendidos pelo *Republico*, *Clarim da Liberdade* e o *Nova Luz*, o redator do *Exaltado* rechaçava a adoção do modelo de governo dos Estados Unidos da América pelo Brasil. Na sua opinião: “[...] hum ar mais frio, um terreno mais humido dá aos filhos de Washington um clima, um temperamento mui differente daquele

<sup>783</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3, 23 dez 1831.

<sup>784</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 4, 16 ago 1832.

<sup>785</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 2, 23 dez 1831.

<sup>786</sup> RIBEIRO, Glayds Sabina. A radicalidade dos exaltados..., 2009, op. cit., p. 17.

<sup>787</sup> RIBEIRO, Glayds Sabina. A radicalidade dos exaltados..., 2009, op. cit., p. 21; *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 15, 23 dez 1831.

que tem os Brasileiros, coroados pelos raios de sol, que gira sobre suas cabeças”<sup>788</sup>. Assim, defendia que deveríamos nos espelhar nos países do sul, mais próximos da nossa realidade<sup>789</sup>.

Para o sacerdote, a adesão da Sociedade Federal era um caminho sem volta, uma realidade palpável e um movimento que não podia mais ser ignorado pelos governantes, pois “[...] a mocidade Brasileira clama, com vailor, com gaz mais forte pela Pátria, Constituição e Liberdade”. Ao mesmo tempo, criticava os “[...] ridículos boatos da influencia da República do Haiti no Rio de Janeiro”, boatos estes que só serviam para espalhar o caos e o medo em meio à população, justificando, assim, as atrocidades que o governo moderado realizava<sup>790</sup>.

O *Aurora Fluminense* não se privou de criticar as ideias de Marcelino que foram publicadas em seu jornal. A primeira crítica se dá pelo fato de que o padre-mestre exaltado, que tanto defendia a federação, só lembra de falar de sua Província nos tempos de eleição. Em tom de crítica, eles resumem as reflexões sobre a federalização da Província do Espírito Santo em: “[...] Eleitores da Capitania, aqui estou eu que nasci nessa província; elegei-me deputado porque aquella maldita padaria do fundo do quintal poz-me as portas. Elegei-me os 6 mil cruzados anuaes de subsídio me fazem um grande arranjo”<sup>791</sup>. Tendo perdido a eleição de 1833, o padre-mestre não foi esquecido pelo jornal, que fez publicar: “[...] De que serviu o *Exaltado*? O Padre Mestre foi esquecido pelo Espírito Santo apesar dos serviços que prestara no jornalismo e na padaria”<sup>792</sup>.

Em resposta à defesa que Marcelino fizera a Frei Caneca e aos pernambucanos que lutaram na Confederação do Equador (1824) – que responsabilizava do Governo Central pelos combates e caídos na rebelião -, o *Aurora Fluminense*, recorrendo à sátira, afirmou que “[...] as Províncias que comeram venenosa Feijoada [do espírito de federação] estão vomitando sangue. Viva porém a Goiaz e Maranhão que não engoliram a pilula e o ópio afeijoado”. Ainda recomendou que Marcelino continuasse a descrever os viris homens que defendem a federação, pois, assim, os bons brasileiros saberiam distinguir entres os que querem o bem e os que querem o mal do Império<sup>793</sup>.

Uma clara campanha de desmoralização pública ao padre Marcelino foi realizada pelo *Aurora Fluminense*, como a alegação de que, dentre os liberais exaltados, havia muitos bons e inteligentes brasileiros, totalmente diferentes do padre-mestre<sup>794</sup>. Afirmava que sua escrita era

<sup>788</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3, 4 ago 1831.

<sup>789</sup> RIBEIRO, Glayds Sabina. A radicalidade dos exaltados..., 2009, op. cit., p. 18.

<sup>790</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 2-3, 29 set 1831.

<sup>791</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 731, p. 3121, 6 fev 1833.

<sup>792</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 784, p. 3336, 21 jun 1833.

<sup>793</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 585, p. 2486, 27 jan 1832.

<sup>794</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 884, p. 3769, 7 mar 1834.

chocha e burlesca, cheia de mágoas porque os brasileiros não aceitavam suas sandices e, por isso, ele estava cada vez mais incapaz de escrever. Logo, por culpa daqueles que pensavam e agiam como o Marcelino, “[...] o *exaltamento* he, sem querer, o melhor auxiliar da restauração”<sup>795</sup>. Uma vez que Marcelino morava no Rio de Janeiro e lá se envolveu com a política imperial, inclusive indicando candidatos em diversas províncias, foi acusado de pregar algo que não seguia, tendo em vista que, no mesmo jornal em que defendia autonomia para as Províncias, indicava candidatos baianos em Pernambuco, fluminenses na Bahia e capixabas no Rio de Janeiro<sup>796</sup>.

Marcelino não deixou de rebater as críticas que recebia. Por 56 vezes o padre exaltado citou e criticou o *Aurora Fluminense* e seus autores no *Exaltado*. Para ele, o *Aurora Fluminense* publicava as mentiras que Evaristo e os moderados queriam que os brasileiros acreditassem para que eles permanecessem no poder<sup>797</sup>. Ele considerava os moderados como traidores da pátria, dos brasileiros e do espírito revolucionário de 7 de abril de 1831. O *Exaltado* denunciava:

[...] e dizer-se-á que foi a Moderação, e a Boa Ordem, quem dirigiu uma tal revolução? Eu direi sempre que foi a Perfidia e a Traição. Forão homens, infelizmente, de nossa confiança que abuzando da boa fé dos Brasileiros, da docilidade de seu gênio por via de Cabalas empolgarem empregos, e se grimparam no Governo, atraçoaram no berço a malfadada revolução de 7 de Abril, a fim de que ela não ganhasse a expansão natural<sup>798</sup>.

Contudo, no período de maior discussão sobre a remodelação da Constituição, que seria aprovada em agosto de 1834, o padre Marcelino não estava ativo na imprensa com seu jornal. Entre julho de 1833 e abril de 1835, o *Exaltado* não esteve em circulação e, por essa razão, não encontramos as opiniões do padre-mestre sobre as reformas que culminariam no Ato Adicional. No entanto, por diversas vezes, ele expôs que defendia a causa da reforma da Lei máxima do país, de forma que a nação pudesse ser verdadeiramente livre. Por esse motivo, o tema liberdade foi recorrente em seus escritos<sup>799</sup>.

Para além desta defesa, para cada crítica recebida ou a cada incongruência encontrada pelo padre-mestre no *Aurora Fluminense*, ele não se privava de denunciar e atacar. Ao perceber a mudança de discurso que começava a aparecer nos artigos de Evaristo e Januário, Marcelino denunciou:

Os mesmos Brasileiros illudidos e fascinados hoje por esse rectador indigno, esse bastardo do Brazil, esse escrivinhador hipocrita, jezuita, calumniador e intrigante

<sup>795</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 604, p. 2570-71, 12 mar 1832.

<sup>796</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 746, p. 3180, 15 mar 1833.

<sup>797</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 1-2, 6 set 1832.

<sup>798</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 3, 16 ago 1831.

<sup>799</sup> RIBEIRO, Glayds Sabina. A radicalidade dos exaltados..., 2009, op. cit., p. 18.

recdator do Aurora. [...] Os mesmos Brasileiros illudidos e fascinados e sua boa fé ão de se despertar do letargo, em que os tem prostrado o opio da Aurora, da Ástrea, não fallo no Diario, folha sempre desacreditada e servil, maxime do Padre Januário, escriptor desgraçado, homem sem opinião e sem partido, só hábil para vender tirania. [...] O Brazil á de vingar suas injúrias<sup>800</sup>.

E quando os moderados começaram sua campanha para aprovar a reforma constitucional, Marcelino, mais uma vez, recorreu às páginas do seu jornal a fim de, diante do seu ponto de vista, alertar os brasileiros sobre aquilo que julgava ser as verdadeiras intenções dos moderados e recomendar cuidado com a adesão ao discurso deste grupo. Assim, ele escreve: “[...] Alerta, pois, alerta cidadãos!!! Preveni-vos contra as suggestões desses falsos Pais da Patria, que com o doce nome da liberdade nos lábios, occultam nos perversos corações os mais nefandos projectos”<sup>801</sup>.

As críticas realizadas por padre Marcelino tinham fundamento. No momento imediato após a abdicação de Dom Pedro I, o *Aurora Fluminense* repugnava a possibilidade de uma reforma federalista; todavia, o processo político e social que eclodiu nos primeiros anos da Regência levou os redatores do jornal a refazerem sua opinião sobre o sistema federativo. Se, num primeiro momento, era inconcebível pensar em federalismo no Brasil sob o risco de fragmentação do Império, as várias revoltas que ocorriam no território levaram o jornal a ver o sistema federativo como a possibilidade de evitar a destruição do Império. Logo, um novo discurso, que convidava os moderados a abrirem mão de suas crenças em nome da salvação do Brasil, da reconstituição da ordem e da governabilidade, passou a ser evocado<sup>802</sup>:

Por toda ha parte deseja-se a federação e a reforma, todos a querem e seria uma imprudencia não ceder; combati-a enquanto não a julguei voto geral; hoje he necessária e pugno por ela, faça-se; faça-se, mas com ordem e moderação [...]; mas conserve-se a essência do sistema adotado [...]; mas conserve-se o Brasil unido, e não se afrouxem demasiadamente os trassos que prendem a esta união<sup>803</sup>.

Como se pode ver, a adesão à descentralização da administração imperial por parte dos moderados não foi algo natural, mas fruto da “[...] ‘impossibilidade de resistir à torrente federalista da opinião pública, especialmente vinda das províncias do Norte’<sup>804</sup>. Isso fica evidente no fato de que, em 13 de outubro de 1831, Evaristo da Veiga votou a favor do projeto Miranda Ribeiro na Câmara dos Deputados.<sup>805</sup> No entanto, o ideal de progresso na ordem levou a uma contenção das reformas constitucionais. Ainda na lei de 12 de outubro de 1832, em que

<sup>800</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 2, 12 jan 1832.

<sup>801</sup> *Exaltado*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 1, 12 out 1832.

<sup>802</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 939, p. 3419-20, 1 ago 1834.

<sup>803</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 604, p. 2565-66, 12 mar 1832.

<sup>804</sup> BASILE, 2009, op. cit., p. 77-78.

<sup>805</sup> OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. O ato adicional (1834) e seus atores: deputados mineiros na criação das assembleias legislativas provinciais. *História, histórias*, vol. 9, nº 18, jul./dez. 2021. p. 142.

a Câmara recebeu a autorização para reformar alguns artigos da Constituição, foram garantidos que o Império não seria denominado Monarquia Federativa, que o Senado permaneceria vitalício e que o Poder Moderador seria mantido<sup>806</sup>.

Consoante Andréa Slemian<sup>807</sup>, por mais que as mudanças efetivadas na lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 proporcionaram maior liberdade às Províncias, o Parlamento não buscou subverter a ordem do Império, mas, sim, advogou pela preservação do mesmo. Consequentemente, os anseios dos exaltados não foram atendidos e a reforma não contemplou um federalismo total. Tratando de administração pública, o Ato Adicional pode-se resumir em:

[...] extinguiu o Conselho de Estado, substituía a Regência Trina pela Una (com regente eleito, a cada quatro anos, por voto secreto e direto) e criava assembleias legislativas nas províncias (com legislaturas bienais); a elas competia legislar sobre diversos assuntos, como fixação das despesas provinciais e municipais, impostos provinciais, repartição da contribuição direta pelos municípios, fiscalização das rendas e das despesas municipais e provinciais, nomeação dos funcionários públicos, policiamento e segurança pública, instrução pública e obras públicas, ficando as resoluções da Assembleia sujeitas à sanção do presidente de província. [...] o ato adicional descentralizou a administração e conferiu mais autonomia às províncias, com a criação das assembleias provinciais e a divisão das rendas públicas<sup>808</sup>.

O *Aurora Fluminense* foi um catalisador, em meio à opinião pública, para que o Ato Adicional fosse aprovado com o texto proposto. De início, houve empenho para diferenciar federação, confederação e república, angariando apoio popular para o primeiro sistema<sup>809</sup>. Após, buscaram associar federação ao bem público e passaram a defender que não existiria nenhuma oposição entre um Sistema Federalista e a Monarquia Constitucional<sup>810</sup>. Por fim, admitiam concordar que afrouxar o laço de poder das Províncias para com o poder central era necessário para se evitar mal maiores, como rebeliões e movimentos separatistas<sup>811</sup>. No número 994, é possível ler: “[...] a verdade he, que em todos as épocas dezejámos que se desse às Províncias aquillo que ellas hão de mister para seus melhoramentos e prosperidade”<sup>812</sup>.

<sup>806</sup> BRASIL. Lei S/N, de 12 de outubro de 1832. *Ordena que os Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura, lhes confirmam nas procurações facultade para reformarem alguns artigos da Constituição*. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil, vol. 1, 1832, p. 106.

<sup>807</sup> SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 262.

<sup>808</sup> BASILE, Marcello. *O Brasil Imperial (1831-1870)*. In.: GRINBERG, Keila e SALLES Ricardo (orgs). Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. p. 81.

<sup>809</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 731, p. 3120, 2 fev 1832.

<sup>810</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 734, p. 3133, 14 fev 1832.

<sup>811</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 747, p. 3181, 18 mar 1832.

<sup>812</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 994, p. 3666, 22 dez 1834.



Diante da mudança de concepção política e para se defender das diversas críticas que recebiam de adversários e até de ex-aliados, os redatores do *Aurora Fluminense* buscaram explicar a mudança política por que passaram:

Em princípios de 1831 combatemos he certo, não a Reforma Constitucional, porem o grito vago da federação, soltado no Republico, o qual nos pareceu imprudente, dadas as circunstâncias que então existíamos, sendo impossível nessa época tal mudança se effectuase, sem passarmos por uma revolução, cuja causa só abraçamos depois dos últimos desatinos do Imperador falecido. E quanto a esse grito vago e talvez perigozo, o nosso voto foi ainda o mesmo quando em 1832 rejeitamos nas Reformas Constitucionais a designação de Monarquia Federativa<sup>813</sup>.

Tal qual desejou a maior parte dos liberais moderados, o Ato Adicional de 1834 vetou a autonomia municipal, concentrando o poder administrativo no âmbito provincial. Logo, os municípios dependiam política e economicamente das Assembleias Provinciais. E, por mais que houvesse autonomia para as Assembleias eleitas em suas respectivas Províncias, os presidentes continuavam a ser escolhidos pelo poder central<sup>814</sup>. Outro ponto que não fora permitido é a possibilidade de que cada Província possuísse Constituições próprias. O *Aurora Fluminense* não se esquivou de argumentar em favor de um arranjo federativo que garantisse a participação do cidadão a partir da Província, mantendo os municípios subjugados ao poder regional.

Nós estamos longe de reprovar que as Municipalidades, os Officiais da Guarda e os Juizes de Paz sejam escolhidos pelos habitantes dos lugares: faremos observar apenas quanto retardamento, quanta vacillação esta circustancia e a ausencia de hum Delegado seu, produz na marcha do Poder Executivo. Estas Camaras, estes Officiais, estes Juizes de Paz são sempre o resultado da expressão de partido [...] o Presidente precisa de ser um poder para garantir a ordem nas Municipalidades<sup>815</sup>.

Essa argumentação não fugia do movimento de reinterpretação do federalismo que ocorria na Câmara. Quando o Código do Processo Criminal foi aprovado, em 1832, o pensamento federalista assimilava que a atividade política do cidadão deveria ser ativa na esfera administrativa mais próxima, ou seja, o município. Nessa esfera, conforme aponta Ivo Coser<sup>816</sup>, “[...] o cidadão poderia articular seus interesses particulares com a produção do bem público”. Logo, o cidadão deveria participar da montagem, do poder e do funcionamento do aparelho judiciário.

O grande problema, na visão dos redatores do *Aurora Fluminense*, é que os municípios e suas autoridades – em especial os Juizes de Paz – eram, por diversas vezes, coniventes com os

<sup>813</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 1030, p. 3816, 20 mar 1835.

<sup>814</sup> BASILE, *O Brasil Imperial*, 2009, op. cit., p. 81.

<sup>815</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 891, p. 3812, 26 mar 1834.

<sup>816</sup> COSER, *O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX*, 2008, op. cit., p. 942.

rusguentos<sup>817</sup>. Por isso, além de se manterem controlados pelo Poder Provincial, somente a autoridade dessa instancia poderia organizar as Guardas Nacionais e todas as outras forças contra os rebeldes locais<sup>818</sup>. Além do mais, somente o poder centralizado poderia garantir a governabilidade<sup>819</sup> e suprimir os ideais e ânimos exaltados<sup>820</sup>. Por fim, os municípios não conseguiriam resolver todos os crimes sem a ajuda do governo provincial<sup>821</sup>. Conforme apontou Vitor Nunes Leal<sup>822</sup>:

O Ato adicional, refletindo uma tendência bastante descentralizadora do ponto de vista das províncias, apenas transferiu para as assembleias provinciais, então criadas, a tensa tutela que sobre as câmaras municipais vinham exercendo os presidentes, os conselhos gerais, o ministro do Império e o Parlamento.

Desta forma, os moderados buscaram defender e justificar o modelo adotado no Ato Adicional, em que a administração político-econômica ficou concentrada no âmbito provincial, com o poder dividido entre a Assembleia Provincial e o Presidente de Província. No número 934, os redatores constroem uma reflexão que justifica o modelo a ser adotado, analisando os artigos 10, 11 e 12 do texto da reforma Constitucional. Continuam a defender a divisão do poder entre Província e Governo Geral, sendo a Assembleia Provincial o sinal da federalização e do respeito às liberdades individuais dos cidadãos e de cada Província<sup>823</sup>.

Segundo Ivo Coser<sup>824</sup>, a instabilidade política proveniente das inúmeras revoltas regenciais foi a principal motivação para a reformulação do pensamento federalista. Sendo assim, a estruturação do Ato Adicional emergiu dos debates de parlamentares e jornais da época, que imputaram o interesse provincial como aspecto central da estrutura do federalismo a ser imposto ao Império.

Esse modelo, ideal aos olhos dos liberais moderados, na prática não garantia liberdade tributária as Províncias. Dada a Lei de Responsabilidade Fiscal de 1832, as rendas eram classificadas como gerais e provinciais, e a distribuição dos recursos ficava a cargo do governo central. Por essa razão, por mais que o Ato Adicional previsse a descentralização, ela era inviabilizada pela ausência dos recursos necessários<sup>825</sup>.

<sup>817</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 752, p. 3208, 01 abr 1833.

<sup>818</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 754, p. 3214, 12 abr 1833.

<sup>819</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 757, p. 3227, 15 abr 1833.

<sup>820</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 760, p. 3237, 22 abr 1833.

<sup>821</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 847, p. 3617, 29 nov 1833.

<sup>822</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997. p. 93.

<sup>823</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 934, 18 jul 1834.

<sup>824</sup> COSER, O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX, 2008, op. cit., p. 942.

<sup>825</sup> MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.p. 30

O Ato Adicional, que fora concebido como um grande avanço institucional, acabou por gerar consequências negativas diante do seu maior anseio: a descentralização. A cessão de poder para as lideranças locais não atendeu aos anseios de pacificação do Império, fazendo com que as disputas de poder locais culminassem e novas revoltas e rebeliões provinciais. Assim, o que foi engendrado como solução, acabou por conflamar insurreições separatistas, federalistas e populares, mergulhando todo o Império em uma década de conflitos.

Todos esses movimentos direcionaram o *Aurora Fluminense* a uma atitude auto defensiva, em que, ao mesmo tempo que resguardava o Ato Adicional, admitia que ele precisava de revisões em certos pontos. Logo, ao discutirem sobre a redação do texto da reforma, afirmavam: “[...] não duvidamos que o Projecto, tal qual ficou na 2ª discussão tenha defeitos; alguns lhe temos nós apontado. Porem, facil he fazê-los desaparecer na 3ª discussão; logo que a base sobre que descança a base do edifício da Reforma he forte e bem calculada para sustentá-lo”<sup>826</sup>. Aprovada a Reforma Constitucional e vistas as suas consequências, o jornal manteve-se em uma linha defensiva, buscando justificar suas ações e seu apoio às reformas:

A moderação, qualquer que seja a sua sorte, poderá dizer um dia a seus detratores: manteve a ordem interna do País; reprimi os anarchistas e os restauradores; destrui o predomínio Militar, e as aspirações da nobreza; conservei o Brazil unido, e dei-lhe sem convulsões a Reforma Constitucional que ele aguardava; vinde para o meu lugar, e fazei pelo menos outro tanto<sup>827</sup>.

O revés originário das revoltas que eclodiram após 1834 e as mudanças de posições pela qual o jornal passou colocaram-no em evidência diante da opinião pública, de modo que seus redatores optaram por tirarem o impresso de circulação no fim de 1835. Não houve uma justificativa para tal atitude, mas a oposição que se formava diante do Regente Feijó, a desestruturação dos caramurus e restauradores com a morte de Dom Pedro I e o início da organização do movimento que daria origem ao Regresso Conservador podem ter levado Evaristo a reconhecer que apoiar as reformas federativas foi um erro<sup>828</sup>. No último número publicado do *Aurora Fluminense*, justificando ser a moderação não um comportamento previsível ou engessado, mas uma práxis evolutiva e prudente, publicou-se:

Mas a *Aurora Fluminense* têm sido arguida de contraditória; tem-se notado que ela, combatendo as exagerações republicanas, pouco depois travará peleja contra as exagerações monárquicas; será isso com efeito uma contradição? Evitamos os dois extremos; e semelhante procedimento mostra que havemos trilhado o caminho médio, igualmente desviado de ambos eles. Não duvidamos contudo que, no decurso de oito anos, entre as agitações que a pátria esteve próxima a sucumbir, a *Aurora Fluminense*

<sup>826</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 932, p. 3993, 14 jul 1834.

<sup>827</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 970, p. 3558, 20 out 1834.

<sup>828</sup> VIEIRA, Lidiane Rezende. *Evaristo da Veiga e a recepção do liberalismo francês nas páginas do jornal Aurora Fluminense (1827-1835)*. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 91

tenha considerado sob diversos pontos de vista, as mesmas questões, e que na escola da experiência aprendesse a reformar algumas de suas opiniões e doutrinas; mas o seu fim tem sido sempre o mesmo – a maior liberdade do País que for compatível com a ordem, – os seus princípios políticos – os do governo monárquico representativo, sem a liga do elemento aristocrático<sup>829</sup>.

Ao analisar as peças e os jornais, podemos perceber o processo de formação política pelo qual passava o Brasil. Muitos projetos e muitas possibilidades estavam postas à opinião pública e os grupos congregados, a partir destes, lutavam nesta arena, utilizando-se das penas como armas. Pelo fato de ser um processo evolutivo, era natural que as mudanças de opinião ocorressem, de acordo com a necessidade e a posição que se ocupava no jogo de poder. Enquanto Marcelino é lembrado por uma atitude de ataque constante ao governo moderado e suas propostas, Januário, que foi fiel a Dom Pedro I até a abdicação, tornou-se representante e porta-voz do governo nos primeiros anos da Regência.

O *Exaltado* era fruto da indignação do padre-mestre com o fato de que seu projeto federalista não havia saído vitorioso após o 7 de abril de 1831. Por isso, ele usava de toda sua desenvoltura com as letras para convencer a população de que os moderados eram traidores do espírito revolucionário de 1831, e, por consequência, ditadores sanguinários. A cada número, percebemos um discurso mais ácido e, a cada investida da censura ou resposta dos opositores, uma posição de ataque mais forte.

O *Aurora Fluminense*, que havia nascido como um mecanismo de contestação a Dom Pedro I, foi elevado, pela abdicação, a representante dos governantes, o que exigiu uma abrupta transposição de oposição para situação. Logo, à medida em que mudanças ocorriam no governo, fruto das necessidades que surgiam diante da administração de um Império fragmentado e envolto em revoltas, o jornal se via obrigado a mudar seu posicionamento e a reformular o seu discurso.

As alternâncias de posicionamento político pelo qual passaram os sacerdotes e seus jornais, nas palavras de Rosanvallon<sup>830</sup>, mostram como ocorreram a formação e a evolução das racionalidades políticas e dos sistemas de representação, através das necessidades da época, do território ou dos grupos sociais. Por consequência, podemos perceber como eles conduziam sua ação e projetavam o futuro.

---

<sup>829</sup> *Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 1136, p. 4275, 30 dez 1835. Apud VIEIRA, op. cit., p. 103.

<sup>830</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de estudo). *História*, São Paulo, n. 15, 1996, p. 27-39.

O deslocamento dos argumentos de Januário e Marcelino em suas atividades jornalísticas caracteriza-se, conforme os argumentos de Koselleck<sup>831</sup>, pela “[...] clara formulação de duas possibilidades” baseadas “[...] na experiência constantemente presente da catástrofe” – neste caso, as revoltas populares que levariam a fragmentação do Império – “[...] com a intenção de formular uma alternativa”. Tudo isso influenciados pelas modalidades de projeção de futuro por eles utilizadas: o prognóstico e a profecia<sup>832</sup>.

Na linha tênue que dividia as correntes políticas e seus partícipes, pensamentos divergentes acabaram associados nas folhas dos jornais, e argumentos discordantes convergiram de acordo com as necessidades dos atores políticos. Como resultado, dispomos da pluralidade de reflexões e projetos que habitaram os impressos e das incongruências que estes apresentaram. Diante disso, é possível ver um jornal exaltado que defendia José Bonifácio, assim como um jornal moderado rendido aos ideais federalistas.

#### 4.3. ÚLTIMOS APLAUSOS: ODES NO CREPÚSCULO DAS PÁGINAS DA VIDA DOS PADRES DRAMATURGOS.

Homens com o capital político e social como Marcelino e Januário não passam esquecidos quando chegam ao ocaso de suas vidas. E assim aconteceu com estes dois clérigos. Mesmo que já não figurassem entre os principais articuladores políticos do Império quando vieram a falecer, as contribuições que ambos ofereceram à Nação, por meio de múltiplas atuações políticas, sociais e culturais, foram lembradas por seus pares.

A morte sempre ocupou um lugar de destaque nas sociedades ocidentais, por isso a sua ocorrência sempre foi permeada de rituais. Por meio da escrita de epitáfios, legendas, elegias, e panegíricos, a memória das figuras ilustres das mais diversas sociedades eram enaltecidas no momento de seu passamento. Portanto, além do escopo religioso, a escrita sobre a morte também passa a servir como um meio de homenagem e externalização do luto sentido pelos vivos diante da perda de alguém importante. Consoante Pierre Nora<sup>833</sup>, os escritos realizados em homenagem a um ilustre falecido funcionavam como um mecanismo para a criação de lugares de memória.

---

<sup>831</sup> KOSELLECK, Reinhard. *Aceleración, prognosis y secularización*. Valencia: Pré-textos, 2003, p. 90.

<sup>832</sup> KOSELLECK, *Futuro pasado*, 2006, op. cit., p. 21-39.

<sup>833</sup> NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, jul/dez, 1993, p. 13.

No mundo moderno, com o advento da imprensa e da circulação dos jornais, os elogios fúnebres, outrora restritos às cerimônias fúnebres e à divulgação da vida dos santos católicos, passam a circular em meio a diversas outras matérias. Os necrológicos, como ficaram conhecidos, surgiram na Inglaterra, em 1731, circulando primeiramente no *The Gentleman's Magazine*. Um século depois, todos os principais jornais ingleses reservavam um espaço para a publicação da biografia de falecidos ilustres e desconhecidos<sup>834</sup>.

Em um primeiro momento, os textos dedicados aos falecidos só eram caracterizados pelo termo obituário (*obituary*, em inglês), que é etimologicamente descendente do termo latino *obitus*, que significa partida e/ou morte. A partir do século XIX, o termo obituário passou a se confundir com o termo necrológico (*necrology*). Se o obituário primitivo tinha por objetivo comunicar o falecimento de um sujeito e traçar a sua biografia, a evolução para o necrológico fez com que o texto evoluísse para um formato romântico, que enaltecia os feitos em vida e apontava para um futuro post-mortem<sup>835</sup>.

Ana Cristina Araújo<sup>836</sup>, ao pesquisar sobre os ritos fúnebres dos personagens ilustres do Império Ultramarino Português, afirma que esses elogios faziam parte das celebrações denominadas morte-espetáculo. Por elas, os vivos confirmavam ser herdeiros da memória de seus antepassados, elevando-os a uma espécie de panteão invisível. Sendo pessoas com distinção social, para além da liturgia fúnebre comum à Igreja Católica no período, o espaço era reservado a uma apologética individual para com o falecido, que lhe dava um ar de eterno.

No Brasil Imperial, recém independente e ainda em formação, havia a necessidade da construção de uma memória coletiva baseada na afetividade e heroicidade, pela qual as figuras que, aos olhos dos vivos, contribuíram para a fundação do Brasil, fossem enaltecidas. Desta maneira, elogios fúnebres, pronunciados ou não durante as celebrações fúnebres, eram publicados em diversos jornais. Aquelas figuras pertencentes aos círculos de poder imperial também poderiam ganhar a honra de serem imortalizadas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB.

---

<sup>834</sup> FOWLER, Bridget. *The obituary as collective memory*. Nova York: Routledge, 2007.

<sup>835</sup> VIEIRA, Willian. *O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas*: uma discussão sobre gênero textual, biografia e sociedade. 193f. Tese (Mestrado em Filosofia) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014. p. 26-27.

<sup>836</sup> ARAUJO, Ana Cristina. Necrológicos e Elogios Fúnebres no Séc. XVIII em Portugal. In: \_\_\_\_\_. *Turres Veteras VI - História da Morte*. Torres Vedras (Portugal): Instituto dos Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, 2004. p. 117.

A pesquisa realizada em jornais e revistas de diversos institutos históricos brasileiros aponta que os termos *obituários* e *necrológicos* não foram amplamente utilizados no século XIX, mas, sim, expressões como *elogios fúnebres*, *ode aos passados*, *homenagem póstuma*, e *eles eram assim*. Isso mostra que os textos dedicados aos falecidos brasileiros eram compostos pela soma de elementos religiosos e modernos.

Os elementos ligados à religião – típicos de um Estado confessional – criam uma reflexão sobre a morte como um elemento imutável e buscam responder ao luto dos vivos com as promessas de imortalidade e ressurreição, típicas do cristianismo. Os elementos modernos, mais laicos, se preocupam com a biografia do morto, criando uma narrativa oficial, enaltecendo a figura heroica a partir de uma história monumental. E, para a construção dessa biografia enaltecida, lançam mão de preencher as lacunas históricas com elementos insondáveis ao escritor, como sentimentos, sensações e projeções que só teriam lugar por meio de testemunhas ou do próprio falecido.

Quando analisamos a linguagem aplicada na construção de um elogio fúnebre, podemos perceber que os indivíduos circunscritos em uma determinada sociedade manifestam-se por intermédio de locuções as quais, ao se juntarem a outras sentenças, formam um campo comum de significados, um contexto de expressões, uma tradição de termos. Logo, a formulação de textos de homenagem póstuma é uma construção de um discurso político, que busca “renarrar” a vida e as ações de pessoas ilustres, levando em conta os contextos capazes de lhes atribuir significados diversos. Logo, o texto necrológico constitui uma enunciação, um ato de externalização de determinada mensagem endereçada a um interlocutor ou grupo social específico<sup>837</sup>.

E essa construção, consoante Ricouer<sup>838</sup>, é configurada como que em uma anamnese que busca o passado. Logo, a memória é uma representação que ocorre no presente sobre algo ou alguém que está ausente, mas que esteve presente e marcou factualmente e concretamente o passado vivenciado e experimentado. Assim, fazer memória de um falecido é reconhecer, no presente, suas ações e sua presença no passado e construir uma lembrança ativa ao longo do tempo.

Complementa este argumento a tese de Maurice Halbwachs<sup>839</sup>, a qual afirma que a construção da memória coletiva passa pela memória individual, pois “[...] o primeiro testemunho a que

---

<sup>837</sup> POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 28.

<sup>838</sup> RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

<sup>839</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003. p. 29-30.

podemos recorrer será sempre o nosso”, e a memória coletiva se caracteriza pela soma de vários testemunhos. E essa memória coletiva construída é um instrumento e um objeto de poder<sup>840</sup>.

Bridget Fowler<sup>841</sup> analisa a construção dos obituários partindo da tríade *capital simbólico-habitus-campo*, composta por Pierre Bourdieu<sup>842</sup>. A autora defende que a publicação de um obituário é fruto das disputas de poder simbólico, fundamentadas no *habitus* da aristocracia que, detentora do capital cultural, retrata seus pares falecidos nas páginas dos jornais como exemplos de sucesso que merecem o reconhecimento social.

E essa análise vai ao encontro do conceito de História Cultural cunhado por Roger Chartier<sup>843</sup>, que nos ajuda a perceber o luto, os rituais fúnebres e os escritos sobre os ilustres falecidos como uma iconográfica de elementos simbólicos, que caracterizam a teatralização da vida social. Focando na linguagem dos necrológicos, é possível compreender a experiência dos indivíduos históricos para com a morte de seus pares, permitindo assimilar a realidade em que estavam inseridos. Assim sendo, o memorial publicado em honra a um falecido transmite o que foi sentido por alguém, ou seja, é o uso da linguagem como orientação e determinação da experiência do luto e da construção da memória<sup>844</sup>.

Desta forma, os elogios fúnebres têm por objetivo constituir uma memória coletiva em que o homenageado seja lembrado a partir do que o autor do texto julga ser importante. E a intencionalidade presente nesses textos vai ao encontro do que apontou Le Goff<sup>845</sup>, quando afirmou que “[...] a memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Por conta disso, em vários momentos o texto se refere às gerações futuras e à necessidade da manutenção da memória do celebrado que agora se torna um exemplo para os vivos.

No período em que ocorreram os passamentos dos dois padres, os elogios fúnebres eram realizados durante o velório do falecido, por meio de cartas publicadas em jornais e na revista do Instituto Histórico Geográfico. Normalmente, eles eram compostos por uma pequena biografia agregada a cargas sociais, ideológicas e simbólicas<sup>846</sup>. Tal missiva, com caráter

<sup>840</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 445.

<sup>841</sup> FOWLER, Bridget. *The obituary as collective memory*. Nova York: Routledge, 2007. p. 3.

<sup>842</sup> BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

<sup>843</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

<sup>844</sup> ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Experiência Histórica: Além da virada linguística. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012. p. 244.

<sup>845</sup> LE GOFF, 2013, op. cit., p. 437.

<sup>846</sup> LE GOFF, *História e memória*, 2013, op. cit., p. 116.



positivista, buscava construir uma memória monumental, sacralizada e consonante com as liturgias comemorativas – políticas, históricas e cívicas – do século XIX<sup>847</sup>.

Somando muitos aliados e desafetos ao longo de suas trajetórias políticas e jornalísticas, através dos jornais com que tanto contribuíram, os dois sacerdotes receberam odes e elogios póstumos após os seus passamentos. Neles, é possível perceber como se deu a construção da memória sobre estes homens, como eles eram vistos e compreendidos pelos seus pares e a forma como seus ideais e escritos influenciaram aquela geração.

O cônego Januário faleceu com 66 anos, em 22 de fevereiro de 1846, na sua residência que se encontrava na Rua dos Pescadores, nº 86. Os ritos fúnebres e o sepultamento ocorreram no dia 23 de fevereiro, na Igreja de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro<sup>848</sup>. Junto à sua sepultura, dois companheiros do IHGB discursaram em homenagem ao falecido.

O primeiro discurso foi proferido por Manuel José de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), primeiro e único barão de Santo Ângelo. Antes que o ataúde do religioso fosse descido à morada final, o orador lembrou aos presentes que, no ano de celebrações dos 25 anos de fundação do Império, entre aqueles que propuseram a Dom Pedro I o título de Imperador, ali estava um, inerte diante dos olhos de todos. Aquele corpo pertenceu ao homem que enfrentou as baionetas para ajudar a liderar o Brasil em direção à liberdade que estava sendo ameaçada pelos grilhões opressores de Portugal<sup>849</sup>.

---

<sup>847</sup> op. cit., p. 119.

<sup>848</sup> *Novo e completo índice cronológico da História do Brasil*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 163, 1846.

<sup>849</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 58, p. 1, 27 fev 1846.

**Figura 7:** Elogio fúnebre ao cônego Januário da Cunha Barbosa.



**Fonte:** *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 58, p. 1, 27 fev 1846.

Sendo um homem que dividiu a sua vida entre o altar de Deus e o altar da Pátria, Manuel rememorou que ele fora um operário idealista, que pelas penas ajudou a fundar e zelar pela pátria. Por isso, recebeu o reconhecimento tendo seu nome associado a diversas academias científicas e literárias pelo mundo<sup>850</sup>. Assim, na tribuna ou no púlpito, era possível reconhecer sua erudição, com gestos finos e de grande sabedoria. Logo, no sepultamento que era feito, descia à mansão dos mortos um homem na madureza das ideias, coberto de louros e agradecimentos.

Porém, o orador lembrou que Januário não era uma unanimidade e sofrera muitas críticas em vida, em especial dos seus adversários políticos. Recordando que ele fora um modesto e virtuoso sacerdote, um firme e convicto político e um jornalista comprometido com a verdade, afirmou aos presentes que:

“[...] homens sem religião, sem systema e sem futuro abrasados por uma hydrophobia insólita, mais de uma vez intentaram salpicar suas nobres cans com o lodo do sarcasmo, com o veneno da calúnia, e cobrirem sua fronte, onde resplandecia uma auréola de glória, onde deveriam reverdecer louros, com o manto esqualido de sua miséria”<sup>851</sup>.

Por fim, o orador ponderou que, quando o cônego foi preterido por aqueles que tanto ajudara no Parlamento, quando fora vítima das *cabalas* e dos jogos políticos, não se deu por vencido,

<sup>850</sup> Januário possuía 26 títulos honrosos e pertencia a 18 academias científicas diferentes.

<sup>851</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 58, p. 1, 27 fev 1846.

mas vingou-se erguendo o IHGB. E este instituto perdia seu maior apoio, a coluna monumental de sua fundação, o piloto que dirigia as pesquisas, que apresentava os mapas e revelava os tesouros históricos do Brasil. Diante disso, todos ali presentes deviam chorar e agradecer pelo ilustre brasileiro com o qual tiveram a oportunidade de conviver e aprender.

Feito o ritual de sepultamento, realizou-se o segundo discurso, proferido pelo médico Francisco de Paula Menezes (1811-1857). Também sendo um homem das letras, o orador buscou sintetizar o percurso político e jornalístico do cônego, junto aos mais altos elogios à sua pessoa. De frente ao túmulo do sacerdote, convidou os presentes a chorar um pranto de dor e de agradecimento em reconhecimento “[...] à memória daquele que fora tão digno de nossa memória e admiração”<sup>852</sup>.

Afirmava que aquela lápide seria um lugar de peregrinação, pois este é o destino que a posteridade reserva ao descanso de celebridades; e o cônego fora uma celebridade de seu tempo, sendo chorado e aclamado por todo o povo. Tamanha sua importância que não era possível lhe homenagear com imparcialidade, pois ele era uma das colunas do Império, que agora recebia o ingrato destino do descanso eterno.

Francisco Menezes também lembrou, mesmo que indiretamente, das disputas políticas e jornalísticas travadas pelo cônego. Enquanto falava da frieza de um corpo inerte que desce ao jazigo, afirmou aos presentes: “[...] é hoje que a lápide do sepulchro embotaria o acicalado estilete da calúnia e o aguçado dente da inveja que o verdadeiro juízo dos homens acerca da importância daquelle que transpôs a barreira da vida, será definitivamente acabado”<sup>853</sup>.

Foi recordado como um exímio parlamentar, que sempre votava com sabedoria e prudência, e um grande crítico literário com ímpar domínio pelas letras. Homem que gastou a sua vida pela emancipação e pelo bem-estar do Império, sendo acusado injustamente e amargando anos no exílio. Também fora expressada suas incursões como jornalista, poeta, filósofo, mestre, literário e dramaturgo. Comentando a peça de teatro que ele escreveu – a que objetiva nossa pesquisa – Francisco Menezes disse: “[também] houve o teatro, em que seu genio expandio-se sublime”<sup>854</sup>.

Por fim, escordou que de todos os espaços ocupados, o púlpito das igrejas foi o lugar em que melhor se sentia à vontade, conseguindo a admiração de toda a nobreza. Encerrou o discurso

---

<sup>852</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 59, p. 1, 28 fev 1846.

<sup>853</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 59, p. 1, 28 fev 1846.

<sup>854</sup> op. cit. p. 2.

sustentando que a maior contribuição do cônego para com a nação foi a ereção do IHGB, que doravante manteria viva a memória de seu secretário perpétuo<sup>855</sup>.

Quatorze anos após o passamento do cônego Januário, deu-se o desenlace do padre Marcelino, aos 8 de junho de 1860, na Freguesia de São Lourenço de Niterói. O padre contava com 72 anos completos e seu sepultamento ocorreu no cemitério do Maruí<sup>856</sup>. Não temos informações sobre como ocorreram os ritos fúnebres do sacerdote, nem sobre a realização de discursos em sua sepultura, mas foi possível encontrar cartas publicadas em sua memória.

Uma ode anônima foi reproduzida no *Correio Mercantil* dois dias após o seu falecimento. Provavelmente escrita por um de seus ex-alunos, a figura de Marcelino é exaltada como um grande padre-mestre, uma “[...] uma árvore frondosa plantada por Cristo para espalhar pela sociedade os fructos da sabedoria e à tua sombra abrigar tantos infelizes”<sup>857</sup>. Lembrado como amigo e vigário devotado, o texto afirma que muitos foram os patrícios que passaram por suas mãos, durante os mais de 40 anos dedicados ao magistério que servia com ardor e amor à Pátria.

O texto fúnebre prossegue lembrando do sacerdote em sua atuação política feita por amor e não por desejo de subir nos degraus da fama e da riqueza. Tamanha sua crença e sua fidelidade aos seus ideais, que ele mais sofreu do que colheu louros em sua vida pública, sendo “pregado no madeiro da infâmia pelos pregos da desonra”<sup>858</sup>. Por fim, o excerto intitula Marcelino como “vigário modelos dos vigários”, um homem que, mesmo morto, teria seu exemplo, sua virtude e sua bondade guardados nos corações como saudosa lembrança.

Passado pouco mais de um mês do falecimento do padre-mestre, um tributo de gratidão anônimo foi publicado no jornal *Dezenove de Dezembro*. Neste texto, mais uma vez as qualidades do rebento da Província do Espírito Santo são enaltecidas. Ganha destaque o seu talento com as letras e sua longa carreira como padre-mestre. Foi bem lembrado que Marcelino foi proprietário de um colégio frequentado por muitos filhos das elites e que funcionou por muitos anos<sup>859</sup>.

---

<sup>855</sup> *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, n. 59, p. 2, 28 fev 1846.

<sup>856</sup> *A Actualidade*, Rio de Janeiro, n. 85, p. 2, 9 jun. 1860.

<sup>857</sup> *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, n. 159, p. 3, 9 jun 1860.

<sup>858</sup> *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*. Rio de Janeiro, n. 159, p. 3, 9 jun 1860.

<sup>859</sup> *Dezenove de Dezembro*, Rio de Janeiro, n. 241, p. 2, 25 jul 1860.

**Figura 8:** Elogio fúnebre ao padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte



**Fonte:** *Dezenove de Dezembro*, Rio de Janeiro, n. 241, p. 2, 25 jul 1860.

Neste necrológico, a atuação política do sacerdote é citada, em especial sua participação no “partido de Bonifácio” e sua contribuição para a Independência do Brasil. Aparentemente escrito por um adepto do Partido Conservador, o autor recordou a exaltada defesa que Marcelino fez das liberdades individuais e provinciais, atitude que, nas palavras do autor, deveria ser desculpada. E essa defesa levou-o a receber diversas críticas e ataques dos seus desafetos. Mas ele conseguiu vencê-los, sendo eleito Deputado Geral em 1838<sup>860</sup>.

Por fim, o obituário faz um breve resgate de suas ocupações políticas, seus títulos – como o hábito da Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa –, e de sua produção escrita – recordando os seus diversos jornais políticos e seus livros de gramática. Termina-se com um convite a não deixar que a memória do sacerdote fosse esquecida e que as lágrimas derramadas por todos os que o admiraram irrigassem a continuidade de suas obras<sup>861</sup>.

As quatro odes póstumas escritas em memória dos sacerdotes demonstram como estes homens inscreveram seus nomes na História do Brasil e quão grande era o reconhecimento que ambos possuíam junto a seus pares. Os textos, munidos de certa apoteose, retratam a contribuição de cada um dos sacerdotes com o cenário nacional. Lembrados por suas atuações políticas,

<sup>860</sup> *Dezenove de Dezembro*, Rio de Janeiro, n. 241, p. 2-3, 25 jul 1860.

<sup>861</sup> *Dezenove de Dezembro*, Rio de Janeiro, n. 241, p. 2-3, 25 jul 1860. p. 3.

jornalísticas e literárias, os escritos não se privam de recordar, inclusive, que eles não foram unanimidade diante dos seus posicionamentos.

Januário, em celebrações pomposas e ricas de simbolismos, foi ovacionado pelos seus pares do IHGB, sendo sua sepultura, até nossos dias, lugar de encontros em sua memória. Os elogios fúnebres que a ele foram dedicados ocuparam-se muito mais em lembrá-lo como secretário perpétuo do que como político. Marcelino, afastado do centro de poder e de sua prática, recebeu homenagens mais singelas, sendo sepultado em um cemitério público e com a sepultura perdida no tempo<sup>862</sup>. As louvações publicadas em sua honra buscaram retratá-lo como um grande mestre e um padre devotado, fazendo poucas citações sobre sua trajetória política.

Logo, os elogios fúnebres têm por objetivo constituir uma memória coletiva em que o homenageado seja lembrado a partir do que o autor do texto julga ser importante. E a intencionalidade presente nesses textos vai ao encontro do que apontou Le Goff<sup>863</sup>, quando afirmou que “[...] a memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Por conta disso, em vários momentos, o texto se refere às gerações futuras e à necessidade da manutenção da memória de ambos os padres.

E a escolha por dar mais ênfase às atividades posteriores à vida pública dos padres mostra que a memória é mutável, sofre de flutuações e é construída sobre a projeção que o autor realiza a partir de outros eventos. Por essa razão, a constituição da memória é resultado da seleção e da organização do que é importante para a consolidação do sentimento de unidade e identidade a partir da coerência e continuidade<sup>864</sup>.

Portando, a memória construída sobre ambos os sacerdotes teve sucesso em seu objetivo. Elas conservaram informações pertinentes sobre seus objetos, garantindo que não fossem totalmente esquecidos. Através dos elogios a eles dedicados, é possível perceber quais impressões dos padres foram julgadas aptas a serem eternizadas pelo texto<sup>865</sup>. E essas escolhas criaram uma narrativa sobre o tempo vivido que deveria ser tratada como um monumento pela posteridade<sup>866</sup>.

Desta forma, para seus pares, Marcelino e Januário viveram de forma a merecem a imortalidade através da memória coletiva. Suas obras e ações – em especial no que tange a vida intelectual

<sup>862</sup> Afonso Cláudio afirma que já na década de 1920 a sepultura do padre Marcelino já não podia ser encontrada no cemitério de Maruí. Ver: CLAUDIO, Affonso. *Elogio histórico do padre Marcellino Pinto Ribeiro Duarte*. Pelo desembargador Afonso Cláudio, na sessão de sua recepção na AEL. Vitória: Tipografia Coelho, 1924. p. 18.

<sup>863</sup> op. cit., p. 437.

<sup>864</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-202.

<sup>865</sup> LE GOFF, *História e memória*, 2013, op. cit., p. 387.

<sup>866</sup> RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 174.

– os fizeram, aos olhos de seus partidários, heróis nacionais, em especial quando se trata da formação do Brasil independente e dos brasileiros por eles educados. Assim, os elogios fúnebres, somados às obras biográficas e bibliográficas sobre os sacerdotes, elevaram-nos ao seleto grupo dos, utilizando-se do título da obra de Sisson<sup>867</sup>, pertencentes a *Galeria dos Brasileiros Ilustres*.

---

<sup>867</sup> SISSON, Sebastião. Augusto. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

## FECHEM-SE AS CORTINAS

A análise do conflito político-teatral que ocorreu entre dois sacerdotes políticos durante o Período Regencial nos permitiu identificar a complexidade de ideias, interesses e projetos dos indivíduos que constituíram os variados grupos políticos brasileiros em cena durante o período. O embate ocorrido entre moderados, exaltados e caramurus deu a tônica da política na primeira metade da década de 1830.

Sendo a imprensa um lugar privilegiado para a disseminação e defesa de seus projetos políticos, as discussões que ocorriam entre esses grupos acabaram por cunhar novos termos e ressignificar outros até então pouco discutidos na esfera pública de então. Desta forma, a luta por ocupar o poder enquanto o trono estava vago contribuiu para a formação de um novo vocabulário político. Dominar este vocabulário era dominar a opinião pública e, por consequência, ter o apoio necessário para subir os degraus da política.

A partir do estudo das peças de teatro escritas por Marcelino e Januário, bem como das publicações que estes sacerdotes imprimiram em seus jornais, foi possível compreender como pensava e agia um expoente do grupo exaltado e um ilustre moderado. E, da análise do embate ocorrido entre eles, a pesquisa adquire relevância pela tentativa de tornar inteligível a forma como o teatro serviu de mecanismo para as batalhas dos gladiadores das penas.

No primeiro ato desta dissertação, aprofundamos a discussão sobre a presença e a atuação dos sacerdotes no recorte de tempo escolhido. Vimos, então, que o Brasil Independente nasceu vinculado ao trabalho dos padres, que eram os agentes do Estado presentes nas regiões mais longínquas do Império. Sendo a única presença da burocracia estatal nessas localidades, o padre, herdeiro do Regalismo pombalino, era o elemento de ligação entre a população interiorana e o poder central. Por isso, para além do serviço religioso, o sacerdote acabava por ser agente político, detentor do poder administrativo, eleitoral e da palavra autorizada. Somase a isso o exercício das funções de professor e de escritor. Por consequência, estes homens alcançaram cargos de poder eletivos.

Compreendido o lugar dos sacerdotes, foi importante refazer as trajetórias de Marcelino e Januário. Por elas, compreendemos a pluralidade da formação do clero brasileiro e a consequente falta de unidade de ação dos sacerdotes, além do distanciamento das regras vindas da Santa Sé. Enquanto Januário era proveniente da corte, transitava com liberdade junto ao poder imperial e pertencia ao *establishment*, Marcelino era proveniente de uma das menores



províncias do Império, sempre se colocou como oposição ao poder instituído e era visto como um *outsider* na corte.

Por consequência, no momento de vácuo do poder imperial, Januário estava vinculado aos moderados – grupo que conseguiu tomar o poder –, enquanto Marcelino era um firme opositor exaltado. De tão convicto em suas posições, acabou por pegar em armas e tramar um motim, numa tentativa de chegar ao poder por meio da violência. Descoberto antes de iniciar sua sedição, acabou preso.

O segundo ato do trabalho trata exatamente do período que sucedeu a prisão e a absolvição de Marcelino. Uma vez encarcerado nos porões da Fragata Paraguassú e tendo de se preocupar com sua defesa, não pôde responder de imediato às provocações de Januário, que se utilizava do *Correio Oficial* para criticar os arroubos de Marcelino. Não satisfeito, o padre carioca, em dois meses, produziu a peça *Rusga de Praia Grande*, em que satirizava o movimento liderado por Marcelino e as figuras do padre e de todos os exaltados e caramurus que estavam ligados a ele.

Uma vez livre, Marcelino recorreu ao seu talento com as letras para responder a Januário, na mesma medida em que havia sido atacado. Dando luz à *Conego Ignez*, em forma de verso – para destoar da prosa com que fora atacado por Januário –, Marcelino ataca a honra do cônego, se defende das acusações que lhe eram imputadas e ataca diretamente todas lideranças moderadas. A *Rusga de Praia Grande* sobe aos palcos no Recife; a *Conego Ignez* é um sucesso de vendas. Infelizmente, as fontes não apresentam maiores informações sobre a recepção e as críticas às peças.

Para que se interprete o texto das peças e se compreendam a linguagem aplicada e a forma de escrita, a descrição das peças foi antecedida de uma discussão sobre o movimento literário do Pré-Romantismo no Brasil e a presença do teatro durante a década de 1830. Dessa forma, foi possível perceber que, diferentemente do que apontava a historiografia clássica, não houve um hiato na produção teatral durante o Período Regencial, mas, sim, uma profícua união entre os palcos e a política, sendo o teatro um dos principais lugares de socialização e disputas de narrativas políticas.

Por fim, analisamos a linguagem política utilizada na confecção das peças. Fica evidente que as disputas políticas também refletiam em uma disputa linguística, com a utilização de determinados termos e a ressignificação de conceitos a partir do posicionamento político do autor. A discussão sobre monarquia centralizada e federalização do império, as interpretações

sobre a Constituição e sobre qual grupo político verdadeiramente se preocupava com o futuro do Império aparecem implicitamente nas discussões dos personagens. Por essa razão, houve a necessidade de utilizar os jornais em que Marcelino e Januário publicavam e de realizar uma análise da interpretação e da aplicação destes conceitos no período estudado.

Por fim, buscando observar a construção da memória sobre os dois sacerdotes, foram esmiuçadas as odes póstumas publicadas em honra aos padres na ocasião de seus falecimentos. Mesmo com grande atuação política e jornalística, no fim de suas vidas foram lembrados por serem grandes professores e mestres das letras. Januário é ovacionado por seus pares do IHGB e recordado com o erudito historiador, parnasiano e secretário perpétuo do instituto que ajudara a fundar. Marcelino, por meio de palavras anônimas de seus ex-alunos, foi lembrado por sua erudição e conhecimento, sendo escordado por ter sido o mestre de muitos dos importantes homens do Império na segunda metade do século XIX. Suas querelas e seus ideais políticos não foram, aos olhos de seus galardoadores, questões importantes para a ereção dos padres ao panteão nacional dos heróis e fundadores da pátria.

Em suma, o objetivo central desta dissertação era apresentar o conflito político, jornalístico e literário que ocorreu entre padre Marcelino e cónego Januário, discutindo sobre os conceitos políticos, em especial os que se referem a monarquia centralizada e governo federalista a partir das peças teatrais. No entanto, o estudo também se mostrou como uma possibilidade de compreender como clérigos, motivados por questões temporais, utilizavam-se da linguagem como arma de ataque aos seus opositores e defesa dos seus ideais.

O levantamento bibliográfico de fontes primárias, de jornais e das peças teatrais demonstraram como ocorria a circulação do vocabulário político do século XIX. Além do mais, prova que este vocabulário não estava restrito aos espaços tradicionais de discussão e nem aos documentos oficiais, mas transbordava para a imprensa, para a literatura e subia aos palcos, influenciando a população e fazendo parte do cotidiano das pessoas, letradas ou não.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES IMPRESSAS

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1838, 1839 e 1840). Rio de Janeiro: Typ. de Viúva Pinto & Filho. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: 5 de abril de 2022.

ARQUIVO DA CURIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. Resumo dos processos de casamentos do Bispado do Rio de Janeiro (Séculos XVII a XX). Vol. 1, 1990.

ARQUIVO NACIONAL. *Carta de Francisco Alves Rubim a Tavares Bastos*. Fundo Interior. Negócios de Província e Estado. IJJ9 356, doc. 38.

ARQUIVO NACIONAL. *Decreto agraciando com o grau de Cavaleiro a Marcelino Pinto Ribeiro Duarte*. Fundo Ordens Honoríficas, caixa 69, n. 7870495 e n. 7890702, 1870.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo Interior. Negócios de Província e Estado. IJJ9 356, doc. 38.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Diligência de habilitação para a Ordem de Cristo de José Pinto Ribeiro. COM., Cx 70, doc. 0009. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7745459>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

BARBOSA, Januário da Cunha. *A Rusga da Praia Grande ou Quixotismo geral das Massas*. Rio de Janeiro: Typographia de Tomaz B. Hunt, 1834.

BRASIL. *Processo dos cidadãos pronunciados na devassa a que mandou proceder José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Typographia de Silva e Porto e C<sup>a</sup>., 1824.

BRASIL. *O Clero no Parlamento Brasileiro*. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Vol. 2. 1978-1980.

BRASIL. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Bibliotheca, [1915] 1918. vol. XXXVII.

CAMPOS DOS GOITACAZES (RJ). Cartório de Registro Civil do 1º Subdistrito do 1º Distrito de Campos dos Goitacazes. Testamento de Luiza Rosa Xavier de Mello. Registro em 24 de julho de 1857. Livro de Ofícios 1858, doc. n. 428.

DUARTE, Marcelino Pinto Ribeiro. *O cinco de dezembro de 1833 ou Conego Ignez*. Niterói: Typographia Nictheroy de Rego e Comp. 1834.

\_\_\_\_\_. *Epistola em resposta á carta de hum amigo*. Offerecida aos exaltados. Pelo Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito & c., 1834.

\_\_\_\_\_. (Philopátrico). O Brasil Indignado contra o Projeto Anti-Constitucional sobre a provação das suas atribuições. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. Pereira das; BASILE, Marcello (orgs.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820-1823)*, 4 v. Belo Horizonte: UFMG, 2014, vol. 2, p. 357-369.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Arquivos privados. Família Soares Sampaio. ACP 90, lata 819, pastas 4, 6 a 9 e 26.

## DICIONÁRIOS

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. vol. 1 e 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

\_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

\_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. vol. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

\_\_\_\_\_. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. vol. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Tombo 2. Lisboa: Officina de Simão Taddeo Ferreira, 1789.

COELHO, Jacinto do Prado (dir.). *Dicionário de Literatura*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. 3, 1989.

CORRÊA, Romaguera. *Vocabulario Sul Rio-Grandense*. Pelotas – Porto Alegre: Echenique & Irmão, 1898.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Diccionario Biographico de pernambucanos célebres*. Recife: Typographia Universal, 1882.

FIGUEIREDO, Candido. *Nôvo Diccionario da Língua Portuguêsa*. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Brazilian Biographical Annual*. vol. 3. Rio de Janeiro: Typ. e lith. do Imperial Instituto Artístico. 1876.

MASSAUD, Moisés. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos ate' o presente*. Lisboa: Typ. M.P. de Lacerda, 1823.

## JORNAIS

A ACTUALIDADE. Rio de Janeiro: Typ. Americana, n. 85, junho de 1860, 4p. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235296&pasta=ano%20185&pesq=>>. Acesso em 30 de março de 2022.

ARQUIVO MUNICIPAL. 1862 (n. 165, 167, 168, 170). Rio de Janeiro: Typ. Paula Brito. 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=343358&pesq=&pagfis=671>>. Acesso em 16 de agosto de 2022.

A MALAGUETA, 1832 (n. 123, 129), Rio de Janeiro: Typ. Morais e Garcez, 4 p. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700517&pesq=>>. Acesso em 22 de maio de 2021.

ASTREA, 1823 (n. 523), 1824 (n. 124). Rio de Janeiro: Typ. Mercantil. 4p. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/astrea/749700>>. Acesso em 05 de setembro de 2021.

AURORA FLUMINENSE, 1831 (n. 442, 538, 535, 544, 553, 563), 1832 (n. 558, 585, 588, 604, 612, 624, 665, 686, 731, 734, 747), 1833 (n. 731, 732, 742, 746, 752, 754, 757, 760, 771, 845, 847, 851), 1834 (n. 877, 880, 883, 884, 889, 891, 895, 932, 934, 939, 970, 989, 994), 1835 (n. 1006, 1030, 1136). Rio de Janeiro: Typ. de R. Ogier, 6p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706795&PagFis=2148&Pesq=vellso>>. Acesso em 21 de maio de 2021.

A VERDADE, Rio de Janeiro: Typ. de P. Gueffier, n. 300, abril de 1836, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702102&pesq=%22Solidonio%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.br&pagfis=0>>. Acesso em 04 de abril de 2022.

CORREIO DA VICTORIA. 1850 (n. 58, 61). Vitória: Typ. Vitória, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=218235&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=2232>>. Acesso em 28 de março de 2022.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO, 1823 (n. 33, 96). Rio de Janeiro: Typ. de Torres, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749370&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=0>>. Acesso em 01 de junho de 2021.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro: Typ. Gueffier e C<sup>a</sup>, n. 158, junho de 1860, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709530&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=0>>. Acesso em 22 de março de 2022.

CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLITICO, UNIVERSAL. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, n. 159, junho 1860, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pesq=&pagfis=4>>. Acesso em 27 de julho de 2022.

CORREIO OFFICIAL, 1834 (n. 38, 39, 41, 43, 44, 47, 49, 51, 54, 57, 61, 139), 1835 (n. 75, 111), 1841 (n. 42). Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&PagFis=2&Pesq=militar>>. Acesso em 22 de maio de 2021.

DEZENOVE DE DEZEMBRO, Rio de Janeiro: Typ. de Candido Martins Lopes, n. 241, julho de 1860. 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=416398&pasta=ano%20186&pesq=>>. Acesso em 26 de julho de 2022.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1831 (n. 174, 413). Pernambuco: Typ. de Miranda e C., 4 p. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_01&pasta=ano%20183&pesq=%22quixotismo%22](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_01&pasta=ano%20183&pesq=%22quixotismo%22)>. Acesso em 22 de maio de 2021.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. 1827 (n. 11), 1836 (n. 700013), 1835 (n. 700025, 900012) 1860 (n. 00080). Rio de Janeiro: Typ. do Diario. 6p. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170\\_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=0](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_01&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=0)>. Acesso em 29 de março de 2022.

FAROL MARANHENSE. Maranhão: Typ. Nacional, n. 178, 23 mar. 1830, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749958&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em 08 de setembro de 2021.

JORNAL DO COMMERCIO. 1829 (n. 375), 1831 (n. 229, 235, 246, 253, 259, 264, 298), 1860 (n. 58, 59, 134). Rio de Janeiro: Typ. Emile Seignot-Plancher e C. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=772852&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=0>>. Acesso em 23 de junho de 2021.

MENSAGEIRO DA PRAIA GRANDE. Nitheroy: Typ. Nitheroy e Rego e C., n. 6, 27 fev. 1835, 4p. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=740268&pagfis=1>>. Acesso em 08 de setembro de 2021.

MUTUCA PICANTE. 1834 (n. 1, 5, 6). Rio de Janeiro: Oficina de Thomaz B. Hunt & C., 4p. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701360&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em 19 de maio de 2021.

NOVO E COMPLETO ÍNDICE CRONOLÓGICO DA HISTÓRIA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Typ. Francisco de Paula Brito, n. 1, 1846. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=707619&pagfis=8>>. Acesso em 26 de julho de 2022.

O CABRITO. 1833 (n. 1, 2). Rio de Janeiro: Typ. de Miranda & Carneiro, 8p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701734&pesq=>>. Acesso em 30 de março de 2022.

O CARAMURU. 1832 (n. 35), 1833 (n. 52). Rio de Janeiro: Typ. Paraguassu, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702609&pesq=%22padre%20marcelino%22>>. Acesso em 22 de maio de 2021.

O ESPELHO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, n. 152, dezembro de 1823, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700916&pasta=ano%20182&pesq=&pagfis=537>>. Acesso em 21 de junho de 2021.

O EVARISTO. Rio de Janeiro: Typ. Fluminense de Britto e Cia. n. 4, outubro de 1833. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701289&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em 26 de julho de 2022.

O EXALTADO. 1831 (n. 1, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15), 1832 (n. 16, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 32), 1833 (45, 48), 1835 (n. 56). Rio de Janeiro: Typ. de Guellier e C., 4p. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/exaltado/702536>>. Acesso em 23 de maio de 2021.

O GRITO DA PATRIA CONTRA OS ANARQUISTAS. 1831 (n. 4, 14). Rio de Janeiro: Typ. Ogier, 4p. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=701696&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

O JUSTICEIRO. São Paulo: Typ. do Farol Paulistano, n. 2, novembro de 1834. 8p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=816728&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=5>>. Acesso em 25 de julho de 2022.

O SETE D' ABRIL. 1833 (n. 19), 1835 (n. 201, 204, 216, 217, 252, 291), 1836 (n. 311 e 390). Rio de Janeiro: Typ. Americana, 4p. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709476&pesq=>>. Acesso em 22 de maio de 2021.

REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. 1831 (n. 1), 1832 (n. 23). Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700223&pesq=&pagfis=1>>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

SENTINELA DA LIBERDADE NA GUARITA DE PERNAMBUCO. Pernambuco: Typ. Pinheiro Faria, n. 26, julho de 1835. 4p. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=759961&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=303>>. Acesso em 12 de junho de 2022.

## LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto de 26 de março de 1824. *Manda proceder à eleição dos Deputados e Senadores da Assembléa Geral Legislativa e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias*. Disponível em <<http://www.ibrade.org/wp-content/uploads/2018/03/Decreto-de-26-de-mar%C3%A7o-de-1824.compressed.pdf>> Acesso em 15 de agosto de 2021.

\_\_\_\_\_. *Constituição política do Império do Brazil*. Carta de Lei de 25 de março de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1824.

\_\_\_\_\_. Lei S/N, de 12 de outubro de 1832. *Ordena que os Eleitores dos Deputados para a seguinte Legislatura, lhes confirmam nas procurações faculdade para reformarem alguns artigos da Constituição*. Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Império do Brasil, vol. 1, 1832.

\_\_\_\_\_. Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846. *Regula a maneira de proceder ás Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléas Provinciaes, Juizes de Paz, e Camaras Municipaes*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.html>>. Acesso em 28 de março de 2023.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881. *Reforma a legislação eleitoral*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>>. Acesso em 28 de março de 2023.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *A Convenção Constitucional*. Programa de Informações Internacionais, 2013. Disponível em: <[https://static.america.gov/uploads/sites/8/2016/04/The-ConstitutionalConvention\\_Portuguese\\_508.pdf](https://static.america.gov/uploads/sites/8/2016/04/The-ConstitutionalConvention_Portuguese_508.pdf)>. Acesso em 17 de julho de 2022.

## OBRAS DE APOIO

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro: 1830-1900*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

ALMEIDA, Cônego Luis Castanho de. Notas para a História dos Seminários. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis: Vozes, v. 9, mar. 1949.

ALTOÉ, Valentino. *O Altar e o Trono: um mapeamento das ideias políticas e dos conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil. (1840-1889)*. 1993. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina, 1988.

AGUIAR, Flávio. *Antologia de comédia de costumes*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. A Continuação da Comédia de Costumes. In: FARIA, João Roberto de. *História do Teatro Brasileiro: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2012

ANDRADE, Marcos Ferreira de; SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). *Almanack*. Guarulhos, n.04, p.130-148, 2º sem. de 2012.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Experiência Histórica: Além da virada linguística. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

AQUINO, Maurício de. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1485-1505, out./dez. 2013.

ARTOLA, George T.; EICHENGREEN, William A. A Judeo-Portuguese Passage in the Farça de Inês Pereira of Gil Vicente. *Modern Language Notes*, vol. 63, no. 5, Johns Hopkins University Press, 1948, p. 342–346. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2909758>>. Acesso em 31 de março de 2022.

ARAÚJO, Ana Cristina. Necrológios e Elogios Fúnebres no Séc. XVIII em Portugal. In: \_\_\_\_\_. *Turres Veteras VI - História da Morte*. Torres Vedras (Portugal): Instituto dos Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, 2004.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. XXXVII - parte 2, p. 367-381, 1874.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

\_\_\_\_\_. *Imaginação social*. In Enciclopédia Einaudi, s.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BAKER, Keith Michael. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. *Ayer*, n. 62, Stanford University, p. 89-100, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Unesp/HUCITEC, 1990.

BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e Cidadania: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARATA, José de Oliveira. *Entremez sobre o entremez*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1977.

BARBOZA, Antônio da Cunha. Esboço biográfico do Cônego Januário da Cunha Barbosa. *RIHGB*, 2º ed., t. LXV, p. 193-284, 1902.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *Almanack*, n.20, Guarulhos Sept./Dec. 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-46332018000300001](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332018000300001)> Acesso em 22 de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro nos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2014.

\_\_\_\_\_. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. Revolta e cidadania na Corte regencial. *Tempo*, Niterói, n. 22, jan. 2007



\_\_\_\_\_. Projetos de Brasil e Constituição Nacional na Imprensa Fluminense. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira da. et al. (orgs.) *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPEMIG, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial*. 2004. 490f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. *Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)*. Dissertação de Mestrado - UFRJ, 2000.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária cidadã: o Plano do Grande Fatusim Nacional. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 1, p. 95-117, abr. 1998. Disponível em <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/125/121>>. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *Católicos e Cidadãos*. A Igreja e a Legislação Eleitoral no Império. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 1997.

BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul – 1635 a 1870*. Porto Alegre: A Nação, 1976.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BITTENCOURT, Feijó. *Os Fundadores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: Algumas Considerações*. Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, 2010. Disponível em: <[http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO\\_\\_BORGES.pdf](http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO__BORGES.pdf)>. Acesso em: 22 de maio de 2020.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. p. 193-216. Brasília, jan-jul 2011,

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

BRITO, António Pedro da Costa Mesquita. *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992.

CALDEIRA, Jorge (Org. e Intr.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CAMÕES, José. *O papel da música no teatro de Gil Vicente*. Coimbra: Imprensa Nacional, 2008.

CAMPOS, Adriana Pereira. Marcelino Duarte: trajetória política do padre exaltado. In: \_\_\_\_\_.; RIBEIRO, Geisa Lourenço; SIQUEIRA, Karulliny Silverol; MOTTA Kátia Sausen da. *Entre as províncias e a nação: os diversos significados da política no Brasil do Oitocentos*. Vitória: Milfontes, 2019.

CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos Oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack*, Guarulhos, n. 20, p. 10-37, dez 2018.

CAMPOS, Maristela. *O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2005.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010

- \_\_\_\_\_. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Formação da Literatura Brasileira*. Vol. 1. São Paulo, 1975.
- CARDOSO, Vilma Joana Correia Paiva de Freitas. *O Arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistêmico*. Dissertação (Mestrado em Arquivologia) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2013.
- CARVALHO, Enaile Flauzina. *Redes mercantis: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790 a 1821)*. 1ª ed. Vitória: Secult, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello (org.). *Guerra literária: panfletos da Independência (1820- 1823)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, vol. 3, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.1, p.123-152, dez. 2000.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *História política*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996.
- CASADEI, Alberto; SANTAGATA, Marco. *Manuale di letteratura italiana medievale e moderna*. Roma: Editori Laterza, 2007.
- CASTRO, Zília Osório de. *Antecedentes do regalismo pombalino: o padre José Clemente*. In: RAMOS, Luis A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia. (Coord.). Estudos em homenagem a João Francisco Marques. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v.1, 2001.
- CERVANTES, Miguel de. *Don Quijote de la Mancha*. Edición, introducción y notas de Martín de Riquer. Barcelona: RBA, 1994.
- CHACON, Varmireh. *Abreu e Lima: o general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990
- CLAUDIO, Affonso. *Elogio histórico do padre Marcellino Pinto Ribeiro Duarte*. Pelo desembargador Afonso Cláudio, na sessão de sua recepção na AEL. Vitória: Tipografia Coelho, 1924.
- \_\_\_\_\_. *Historia da Litteratura Espirito-Santense*. Porto: Oficinas de “Commercio do Porto”, 1912.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinências e possibilidades. Porto Alegre: PUCRS, *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun. 2002.
- COSER, Ivo. Conceito de partido no debate político brasileiro 1820-1920. *Ler História* [online], n. 67, 2014. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/lerhistoria/874>>. Acesso em 15 de junho de 2022.

\_\_\_\_\_. O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, n. 4, 2008.

\_\_\_\_\_. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil – 1823-1866*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro, Editora da UFMG/Iuperj, 2008.

COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. Vol. I a VI, 6ª ed. São Paulo: Global, 2003.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória, ES: Estação Capixaba e Cultural, 2002.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

DAEMON, Bazílio. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Apees, 2010.

D'ANGELO, Paolo. *L'estetica del Romanticismo: Lessico dell'estetica*. Bologna, Itália: Mulino, 1997.

DEOD, Ivana Melhem. *A república dos tolos de José Joaquim Correia de Almeida: uma inserção na memória literária de Minas Gerais*. 2000. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 1996.

FARIA, João Roberto de. *História do Teatro Brasileiro: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FELDMAN, Ariel. *O Império das Carapuças. Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-1842)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

FERREIRA, Júlio Flávio Vanderlan. Romantismo: a formação da literatura brasileira. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 02 – Ano I – 10/2012*.

FERRET, Romuald. Le théâtre de province au XIX e siècle: entre révolutions et conservatisme. *Annales historiques de la Révolution française*, n. 367, p. 119-143, mar. 2012, p. 124. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/ahrf/12436>>. Acesso em 17 de março de 2022.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

FONSECA, Silvia Carla Pereira Brito. Contribuição ao estudo da imprensa política no Império do Brasil (1822-1840). In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2015, Alcar, UFRGS. *Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia*, UFRGS, 2015.

\_\_\_\_\_. A América como um Conceito: contribuição para o estudo da imprensa republicana fluminense e pernambucana entre 1829 e 1832. In: *Cadernos do CHDD*, ano IV, número especial. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática, 2005.

FOWLER, Bridget. *The obituary as collective memory*. Nova York: Routledge, 2007.

FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: \_\_\_\_\_; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras. *Nobiliário das Famílias de Portugal*. Tomo XXV. Braga: Tip. Augusto Costa & C<sup>a</sup> Ltda, 1940.

GAMA FILHO, Oscar. Chorinho com Marcelino. *Revista Você*, Vitória/ES, n. 14, p. 7, ago. 1993.

\_\_\_\_\_. *Razão do Brasil em uma sociopsicanálise da literatura capixaba*. Rio de Janeiro / Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991, p. 57-70.

GARCIA, Moira Junqueira. Comédia de costumes e melodrama: algumas considerações e aproximações. *Cadernos Letra e Ato*, ano 3, vol. 3, Campinas, 2013.

GENGEMBRE, Gérard. *Le romantisme en France et en Europe*. Paris: Pocket Classiques, 2003.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

GIRÓN NEGRÓN, Luis Maria. “Juro al Deu aí somos nós”: Algumas notas sobre os judeus de Gil Vicente e a canções populares espanhola e portuguesa. *La crônica*, Havard, vol. 40, n. 1, p. 243-293, 2011. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/463531/pdf>>. Acesso em 31 de março de 2022.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Editora da UFRJ, 1997.

GONÇALVES, Sheila Lopes Leal. *O teatro e o político: práticas sociais no Rio de Janeiro e em Buenos Aires (1830-1850)*. 2017. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida; NOGUEIRA DOS SANTOS, Marília. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUERREIRO, Emanuel. O nascimento do Romantismo em Portugal. *Diadorim*, Rio de Janeiro, n. 17 vol. 1, p. 66-82, julho 2015.

GUIMARÃES, Nívea Carolina. O movimento miguelista nas páginas do Aurora Fluminense (1828-1834). In: XIX Encontro Regional de História, 8., 2014, Juiz de Fora. *Anais [...]*. Juiz de Fora, UFJF, 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HACHA, José Domingues. Las relaciones Iglesia Estado en el ámbito occidental y el contexto de la Constitución de Cádiz de 1812. *Revista de Humanidades*, n. 15, 2008, p. 139-169. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2766508>>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- HERNÁNDEZ, Guillermo E. *La sátira chicana*. México: Siglo Veintiuno, 1993.
- HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.
- \_\_\_\_\_; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal – Antigo Regime*, v. 4. Lisboa: Estampa, 1993.
- HEES, Felipe. O conceito de constituição na Independência e na proclamação da república: uma comparação. *história, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, p. 212-226, 2013.
- IPANEMA, Cybelle e Marcelo. Januário da Cunha Barbosa: para não esquecer. *RIHGB – 158*, n.394, jan./mar. 1997.
- JACOBBI, Ruggero. *Teatro no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- JUNQUEIRA FILHO, Luiz Carlos Uchôa. Dom Quixote e Sancho Pança: a busca do eu no outro. *Ciência e Cultura*. vol. 56, n.4, São Paulo, Oct./Dec. 2004. p. 43. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252004000400018](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000400018)>. Acesso em 10 de março de 2022.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. In: \_\_\_\_\_.; VENDRAME, Maíra Ines; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- KOIKE, Katsuzo. Os primórdios da prosa grega. *Archai*, Brasília, n. 3, p. 97-106, julho 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Histórias de Conceitos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- \_\_\_\_\_. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Estratos del tiempo*. Barcelona: Paidós, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Aceleración, prognosis y secularización*. Valencia: Pré-textos, 2003.
- \_\_\_\_\_. *História y hermenêutica*. Barcelona: Paidós, 1997.
- LAZZARINI, Júlia Lopes Viana. Na “cadeira da verdade”: a ação política dos padres por meio dos púlpitos em Minas Gerais Regencial. *Ágora, Vitória*, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2020.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LIMA, Rodrigo Nogueira. *O Romantismo Revolucionário através das afinidades eletivas entre o Movimento Surrealista, Henri Lefebvre e a Internacional Situacionista*. 2018. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2018.
- LOPES, Célia Regina. dos Santos. Correlações histórico-sociais e linguístico-discursivas das formas de tratamento em textos escritos no Brasil – séculos XVIII e XIX. In.: LOPES, C.; CIAPUSCIO, G.; KAISER, D.; JUNGBLUTH, K. (orgs.). *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt: Vervuert / Biblioteca Ibero-americana, 2006.
- LOVEJOY, Arthur O. The Need to Distinguish Romanticisms. In: HALSTED, John Burt (Org.). *Romanticism: Problems of Definition, Explanation, and Evaluation*. Boston: D. C. Heath, 1965.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUZ, Estevão de Melo Marcondes. *Incendiárias folhas: ação política e periodismo na trajetória do Padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829 1849)*. 2016. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista. Franca, 2016.

MACIEL, Paulo Marcos Cardoso; RABETTI, Maria de Lourdes. "O teatro de opereta no Brasil: gênero e história". In: *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio*, p. 4. Disponível em: <[http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743123\\_ARQUIVO\\_texto\\_para\\_publicacao\\_Paulo\\_MacieleMariadeLourdesRabetti.pdf](http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276743123_ARQUIVO_texto_para_publicacao_Paulo_MacieleMariadeLourdesRabetti.pdf)>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2022.

MACHADO, Álvaro Manuel. *As Origens do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação e Cultura, 1985.

\_\_\_\_\_. *Poesia Romântica Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

MAESTRI, Mário. Zurara: A Crônica de Guiné e os primórdios do racismo anti-negro. In: SANTOS, Cleito Pereira dos; VIANA, Nildo (Org.). *Capitalismo e questão racial*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

MAINENTE, Renato Aurélio. *Reformar os costumes ou servir o público: visões sobre o teatro no Rio de Janeiro oitocentista*. 2016. 274f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2016.

MARTINS, Karla Denise; OLIVEIRA, Luciano Conrado. O ultramontanismo em Minas Gerais e em outras regiões do Brasil. In: *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 11, n. 2, 2011.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. II. (1794-1855). São Paulo: Cultrix, 1977.

MARTINS, Yaísa de Arruda. *Biografia e história nos escritos de Januário da Cunha Barbosa (1780- 1846)*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MARZANO, Andrea. A magia dos palcos: o teatro no Rio de Janeiro do século XIX. In: \_\_\_\_\_; MELO, Victor Andrade de (org.). *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*". Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MASSAUD, Moisés. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.

MASSIN, Jean. *História da Música Ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MATA, Sergio da. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wiss.Verl, 2002.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MELLO, Janaina Cardoso de. Memórias impressas de guerras e guerrilhas nos confins do mundo rural: a Cabanada pernambucana-alagoana nas letras do mundo urbano (1832-1835). *Memórias Rurais e Urbanas*. v. 28, n. 42 (Jun/2015). Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc>>. Acesso em 08 de outubro de 2021.

MENDES, João. *Literatura Portuguesa*. Volume III, Lisboa: Editorial Verbo, 1982.

- MICELI, Sergio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. 1890-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MORAES, Paulo Stuck. Tópicos de Genalogia Capixaba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, nº 66, 2011.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: Hucitec, 2010.
- \_\_\_\_\_. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*, São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.
- MOURA, Luís Cláudio Rocha Henrique. *Abreu e Lima: uma leitura sobre o Brasil*. Brasília: UnB, 2006.
- NETO, Juscelino Pereira. *A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial (1821-1846)*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.
- NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: a mesa de consciência e ordens e o clero secular no Brasil*. 1808 – 1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: CARVALHO, José Murilo; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- \_\_\_\_\_; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. *Ler História* [Online], n. 55, p. 49-64, 2008, p. 50. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/lerhistoria/2203>>. Acesso em: 01 julho de 2022.
- \_\_\_\_\_. *Corcundas e Constitucionais*. A cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Editora Revan/ FAPERJ, 2003.
- \_\_\_\_\_. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-17, 1999. Disponível em: <[https://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg8-3.pdf](https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf)>. Acesso em 28 de março de 2023.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, v. 10, jul/dez, 1993.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: FEES, 1984
- \_\_\_\_\_. O Teatro no Espírito Santo. O teatro jesuítico. O teatro popular. Propulsores do teatro no Espírito Santo. O "Melpômene" e o "Carlos Gomes". *Revista de História*, ano XI, vol. XX, n. 42, São Paulo, p. 461-470, 1960.
- NUNES, Benedito Bruno. A Visão Romântica. In: GUINSBURG, Jacó (Org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.
- ODDEY, Alison; WHITE, Christine. As potencialidades dos espaços. In: PAVIS, Patrice. *A análise dos espetáculos*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. O ato adicional (1834) e seus atores: deputados mineiros na criação das assembleias legislativas provinciais. *História, histórias*, vol. 9, nº 18, p. 116-147, jul./dez. 2021.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. “Eu sou católico romano, mas não sou ultramontano, nem papista”. Pe. Diogo Antônio Feijó e o catolicismo como religião civil. *Caminhos da História*, Montes Claros, v.24, n.2, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: Apees, 2008.

OLIVEIRA, Tatiane Maria Barbosa de. *Abreu e Lima: um herói entre a História e a ficção*. Monografia – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PACHECO, Alberto José Vieira. *Castratti e outros virtuosos: a prática vocal carioca sob a influência da Corte de D. João VI*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

PAIVA, Gilberto. Meados do século XIX: a Igreja no Brasil toma novos rumos. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 9, n. 3, maio-jun, 1999.

PAIXÃO, Múcio. *O Teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 1936.

PANDOLFI, Fernanda Cláudia. A Imprensa e a abdicação de D. Pedro I em 1831: história e historiografia. In: *XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*, 21, 2006, Assis: ANPUH/SP – UNESP/Assis, 2006.

PARANHOS, Haroldo. *História do romantismo no Brasil, 1500-1830*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1937.

PEREIRA NETO, Juscelino. *A memória biográfica de Januário da Cunha Barbosa: uma trajetória política na corte Imperial (1821-1846)*. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso: Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*. São Paulo: Alameda, 2010.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Debates: História Cultural do Brasil. Online, jan. de 2006. Não paginado. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em 10 de março de 2022.

POCOCK, John. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. *Topoi*, v. 13, n. 25, p. 193-206, 2012.

\_\_\_\_\_. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PRADO, Décio de Almeida. *O teatro brasileiro moderno*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1999.

RAMIRO JÚNIOR, Luiz Carlos. *Entre o Syllabus e a Constituição moderna: debates políticos em torno da Questão Religiosa (1872-1875) no Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.



RIBEIRO, Gladys Sabina. A radicalidade dos exaltados em questão: jornais e panfletos no período de 1831 a 1834. In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente*. Diogo Antonio Feijó (1784-1843). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

RODRIGUES, Luciana dos Santos. *Os Exaltados: Política e identidade na corte regencial (1831 – 1834)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *História* (Universidade Estadual Paulista), São Paulo, vol. 15, p. 27-39, 1996.

RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997.

SALIBA, Elias Thomé. *As Utopias Românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SAMPAIO, Josiane Nunes Machado. *A política invade a cena: a vida teatral no Rio de Janeiro entre 1831-1848*. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2018.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A Igreja e a construção do Estado no Brasil imperial. In: Simpósio Nacional de História, 27, 2013, Natal: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013.

\_\_\_\_\_. O dilema da participação política do clero durante o Período Imperial. In: *Anais dos Simpósios da ABHR*, v. 12, 2011.

\_\_\_\_\_. Afastemos o Padre da Política! A despolíticação do clero brasileiro durante o Segundo Império. *MNEME*, vol. 12, n. 29, p. 187-207, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)*. (Tese de Doutorado). Roma: Pontifícia Universidade Gregoriana, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2010

SARDICA, José Miguel. O Vintismo perante a Igreja e o catolicismo. *Penélope – Revista de História e Ciências Sociais*. Lisboa, n. 27, 2002.

SCHIAVINATTO, Iara Lis; FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. As lembranças da “bonifácia” entre a devassa de 1822 e o processo dos cidadãos de 1824. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 175, n. 462, p. 201-238, jan. /mar. 2014.

SCHUBERT, Guilherme. Sermão proferido por Monsenhor Guilherme Schubert na missa pelo sesquicentenário de falecimento do Cônego Januário. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 394, p. 193-198, jan. / mar. 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1609 – 1751*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

SERBIN, Kenneth. P. *Padres, Celibato e Conflito Social*. Uma História da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEVERO DE SOUZA, Maurício. Secularização e Anticlericalismo no Pensamento de André Rebouças. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SIGAUD, José Francisco. Elogio Histórico do Secretário Perpétuo cônego Januário da Cunha Barboza. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XI, 1848.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831). *Revista Brasileira de História*, vol. 32, n. 63, p. 119-142, 2012.

SILVA, Janaína de Carvalho. A Aurora Fluminense e o combate ao despotismo (1827-1831). *Dia-Logos*, Rio de Janeiro, n. 6, out. 2012. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/download/23347/16636>>. Acesso em 31 de maio de 2022.

SILVA, Joelma Santos da. *Por mercê de Deus: Igreja e Política na trajetória de Dom Marcos Antonio de Sousa (1820-1842)*. 194f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2012.

SILVA, Virgínia Rodrigues da. *O Revérbero Constitucional Fluminense: constitucionalismo e imprensa no Rio de Janeiro na independência*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

\_\_\_\_\_. O Revérbero Constitucional Fluminense, imprensa e constitucionalismo na Corte na Independência. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.10, p.171-179, 2009.

SILVA, Wlamir, “*Liberais e Povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hunitec, 2009.

\_\_\_\_\_. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 4, n. 1, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20462>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVEIRA, Elza Maria Gonçalves da. *O Carapuceiro: um periódico satírico na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SISSON, Sebastião. Augusto. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

\_\_\_\_\_. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. Revoltas, marinheiros e sistema prisional no arsenal de marinha: notas sobre o trabalho compulsório e cultura política num Rio de Janeiro atlântico (1820-1840). *História Social*, Campinas, n. 13, p. 11-33, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. *Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

- SOUZA, Francisco Belisário de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do altar à tribuna: os Padres Políticos na formação do Estado nacional brasileiro (1823-1841)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- \_\_\_\_\_. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. *Revista Almanack Brasiliense*, Brasília, n. 8, 2008.
- SOUZA, Jean de Oliveira Souza. Discursos impressos de um padre político: análise da breve trajetória d' O Pregoeiro Constitucional. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 5, mai. 2017. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1808-81392007000500006&script=sci\\_arttext](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1808-81392007000500006&script=sci_arttext)>. Acesso em 18 de março de 2022.
- SOTO, Luís Garcia. Dom Quixote, uma aventura crítica (e apologética). *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 55-71, 2017.
- STECKEL, Edvino Alexandre. O 1º Seminário Tridentino do Brasil é o do Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_.; LIMA, Luís Corrêa; VENEU, Marcos Guedes (orgs). *Rio 456 anos: a Igreja na História da cidade*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ, 2021.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da Literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- VASCONCELLOS, João Antonio de. A simbologia do adultério na “Farsa de Inês Pereira”, em Gil Vicente. *Argumento*, São Paulo, Ano II, n. 3, janeiro 2000, p. 53-54. Disponível em: <<https://revistas.anchieta.br/index.php/revistaargumento/article/view/353/295>>. Acesso em 31 de março de 2022.
- VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. *Jardim poético ou coleção de poesias antigas e modernas, compostas por naturais da província do Espírito Santo*. Vitória: Academia Espírito-Santense de Letras, 2008.
- VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Paris, França: Aillaud, 1916.
- VIANNA, Hélio. *Estudos de História Imperial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1950.
- VIANNA, Jorge Vinícius Monteiro. *Entre a opinião e o público: Linguagens Políticas na Independência e Primeiro Reinado no Brasil*. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- VICENTE, Gil. *Farsa de Inês Pereira*. São Paulo: Porto Editora, 2020.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.
- VIEIRA, Lidiane Rezende. *Evaristo da Veiga e a recepção do liberalismo francês nas páginas do jornal Aurora Fluminense (1827-1835)*. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- VIEIRA, Willian. *O obituário contemporâneo no jornal e nas coletâneas: uma discussão sobre gênero textual, biografia e sociedade*. 193f. Tese (Mestrado em Filosofia) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014.

VIDE, Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853.

WINDMÜLLER, Käthe. *O “Judeu” no Teatro Romântico Brasileiro: uma revisão da tragédia de Gonçalves de Magalhães, Antonio José ou o Poeta e a Inquisição*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos da FFCLH/USP, 1984.

ZAGHENI, Guido. *A idade contemporânea*. Curso de História da Igreja IV. São Paulo: Paulus, 1999.